Nem Soldados Nem Inocentes

juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro

Nem Soldados Nem Inocentes

juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro

Otávio Cruz Neto
Marcelo Rasga Moreira
Luiz Fernando Mazzei Sucena

ISBN: 85-85676-99-X

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:
Guilherme Ashton

Preparação de originais, copidesque e revisão:
Marcionílio Cavalcanti de Paiva
Cláudia Cristiane Lessa Dias

Catalogação-na-fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca Lincoln de Freitas Filho

C957n Cruz Neto, Otávio
Nem Soldados Nem Inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro / Otávio Cruz Neto, Marcelo Rasga Moreira e Luiz Fernando Mazzei Sucena. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
200p., ilus., graf.

1. Adolescência. 2. Drogas ilícitas. 3. Criminologia. 4. Problemas sociais.

CDD - 20.ed. – 363.45098153

2001
EDITORA FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (21) 3882-9006, 3882-9039 e 3882-9041
Telefax: (21) 3882-9006 e 3882-9007
http://www.fiocruz.br/editora
e-mail: editora@fiocruz.br

Aos jovens que participaram do Sistema Aplicado de Proteção almejando cidadania, igualdade e justiça social e às nossas crianças que já despontam para o convívio em sociedade: Pedro, Luis André, Leonardo Breno, Nicolas, Fernanda, Felipe, Michael, Júlia, Beatriz, Tito, Maia, Isabelly, Isis, Mariana, Thiago, Diego, William, Gabriela, Isadora, Luca, Fábio, André, Caio, Ricardo, Gino, Bruna, Tatiana e Danilo.

Autores

Otávio Cruz Neto

Doutor em saúde pública, mestre em educação pela Fundação Getúlio Vargas, bacharel em sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pesquisador-titular do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz.

Marcelo Rasga Moreira

Mestre em ciências da saúde pública, bacharel em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisador-visitante do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública – convênio Fiocruz/Faperj.

Luiz Fernando Mazzei Sucena

Bacharel em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador contratado do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz.

Sumário

Prefácio

Por que ter medo se o futuro é a morte?
(autor desconhecido)

Por muito tempo essa epígrafe cruel me feriu os olhos e a alma no caminho do trabalho para a FIOCRUZ. Estava estampada entre muitas pichações nos muros da Favela de Manguinhos, que margeiam a Rua Leopoldo Bulhões, no Rio de Janeiro. Ao ler com carinho e emoção o trabalho de Otávio Cruz Neto e seus companheiros – *Nem Soldados nem Inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro* –, essa frase brotou vívida em minha memória, passando antes por uma profunda invasão emocional. A emoção se deve ao tema em pauta, mas, sobretudo, por causa do encontro interior com Otávio e seu grupo e pela trajetória que temos feito juntos, articulando a lide acadêmica com a responsabilidade social. A lembrança trazida na epígrafe e todo o conteúdo e forma do livro me levam a propor ao leitor que caminhe conosco na desnaturalização dos processos sociais de exclusão que a dita frase insinua: a desesperança dos jovens que vivem nas favelas; a sensação de desnecessidade de sua contribuição para a sociedade; o destemor a que a realidade os obriga; e em contraponto, a ostentação e a crueldade crescentes com que muitos deles matam, transgridem e afrontam a sociedade. Nunca soube interpretar muito bem a

expressão colocada em epígrafe, nem como responder à pergunta exposta (será para chocar?). Mas a inquietação continua nas linhas e entrelinhas da obra realizada pelos colegas a quem tenho a honra de prefaciar.

O livro *Nem Soldados nem Inocentes* trata de adolescentes pobres, alguns vivendo em situação de miséria, cativados ou enredados como trabalhadores do ilegal, perigoso e sedutor mercado de drogas (cocaína e maconha) no Rio de Janeiro. Compõe uma construção intelectual comovente porque mistura compreensão e peculiar metodologia hermenêutica que se funda na empatia necessária com os sujeitos pesquisados. Essa necessária empatia é o que dá o tom da obra, porque, ao mesmo tempo, focaliza as determinações e o lugar dos sujeitos, tratando-os como pessoas capazes de, até nas piores condições, tomar decisões, dentro de um possível social muito limitado, mas sempre existente e sempre possível. Essa linha de reflexão, que atravessa o estudo, é fundamental porque deixa sempre aberta a janela da mudança e a crença no protagonismo social e pessoal. Aliás, a meu ver, essa é a única filosofia capaz de fundamentar qualquer ação de eficácia pedagógica, do ponto de vista da cidadania, num universo de tão poucas chances, em que a representação das determinações ou o fatalismo dos próprios jovens tende a se cristalizar em frases como "por que ter medo, se o futuro é a morte?".

O olhar de proximidade sobre os inúmeros tentáculos do fenômeno se assenta na experiência riquíssima de Otávio, ao se aproximar de forma crítica das práticas concretas de aplicação das políticas sociais. Como os seus amigos e companheiros de trabalho do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) costumamos dizer: "Otávio é um Ph.D. em trabalho de campo". Eu diria que ele tem também pós-doutorado em análise de aplicação das políticas sociais, pois nesse particular, desenvolveu um método de trabalho peculiar, no qual, ao mesmo tempo em que busca compreender, interfere propositalmente, apontando caminhos e acenando para as possibilidades de mudanças. Método *sui generis*, que poderia receber a interdição dos seus colegas sociólogos *stricto sensu*, se não tiverem sensibilidade suficiente para perceber a urgência de transformações imediatas, para os que necessitam dessas políticas ou sofrem por causa delas.

Em todos os sentidos expressos no parágrafo anterior, diria que o trabalho de Otávio e seus colaboradores, embora se refira ao espaço específico do Rio de Janeiro, tem valor universal. Isso porque, fazendo uma metaanálise do texto em questão, chego à conclusão de que nele estão em jogo três temas fundamentais e muito fortes da sociologia: o primeiro diz respeito aos aspectos históricos do

grupo social analisado e das determinações estruturais e conjunturais que criam o contexto de suas condições, situações e estilos de vida; o segundo trata do campo mediador das políticas sociais em geral e específicas, para mudar ou para contribuir nas transformações do quadro das determinações ou das pessoas que se envolvem em atividades e atos ilegais; o terceiro aspecto se refere ao campo da liberdade humana própria de cada indivíduo, no caso concreto, de cada jovem sob cumprimento de medidas socioeducativas, de fazer opções, de correr riscos, de aceitar ou de rejeitar os apelos do tráfico de drogas. Tais dilemas são universais na sociedade brasileira. É sobre esses três pontos que tecerei considerações.

O trabalho revela, em primeiro lugar, que a situação do mercado de drogas do Rio de Janeiro não é uma invenção passageira. Ele se radica em condicionamentos muito maiores e mais amplos, que não podem ser eliminados com a mera política de repressão dos órgãos de segurança pública. Ele tem história, e nessa história se complementam dialeticamente a busca existencial e ancestral dos seres humanos por substâncias que alteram seu estado de consciência e de percepção: “um homem em cada quatro, ou seja, mais de um bilhão de pessoas no mundo buscam na droga alguma coisa diferente do seu modo rotineiro de ver e pensar” (Baptista et al., 2000:7); e as interdições históricas e culturais. Numa escala mais próxima, no Rio de Janeiro, além das razões universais, estão combinadas, na produção do fenômeno, as condições socioeconômicas adversas de mais de um quarto da população residente, de cujo total uma parcela encontra, no mercado das drogas, possibilidades de trabalho e de consumo; as peculiaridades da distribuição da população carioca no espaço urbano; os fortes interesses econômicos estabelecidos no comércio de tóxicos; as tentadoras articulações entre a legalidade e a ilegalidade; e, sobretudo, as poucas chances da população que hoje trabalha no comércio varejista das drogas de conseguir se inserir no mercado formal de trabalho. Esses pontos estão tratados numa complexa visão dos atores, fazendo esses termos abstratos mencionados por mim, se tornarem sangue e alma a partir de uma análise situacional fundada em dados empíricos e na lógica dos sujeitos envolvidos.

Sobre isso é muito importante somar à forma como os autores tratam o fenômeno a contribuição de Wieviorka (1997), que analisa num alto nível de abstração a particularidade das expressões de violência social no contexto atual. Esse autor mostra o que há de específico na violência típica nessa etapa do capitalismo globalizado, cuja ênfase quase absoluta se dá ao lucro e ao consumo, uma vez que ainda não estão estabelecidos os limites ou barreiras de tolerância

da 'questão social'. Wieviorka interpreta a violência pós-moderna, com realce no tráfico de drogas, diferenciando-a das expressões de épocas anteriores, por exemplo, a que era característica dos anos 60 e 70 passados. Em tais décadas predominavam as expressões de conflitos políticos, as formas de protesto e até a luta armada, em movimentos vinculados a propostas revolucionárias e a projetos sociais desenvolvimentistas. Era nesses movimentos que a juventude se engajava. No caso do Brasil, a história mostra que em várias circunstâncias houve projetos comuns unindo os anseios da classe trabalhadora e da classe média.

Diz Wieviorka (1997), em suas análises, que, embora em algumas partes do mundo ainda ocorram experiências como as dos anos 60 e 70, hoje as expressões de violência se deslocam para fenômenos de ordem infra ou metapolítica. O seu caráter infrapolítico está associado à degenerescência, cada vez mais evidente, do fenômeno político em si, em favor de uma privatização ligada aos desejos de controle econômico, de possuir muito dinheiro rapidamente, de consumismo ou de vingança social.

Dessa forma, a estratégia da violência atual não é mudar o Estado, como queriam os revolucionários. É mantê-lo à distância, enfraquecê-lo, privatizá-lo ou corrompê-lo para criar uma autonomia das atividades econômicas à margem de todo o aparato legal. O jogo financeiro e especulativo proveniente do tráfico de drogas, de armas, de objetos roubados ou contrabandeados, dentre outros, sobrevive melhor sem regulação, aproveitando-se da fraqueza dos Estados nacionais. As gangues, as quadrilhas – como no caso do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho ou o Terceiro Comando –, são expressões locais que se apóiam em verdadeiros sistemas de troca e produção. Por isso, as mais expressivas organizações do crime que atuam no varejo, o fazem nas áreas urbanas mais dinâmicas, onde se processa a atividade econômica e onde o poder aquisitivo se concentra.

Mas, por que e como se dá a presença dos pobres ou da população de baixa renda na organização e no exercício desse lucrativo comércio? Essa integração ocorre de forma muito peculiar. Cresce e se intensifica numa conjuntura em que o desemprego estrutural com o qual essa faixa da população convive historicamente se acirra, por causa dos mecanismos de reestruturação produtiva que privilegiam as mudanças tecnológicas e o barateamento do componente da mão-de-obra nos fatores de produção. Isso faz acelerar os processos de exclusão do trabalho e, conseqüentemente, de exclusão social e moral de uma vasta camada da população. Esse fenômeno cresce mundialmente *pari passu* com as profundas mudanças nas relações de produção.

Ao 'incluir' os pobres e particularmente os jovens, a organização criminosa e ilegal de contrabando de armas e de tráfico de drogas posiciona-os no *front* dos combates, no lugar do risco e de maior vulnerabilidade. Ao agir dessa forma passa a usufruir, assim, além da mais-valia de seu trabalho, do privilégio do anonimato e da vida abastada, à custa deles, ao mesmo tempo em que torna possíveis seus sonhos de consumo. É importante ter em mente, portanto, que as formas mais visíveis da violência social no Brasil de hoje, com ênfase no crescimento do tráfico de drogas, denunciam o fim de uma época desenvolvimentista e a decomposição de sistemas sociais, políticos e estatais. Em resumo, a análise das determinações estruturais, históricas e atuais mostradas no trabalho de Otávio e colaboradores evidencia a perenidade da pobreza, da desigualdade e da exclusão, o recrudescimento desses dois últimos processos, ao mesmo tempo em que os dados estatísticos assinalam ligeira queda no âmbito do que se denomina pobreza absoluta. Ressalta também o fato de que, ao contrário do que acontece com a perenização e naturalização das condições adversas de vida, os apelos ao consumo crescem aceleradamente e afrouxam-se as barreiras ideológicas e morais que sempre mantiveram os grupos sociais desprivilegiados em situação de conformidade.

O segundo tópico, fortemente assinalado pelos autores, é a ineficácia e a ineficiência das políticas públicas e sociais, apresentando alguns fatores desse fracasso. Em primeiro lugar, o trabalho mostra que falta aos jovens o básico a que pela Constituição teriam direito. Vejamos os resumos de seu perfil: "pouco estudo, múltiplas reprovações, defasagem educacional, trabalho infantil, baixa remuneração, exclusão de direitos trabalhistas e conseqüente baixa auto-estima". Em resposta, o sistema de medidas socioeducativas não dá resposta, não supre os direitos até então recusados. Ao contrário, acentua as desigualdades e a exclusão em que vivem esses adolescentes, na medida em que funda sua pedagogia no aprisionamento, na disciplina e na impessoalidade.

Como mostra Otávio neste e em outros trabalhos (Cruz Neto, 1999), muitas dessas mudanças dependem apenas de uma decisão organizacional, do estabelecimento de prioridades e, principalmente também, de sensibilidade humana para o sofrimento ou a carência alheia. Portanto, várias delas estão ao alcance das autoridades e da sociedade e poderiam ser exercidas e efetivadas como, por exemplo, atividades em que se sintam integrados, atuantes e valorizados e, formas de atendimento individualizado. É por isso, também, que os autores carregam um pouco as tintas sobre a ineficácia, a descontinuidade, o descompromisso e, por vezes, sobre os efeitos perversos das políticas públicas e sociais. Falam a

partir de um olhar muito particular, pois aguçam sua visão de cientistas sociais que acreditam no trabalho de campo e o valorizam. Apresentam depoimentos e expressões dos jovens quando criticam o abandono e o descaso com que são tratados seus locais de moradia, suas chances no mercado de trabalho, sua vida e as suas expectativas de futuro.

Mas é sobre as instituições públicas, pelas quais passaram com o pretenso intuito de realizar a sua 'ressocialização', que sua experiência é colocada de forma mais crítica. Nesse ponto, nem Otávio nem qualquer um de nós pode ser otimista e contemporizar. Os fugazes momentos em que os garotos e garotas que fizeram parte da pesquisa tiveram de contato com alguma pessoa que os considerou indivíduos ou pessoas em formação capazes de serem presentes e futuros cidadãos; os ínfimos instantes prazerosos que as instituições de internamento lhes proporcionaram ficam subsumidos na rotineira, sistemática e obtusa forma com que são desrespeitados e massificados. Existe, sobretudo, um processo de despersonalização. O trabalho evidencia que as instituições do Sistema de Medidas Sócio-Educativas são contumazes praticantes de violência física, abusos psicológicos e negligência. Os testemunhos dos jovens e das jovens em conflito com a lei ressaltam, na verdade, o fracasso social e político de lidar com o problema. Num recente trabalho de avaliação de propostas para o Departamento de Ações Sócio-Educativas que fizemos no Claves (Minayo et al., 1999), ficou patente para nós que não é suficiente a boa vontade de um ou de muitos técnicos que aí atuam: é o sistema, é a concepção pedagógica, filosófica e moral que estão errados. Na verdade, esse sistema perpetua uma profunda descrença da sociedade sobre a possibilidade de 'ressocialização' dos jovens em conflito com a lei.

Sobre o tópico tratado anteriormente resta-nos, portanto, uma pergunta: todos apregoaram o fracasso do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), depois, da Fundação Nacional de Assistência ao Menor (Funabem). Por que será que, mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nunca se conseguiu, em áreas urbanas tão avançadas científica e tecnologicamente como Rio e São Paulo, construir de forma diferente, na prática, as chamadas medidas socializadoras para os que conflitam com a lei? O trabalho de avaliação de Otávio e seus colaboradores é absolutamente reticente quanto a conclusões prospectivas sobre a eficácia inclusive de algumas propostas inovadoras que rompem com o círculo vicioso da prática disciplinadora, massiva e repressiva dos internamentos. Não crêem eles em seu potencial? São céticos quanto a sua continuidade? Nesse ponto os autores ficam nos devendo um acompanhamento

de mais longo prazo, acompanhamento que, a meu ver, deveria privilegiar a trajetória não só das instituições, mas, sobretudo, de cada um dos jovens com os quais agora dialogaram. O certo é que, até agora, o grande esforço ideológico de mudanças carreado pela construção do ECA e todo o gasto social para sua aplicação ainda nos decepcionam e nos desafiam. Infelizmente, a incrível pedagogia da despersonalização, da disciplina pela disciplina e do castigo físico, proposta herdada do SAM e da Funabem, continua a "fabricar infratores para o Desipe, onde 60% dos apenados são oriundos das instituições de menores", conforme depoimento de uma ex-diretora do Sistema (Minayo et al., 1999).

É bem verdade que no campo de nossas análises nada é fácil, nada é simples. A situação infracional é, e será sempre, um campo problemático para a sociedade. Durkheim (1980) já dizia, em seus clássicos estudos, que o crime reafirma a existência da lei e assim, pedagogicamente, lembra à sociedade os próprios limites a que ela se impõe moralmente. Nesse sentido, ele tem uma função social: enquanto fenômeno sociológico, "o crime é normal". Esse mesmo ator lembra, no entanto, que a sua intensificação se torna um problema relevante, na medida em que naturaliza o proibido, confunde as barreiras morais sobre o bem e o mal, apontando assim para uma situação de 'anomia'. Ou seja, quando o *quantum* das infrações às leis ultrapassa um certo limite aceitável pelo conjunto da sociedade, assinala-se uma deterioração do contrato social que a mantém enquanto comunidade moral. Parece-me que, no nosso caso, essa deterioração atual traduzida pelos números apresentados neste e em outros estudos como os de Assis (1999) tem raízes no processo de exclusão e de desigualdades estruturais que está, cada vez mais e com maior nitidez, apontando os que não têm direito ao banquete da globalização das riquezas e da cultura. E lhes é apontada, contraditoriamente, a oportunidade de catar as migalhas que sobram do banquete também globalizado do mercado ilegal de drogas.

Como dizem os autores, o mercado de drogas e de violência no Rio de Janeiro não são um problema externo ao conjunto das relações sociais e econômicas que aqui se processam, fazem parte delas. É nesse ambiente proscrito que se amplia e se torna relevante a participação dos jovens em conflito com a lei e sob medida socioeducativa. Esse mercado é para eles uma possibilidade imediata e imediatista de consumo, de *status*, de relacionamentos múltiplos, de poder e de expressão de sua rebeldia e de sua ainda indecisa, confusa e frágil identidade social. Esse mercado violento nasceu sem a sua participação, mas necessita dela para se reproduzir. Por isso, diferentemente do mercado formal

que os expulsa ou não os acolhe, dá oportunidade a seu protagonismo, num cenário em que ao mesmo tempo os torna ainda mais vulneráveis. Esse mercado violento coloca-os exatamente como um ser do nosso tempo, dentro da modalidade mais específica da violência no mundo atual, no interior da qual, consciente ou inconscientemente se vinculam a um universo dos mais lucrativos negócios: tráfico de drogas e tráfico de armas.

Esses jovens, que na engrenagem dos mais escusos interesses são apenas um pontinho nas conexões internacionais, pagam com a vida a doce ilusão de um prazer realizado: o de ter sido, por alguns instantes, cidadão que reza no templo do consumo. Seria tudo isso uma expressão de 'anomia', como pensava Durkheim, ou o anúncio controvertido e doloroso das necessidades de mudanças profundas nos padrões éticos de convivência global e local? Quantas vidas a mais de jovens pobres, de baixa escolaridade, sem qualificação profissional para enfrentar o mercado formal de trabalho, habitantes das periferias e favelas, na maioria negros e pardos, precisarão ser ceifadas para fazer germinar o novo momento do contrato social? Segundo a hipótese de Wieviorka (1997), essa exacerbação dos conflitos e da exclusão social derivam muito mais do enfraquecimento do Estado e de sua capacidade de formular e realizar políticas públicas e sociais eficazes do que dos conflitos sociais e políticos, que se direcionam para as mudanças sociais. O trabalho de Otávio e seus colaboradores dá testemunho de que os crimes cometidos pelos traficantes nos morros e na periferia carioca vicejam junto com opiniões totalmente negativas dos jovens e da população que habitam esses espaços, a respeito da atuação do Estado em geral e, sobretudo, de seu braço repressor – a polícia. Muitos traficantes ou chefes de gangue são vistos, em suas áreas de influência, como benfeitores que têm recursos e são generosos no atendimento pontual e pessoal das necessidades básicas da população. As mesmas necessidades ante as quais a atuação do Estado é ineficiente ou insuficiente.

A partir daqui passo a refletir sobre a questão da subjetividade. É preciso ter em conta que as expressões de violência hoje relevantes não são apenas instrumentais. Nunca houve uma população de jovens tão extensa como a atual, no Brasil. Existem 32 milhões de habitantes na faixa etária de 15 a 19 anos no País, 79% dos quais residem em regiões urbanas. Na área metropolitana do Rio de Janeiro moram, segundo dados de 1996 da Contagem Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1.747.000 jovens de 15 a 24 anos, constituindo 17,8% da população total. Ou seja, nunca houve um

número tão grande desse grupo social pressionando a sociedade estabelecida, chegando essa realidade a formar, no atual momento histórico, o que os demógrafos denominam 'onda jovem'. O grupo mais populoso está na faixa de 17 anos. Em contraponto, os equipamentos sociais para atender essa população continuam pobres, escassos ou inexistentes.

Ora, há na juventude de todo o mundo um gosto pelo risco, pela aventura, pelo protagonismo, seja para produzir algum sentido ou pelo puro prazer de manifestar contestação. Esse ponto não pode ser desprezado na análise do fenômeno infracional, pois vários analistas sociais como Burke (1995) e Chesnais (1981) mostram, historicamente, que desde as mais remotas sociedades os jovens são reconhecidos pelo seu envolvimento em transgressões às normas e às leis de suas sociedades específicas. A maioria deles, quando adultos, voltam ao campo do estabelecido e do convencional. O que há de peculiar aqui é a confluência de fatores demográficos com o aumento das desigualdades, o crescimento dos processos de exclusão, a falta de perspectivas no mercado de trabalho e a oferta de integração ao consumo, via comércio varejista de drogas. A isso se junta, como um fenômeno da sociedade atual, a intensificação dos apelos ao consumo de bens, dentre os quais os que mais atraem os jovens envolvidos com o tráfico, conforme eles mesmos o demonstram, são os não duradouros e imediatistas, como roupas, objetos de 'marca' e a possibilidade de usufruir a comida em restaurantes que primam pela fartura, o esbanjamento com mulheres, e, de forma não desprezível, o aporte à sobrevivência da família. Os momentos de realização do consumo alimentam, neles, um arremedo de *status* mais próximo ao das classes com poder aquisitivo maior. Essas 'liberdades', que se contrapõem ao reino das necessidades básicas não satisfeitas em suas experiências de vida anterior, estão associadas a demonstrações de poder que têm sua culminância no uso de armas de fogo. Essa última possibilidade, simbolicamente e por instantes, supre momentaneamente as carências e impotências, as quais sempre constituíram o chão de suas vidas. O pior de tudo é que dificilmente esses jovens poderão usufruir de um retorno à legalidade, quando adultos, porque morrerão muito cedo, em confrontos entre suas próprias gangues ou nos conflitos com as forças de segurança pública. Quando se salvarem dessa alta probabilidade, quase sempre estarão presos, formando-se nas escolas de criminalidade que são, hoje, os estabelecimentos prisionais do País.

Em resumo, como é declarado em expressões dos próprios jovens, nalgum momento a entrada no tráfico constituiu-se opção. Opção diante dos poucos

‘possíveis sociais’, mas opção. Opção altamente perigosa, mas opção. Freqüentemente opção potencializadora de um caminho penoso, arriscado, violento, repressor e sem volta, mas opção. É muito delicado tratar desse assunto, mas é muito importante enfrentar o desafio. Num trabalho realizado por Assis (1999), moveu-a a seguinte pergunta: o que distingue um jovem que entra no tráfico, ante a seus irmãos que se mantêm fora desse processo, quando ambos passaram pelas mesmas determinações sociais, pelos mesmos desmandos e ineficácia da ação do Estado, pelas mesmas orientações familiares? Seu estudo dá conta das tênues e frágeis margens de separação nas trajetórias diferenciadas de vida. No referido trabalho e na pesquisa que deu origem ao presente livro, fica patente que, apesar de tudo e de todos, há uma ‘escolha’. Sobre isso usarei o texto de Sartre que sintetiza, muito melhor do que eu própria, meu modo de pensar:

> A idéia que nunca deixei de desenvolver é que, finalmente, cada um é sempre responsável pelo que fizeram dele, mesmo que ele não possa fazer nada mais que assumir essa responsabilidade. Essa é a definição que eu daria hoje de liberdade: este pequeno movimento que faz de um ser social totalmente condicionado, uma pessoa que não constitui a totalidade do que recebeu de seu condicionamento. (Sartre, 1970)

A discussão sobre a subjetividade é um ponto essencial desse debate, porque sem ela, e sem acreditar no ato humano de escolha, é absolutamente impossível pensar em qualquer mudança de vida por parte dos jovens. Sartre comenta esse ‘possível’ exemplificando com a força interior que transformou Jean Génet, de marginal e ladrão, em dramaturgo reconhecido. Colocar o jovem como vítima em nada avança na discussão de uma política eficaz para seu desenvolvimento e crescimento físico e emocional. É preciso não desprezar ‘o sentido da ousadia’ (para aprimorá-lo) que encerra o ato de assumir um compromisso com o movimento do tráfico. É preciso desarmar nossos tabus interiores para perceber ‘a vontade de sair da condição de miséria, de pobreza e de anonimato’ (para nela se firmar) que contém a ‘opção’ de enfrentar o perigo da ilegalidade e o peso das interdições da legalidade. Ao mesmo tempo, é preciso medir as conseqüências para a sociedade em que vivemos, construir subjetividades fundadas na cultura da violência pelas imensas restrições de acesso ao reconhecimento, à cultura do diálogo, da cidadania e da riqueza social e moral.

Termino esta reflexão lembrando que qualquer investimento em favor dos jovens que optaram ou foram aliciados para o mercado de trabalho e de consumo das drogas tem que considerar três planos. O das grandes determinações que fundam, mantêm e aprofundam as desigualdades e a exclusão; o da intervenção

do Estado, que deveria construir e propor instrumentos de realização de direitos e de fortalecimento da cidadania. E de forma relevante e prioritária, o âmbito das pessoas com seu nome, sua história e suas potencialidades: completar sua educação formal; desenvolver sua capacidade criativa e emocional; e, sobretudo, construir junto com elas uma fortaleza interior fundada no diálogo, na esperança, na consecução de sucessivas metas que conduzem a sua identificação positiva. Pode até ser que ficar no tráfico de drogas continue uma opção para alguns. Pode ser. Mas que essa opção não seja sustentada nem justificada pela omissão ou pela discriminação dos que se propõem a 'cumprir medidas socioeducativas'.

Maria Cecília de Souza Minayo
Coordenadora científica do Centro Latino-Americano de
Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES)

Apresentação

Vivemos numa sociedade permeada por contradições socioeconômico-políticas que delineiam, no limiar do marco histórico-temporal deste início de século, um movimento crítico e tenso, de grave potencialização de conflitos. Entre atônitos e preocupados, deparamo-nos com um mundo globalizado e hegemônico, capaz de desenvolver processos socializadores distintos e determinados, que propiciam, ao mesmo tempo, a satisfação de alguns com seu avanço tecnológico e sedutores bens de mercado e a frustração de muitos, excluídos até mesmo do acesso a seus direitos vitais.

Imersas nesse cenário, perfilam-se situações complexas e inconclusas que se contrapõem às iniciativas conciliatórias e despertam problemas de difícil resolução, dos quais se podem destacar, dentre outros, a valorização dos anseios do mercado em detrimento das demandas da sociedade civil; o crescimento desmesurado da especulação financeira, gerando brutal diminuição da atividade produtiva e a elevação do desemprego; a convivência próxima e diária, no âmbito de uma sociedade de consumo, entre pobreza e opulência; a impotência das campanhas pela paz ante o gigantismo de uma indústria bélica que municia a

violência criminal, além da reduzida credibilidade dos partidos e instâncias políticas junto à população, sobretudo entre os mais jovens.

Ao contrário do que se poderia concluir, a inclusão dessas questões nos fóruns decisórios e agendas políticas das diversas instâncias de poder do País configura-se como pontual e isolada, descolada de discussões acerca das relações estruturais que as originam e ambientam. Sob o manto da negligência, intensifica-se o poderio de atividades e instituições que, demonstrando um elevado potencial adaptativo, tiram proveito dos problemas sociais, obtendo vultosos ganhos financeiros e multiplicando seus efeitos perversos. O exemplo mais evidente e impactante dessa simbiose é o do tráfico de drogas.

Intrinsecamente ligado ao crescimento da violência criminal no Rio de Janeiro, essa ilícita e lucrativa atividade revela uma perfeita sincronia com a conturbada conformação social do País, adotando procedimentos que se beneficiam das dificuldades enfrentadas pela população e transformando-as em fator de desenvolvimento próprio. Nesse sentido, três situações paradigmáticas, dentre várias outras, podem ser citadas como perfeitas ilustrações dessa perniciosa apropriação:

- assim como uma empresa escolhe criteriosamente os locais onde estabelecerá suas lojas e representações, os traficantes encastelaram seus pontos de venda e distribuição (verdadeiras *joint ventures*) em morros, favelas e periferias de difícil acesso para o aparato repressor-militar e fácil controle do trânsito não apenas da polícia, mas dos próprios consumidores. Esse mecanismo de proteção/estratégia de mercado atinge sofisticados níveis tecnológicos, com a imprensa carioca noticiando que alguns traficantes já contam com sistemas de circuito fechado de telefonia e TV;
- estabelecidos nesses locais, os 'chefes' e 'gerentes' do 'movimento' adquirem armas, dinheiro e autonomia, a fim de conquistarem o poder necessário para arregimentar a quantidade de pessoas que considerem adequada ao desempenho das funções hierárquicas e da difusão do 'negócio'. Tanto estes como aqueles geralmente são jovens, pobres, residentes nos próprios morros ou favelas, e tornam-se os componentes mais visíveis do tráfico, aparecendo, aos olhos da sociedade, como os 'agentes portadores da violência' e, nas estatísticas, como o segmento populacional mais afetado pelas mortes violentas. Com sua delinqüência e óbitos encobrem os setores mais lucrativos, como a importação da droga, seu refino, transporte, lavagem e reinvestimento do dinheiro obtido,

só operacionalizados por pessoas de posição social e financeira destacada, com influência política e bons contatos no poder público e no mercado de capitais;

- transitando assim com igual desenvoltura por entre miséria e riqueza, os responsáveis pelos diferentes setores do tráfico de drogas desenvolveram verdadeiras 'estratégias de *marketing*' com a finalidade de abarcarem cada vez mais jovens de todos os segmentos sociais, atribuindo-lhes funções diferenciadas e específicas. Apresentando o 'varejo das drogas' como a única alternativa de mercado capaz de gerar renda e garantir a satisfação plena dos anseios de consumo impingidos pela sociedade atual, e aproveitando-se de um forte componente psicológico que mistura frustrações pessoais, familiares e sociais, habilmente expandiram seu contigente de mão-de-obra, estabelecendo 'relações de trabalho' fundamentadas numa remuneração superior à da maioria dos empregos que seus integrantes poderiam exercer, no risco de vida premente e numa rígida hierarquia sustentada pela coerção e punição física.

Assediada pelos efeitos da associação entre crise socioeconômica e tráfico de drogas, a população carioca expressa um sentimento de indignação e revolta, que, ao refletir-se no poder público, muitas vezes é traduzido como um apelo voltado exclusivamente para a intensificação da repressão jurídico-policial e direcionado para a resposta a uma lacônica e unívoca questão: 'Como puni-los?'

A reprodução audiovisual desse raciocínio, divulgado diariamente em fotos, letras garrafais e manchetes sensacionalistas, parece querer armar e municiar a sociedade para uma cruzada contra os 'marginais', tendo como objetivos 'éticos e legais' impedir que 'produzam mais violência' e, ao justiçá-los exemplarmente, desencorajar, por vias transversas, outros a 'entrarem para o mundo do crime'

Agravando ainda mais essa situação, o incremento da circulação armamentista assustou e conflagrou certos setores da sociedade, notadamente os mais bem-aquinhoados, gerando acirradas reações, sendo um dos co-responsáveis pela intensificação de uma concepção de mundo que apregoa como única solução a pura e simples repressão. Apoderando-se de governos e cargos públicos ligados à justiça/segurança, seus adeptos puseram em prática uma política que preconiza, e até mesmo estimula, a invasão dos locais de tráfico (para eles exclusivamente morros e favelas), autorizando seus comandados a atirar em qualquer um que lhes pareça suspeito, para depois tipificar mortos e feridos como 'traficantes'.

Agindo dessa maneira subsumem, propositadamente, toda a complexidade e os aspectos socioestruturais das situações-problema contra as quais se voltam, encobrindo causas e motivações e buscando saciar seus interesses individuais como se fossem universais.

Neste livro não se pretende negar a gravidade dos fatos nem tampouco acobertar atos infracionais, duvidar dos índices que apontam o crescimento da criminalidade juvenil ou subestimar os sentimentos de apreensão e temor que assaltam os cidadãos cariocas. Seu intuito é demonstrar que o debate acerca da inserção de jovens no tráfico de drogas não pode ser confinado ao interior dos camburões de polícia, delegacias e instituições de atendimento do sistema socioeducativo. Ele precisa emergir e consigo trazer à tona a liberdade de expressão e a ampla participação dos diferentes segmentos da sociedade, tornando-se objeto de estudo e ação de um conjunto articulado, coeso e planejado de políticas públicas sociais inseridas em um projeto conseqüente de governo.

É preciso deixar claro, sobretudo, que, para a grande maioria dos cariocas obrigada a lutar diariamente por suas condições de vida, em nada interessa o (re)estabelecimento de uma política de controle social exacerbado, na qual sobressai o poder armado, punitivo, vingativo e tenuamente limitado. Mesmo diante do clamor e da comoção insuflada por mortes, roubos e seqüestros, ela sempre será a pior opção, pois se, num primeiro momento, pode vir a transmitir uma tranqüilidade aparente, logo depois tende a extrapolar todos os padrões ético-humanitários, sobrepujando preceitos legais de acordo com a vontade dos que a comandam e sustentam. O massacre dos sem-terra de Eldorado dos Carajás e a criminosa invasão do Carandiru são exemplos recentes dessa forma de intervenção do poder público.

Não sendo completamente inédita, nossa proposta tem como caráter distintivo e inovador o fato de ter sido elaborada com base no processo de avaliação do Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Oriundo de Medida Socioeducativa por Envolvimento com o Tráfico de Drogas (doravante chamado apenas de Sistema Aplicado de Proteção), projeto que teve apoio financeiro do Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e foi implementado pela Fundação para a Infância e Adolescência do Rio de Janeiro (FIA/RJ), no período que compreende os meses de novembro de 1998 a novembro de 1999.

Contando com a participação ativa e propositiva da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro – Comarca da Capital, esse projeto teve como objetivo gerar condições socioeconômicas que impedissem a reincidência e favorecessem a reestruturação e o fortalecimento dos vínculos sociofamiliares de 94 jovens que, em razão do envolvimento com o tráfico de drogas, cumpriam medida socioeducativa de semiliberdade e de liberdade assistida.

Levando-se em consideração o panorama histórico das políticas públicas voltadas para o segmento infanto-juvenil no estado do Rio de Janeiro, o Sistema Aplicado de Proteção pode ser considerado original e pioneiro, um projeto experimental, uma vez que em sua consecução adotou um conjunto inédito de procedimentos que visavam a inaugurar uma nova relação entre Estado e adolescentes infratores. Quanto a isso, há que se destacar:

- a interlocução da FIA/RJ com os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAMS) e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE);
- o estreitamento do relacionamento com o Poder Judiciário e o Ministério Público do Rio de Janeiro, visto que a decisão final sobre os jovens que efetivamente foram inseridos no Programa competiu ao Juiz da Infância e Juventude;
- o desenvolvimento de uma proposta de novas parcerias de atendimento, destacada do sistema formal e a cargo de quatro Organizações Não-Governamentais (ONGs) – Centro de Estudos e Atendimento São Domingos Sávio, Reencontro Obras Sociais e Educativas, Associação de Assistência à Criança São Vicente de Paula e Casa do Menor São Miguel Arcanjo – que, durante o período de 12 meses, trabalharam sob supervisão dos Pólos Regionais da FIA;
- a definição de um *per capita* mensal de R$ 130,00 (correspondente a um salário mínimo em novembro de 1998) para cada jovem, durante os 12 meses de duração do Projeto. Esse recurso foi mediado pelos técnicos das ONGs, de acordo com a necessidade de cada um, e investido na aquisição de bens, alimentos, pagamento de mensalidades de clubes, nunca sendo, todavia, repassado em espécie;
- o reforço à auto-estima dos jovens e a tentativa de articular reinserção escolar, curso profissionalizante, emprego e geração de renda;
- a proposição de uma avaliação externa de seu desenvolvimento e resultados.

A avaliação do Projeto coube à equipe de pesquisadores[1] vinculados ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sempre apoiados pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e pela Associação Brasileira de Pós-Graduação e Saúde Coletiva (ABRASCO).

Essa equipe vem, desde 1993, dedicando-se a investigar, analisar e debater os problemas do segmento infanto-juvenil fluminense por meio de um permanente investimento teórico-prático na linha de pesquisa Estudo sobre as Condições de Vida e Atendimento a Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro.

Compreendemos que, assim como preconizamos que o atendimento direto aos jovens envolvidos pelo tráfico de drogas deve imbuir-se e estudar as especificidades e relações travadas em torno desse ato infracional, não se confundindo com o dispensado àqueles que se encontram em situações ilícitas diferentes, o processo avaliativo deveria, obrigatoriamente, seguir o mesmo rumo. Afinal, o sucesso das estratégias utilizadas no Projeto poderia representar para os jovens uma efetiva possibilidade de ruptura com a atividade criminal, ensejando oportunidades concretas de reinserção social.

Partindo dessa opção metodológica e de vida, dedicamo-nos a estudar de forma mais ampla o tema do envolvimento de jovens com o tráfico de drogas, elegendo a mídia como primeiro campo de análise. Tal postura resultou na elaboração dos documentos *A Mídia e a Questão das Drogas nos 1, 2, 3 e 4*, coletânea de reportagens sobre o tema, publicadas na *Folha de São Paulo* (1995 e 1996), *Jornal do Brasil* (1995 a 1999), *O Dia* (1998 e 1999), *O Globo* (1999) e *Tribuna da Imprensa* (1998 e 1999).

Em seguida, centramos o foco de investigação no desenrolar do processo histórico carioca, em especial no que diz respeito à implementação de políticas públicas e à violência estrutural. Refletindo sobre as questões levantadas, produzimos o artigo 'A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural' (Cruz Neto & Moreira, 1999) e a monografia *Juventude, Exclusão e Tráfico de Drogas: adolescentes em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro* (Sucena, 1999). Todo esse esforço teórico subsidiou o processo de avaliação, o qual foi apresentado às instituições demandantes do Projeto por intermédio das publicações: *Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro – relatório parcial de avaliação* e *Sumário Avaliativo*.

[1] Além dos autores deste livro, participaram da referida equipe: Soraya Christina S. Oliveira, Jurema Correa da Mota e Rosemberg Carlos Vicente.

Oriundos e inseridos no campo da saúde pública, logo preocupamo-nos e passamos a inquirir em que medida e de que forma o envolvimento daqueles 94 jovens com o tráfico de drogas influía em suas condições de vida e quais as implicações dessa participação em sua saúde. Tais inquietações resultaram na dissertação de mestrado intitulada *Nem Soldados nem Inocentes: jovens e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro* (Moreira, 2000), que representa a continuidade e a ampliação reflexiva dos esforços anteriormente empreendidos.

Resultante desse processo, a práxis analítica que origina este livro pode ser traduzida na preocupação em permitir que a voz dos jovens chegue ao conhecimento da população de forma livre e sem preconceitos, possibilitando a abertura de um debate que seja capaz de atender tanto às demandas deles próprios quanto às da sociedade. Para isso, estudamos o depoimento de 88 jovens (93,61% do total de atendidos) que participaram do Sistema Aplicado de Proteção, cujos dados e informações foram coletados mediante a aplicação de três instrumentos específicos e inerentes ao trabalho de campo realizado durante a avaliação do Projeto:

- Entrevista com Instrumento Estruturado, composto por 104 questões (60 abertas, 17 fechadas e 27 mistas) que abarcavam sete temas específicos (Dados Pessoais; Condições de Moradia; Convivência Familiar; Lazer e Cultura; Sexualidade; Educação e Trabalho e Tráfico de Drogas), elaborado pela Equipe de Avaliação e ministrado aos 88 jovens pelos próprios técnicos que os atendiam;
- Entrevista em Profundidade com Roteiro Semi-Estruturado elaborado e aplicado pela Equipe de Avaliação, tendo como objetivo aprofundar as discussões sobre a vida dos jovens em três momentos diferentes: antes de entrar para o tráfico de drogas, durante sua passagem pelo tráfico e a sua inserção no Sistema Aplicado de Proteção. Participaram 16 jovens que concederam entrevistas de duração variável (de 45 a 120 minutos), gravadas em fitas cassetes. Os entrevistados foram selecionados pelos técnicos das ONGs, que adotaram como critério principal a divisão dos jovens em dois grupos de 8, sendo um formado por aqueles que apresentavam melhores possibilidades de sair do tráfico e o outro pelos que demonstravam maiores dificuldade para sair;
- Diário de Campo, construído com base no emprego da observação participante, técnica aplicada nos trabalhos de campo em que participamos durante todo o processo de avaliação do Programa, envolvendo audiências

na 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, visitas constantes e periódicas às ONGs envolvidas no Projeto ou em reuniões conjuntas com os técnicos e representantes da FIA, Degase e Criams.

Essa complexa e multifacetada gama de informações foi trabalhada por meio da interação entre as dimensões qualitativa e quantitativa, privilegiando-se aquelas que: narrassem motivos pessoais, determinantes sociais e demais causas que tenham influenciado o comportamento dos jovens, levando-os a inserirem-se no tráfico de drogas; fornecessem subsídios para melhor compreensão de como era a vida desses jovens quando faziam parte do tráfico de drogas; possibilitassem a elaboração de seu perfil.

Desse modo, os dados levantados serão utilizados neste livro como contraponto à análise do processo histórico, corroborando, ampliando ou mesmo invalidando assertivas e conclusões.

Para concretizar tal proposta, utilizar-se-á a análise hermenêutica dialética, possibilitando com isso que os jovens, suas experiências de vida, frustrações, esperanças e anseios sejam encarados como o cerne de todo o estudo. Nesse contexto, eles não serão vistos como mero objeto de estudo, mas como atores sociais concretos, vivos, capazes de construir uma trajetória histórica e de vida sobre a qual as relações socioestruturais têm influído de forma bastante negativa. Cabe, então, reiterar que eles representam a maior preocupação deste trabalho, não sendo apenas o seu ponto de partida, mas também os responsáveis pelo fio condutor e, sobretudo, o ponto de chegada para o qual convergem as atenções, pretendendo-se atingir, de forma direta ou indireta, os responsáveis pelas políticas públicas de atendimento ao segmento infanto-juvenil.

Imbuídos desse intuito, tencionamos contribuir com o debate, apresentando subsídios para uma melhor compreensão da inserção de jovens na estrutura do tráfico de drogas e enfocando de forma mais específica as implicações que essa participação origina na saúde deles. Tal proposta estrutura-se em cinco macromomentos que procuram proceder a uma investigação do processo histórico carioca, conjugando-a e interagindo com a análise da realidade contemporânea.

O primeiro passo de tal empreendimento delineia-se no capítulo intitulado *Revisitando o Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro: raízes históricas de um objeto de estudo recente*. Ao propor uma discussão sobre as categorias que tradicionalmente matizaram esse debate, procura-se compreender de que forma determinadas políticas públicas contribuíram para que a qualidade de vida da

população do Rio de Janeiro, em especial do segmento infanto-juvenil, fosse, ao longo do século XX, extremamente debilitada, gerando um avolumar de vulnerabilidades que seriam percebidas e aproveitadas pelo tráfico de drogas em seu processo de expansão.

O capítulo seguinte, *Perfil dos 'perfis' de jovens envolvidos com o tráfico de drogas,* traz para o contemporâneo as questões anteriormente levantadas, procurando confrontá-las e elucidá-las com base em uma conjuntura social que é analisada por meio dos depoimentos dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção. Esse momento enseja também uma análise crítica sobre a forma como a mídia vem tratando esses jovens e as características de sua abordagem, evidenciando-se o quanto as informações veiculadas tendem a atender à lógica da guerra. Como contraproposta, procura-se elaborar um 'perfil' que não se esgote na superficialidade dos dados empíricos e imediatos, aprofundando seu viés qualitativo, contemplando suas condições de vida e demonstrando como a ineficácia das políticas públicas contribui para torná-los vulneráveis ao tráfico de drogas.

Conseqüência direta desse 'perfil', o capítulo *Vida no Tráfico: cotidianos de uma sociedade que não se reconhece* procura elucidar o cotidiano que esses jovens vivenciaram durante o período em que fizeram parte do tráfico de drogas. A proposta essencial é demonstrar que essas experiências, por mais drásticas e indesejáveis que sejam, devem ser compreendidas como parte do cotidiano da sociedade e não como um movimento apartado, um conjunto fortuito e criminalizado de fatos e eventos que apenas devem ser reprimidos.

Essa vigorosa e decisiva tomada de posição passa, sem dúvida, por uma permanente interface com a abordagem da saúde pública, expressa no capítulo *'Coração de bandido é na sola do pé': implicações na saúde dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas*. A que tipo de agravos e implicações aqueles jovens foram submetidos? Afinal, passavam a maior parte dos dias, se não todos, armados, temendo a chegada da polícia ou dos 'alemão'; preocupados em descobrir se os que os cercavam iriam traí-los para galgar seu posto; impedidos de regressarem livremente para casa; tolhidos de um horário de descanso e sono, que, quando possível, era sempre conturbado e intranqüilo; sofrendo de baixa auto-estima e recorrendo ao consumo constante e intenso de cocaína e maconha. Essa rotina estafante e patológica submetia-os a situações e pressões que, afora o elevadíssimo risco de ser ferido e/ou assassinado, já seriam fortes o suficiente para desestabilizar física e mentalmente qualquer ser humano.

Sobrevivendo dessa maneira, são candidatos propícios a serem acometidos por uma grande variedade de problemas e distúrbios neurológicos, cardiovasculares e psicológicos. No entanto, é importante perceber que os agravos advindos da participação no tráfico de drogas extrapolam os limites pessoais e individuais, atingindo direta e indiretamente a suas famílias, comunidades e à sociedade como um todo.

Por fim, o capítulo *Nem Soldados, nem Inocentes* procura explicitar a anteposição entre esses dois conceitos e discutir a necessidade de privilegiar os aspectos estruturais que permeiam a vida dos jovens.

1

Revisitando o Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro:

raízes históricas de um objeto de estudo recente

Nas casas, ruas, trânsito, trabalho, e em praticamente todas as situações do cotidiano carioca, percebe-se um número crescente de pessoas sobressaltadas, amedrontadas e indignadas com o agravamento dos problemas sociais, expresso sobretudo nas diferentes formas de violência que permeiam o tecido social, revelando um processo que potencializa o individualismo e os conflitos interpessoais.

Procurando dar voz a esses sentimentos, as pesquisas e as enquetes apontam a violência, a falta de segurança e o desemprego como seus principais motivadores, sendo responsáveis, inclusive, por determinadas mudanças de comportamento. A repetição diária de acontecimentos trágicos – crimes, corrupção, balas perdidas, demissões em massa, sucateamento da rede pública de ensino e saúde... – abate-se sobre um povo historicamente tipificado como alegre e otimista, promovendo uma penosa redução de suas perspectivas de um futuro melhor, ainda que vislumbrado apenas para seus filhos.

Lutando para não perder sua identidade cultural, o carioca, mesmo a contragosto, procura adaptar-se às novas conjunturas, modificando e adaptando certos hábitos para manter vivos aqueles que lhe são mais queridos. Não sendo

prazerosa, essa constrangida escolha acarreta um inevitável desapontamento, o qual tende progressivamente à revolta e à mecânica atribuição de culpas.

Configurando-se um conjunto de respostas espontâneas, particularizadas e por vezes irrefletidas de indivíduos e instituições com os mais diversos propósitos, tal procedimento não consegue transformar-se em um movimento organizado, capaz de coordenar suas demandas e direcioná-las às instâncias de poder que têm como atribuição legal a resolução dos problemas públicos. Corre, assim, o iminente risco de ser manipulado pelos interesses dos verdadeiros responsáveis pelas situações contra as quais se volta.

Em momentos históricos como esse, nos quais justas aspirações individuais e coletivas são apropriadas por interesses diversos, que as conduzem como massa de manobra e pressão política, constata-se o surgimento de determinadas atitudes que são incentivadas com o objetivo de encobrir graves distorções socioestruturais: os conflitos interpessoais e sociais são apreendidos sob uma ótica de causa/efeito, remetendo sempre a epifenômenos conjunturais que são transformados no problema em si e *per se*; desconsidera-se e reifica-se toda a gama de relações sociais, econômicas e políticas que concorrem e manifestam-se na gênese e no desenvolvimento da situação-problema; recorre-se mecanicamente a um saudosismo que advoga como tipo ideal de sociedade aquela na qual, supostamente, os dramas de hoje em dia não existiam por causa da desejável intervenção do Estado. Essa associação conduz, via de regra, ao recrudescimento do apelo pela intensificação da ordem, tradição, autoridade e repressão; por conseguinte, desponta no corpo social um sentimento de mal-estar que minora e descrê do valor altruísta e solidário do ser humano, numa situação propícia ao estabelecimento de estereótipos que incriminam, culpabilizam e perseguem classes e segmentos populacionais já previamente marginalizados pelo processo de acumulação capitalista.

No município do Rio de Janeiro, essa situação vem sendo vivenciada de forma preocupante ao não conseguir especificar plenamente a responsabilidade do Estado e suas políticas, bem como a ineficácia dos pactos individuais e sociais, fazendo recair nos jovens em conflito com a lei o papel de 'agentes portadores da violência'. Com seus atos infracionais e delitos, eles são vistos como os principais – talvez mesmo os únicos – responsáveis pela violação da tranqüilidade urbana, devendo, por isso, ser duramente reprimidos.

O estigma que os assola transcende a fronteira jurídica, estendendo-se por contigüidade aos jovens pobres, segmento majoritariamente composto por

negros e mulatos, que, pelo simples fato de não terem livre acesso aos bens de consumo e à propriedade privada, estariam predispostos a utilizarem-se de meios ilícitos para deles se apropriarem.

Esse tratamento diferenciado, baseado nas condições materiais de vida econômica e social, espraia-se pela sociedade, fomentando uma conflituosa situação de clivagem: do lado (do) 'direito' assentam-se os cidadãos, pessoas que têm pleno acesso a seus direitos, comprando-os se necessário; do lado 'esquerdo' (que tem como raiz etimológica a palavra latina *sinistru*) amontoam-se os não-cidadãos, aqueles que só têm deveres e que só são incluídos no processo histórico por causa de sua situação de exclusão social.

A potencialização desse antagonismo é incentivada por uma elite política e econômica que, além de sentir-se atemorizada, necessita obscurecer suas responsabilidades e vinculações históricas com a crise social do País. Aproveitando-se de fatos concretos, como o aumento do número de atos infracionais cometidos por adolescentes, esses setores adaptam seus interesses particulares de forma a apresentá-los como legítimos, universais e preconizadores do bem-estar e da segurança pública.

Obstinadamente não poupam esforços para mobilizarem a chamada opinião pública e amealharem a simpatia de pessoas honestas, bem-intencionadas e mesmo das oriundas dos próprios segmentos marginalizados. Para tanto, compram e contam com o apoio de parte da mídia, que assume a tarefa de extrapolar a real dimensão dos crimes, elevando-a a níveis tão dramáticos que causem comoção e medo. Além disso, dispõem de substanciais aportes financeiros, utilizados para eleger seus porta-vozes e tornar notórios seus asseclas.

Por meio dessa associação, divulgam-se os brados e os apelos pela intensificação do aparato jurídico-militar-repressivo: aumento do policiamento ostensivo, redução da faixa etária penalmente imputável, aprisionamento e confinamento do infrator, trabalhos forçados para os detentos, prisão perpétua e... pena de morte!

Organizados e resolutos, pressionam o poder público de forma avassaladora. Como a maioria de suas postulações é dirigida à esfera administrativa federal e exigem a modificação da Constituição ou do Código Penal, enfrentam uma oposição política mais forte e diversa que até hoje as têm barrado.

No entanto, se não conseguem atingir o cerne do poder, logram sucesso ao penetrar em suas bordas e periferias. Ali, onde a política cede lugar ao

fisiologismo e ao nepotismo, onde os interesses e os cargos são negociados por suas 'cotações na bolsa', tais argumentos encontram ampla recepção e acolhida, conquistando apoios importantes que se materializam no beneplácito de certos governantes ante a violência policial. Esta, em alguns casos, é ostensivamente apoiada por secretários de Justiça, que chegam até mesmo a recompensá-la. Os resultados são incontestáveis: chacinas, grupos de extermínio, mortes 'por engano' e arbitrariedades que causam efeito inverso ao esperado, deixando a população com medo e desconfiança da polícia, situação reconhecida pelo atual governador do estado, que, no auge de uma crise política, afirmou: "o cidadão quando liga para a polícia não sabe se está falando com um policial ou um bandido" (*O Dia*, 28/4/2000). Esqueceu-se de dizer que, apesar de não ser o responsável pela cultura policial, é, constitucionalmente, o 'comandante-em-chefe' da corporação, possuindo o dever de impedir que tais hábitos e costumes prejudiquem a população.

Os casos Careli, Candelária, Acari, Nova Holanda... dia após dia repetem-se acontecimentos discriminatoriamente fatais em pleno sistema democrático. A mídia noticia-os, extrapola-os, repercute-os, requenta-os e esquece-os em poucos dias; os parentes e os amigos guardam para sempre sua dor; os desejosos da repressão exultam, e, abandonando o pressuposto efeito reativo/protetivo, chegam a sussurrar uma ação profilática, num processo que muito se assemelha ao das guerras civis africanas e à limpeza étnica nos Bálcãs que, por sinal, também servem-se do argumento de estarem defendendo a 'segurança da população'.

Ao posicionarmo-nos contra essa concepção de mundo, não tencionamos encobrir a gravidade dos problemas enfrentados pela população do Rio de Janeiro. Pelo contrário! Nosso principal objetivo é retirá-los do contexto ideologizado ao qual foram confinados e estudá-los à luz do processo histórico-social que os originou e os ambienta, procurando compreendê-los de forma mais nítida, fornecendo subsídios para a elaboração, a implementação e o desenvolvimento de políticas públicas que visem à sua superação.

O movimento primaz desse raciocínio conduz à constatação de que não é possível dissociar a análise do crescimento do número de jovens infratores da impressionante potencialização do tráfico de drogas: de acordo com levantamento da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em 1998 foram apreendidos, no município do Rio de Janeiro, 4.408 adolescentes, sendo 2.447 enquadrados na Lei de Entorpecentes, dos quais 1.549 (63% do grupo e 35% do total) por envolvimento com o tráfico.

Se os números parecem ser claros e inequívocos, as relações sociais que encerram e a eles dão vida são ainda bastante difusas, enigmáticas e insuficientemente compreendidas, engendrando vastas e complexas lacunas que, ao mesmo tempo em que obscurecem a compreensão da situação, desnudam-se enquanto objeto de estudo, ansiosas por serem preenchidas.

Tranqüila postulação se a vida de milhões de pessoas não fosse seu pano de fundo e enredo e os espaços vazios, em vez de ocupados por idéias e conceitos, não pudessem ser enfeixados pelo sofrimento, dor e morte. O drama da vida é o palco do pesquisador e a gravidade da trama sua aflição. Ele precisa levantar dados, constatar situações, discutir conceitos, refletir cientificamente, propor estratégias, rever idéias, duvidar das afirmações, recomeçar o que não foi bem feito, superar-se... tendo sempre em mente que os cidadãos para os quais ele pretende reverter seu esforço apresentam demandas imediatas, cujo trâmite e ritmo diferem do de seus estudos.

Instigados por essas incômodas situações, todos os argumentos aqui arrolados convergirão para a compreensão de que a questão do jovem envolvido com o tráfico de drogas não pode ser analisada de forma estanque, como se fosse um mero 'fenômeno' de fim de século, que deve ser resolvida somente pela intensificação da repressão.

A sociedade ainda não foi capaz de desvendar a complexidade dos interesses e mecanismos que movimentam o tráfico de drogas, necessitando (re)produzir e encaixar numerosas peças, a fim de compreender o funcionamento de suas engrenagens. Mais do que uma constatação, esse é um desafio pungente, cuja dignidade humana reclama e impõe ao cotidiano das instâncias de poder, dos setores acadêmicos e da própria população. Aceitá-lo é compreender que, acima de tudo, a incerteza não pode ser uma escusa imobilizadora.

Apesar de a questão das drogas ser uma tradicional preocupação social, a definição do tráfico como objeto de estudos sistemáticos e metodologicamente organizados é uma práxis exploratória ainda muito recente. Nesse campo do saber humano, os esforços e os recursos vêm sendo histórica e majoritariamente destinados a pesquisas que investigam as drogas em si, sua composição química, seu uso, os efeitos que provocam e as formas de tratar e punir a dependência. Por conseguinte, as teorias e os paradigmas estão irremediavelmente matizados pelas abordagens psicológicas, médico-clínicas e jurídico-legais.

Adotando uma concepção notadamente emancipadora e progressista, muitos desses estudos foram decisivos para a elucidação de questões-chave, descredenciando mitos que funcionavam e agiam como instâncias de contenção

e culpabilização da subjetividade humana. Nessa situação, alinham-se os trabalhos que demonstraram o caráter histórico-social que permeia e determina a licitude das drogas (Escohotado, 1997a); os que afirmaram a necessidade de abandonar a postura recriminadora do usuário de drogas, relativizando-a e entendendo-a de acordo com os contextos por ele vividos (Militello, 1997); e, ainda, as que asseveraram dimensões ritualísticas e terapêuticas para as drogas (Byck, 1989).

Desbravadoras de caminhos, essas abordagens semearam uma seara fértil, concentrando a colheita em frutos determinados e mantendo outros sob processo de maturação. Sinceramente preocupadas em entender os fatores psicológicos – e de certa forma sociais – que motivam a procura pelas drogas, cultivaram teses que abarcam e dão conta de uma importante dimensão da situação-problema, descuidando-se, porém, de suas correlatas. Nesse descompasso, a mais desdenhada foi, sem dúvida, a que germinava da possibilidade de estudar-se o tráfico de drogas em suas etapas histórico-sociais.

Em seu estudo *Anjos Caídos. Como Prevenir e Eliminar as Drogas na Vida do Adolescente*, Tiba (1999) produz um típico exemplo desse hiato. Aproximando-se com toda propriedade do linguajar, hábitos e costumes compartilhados pela 'juventude' (que não é demarcada por classes ou estratos sociais), ele desenvolve uma argumentação clara e didática que assemelha o poder de sedução das drogas aos jogos de flerte, sexo e amor praticados pelos adolescentes:

> Um dia (um adolescente) fica sabendo de alguém que fuma maconha. Talvez nem se interesse pela pessoa, porém o mais comum é querer se aproximar para checar os conhecimentos que já tem. E aí a grande surpresa. No lugar de um ser humano em destroços, encontra uma pessoa simpática, que faz sucesso na turma (...) sem acesso à veracidade das informações acredita no que vê e testemunha. Daí aceita os velhos argumentos de que 'maconha faz menos mal que tabaco e álcool' (...) a paquera já começou há muito. Nesta etapa nasce o desejo de experimentar maconha... a primeira ficada é em geral feita em grupo, ao lado de alguém que já 'canabisa' há mais tempo... 'ficou' quer 'rolar' (...) para ir a algum lugar o adolescente 'canabisa' antes. Chega ao local com a cabeça feita, sem ter que fumar na hora (...) fica tão ligado na maconha que nem curte a festa. É o namoro...

Não obstante a originalidade do raciocínio e suas aplicabilidades clínicas, percebe-se que o autor focaliza o problema sob uma perspectiva oblíqua, imputando à droga:

- o atributo de gerar o seu próprio consumo, bem como o de ocasionar e materializar as múltiplas e intrincadas relações sociais que a colocam em contato com aquele que por ela interessar-se;

- um *telos* metafísico, destituindo a relação indivíduo-droga de suas contradições internas e mimetizando-a em seus aspectos mais exteriores;
- o *status* de um objeto dado e tautômero, que já em seu estado natural seria dotado do poder de persuasão física e sensorial necessário para seduzir o incauto adolescente a 'consumar o ato' e a repeti-lo constantemente.

Exatamente por isso pode amalgamar a 'juventude' em um todo homogêneo e indiferenciado, identificando seus componentes por uma característica comum: a de ocuparem a posição passiva de possíveis seviciados. Se não há diferenças eminentemente qualitativas entre eles, pode-se então presumir que as mesmas motivações que impulsionam seu festeiro adolescente de classe média a 'canabisar' repetem-se em maior ou menor grau naquele que 'cheira cola' para iludir a fome.

Em seu estado natural, a droga não é propícia para o uso, necessitando de ser manipulada e de receber tratamento adequado para atingir tal condição. Os mais minuciosos talvez qualifiquem essa assertiva como pouco rigorosa, reivindicando que, nesse estágio, ela nem mesmo seria uma droga, mas uma substância secretada na composição vital de um vegetal, cujo caráter classificador só pode ser conferido após o contato humano com suas propriedades.

De qualquer forma, fica explícito que a droga deve ser extraída de seu *locus* original para ser submetida à interferência de processos químicos e físicos que alterem sua composição, dimensão e formato. Agregando à sua essência essa influência humana, é destituída de seu caráter natural. Também já não está mais ao alcance de todos, tornando-se propriedade daqueles que investiram em sua manipulação. Precisa, então, ser transportada para onde os 'interessados' possam travar contato com sua faceta elaborada e, finalmente, a adquiram.

Para que um indivíduo possa ter acesso à droga, precisa, necessariamente, relacionar-se com os responsáveis oficiais – termo que não deve ser interpretado como sinônimo de 'legais', mas como 'socialmente reconhecidos' – por sua distribuição. Não importa que ela tenha chegado a ele por intermédio de um conhecido ou pelo grupo que freqüenta. Em vez de invalidar a relação social, o afastamento físico entre ele e o 'distribuidor' concretiza e evidencia a existência de uma 'cadeia de interessados', que organiza seus próprios meios de (re)distribuição e cujos 'elementos primários' são aqueles que travam o contato direto e adquirente. Do sucesso dessa relação depende a concretização do desejo dos participantes secundários e terciários.

Eliminem-se possíveis dúvidas: um indivíduo pode apresentar-se como ‘distribuidor’ e, momentos depois, tornar-se um ‘elemento primário’ e vice-versa, investir em uma postura incisiva e transformar-se em ‘proprietário’, ou mesmo abdicar de ambos e assumir outros que o afastem completamente desse mercado.

Limitar os indivíduos a uma das inumeráveis relações que possa travar em sua vida, por mais constantes ou socialmente importantes que sejam, representa dispensar um tratamento discricionário à subjetividade humana e à complexidade do processo histórico, ensejando um ambiente propício à ascensão de concepções de mundo que propositadamente tipificam e estigmatizam o empírico, amoldando-o por contigüidade a uma determinada parcela da população.

Ressalte-se que vislumbrar a permanente possibilidade desse interacionismo mutável não implica erigir um artificial marco divisor entre ‘indivíduo’ e ‘relação social’, como se esta fosse a roupagem daquele que, quando retirada, pudesse ser pendurada sem influenciar os outros acontecimentos da vida. A adequada compreensão dos avanços e dos recuos dessa fronteira é um desafio cujas tentativas de elucidação em nenhum momento procuram justificar, isentar ou eximir alguém de possíveis sanções, e sim evitar que estas extrapolem limites ético-humanitários, sendo utilizadas como instrumentos de opressão social e de garantia de hegemonia.

A relação indivíduo-droga é um fim em si próprio, que, conforme afirma Velho (1998), encontra-se amplamente difundida pelas mais diferentes épocas e sociedades. O reconhecimento dessa característica comportamental tem sido de extrema valia para a compreensão de determinados aspectos histórico-sociais da questão das drogas. Entretanto, há que se contornar uma forte tendência de similarização e analogia que, mesmo a contragosto, muitas vezes proporciona comparações mecanicistas que, em vez de promover uma correta análise do contexto social, acabam por obscurecê-lo ainda mais. Esse proceder tem-se evidenciado, sobretudo, ao se focalizar o exemplo da cocaína.

Em sua obra, Somoza (1990) relata que, nos Andes, o hábito de “mascar folhas de coca” remonta a períodos pré-incaicos, atribuindo-se a elas propriedades curativas e medicinais. Sem dúvida, é importante elucidar essa fonte histórica, requisitando sua precedência e assinalando possíveis influências posteriores. No entanto, o que em geral ocorre é a construção de uma análise linearmente comparativa, que pretende transportar situações e motivações passadas, nivelando-as àquelas protagonizadas pelos consumidores contemporâneos de cocaína.

Para que a relação indivíduo-droga e o fim que ela encerra sejam consumados, é necessário que seja travada uma relação mediadora entre interessado-distribuidor, que é profunda e permanentemente marcada pelas diferentes conjunturas sociais. Analisar isoladamente tais relações, ou reduzir a importância da mediação, constitui-se procedimento fragmentário que, além de diminuir as possibilidades de compreensão, pode turvá-las, originando percepções distorcidas.

Ao estudar os hábitos e costumes dos yanomami da Amazônia Setentrional, Chagnon (1968) descreve a importância social dos "shahori" (xamãs/pajés), responsáveis pela cura de doenças e por esconjurar o mal. Para adquirir essa capacidade, se utilizam de uma "droga alucinógena" – o autor não faz referência a seu nome – extraída pelas mulheres de uma árvore denominada "ebene". Depois de umedecida com saliva e misturada a cinzas de madeira, a droga é moída pelo próprio "shahori", que então inala o pó que se formou. Em poucos minutos surgem os efeitos, deflagrando uma série de danças e encantamentos que têm como objetivo atrair os "hekura" – pequenos demônios da floresta – para morarem no corpo dos "shahori" e a eles transmitirem seu poder. Como em uma tribo pode haver vários desses curadores, sempre homens, aqueles que desejam se tornar um deles precisam passar por um ritual de iniciação, no qual um shahori preceptor insufla, por meio de um tubo oco, a droga em seus narizes, transmitindo-lhes o poder que desejam.

Contornando o reducionismo de, em um único parágrafo, sintetizar uma tradição secular, é possível constatar que entre os yanomami aquela relação 'indivíduo-droga' é socialmente aceita e desejada, sendo matizada por um ritual de iniciação que reflete uma economia baseada no tripé caça-coleta-pesca e uma organização social estruturada na divisão sexual do trabalho. O "shahori", mesmo não participando da extração da droga, intervém em sua manipulação, assumindo os papéis de 'proprietário', de 'interessado' quando a usa para curar, e de 'distribuidor' quando inicia os outros e recebe da sociedade os méritos, louvores, posição social e admiração.

Retrocedendo no tempo, aporta-se na França de 1851, quando o poeta Charles Baudelaire (1996) escreve o ensaio 'Do vinho e do haxixe vistos como meios de multiplicação das individualidades'. Atendo-se à parte da obra que remonta apenas à relação 'indivíduo-álcool', verifica-se a defesa apaixonada que o autor faz do hábito, já então enraizado na França, de degustar diariamente "um bom vinho", de preferência o produzido em Borgonha e comercializado nos bistrôs da moda da Belle Èpoque. Polemizando, ele chega ao paroxismo de indagar se "por acaso não

é razoável pensar que as pessoas que nunca tomem vinho, ingênuas ou sistemáticas, são uns imbecis ou hipócritas?". Respondendo às críticas sobre o estado de embriaguez, desfere a sentença: "existem bêbados ruins; trata-se de pessoas ruins por natureza. O homem mau (que bebe) torna-se execrável, assim como o bom torna-se ótimo".

Da 'selva' à 'civilização' as mudanças são substanciais:

- sob as 'luzes', a relação 'indivíduo-droga', apesar de largamente praticada, é destituída de sua aceitação tácita e unânime, passando a ser reprovada por influentes e tradicionais setores daquela sociedade, que, no entender do autor, seriam extremamente reacionários;
- a função ritualística é superada pela comercial, o que concentra o papel do 'distribuidor' naqueles que, em seus elegantes estabelecimentos, são financeiramente remunerados pelos 'interessados';
- mesmo sob o peso e a desconfiança das acusações, as relações travadas são lícitas, regulamentadas pelo poder público e, ainda, contribuem tributariamente para o incremento do orçamento local.

A multiplicidade de exemplos passíveis de serem aventados é tão volumosa e rica em sutilezas, variações e adensamentos, que prolongar esta análise comparativa produziria várias laudas e capítulos. Exatamente por isso apresentamos logo o argumento-eixo: o estudo da relação 'indivíduo-droga' em épocas e sociedades determinadas não pode simplesmente assimilar o conhecimento preexistente para encaixá-lo como um móbile nas novas situações, requerendo um vagar maior em suas análises e, em especial, uma atenção mais detida às relações 'interessado-distribuidor'.

Por que concentrar a mediação no 'distribuidor' se, para que a droga chegue até ele, devem ser transcorridas as várias etapas anteriormente citadas? É verdade, apesar da extemporaneidade, que um indivíduo pode optar por desempenhar todos os papéis disponíveis, de extrator a interessado, utilizando-se ele próprio da droga que cultiva e prepara. Mas, se, por qualquer motivo, desejar socializá-la, permitindo que outros tenham acesso a ela deverá, obrigatoriamente, assumir ou delegar oficialmente o papel de 'distribuidor'. Será este que travará o contato direto com os 'interessados', tornando-se, com o decorrer e o multiplicar de eventos interativos, o elo mais facilmente reconhecível do processo, transferindo para os indivíduos que o exercem toda a catarse emocional, física e de responsabilidade que a sociedade atribuir à relação 'indivíduo-droga'.

O ponto final da viagem recupera a contemporaneidade e transfere-se para a mesma cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, onde o périplo havia começado. Assim, é necessário que se proceda a um aprofundamento e perceba-se que o tráfico de drogas constitui-se um mercado ilícito, promovendo uma reordenação categórica. Se nos exemplos anteriores foi possível trabalhar exclusivamente sob a ótica do 'distribuidor', a lógica mercantil transforma-a em um 'processo de distribuição' que envolve a participação de 'produtores', 'atravessadores', 'distribuidores', 'fornecedores', 'atacadistas', 'varejistas' e demais categorias essencialmente ligadas à comercialização das mercadorias.

Um grande número de jovens insere-se nesse processo, participando ativamente das diferentes atividades que permitem a comercialização ilícita do varejo das drogas. São eles que travam um contato fugaz, apreensivo e vigiado com os 'interessados', recebendo, em essência, o dinheiro necessário para a compra da mercadoria e que logo será repassado a seus superiores hierárquicos. Entretanto, ao contrário dos exemplos anteriores, a sociedade não apenas nega-lhes qualquer tipo de reconhecimento, como deposita sobre eles grande parte da culpa, se não toda, pelos problemas causados pelo 'tráfico de drogas'.

Faz-se indispensável demarcar que, ao trabalhar com a categoria 'tráfico de drogas', estamos nos referindo às relações que envolvem a distribuição mercantil e ilícita de cocaína e maconha. Por mais óbvia que possa parecer, tal construção é absolutamente necessária para deixar nítido que não se pretende transitar pelas relações que envolvem drogas como tabaco e álcool, que, apesar de também serem bastante consumidas no Rio de Janeiro, engendram, em razão de sua licitude, relações específicas que exigem investigações próprias.

Ao fazer essa opção, não se afirma que, no Rio de Janeiro, o tráfico de drogas só oferece cocaína e maconha, mas que elas são hegemônicas e que se constituem em sua 'pedra-de-toque'. É certo que em determinados lugares da cidade encontrar-se-ão haxixe, LSD, heroína ou alguma droga mais 'sofisticada', entretanto, suas quantidades são bastante reduzidas e de destino focal. Daí depreende-se que, assim como qualquer análise que se refira ao tráfico de drogas precisa levar em conta o referencial histórico-local, a expressa neste trabalho refere-se à realidade do município do Rio de Janeiro. Em São Paulo, por exemplo, o estudo teria que levar em conta que a distribuição do *crack* assumiu, desde a década de 80 do recém-findado século, grande importância, gerando formas próprias de relação.

Estabelecidos tais referenciais, torna-se necessário fornecer subsídios para desfazer uma confusão que vem tornando-se praxe no senso comum: chamar o tráfico de cocaína e maconha de 'narcotráfico'.

É interessante notar que aqueles que conscientemente conjugam essa mimese geralmente pretendem transmitir a seus interlocutores uma idéia de abrangência, organização e do poderio internacional das atividades do tráfico, tendo como intuito demonstrar que esse é um problema globalizado e não circunscrito às fronteiras cariocas. No entanto, ao prefixar 'narco', os efeitos e significados descaracterizam completamente o tráfico no Rio de Janeiro, turvando sua especificidade e causando uma contraproducente mescla de termos que, segundo Tancredi (1982), floresce da popularização de um termo anglo-americano:

> O termo *narcotic* é usado em todos os países de língua inglesa (...) foi originalmente utilizado para referir-se a uma série de substâncias que induziam a uma alteração no estado de consciência. Entretanto, a constatação de que uma grande quantidade de substâncias utilizadas em medicina produzem alterações no estado de consciência fez com que o uso da expressão fosse paulatinamente se restringindo ao ópio e seus derivados (heroína, morfina e codeína) ou substâncias sintéticas com efeitos semelhantes a elas e que também produzem dependência física ou psíquica.

De acordo com Rocha (1987), o ópio e seus derivados são drogas destiladas do suco extraído do fruto imaturo da papoula que, depois de refinadas, servem para manufatura de remédios considerados pelas convenções internacionais e pela legislação brasileira como narcóticos ou entorpecentes, isto é, drogas que produzem sono ou torpor.

O mesmo autor explica que a cocaína, um alcalóide bicíclico extraído da folha dessecada da coca (*Erythroxylon coca L.*), age "sobre o sistema nervoso central, de modo significativo no córtex cerebral, estimulando e provocando fenômenos motores". No que diz respeito à maconha, Escohotado (1997b) ilustra que seus "efeitos intensificam a sensibilidade, as sensações corporais são mais intensas... uma suspensão das coordenadas cotidianas que faz aflorar pensamentos e emoções adiadas ou pouco acessíveis". Ou seja: cocaína e maconha têm efeitos totalmente diferentes e até mesmo contrários ao dos narcóticos.

A confusão estende-se também ao campo jurídico. A legislação brasileira abriga cocaína e maconha sob a denominação generalizante de 'entorpecentes', cujo significado etimológico – torpor, sonolência – é muito próximo ao de narcótico, funcionando quase como um sinônimo deste. Em sua alentada obra sobre *Tóxicos no Direito Penal Brasileiro*, Silva (1973) afirma que no que se relaciona à questão das drogas, o Direito preocupa-se com:

a conduta ilícita ou criminosa que consiste no tráfico clandestino e uso indiscriminado ou inadequado e com o conceito legal de entorpecência... devemos notar que por substância entorpecente quis referir-se a legislação a toda e qualquer substância capaz de determinar dependência física ou psíquica, embora não considerada como entorpecente!

O próprio autor demonstra que essa é uma diretriz germinal da cultura jurídica nacional, informando que, em 6 de julho de 1921, o então Presidente da República, Epitácio Pessoa, sancionou o Decreto nº 4.294, o primeiro a criminalizar a cocaína no Brasil, cujo artigo primeiro assim determina: "Vender, expor à venda ou ministrar substâncias venenosas... pena: multa. Se a substância venenosa tiver *qualidade entorpecente*, como o ópio e seus derivados, *cocaína e seus derivados*: Prisão celular de 1 a 4 anos" [grifos nossos].

A despeito das críticas, não abandonamos, em hipótese alguma, a visão histórica de que o tráfico de drogas é uma atividade globalizada. O que questionamos é por que o emprego do termo 'tráfico' já não seria suficiente para transmitir essa idéia.

Sob um foco retrospectivo, a categoria 'tráfico' surge no processo histórico brasileiro de maneira contundente e vergonhosa em sua relação com a economia escravista, constituindo-se na forma legal e abençoada utilizada pela metrópole para comprar africanos aprisionados, transportá-los para a colônia e vendê-los para os nobres latifundiários disporem plenamente de suas vidas e mortes. Mas a associação depreciativa não se esgota aí. Na legislação atual também faz-se referência a um outro tipo de tráfico, o de influência e interesses, que, basicamente, consiste na utilização de uma posição pública privilegiada com o objetivo de auferir benefícios particulares.

Em ambos os casos o termo transcende limites e fronteiras, sejam eles locais, geográficos, internacionais, momentâneos, simbólicos, éticos, legais ou de *status.* Além disso, refere-se, licitamente ou não, a um sistema socialmente organizado, muito mais abrangente que o ato em si e cujo poder financeiro, militar ou político garantiria as possibilidades de concretização. Constata-se que tanto o uso histórico quanto o contemporâneo não inviabilizam uma concepção globalizante. Pelo contrário: nos aspectos aqui ressaltados acabam até mesmo por corroborá-la.

Em resumo: os referenciais são confusos e contradizem-se. Ao apontar o problema temos consciência de que, apesar de talvez não ser este o espaço mais adequado para a tentativa de construção de um conceito uniforme e preciso – especialmente porque essa tarefa deve cogitar e abranger diferentes áreas do

conhecimento – constitui-se momento privilegiado para mostrar a incongruência da generalização do termo 'narcotráfico', que, aqui, só será mencionado se for transcrito da fala de algum ator social, ou referenciando instâncias que se autodenominam dessa forma, como, por exemplo, a 'CPI do Narcotráfico'. Trabalhar com a categoria 'tráfico de drogas' conforma-se, então, em uma experiência dialética, na qual ao mesmo tempo que se afirma o objeto, evitando a dubiedade de sentidos e, mantendo-o reconhecível e inteligível, ensejam-se oportunidades para seu aprofundamento e superação.

Acreditamos que esse equívoco esteja refletido na própria ambigüidade dos termos, vinculada ao já aludido caráter recente de sua objetificação. No campo das ciências sociais, por exemplo, ele só ganhou notoriedade a partir da segunda metade da década de 80 do século XX, surgindo no esteio dos trabalhos voltados para o estudo da violência – mais notadamente da chamada 'violência urbana' –, passando a ser analisado ora como um de seus componentes, ora como um de seus subprodutos (Pinheiro, 1982; Soares 1993; Misse, 1999). Conforme testemunha Zaluar (1996), uma das mais prolíficas pesquisadoras do tema, até mesmo esses estudos demoraram a adquirir porte e ganhar espaço: "quando comecei o tema era considerado menor: não mobilizava os cientistas sociais de maior renome nem os que já eram apontados como promissores".

Em seus trabalhos sobre a Cidade de Deus (Zaluar, 1985, 1994) – bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, encravado entre a Barra da Tijuca e Jacarepaguá e habitado por uma população majoritariamente de baixa renda –, a autora foi das primeiras a ressaltar e sistematizar os efeitos da aproximação do tráfico de drogas com os jovens, já apontando para uma drástica redução de sua expectativa de vida, geralmente interrompida de forma abrupta por homicídios.

Com o decorrer dos anos, as situações por ela reveladas foram complexificando-se e agravando-se. O número de jovens inseridos na estrutura do tráfico de drogas cresceu exponencialmente, acompanhando a intensificação de seu poderio bélico, a opressão exercida sobre a população que vive nos locais onde as 'bocas' (o *locus* principal da efetivação do 'processo de distribuição') eram estabelecidas e o comportamento dúbio da repressão policial. Estrelando os papéis que o tráfico de drogas a eles destina, os jovens passam a levar uma vida à margem do que a sociedade tipifica como normal, e cujo ritmo frenético, extremamente nervoso, estressante e arriscado, a todo momento os coloca diante da morte violenta.

Acuados nessa posição, assistem ao cerceamento e à censura de qualquer manifestação que não lhes seja desairosa, absorvendo, sem poderem defender-se,

os juízos de valor proferidos por determinados segmentos da sociedade. Baseados na gravidade do fato que torna o papel que os jovens exercem conhecido publicamente, tais veredictos convergem para o distanciamento e estereotipização, variando na intensidade da culpabilização e no grau de exigência repressiva.

A despeito de um aparente feito preventivo gerado pela intensificação da reprovação e repressão, essas posições arbitrárias não têm impedido que um importante contingente seja continuamente atraído por uma 'vaga no elenco'. Por quê? Qual o perfil desses jovens? Quais as situações e motivações sociais que podem levá-los a incluir no rol de suas atividades a inserção na estrutura do tráfico de drogas?

Tais questões constituem-se motivação permanente deste trabalho, que, por razões óbvias, não se arroga o ímpeto vão de tentar elucidá-las em sua totalidade. Sua pretensão é empreender um esquema analítico que seja capaz de cotejar conjuntura e estrutura, contemporaneidade e processo histórico, resgatando e destacando determinadas relações sociais que tenham sido, ou ainda sejam, essenciais para que o problema tenha atingido tal gravidade.

O eixo central dessa empreitada gira em torno da atuação do poder público – compreendido em suas diferentes esferas administrativas e de poder, mais especificamente naquela que ao intervir direta ou indiretamente sobre as condições de vida dos jovens cariocas venha a depreciá-las, vulnerabilizando-os.

Ao trabalhar com o conceito de vulnerabilidade – tradicionalmente utilizado nos estudos sobre a prevenção ao HIV/Aids, explicando-se pela delimitação do campo mais frágil pelo qual alguém pode tornar-se vulnerável, ou seja, sofrer um ataque ou invasão a partir de determinado ponto –, pretendemos empreender um esforço para extrapolar esse significado inicial, adequando-o à realidade social. Conforme explica Cruz Neto (2000):

> Qual a relação entre violência, pobreza e vulnerabilidade no caso dos jovens? Essa nova geração sofre as conseqüências das desigualdades sociais e reage de diferentes maneiras. Na opção pelo lucro e na defesa do mercado, grande parcela dos jovens é excluída pela sociedade. A pobreza é o indicador mais sensível da concentração de renda no Brasil e, diante deste quadro, a principal forma de violência passa a ser a violência estrutural perpetrada pelo próprio Estado constituído, gerando a opressão de pessoas e grupos, negando-lhes bens e oportunidades necessárias, tornando-os mais vulneráveis às mazelas sociais, ao sofrimento e à morte(...) A vulnerabilidade social manifesta-se de forma contundente junto aos segmentos mais empobrecidos da população. Uma pobreza que permeia a sobrevivência das pessoas seja através do desemprego, dos baixos salários, das péssimas condições de moradia e de saneamento básico. Uma vulnerabilidade engendrada pela violência estrutural que acaba por atingir a auto-estima e a dignidade dos envolvidos.

Imersos nessas situações, os cidadãos encontram-se e reconhecem-se psicológica, física, cultural, política e financeiramente fragilizados, deparando-se com a prejudicial premência de uma escolha constrangida: não satisfazer suas necessidades, postergando-as para um futuro incerto e aprendendo a lidar com as frustrações, danos materiais e agravos à saúde acarretados, ou engendrar meios diferentes dos tradicionais para atingir seu objetivo, criando, então, procedimentos que fatalmente serão encarados pela sociedade como 'marginais' e dela receberão pressão negativa, compatível com a intensidade com que ocorram. Pode até mesmo haver casos em que a constância obrigue a sociedade a tolerá-los ou a veladamente calar seus protestos oficiais – como, por exemplo, a mendicância, criminalizada pela Lei Alfredo Pinto de 1891 –, mas as oportunidades de aceitação serão escassas.

Atentos e dispostos a se aproveitar dessa vulnerabilidade, sobrepõe-se uma variada gama de pessoas, instituições e atividades que assediam o cidadão, acenando com respostas para suas demandas. Nesse espaço poroso e nebuloso, penetram, dentre outros, políticos em busca de votos, líderes messiânicos que dizem possuir as 'chaves do paraíso' e também o tráfico de drogas.

Nesse contexto, a vulnerabilidade não cria e nem é regida por relações de causa-efeito, estando decisivamente vinculada a mediações, ponderações e interpolações éticas, culturais, filosóficas, políticas e materiais. Ela constitui-se um indicador das frustrações, desrespeitos e privações que a sociedade impõe a determinados cidadãos, apontando que a interação e a acumulação dessas situações vão, ao longo da existência individual e do processo histórico, deteriorando as condições de vida de extensos segmentos populacionais. Ao contrário do que julga o senso comum, esse movimento não é definitivo para o aumento do número de pessoas que aderem às 'soluções marginais', mas sim para a multiplicação das possibilidades de ação de setores inescrupulosos que se utilizam dos problemas humanos para obter lucros e vantagens próprias, tornando ainda mais difícil e pesarosa a escolha, arrastando cidadãos para atividades que, aí sim, podem ser ilícitas ou criminosas.

Parece lógico, então, que a vulnerabilidade social não seja fruto somente da atuação do poder público, mas, quando assim o for, não deve ser superficialmente encarada como simples desídia ou má-fé dos governantes. Nesses casos, ela é conseqüência de um embate político-ideológico no qual as políticas públicas são prioritariamente destinadas a atender aos interesses dos segmentos e classes mais intimamente ligados ao poder e ao capital, relegando e encarando as demandas da maioria da população como secundárias e caudatárias daqueles.

As condições de vida de uma população e, conseqüentemente, de um de seus segmentos, mantêm intrínseca e indelével ligação com as políticas públicas implementadas pelo Estado. Essa relação torna-se mais crítica quando se focaliza o segmento infanto-juvenil que, por suas condições sociais e psicobiológicas (Oliveira & Mendes, 1995), é extremamente dependente de pais, irmãos, professores, médicos, condições de habitação e de saneamento, ou seja, um vasto rol de pessoas, situações e instituições que já têm sua vida e existência afetadas pelas políticas públicas.

Num Estado em que os governantes organizam as políticas públicas a fim de atender aos interesses do mercado, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica gravemente prejudicada e restringida. O reflexo direto dessa escolha é a queda de qualidade dos serviços públicos, que passam a prestar atendimento insuficiente e de má-qualidade, incapaz de dar conta das necessidades e anseios da parcela da população que os procura. A persistência desse quadro afeta de forma mais grave as classes de mais baixa renda, que não possuem recurso para procurar instituições privadas que supram a rarefação pública: educação, saúde, lazer, habitação, renda, condições de salubridade... o acesso a estes direitos é cerceado e até mesmo negado a um grande contingente de cidadãos, que vivenciam a dramática redução de suas oportunidades de ascensão social, sendo obrigados a viver sob condições indignas e de extrema vulnerabilidade.

Conforme afirmam Cruz Neto & Moreira (1999), esse esquema engendra e propicia todas as características de uma prática de violência estrutural: não é natural, mas sim histórica e socialmente produzida; tinha profundas raízes nas relações de poder; apresenta resquício de autoritarismo social; é política e geograficamente demarcada; afeta, sobretudo, cidadãos com reduzida capacidade de defesa; alimenta a ostentação de poucos com o sofrimento de muitos; amplia as disparidades sociais; cerceia oportunidades e legítimos projetos de vida; inibe a escolha racional, favorecendo a escolha constrangida pela mendicância, delinqüência ou tráfico de drogas; fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e a morte.

Exatamente por ser cometida por instituições consagradas por sua tradição e poder, essa forma de violência costuma ser considerada como algo natural, que não se pode contestar sob o pretexto da desestabilização da ordem. Sob o efeito dessa ideologia e mesmo com a atribuição de propagá-la, os meios de comunicação dispensam-lhe espaço muito menor que o dedicado à criminalidade e à delinqüência, sem nunca vinculá-la como manifestação da violência. A própria população atingida a atribui à simples inapetência ou desonestidade governamental.

Esse 'duplo silêncio' representa a reificação da violência estrutural, a qual, dissolvendo a revolta contra a ineficiência das políticas públicas em um sentimento mais forte e marcante como a dor de um desempregado ao ver o filho passar fome ou a morte de um ente querido por falta de atendimento médico, assume, diante do senso comum, uma aparência de fatalidade ("morreu porque chegou a hora"), naturalidade ("meu filho saiu da escola porque não 'dava' para o estudo") e neutralidade ("se você não trabalhar, não vai ser o governo que vai pagar suas contas").

O aspecto mais cruel dessa manifestação de violência, para o qual confluem todas as características aqui apresentadas, é o de ser responsável pela instauração de um processo seletivo que tem o poder de decidir quais cidadãos desfrutarão de seus direitos e do bem-estar social (comprando-os, se necessário) e aqueles que se incorporarão à grande massa de excluídos sem, contudo, conseguir isolar uns dos outros e colocando-os, para desgosto de alguns, frente a frente diariamente.

Esse encontro de desiguais produz relações não necessariamente belicosas. No entanto, o agravamento dos problemas sociais e o aumento dos índices de delinqüência vão, gradativamente, potencializando rancores que se expressam no preconceito, na intolerância e no medo. Essas críticas tornam-se mais contundentes quando direcionadas aos jovens envolvidos com o tráfico de drogas. Aqueles que as proferem nem sequer chegam a se dar conta de que, bem antes de eles pensarem em cometer atos ilícitos, já eram vilipendiados em seus direitos, vitimados por uma violência contra a qual não sabiam defender-se, ignoravam seus motivos, desconheciam a origem e não percebiam seus objetivos.

Há que se ter absoluta clareza de raciocínio e perceber que o fato de esses jovens serem tradicionais vítimas da violência estrutural não estabelece uma relação determinista que explicaria por si só e univocamente sua entrada para o tráfico de drogas. O que se pretende demonstrar é que a baixa qualidade de vida e a dramática restrição de possibilidades criam neles uma instabilidade psíquica, física, material e social que, associada às incertezas, dúvidas e reações de rebeldia típicas de seu momento etário-psicológico, deixa-os mais vulneráveis à interferência daqueles que tencionam aproveitar-se de seus problemas, sendo o tráfico de drogas, conforme demonstra Assis (1999), apenas um dos componentes do constante assédio que sofrem.

Claro está que tamanho acumular de vulnerabilidades não foi construído em um, dois, cinco ou dez anos. Sua eclosão vem sendo calcada e maturada ao longo de um processo histórico marcado pelo desrespeito dos setores dirigentes

à democracia e aos direitos do cidadão, pelas lutas sociais que foram cruentamente sufocadas e pelo multiplicar de relações conflituosas.

Faz-se, então, necessário proceder a uma investigação retrospectiva que perscrute determinadas etapas do desenvolvimento social, econômico e político do município do Rio de Janeiro, correlacionando-as à sociedade atual, num procedimento que visa a descerrar véus que nublem a real compreensão dos fatos. Nesse processo, há que se considerar o levantamento, enumeração, descrição e explanação dos fatos, contradições e relações que, de alguma forma, intervieram no fluxo do objeto em estudo. Além disso, é preciso dispensar especial atenção a determinados marcos histórico-temporais. Não porque possam fornecer uma explicação evolutiva e linear, baseada em datas magnas ou feitos de próceres, mas porque representam um momento de exacerbação do processo analisado, no qual as características externas e internas tornam-se mais contundentes e visíveis – nem por isso mais compreensíveis –, conduzindo ou à superação do manancial de contradições que interagiram em épocas anteriores, ou à delimitação de ciclos cuja minuciosa reflexão permite um acréscimo qualitativo na percepção e na compreensão da realidade.

Sob tal perspectiva, o descortinar do século XX alinha-se como um desses momentos, suscitando uma contundente reflexão: se é verdade que nos últimos cem anos a humanidade vivenciou um desenvolvimento tecnológico sem precedentes, materializando antigas e históricas aspirações que nunca haviam ultrapassado a esfera dos mitos e do sobrenatural, não é menos correto afirmar que os mecanismos de produção, distribuição e apropriação dessa tecnologia transformaram-se em instrumento de pressão política e opressão social, concorrendo de forma vital para uma globalizante disseminação da miséria e da exclusão social.

No que concerne ao município do Rio de Janeiro, o período 1900-1999 pode ser retratado como palco de um vertiginoso movimento de mudanças que a cada inflexão imprimiu na população marcas indeléveis, as quais forjaram, ao longo do tempo, suas características sociais, econômicas, políticas e culturais.

Envidando esforços para sintetizar os abundantes exemplos dessas mudanças, pode-se afirmar que, no breve espaço de tempo desses 99 anos, o Rio de Janeiro:

- vivenciou um autoritário e ideológico processo de transição epidemiológica, deixando de ser a Cidade das Epidemias para ser reconhecida internacionalmente como a glamourosa Cidade Maravilhosa;
- iniciou o século XX como Distrito Federal, adentrou sua segunda metade como capital da Guanabara e o findou como capital do estado do Rio de Janeiro;

- experimentou, durante todo o século XX, um brutal inchamento populacional que compeliu os mais pobres para os morros e periferias, num processo socioeconômico-político que redundou na proliferação das favelas;
- foi local privilegiado de movimentos políticos e sociais que resultaram em insurreições, embates históricos e revoltas populares;
- vivenciou a disseminação da pobreza e da exclusão social lado a lado com a consolidação de uma elite econômica e política.

Rastreando tais eventos apresenta-se, a seguir, uma análise retrospectiva que tem como objetivo assinalar e relacionar determinados momentos histórico-sociais, adotando como referencial básico três séries históricas sobre os atos infracionais cometidos por jovens.

Antes, porém, é preciso deixar claro que não se pretende produzir um estudo historiográfico, nem que se postula uma compreensão linear do período estudado. O intuito real é explicitar que uma importante parcela das situações e motivações sociais que hoje tornam possíveis a efetivação do poderio do tráfico de drogas no Rio de Janeiro surgiu ou foi sendo gestada ao longo desse processo histórico, mantendo estreita vinculação com a perpetração do fenômeno denominado violência estrutural.

Um Século Carioca[2]

Nas primeiras décadas do século XX, o modo de produção capitalista, que ainda procurava consolidar-se no País, já dispunha de instrumentos de reprodução, personificados, especialmente, numa massa de ex-escravos excluídos do mercado, do acesso aos meios de produção e condições adequadas de vida. Além disso, o início de um processo sistemático de migração contribuiu fortemente para a criação, nas cidades, de um contingente excedente de mão-de-obra. Essa população desempregada e subempregada constitui-se "um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto a ser explorado" (Marx, 1983).

Obrigados a se adequar às condições materiais de existência do sistema econômico vigente, que os relega a um papel supérfluo na divisão do trabalho,

[2] A proposta de uma análise retrospectiva surgiu logo nos momentos iniciais da avaliação do Projeto. Durante a fase de levantamento e sistematização bibliográfica, tomamos conhecimento da obra da professora Irene Rizzini – *Um Século Perdido* –, a qual propunha uma análise que em determinados momentos nos foi de grande valia. O título, além de retratar nosso intuito, faz jus ao mérito dessa pesquisadora.

esses indivíduos são levados a desenvolver estratégias de sobrevivência que, por vezes, ultrapassam as barreiras legalmente constituídas ou, no entender da elite dominante, "passam a viver na marginalidade".

A obtusa inserção social de negros e mulatos dá origem a um estereótipo que descende das relações escravocratas, perpassa todo o período republicano e reforça-se nos dias atuais. O poder constituído e dominante, procurando encobrir as relações de classe, passa a associar a "marginalidade econômica" a traços de caráter do indivíduo, solapando, num sentido moral, os problemas estruturais da sociedade.

Nessa época, o Rio de Janeiro, capital do País e seu principal centro econômico, vivenciava um processo típico do desenvolvimento urbano: o crescimento das atividades financeiras, comerciais e industriais – propiciado pelo fluxo econômico de seu porto marítimo – tornava a cidade um local altamente ecúmeno, para onde convergia um grande contingente de pessoas em busca de alternativas de vida e trabalho.

Segundo Rizzini (1997), a cidade registrou, nesse período, um impressionante crescimento demográfico, atingindo, em 30 anos, um índice de 121,54%, saltando de 522.651 habitantes em 1890, para 811.413 em 1906 e 1.157.873 em 1920, dos quais cerca de 30% tinham menos de 15 anos de idade. Conforme afirma Benchimol (1990), os serviços de infra-estrutura urbana, já bastante precários, não acompanhavam a demanda sempre crescente por gêneros alimentícios, provisão de água e esgoto, calçamento de ruas, ou mesmo recolhimento de lixo.

A solução encontrada pelo poder público – criar um sistema privado formado por empresas de capital estrangeiro – repercutiu de forma favorável apenas para as classes mais abastadas, que detinham recursos suficientes para contratar seus serviços. Financeiramente desprovidos, os setores pauperizados da população simplesmente assistiam a um triste espetáculo, que tornar-se-ia praxe com o desenrolar do século: a utilização de políticas públicas como instrumento privilegiador da elite econômica.

Os componentes daquelas classes, consideradas pela elite como subalternas, eram compelidos a morar nos cortiços e estalagens que se espalhavam pelo centro da cidade e em suas freguesias periféricas. Tais construções eram compostas, por um lado, de habitações coletivas de grande adensamento populacional e parcas condições de vida e salubridade, representando, por outro, um local de convergência e efervescência sociocultural e política, para onde confluíam ex-escravos, migrantes e pobres em geral.

Malvistos e preconceituosamente isolados pela recém-nata 'alta sociedade' republicana, esses redutos, que em 1900 já contavam com uma população de

mais de 100 mil pessoas, reuniram indivíduos das mais diversas origens e tradições, numa miscigenação racial e cultural que redundou, entre outras, no surgimento de estilos musicais como o samba carioca e o choro.

Donga, verdadeiro patrimônio da cultura popular e autor de *Pelo Telefone*, primeiro samba gravado no Brasil, relata de forma privilegiada esse processo:

> *O samba não veio do morro, ele foi para o morro... ele apareceu na Cidade Nova. Cidade Nova é Senador Pompeu, Travessa Bom Jardim, Largo do Depósito, Saúde, Barão de São Félix, Rua do Sabão, Rua do Costa... e no Centro tinha a Rua da Alfândega e a Rua do Hospício (atual Buenos Aires). Aquela parte ali, da onde é a Rio Branco para cá, ali era tudo negro, tudo africano que morava ali, baianos... aí é que se formou tudo.* (Depoimento ao Museu da Imagem e do Som, 21 e 26/8/1974)

O Rio de Janeiro começava então a definir um contorno geopolítico bastante afeito ao que conhecemos hoje, concentrando riqueza, opulência e ostentação nas mãos de poucos e disseminando problemas na vida de muitos. A dramática descrição dos cortiços – o oposto dos *boulevards* e avenidas – feita por Aluízio Azevedo (1997), guarda triste semelhança com as condições de moradia das favelas e bairros periféricos atuais, bem como da qualidade de vida de seus moradores. Lima Barreto oferece-nos uma exata descrição desses locais:

> casas que mal davam para uma pequena família, são divididas, subdivididas e os minúsculos aposentos assim obtidos alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino. (Lima Barreto, 1983)

No campo da saúde pública, o início de século XX foi marcado por elevadíssimas taxas de mortalidade, ocasionadas pela afluência das epidemias de tuberculose, febre amarela, malária e varíola, que vitimavam os jovens trabalhadores e, em especial, os imigrantes:

> o elemento determinante das preocupações políticas com as epidemias e, em primeiro lugar, com a febre amarela, residia não tanto na sua repercussão na força de trabalho urbana como um todo, mas fundamentalmente na sua altíssima letalidade sobre os imigrantes. Além de dificultar o comércio do País com o exterior, comprometia o fluxo migratório que para cá se dirigia... a situação estratégica desses locais para os interesses capitalistas exigia o controle das doenças chamadas coloniais ou tropicais. (Bodstein, 1986)

Em virtude do grande número de moradores e das já comentadas péssimas condições de salubridade, os cortiços foram considerados os principais culpados pelas epidemias, motivando uma verdadeira luta por sua extinção.

A análise foucaultiana do nascimento da medicina social, apesar de centrada na experiência francesa, demonstra-se aplicável também para o Rio de Janeiro, denotando a influência europeizante:

> Este pânico urbano é característico destes cuidados, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano. Para dominar esses fenômenos médicos e políticos que inquietam tão fortemente a população das cidades, particularmente à burguesia, que medidas serão tomadas? (Foucault, 1986)

Em novembro de 1902, Rodrigues Alves, recém-eleito Presidente da República, deixa claro as diretrizes políticas que seriam seguidas nos anos seguintes: "O meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me a duas coisas: o saneamento e melhoramento do porto do Rio de Janeiro" (Coleção Nosso Século, 1985). Com esse intuito nomeia, em 1903, o engenheiro Francisco Pereira Passos para prefeito do Distrito Federal e o médico Oswaldo Cruz para Diretor da Saúde Pública. De acordo com Benchimol (2000), esses dois personagens não devem ser encarados como "dois lados da mesma moeda", pois seus objetivos não seriam tão equânimes:

> Pereira Passos, os engenheiros do governo e, de resto, o senso comum predominante continuavam a usar o velho discurso da higiene para justificar as intervenções no espaço urbano, ao passo que Oswaldo Cruz elegia um número limitado de doenças, focalizava os vetores da febre amarela e peste bubônica e dava ênfase à vacina, que não fugia a imagem de um ponteiro direcionado para o flanco específico da varíola. Estas setas conferiram nitidez às ações de suas brigadas sanitárias no contexto caótico, tumultuado, do "embelezamento" do Rio de Janeiro. Conseguimos discernir as estratégias próprias à saúde pública por sobre ou em meio à ofensiva comandada pelos engenheiros contra muitos dos alvos que a higiene viera incriminando no século passado.

Não obstante conseguirem erradicar em pouco tempo a peste e a febre amarela, os métodos de Oswaldo Cruz foram duramente criticados pelos opositores do governo federal. Em 31 de outubro de 1904, o Congresso Nacional aprova a proposta que tornava obrigatória a vacina contra a varíola, gerando tamanha desconfiança e insatisfação, que culminaram na Revolta da Vacina de 10 de novembro do mesmo ano. A reação de Rodrigues Alves foi imediata, abafando a rebelião e desterrando para o Acre seus participantes. Com o fim da Revolta, a vacinação é realizada e, em poucos meses, os cariocas livram-se da varíola, permitindo ao governo levar em frente seus propósitos.

Incentivado pelos interesses do capitalismo nacional e internacional, Pereira Passos dá início, em 1904, a uma monumental reforma urbana, que tinha como

pretenso objetivo modernizar a cidade, adequando-a em beleza e 'salubridade' aos moldes parisienses. Ao mesmo tempo em que construía largas avenidas e grandes prédios, esse processo 'bota-abaixo' os cortiços e demais locais de moradia dos pobres que habitavam o centro. Em nove meses foram demolidos nada menos que 614 prédios.

Sem alternativas habitacionais e de vida, essa população migrou para os morros, onde começou a construir barracos tão ou mais insalubres:

> a nova fisionomia do Rio não se resumia apenas às amplas avenidas que surgiam ou nos novos edifícios, em estilo eclético, que agora embelezavam a área central. Não muito longe desses "símbolos do progresso", uma quantidade apreciável de barracos, verdadeiras negações da modernização urbana, também haviam se incorporado à paisagem da cidade. (Abreu, 1987)

Os contrastes não tardaram a ser percebidos pela elite econômica, que passou a criticar veementemente a existência dos novos aglomerados, ainda um fato inusitado e exótico. Cronologicamente, o primeiro morro habitado do Rio de Janeiro foi o de Santo Antônio, que, em 1896, foi ocupado por militares cujos quartéis não contavam com alojamentos suficientes para acomodá-los. Em 1897, esse mesmo contexto específico leva à apropriação do Morro da Providência por tropas egressas do massacre de Canudos. Ao redor de suas residências, os praças plantavam 'uma semente' trazida da Bahia, que proliferava mesmo em condições adversas: a favela. Rapidamente, a população estabeleceu uma relação metonímica, passando a chamar o Providência de "morro da Favela". Daí para a associação que relacionava todos os morros habitados ao termo favela foi 'um pulo'.

As favelas multiplicam-se: Babilônia (1907), Andaraí (1912), Vila Rica (1912), Leme (1912), São Carlos (1912), Cabritos (1915), Pasmado (1915), Catumbi (1916)... A partir da década de 20 do mesmo século, sua expansão torna-se multidirecional e incontrolável, assim como os estereótipos e preconceitos contra elas dirigidos.

Essa associação persistirá até os dias de hoje, num processo que Perlman (1977) descreve da seguinte maneira: "o conjunto de estereótipos denominado como 'mitos da marginalidade' são tão generalizados e arraigados, que constituem uma ideologia – de fato, um instrumento político – para justificar as políticas das classes dominantes, das quais dependem as próprias vidas dos migrantes e favelados".

Começou, então, a ocorrer nesses locais uma série de crimes que em nada se diferenciavam dos registrados no resto da cidade. No entanto, o preconceito originado pela escravidão e potencializado pela 'reforma urbana'

chega a um patamar ainda mais elevado, associando local/crimes. Recomeçam, veiculadas pela imprensa, as campanhas de perseguição aos pobres.

Nesse contexto sociopolítico-econômico, o juiz de menores do Rio de Janeiro, Mello Matos, cria, em 1927, o primeiro Código de Menores do Brasil. Seu aspecto ideológico fundamental consistia na moralização do indivíduo e na manutenção da ordem social, propondo, para sua concretização, a criação de "mecanismos que protegessem a criança dos perigos que a desviassem do caminho do trabalho e da ordem" (Rizzini, 1997).

Munido desse instrumento jurídico, o Estado assume a responsabilidade pelo trabalho de assistência e proteção às crianças e adolescentes, incorporando o papel de tutor dos "menores desvalidos", que, por serem "extremamente pobres" e, por conseqüência, "moralmente abandonados", são potencialmente "perigosos" (Gusmão, 1942). O estereótipo da população pobre, além de merecer cuidados, começa a despertar também o receio da classe dominante.

Em 1941, o então juiz de menores do Distrito Federal, Saul de Gusmão, envia ao Presidente da República, Getúlio Vargas, um relatório sobre as atividades de sua comarca, produzindo uma série histórica que envolve as infrações cometidas por jovens durante o período 1924-1941, revelando a atuação do Poder Público sob a égide do Código Mello Matos, no qual percebe-se a nítida associação entre criminalidade e classe social. O relato a seguir exemplifica bem o grau de estigmatização ao qual esses jovens eram submetidos:

> Quanto ao estado mental dos menores delinqüentes, observou-se que os menores normais aparecem com 57,2%, os sub-normais com 26,3% e os oligofrênicos (débeis, idiotas e imbecis) com 16,5% dos menores examinados... tendo-se em consideração que os menores delinqüentes de cor parda ou preta se apresentaram com 41,93% e 66,67% respectivamente para os menores varões e mulheres, torna-se esse fator, já por si só significativo, mais importante ao constatarmos que a população de cor parda ou preta apresenta um nível social mais baixo, tanto do ponto de vista econômico como moral, cultural e mental. (Gusmão, 1941)

A prática adotada pelo Juizado de Menores daquela época chegava até mesmo a associar o gosto dos jovens por futebol e cinema com as práticas ilícitas, bem como vislumbrar em apelidos como Zé Courisco e Meia-Noite uma "conexão íntima com o crime". Atendo-se às infrações cometidas por eles, verifica-se que, no referido período, não há menção ao tráfico ou mesmo ao consumo de entorpecentes, conforme observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Distribuição das infrações cometidas por adolescentes no município do Rio de Janeiro, por áreas de infração, 1924-1941

	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941
Delitos de Sangue	50	69	71	77	124	109	89	101	74	48	85	67	54	72	61	57	87	93
Delitos de Furto	42	36	69	100	113	80	74	88	63	61	58	55	44	58	64	54	56	75
Delitos de Roubo	9	8	2	5	11	5	13	27	10	14	12	22	12	14	13	24	35	33
Delitos Sexuais	26	23	31	31	38	26	28	29	39	17	25	19	20	29	26	40	46	47
Total de Delitos	127	136	173	213	286	220	204	245	186	140	180	163	130	173	164	175	224	248

Fonte: Relatórios do Juiz de Menores Saul de Gusmão, 1941, RJ.

Os atos infracionais, na época denominados Delitos, eram agrupados, de acordo com os Códigos Penal e Mello Matos, em Delitos de Sangue: crimes contra a segurança e a vida da pessoa; Delitos de Furto: crimes contra a propriedade pública ou particular; Delitos de Roubo: crimes contra a pessoa e a propriedade; Delitos Sexuais: crimes contra a honra e o pudor e Delitos Diversos: crimes que não se enquadram nos demais grupos.

Constata-se que os mais praticados pelos jovens eram os chamados Delitos de Sangue, com 39,76% do total, seguidos pelos Delitos de Furto (34,09%), Delitos Sexuais (15,47%), Delitos de Roubo (7,70%) e, finalmente, os Delitos Diversos, com os restantes 2,98%. Cabe ressaltar que, somados, os Delitos de Roubo e Furto representavam 41,79% dos casos.

Em relação ao gênero, a maioria dos jovens infratores era do sexo masculino, compondo 89,5% dos casos, contra 10,5% das jovens. A reincidência, registrada apenas no período de 1937 a 1941, é consideravelmente baixa, girando em torno de 9,48%.

No que concerne à educação e ao trabalho, constata-se que 18,95% era analfabeto e 67% trabalhava, com as principais atividades laborativas praticadas por esses jovens relacionadas ao setor informal da economia: vender balas, entregar jornal e engraxar sapatos.

Ainda segundo os dados do Juizado de Menores, dos jovens que praticaram Delitos nos anos de 1940 e 1941, 43,75% auxiliavam a família na manutenção do "lar comum", em que as atividades laborativas de seus responsáveis eram justamente aquelas consideradas subalternas na divisão do trabalho e que lhes auferia salários ínfimos.

A despeito da constatação da inexistência de delitos envolvendo 'entorpecentes', o que não significa que não houvesse a compra e venda de drogas – "o mercado de drogas (inicialmente a maconha) existe desde o início do século nas áreas de pobreza urbana do Rio" (Misse, 1999) – faz-se extremamente necessário apontar que várias das precondições estruturais apontadas como necessárias para o aparecimento e a potencialização da relação entre jovens e tráfico de drogas começavam a se consolidar, ou já se faziam presentes: ociosidade; conflitos familiares; reduzida formação escolar; proximidade promíscua com criminosos; não comprometimento da sociedade com a superação dos problemas; estigmatização da pobreza; rede estabelecida e amplamente difundida de uma atividade ilegal como o jogo do bicho; exclusão do mercado de trabalho (Meirelles, 1998); políticas públicas voltadas para as

necessidades das classes dominantes (Cruz Neto & Moreira, 1999) e o cultivo dos valores de consumo (Zaluar, 1994).

Ao longo do século XX, a interação de tais eventos será responsável por desencadear um processo avolumador de vulnerabilidades, que, impulsionado pela ascensão de novas relações sociais depreciativas das condições de vida, deixará esses jovens cada vez mais indefesos ao assédio dos traficantes, transformando completamente o panorama dos atos infracionais.

Essas inferências podem ser constatadas na leitura dos inquéritos realizados no ano de 1939 pelas assistentes sociais do Laboratório de Biologia Infantil do Juizado de Menores do Distrito Federal (Pinheiro, 1985). O trecho a seguir, transcrito do inquérito de R. S. e A. D. G., ambos de 17 anos e detidos por estarem "vendendo jogo do bicho", exprime tais aspectos, ressaltando o vínculo daquele órgão com a doutrina de Mello Matos que, por sua vez, era baseada nas condições sociais e históricas de reorientação do padrão de acúmulo capitalista, propalando, no âmbito jurídico, um discurso fortemente moralizador.

> *O chamado jogo do bicho, verdadeira praga nacional, invadiu quase todas as camadas sociais. Joga o rico, joga o pobre, o marido e a mulher, o empregado e o patrão, o adulto e a criança. Resulta disso, que a continência, determinada pela reprovação social, não se exerce nesse caso, dada a avassaladora generalização da culpa. Isto vem justificar até certo ponto a ausência de consciência da responsabilidade do erro cometido pelo menor. Por outro lado, o menor (R.G.) declara que a necessidade de ganhar a vida e de ajudar a mãe levou-o a aceitar o emprego ilícito, por ser melhor remunerado(...) E em linhas gerais, o processo apresenta um quadro comum em nosso meio; uma criança (A.D.G.) na época mais delicada da formação física e moral, sem a fortaleza dos entes bem formados, é atirada, pelos descuidos dos responsáveis e pela displicência com que as famílias encaram a educação dos filhos, nessa quadra perigosa, no convívio de criaturas mais velhas e pervertidas, na ociosidade da rua. (...) se esse menor que teve a desgraça de encontrar as piores companhias, que esteve, nessa idade, cêrca de um ano na Casa de Detenção e na Colônia Correcional, que sofreu a depressão desanimadora de ser apontado como ladrão, depois de tudo isso, solto e agindo por si mesmo, habitua-se ao trabalho, a contento dos patrões, e age com honestidade, mantendo uma vida de lar (...) é uma unidade social ainda aproveitável.*

A criminalidade que aparece como perigosa é aquela que se manifesta como uma ruptura com a ideologia dominante, por atentar contra a propriedade privada, os 'costumes' e a produtividade. O indivíduo que não se enquadra na divisão do trabalho estabelecida e não age 'a contento dos patrões' representa uma 'unidade social desvalida', a qual deve ser excluída do convívio social até que a ele se adapte.

Elaboradas e implantadas em tal contexto sociopolítico, as "leis de proteção à infância" adotavam práticas autoritárias e reguladoras que intervinham diretamente

sobre as famílias, transferindo "crianças moralmente abandonadas" para a tutela do Estado. Ante tal legislação, a prática de atendimento às crianças e aos adolescentes sob a responsabilidade da rede pública encontra na internação em instituições educacionais, que pretensiosamente propunham a reforma do caráter juvenil, uma estratégia de transformá-los em "adultos produtivos". No entender de Rizzini (1997), tais medidas faziam parte de um projeto de construção nacional que seguia os moldes da acumulação capitalista. Visando lograr resultados, seus defensores ameaçavam a sociedade com um futuro comprometido pelo ocaso da moralidade, caso não fossem adotadas as medidas por ela preconizadas.

O Código Mello Matos consagrou as práticas de institucionalização e internação como a chave para a mudança de hábitos dos jovens infratores. Reforçando essa diretriz, o governo federal estabeleceu, em 1941, uma política de assistência que, pela primeira vez, adquiria caráter nacional, materializando-se na criação, por decreto, do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). O Poder Público inaugurava, assim, um modelo de atuação que pretendia centralizar em uma única instituição a execução das políticas voltadas ao segmento infanto-juvenil.

Subordinado ao Ministério da Justiça, o SAM acoplava à perspectiva corretiva o objetivo de sistematizar e orientar os serviços de assistência aos "menores abandonados ou delinqüentes", mediante a criação de "escolas modelares", dando continuidade à tradição de opressão e perda de individualidade que ainda encontra eco nos dias de hoje.

Segundo Pereira (1996), o SAM ficou marcado por seus métodos inadequados de atendimento, pela repressão institucional aos jovens e por uma estrutura sem autonomia, funcionando como um equivalente do sistema penitenciário para a população infanto-juvenil. No que concerne a seu sistema de atendimento, Costa (1995) afirma que "baseava-se em internatos para adolescentes autores de infração penal, de patronatos agrícolas e de escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para menores carentes e abandonados".

Em 1945, o governo federal promoveu a alteração de alguns artigos do Código de 1927, tendo como ponto principal a inimputabilidade penal aos menores de 18 anos. Se por um lado procurava superar-se a mentalidade do século XIX, "expressa no primeiro Código Penal da República, que, editado em 1890, só não considerava criminosos os menores de nove anos completos (art. 27 § 1º) ou aqueles que, sendo maiores de nove e menores de quatorze houvessem agido sem discernimento (art. 27 § 2º)" (Mello Filho, 1999), por outro, origina-se o rótulo "menores infratores", em substituição ao anterior "menores delinqüentes".

A adequação do Código Mello Matos às aspirações das elites dominantes mostra-se tão intensa que ele perpassa longos e distintos períodos da história do País: República Velha, Governo Revolucionário de 30, Estado Novo, República Nova e Ditadura Militar, quando, em 1979, é finalmente substituído. Durante os 52 anos de sua existência o País passou por profundas transformações socioeconômicas, visando à sua inserção na moderna economia mundial e na divisão internacional do trabalho, relegando aos livros de história um País de economia essencialmente agrícola, em que a maioria da população residia e trabalhava na zona rural.

Os governos subseqüentes à Revolução de 30 orientaram suas políticas econômicas e sociais para o desenvolvimento e o fortalecimento de um processo de industrialização, fixado, sobretudo, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por conseguinte, a população da zona rural, que historicamente sempre conviveu com o desemprego e a escassez de seus direitos básicos, viu-se obrigada a vender suas terras e partir em direção à urbe para lutar por sua sobrevivência (Moreira, 1996).

O crescimento demográfico registrado no início do século XX assumiu, então, proporções assombrosas, o que, mais uma vez, não foi acompanhado pela melhoria das condições de vida, salubridade e habitabilidade, redundando num processo descrito como "inchamento populacional". As favelas continuaram a multiplicar-se, contando, no fim dos anos 50, com uma população de mais de 330 mil habitantes, o que representava 10% da população do município (Ibase, 1982).

O exemplo das condições habitacionais elucida as precárias condições de vida da maioria da população brasileira dessa época. Segundo Vieira (1987), até o ano de 1960 poucas mudanças haviam sido verificadas em todo o País: 79% das habitações não contavam com água encanada, 61% não dispunham de instalações elétricas e 49% não chegaram a obter sequer instalações sanitárias.

A década de 60 iniciou-se sob os auspícios dos Anos Dourados, que embalaram o sonho do 'celeiro do mundo', um País em rápido e constante desenvolvimento – '50 anos em 5' – que logo tornar-se-ia uma potência mundial tanto em nível social quanto econômico. No âmbito político, o Rio de Janeiro perdeu o *status* de Distrito Federal para Brasília, tornando-se a Cidade Jóia Rara, capital do estado da Guanabara. No entanto, o clima de euforia não tardaria a ser desmanchado.

A partir de 1964, com o golpe militar, surgiu um novo pacto político-social, no qual o Estado brasileiro aprofundou o seu caráter autoritário, por

meio da implementação da Doutrina de Segurança Nacional. Ao longo desses conturbados anos, o Brasil abre ainda mais sua estrutura econômica aos interesses dos monopólios internacionais, relegando as carências do mercado interno e aprofundando a relação de dependência ao capital estrangeiro.

A transição de um capitalismo competitivo para o padrão monopolista de acumulação promoveu profundas alterações no País. O Estado tornou-se o eixo político do poder burguês, o que implicou, entre outros aspectos, a "articulação de estruturas garantidoras da exclusão dos protagonistas comprometidos com projetos nacionais, populares e democráticos, operada através da Doutrina de Segurança Nacional e sob a égide da criminalização do dissenso político" (Neto, 1993).

A questão social passou a ser tratada pela articulação entre repressão e assistência. Os programas de cunho social, centralizados, regulados e organizados pelo Estado, adquiriram um duplo objetivo: "favorecer a acumulação de capital pela iniciativa privada e subordinar-se aos preceitos de segurança nacional" (Iamamoto, 1995).

Enquanto isso, a propaganda governamental divulgava amplamente uma suposta distribuição de renda, que jamais chegou a se efetivar. A despeito de supostas transformações sociais, verificou-se a continuidade do processo de crescimento do número de favelas que, em 1965, já somavam 211, contando com 11,12% da população do Rio de Janeiro. Cinco anos depois, esse número já seria consideravelmente maior, atingindo a 757.700 habitantes, ou 18% da população total.

Por essa época, os economistas e tecnocratas do governo começaram a tipificar as classes pauperizadas como "população de baixa renda", adotando, pela primeira vez, tal variável como um componente da definição da pobreza. Esta passou a ser sinônimo da 'carência' de alguns setores da sociedade em satisfazer suas necessidades. Para os "segmentos carentes" deveriam convergir os recursos destinados às políticas de caráter social (Valadares, 1991).

Tais ações foram caracterizadas por um modelo excessivamente centralizado e setorializado. De acordo com Castro (1991), a convergência de três fatores foi responsável pela ineficácia das políticas sociais implementadas: a presença de órgãos federais setoriais nos níveis local e regional, impedindo a atuação dessas esferas; a centralização político-decisória no âmbito federal e a acentuada concentração de recursos tributários na esfera administrativa da União, tornando o governo militar instância de controle absoluto na transferência de recursos para convênios.

Entre as décadas de 40 e 60, verifica-se a decadência do SAM e o fracasso completo de suas escolas modelares, "cujo caráter repressivo, embrutecedor e desumanizante é desvelado à opinião pública, que passa a conhecê-lo como 'universidade do crime' e 'sucursal do inferno'" (Costa, 1995).

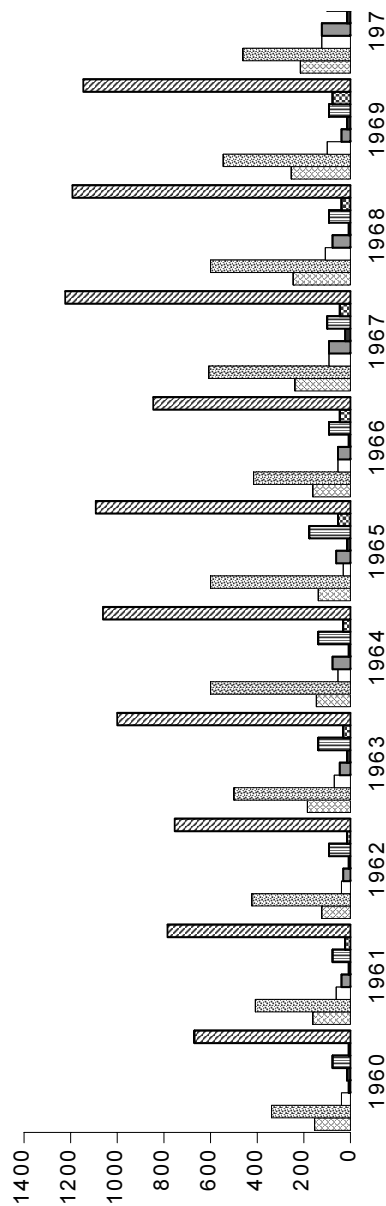
À falência pública do SAM, aliada ao crescimento do número de 'pivetes' e 'trombadinhas' (como o senso comum da época chamava os jovens em conflito com a lei), o regime ditatorial responde com a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Criada em 1964, ela estabeleceu uma gestão centralizadora e verticalizada, na qual os encargos de decisão e orientação em razões de seu conteúdo, método e organização, eram atribuições de seu órgão nacional, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Com a criação desta e suas ramificações estaduais, as FEBEMs, o enfoque correcional-repressivo, historicamente presente no âmbito da atenção à infância e juventude, passa a atuar paralelamente a uma prática assistencialista. Em seu sistema de atendimento, as diretrizes políticas que as direcionavam para atender menor carente e menor infrator de acordo com a lógica de punição da pobreza, operada por meio da articulação entre criminalidade e carência.

Cabe ressaltar que a FUNABEM, criada pelo Estado autocrático e vinculada à Doutrina de Segurança Nacional, não apresentou transformação alguma à realidade do atendimento, herdando do SAM: "péssimas condições de higiene, instalações precárias, alimentação insuficiente e muito castigo físico" (Silva, 1997)

A instituição passou a atuar como propagadora do discurso ideológico das representações negativas da juventude pobre. Seus 'especialistas' sustentaram o discurso de que o jovem oriundo de famílias proletárias seria potencialmente um infrator, transformando rapidamente suas instituições corretivas (FEBEMS) em aparelhos de reclusão de 'menores infratores'.

O processo de atendimento ao menor infrator passa a configurar-se uma prática eminentemente policialesca, cabendo ao segmento policial a repressão e a apreensão, ao Juizado de Menores o sentenciamento para sua "reeducação" e "ressocialização", que, por sua vez, era domínio de ação exclusivo da FUNABEM e federações estaduais (FUNABEM, 1987). Destaca-se que, no processo de cooperação entre as burocracias policiais e judiciárias, não se pressupunha nenhum tipo de fiscalização, por instâncias governamentais ou não.

Com a política de segurança adotada pelo Estado autocrático, nota-se, no município do Rio de Janeiro, o aumento significativo da repressão aos jovens, conforme evidencia o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Distribuição das infrações cometidas por adolescentes no município do Rio de Janeiro, por áreas de infração, 1960-1971

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Pessoa	160	163	126	184	147	143	167	238	249	256	218	206
Patrimônio	338	406	424	499	601	599	414	611	598	548	462	552
Costumes	44	63	42	72	57	31	54	95	110	103	125	111
Entorpecentes	14	41	37	53	77	64	60	93	81	45	128	192
Outros	16	10	11	16	8	16	8	28	9	17	16	15
Contravenções	84	77	99	138	141	176	92	104	98	92	106	133
Sem classificação	10	26	17	34	31	60	50	50	44	79	34	44
Total	666	786	756	996	1.062	1.089	845	1.219	1.189	1.140	1.089	1.253

Fonte: Arquivo do Juizado de Menores. In: Delinqüência Juvenil na Guanabara, 1973, RJ.

As “áreas de infração”, na década de 60, eram delimitadas pelo Juizado de Menores da seguinte forma: Crimes contra a Pessoa, anteriormente chamados Delitos de Sangue (homicídio e lesão corporal); Crimes contra o Patrimônio, ou seja, a junção dos antigos Delitos de Furto e Roubo; Crimes contra os Costumes (estupro, sedução etc.); Entorpecentes (tráfico ou uso de entorpecentes); Outros (falsificação de documentos, desacato a funcionário público etc.); Contravenções (porte de arma; direção sem habilitação etc.) e Infrações sem Classificação (sem artigo).

De acordo com os dados apresentados, percebe-se uma tendência crescente no total das infrações cometidas por jovens, apresentando queda considerável apenas no ano de 1966. A “área patrimônio” (roubo e furto) continua sendo a de maior incidência, seguida pelos crimes contra a pessoa.

No entanto, o dado mais significativo é o surgimento e a tendência ascendente da “área de entorpecentes”, que apresenta a mais substantiva modificação relativa durante o período de 1960-1971, crescendo de 2% para 15,3%.

O jovem infrator da década de 60 tinha, em média, 17 anos; destes, 21% eram analfabetos, 30,4% possuíam o primário incompleto e 43,5% trabalhavam. No entanto, os jovens agrupados na “área de entorpecentes” contrariavam sensivelmente essa tendência. Afora o fato de que 22,6% possuíam segundo grau incompleto, eles apresentavam o menor índice de analfabetos (6,5%), e a maior incidência dentre os que “só estudavam”. O número de reincidentes, 10,7% em relação ao total dos jovens, também tem uma variação significativa na “área de entorpecentes”, chegando a 12,9% dos casos.

Essa presença de jovens com nível escolar relativamente mais alto na “área de entorpecentes” está, provavelmente, relacionada ao consumo de drogas. Tal situação, alterada na década de 90, pode ser, em parte, explicada pela presença de jovens de classe média nos movimentos da chamada ‘contracultura’ e pela repressão do regime ditatorial aos ‘perigosos jovens *hippies*’, que atentavam contra a moral e os bons costumes tão disseminados na época:

> Não se pode hoje falar na juventude, sem abordar o fenômeno “hippy”, que avassalou o mundo, contaminando considerável parcela da mocidade... em essência o hippy é um antiintelectual, que de tudo duvida e suspeita. Revoltado contra o sistema educacional que se lhe quer impor, abandona os estudos, em busca de um mundo melhor, e recusa-se a aceitar toda e qualquer forma de hierarquia ou de disciplina... Prega o altruísmo, a honestidade, a bondade, a pureza, as virtudes e sobretudo o amor. Místico e sonhador, escolheu a flor como símbolo de um novo poder. Contudo, na realidade, mostra-se egoísta, materialista, perverso, inafetivo, violento e subversivo. Recorre às drogas, de

> que faz uso habitual, de preferência à maconha, às anfetaminas e ao ácido lisérgico (L.S.D.), como meio de alcançar a chamada filosofia psicodélica... sob a ação das substâncias alucinógenas os "hippies" empreenderiam uma "viagem", para longe do "mundo-cão", do seio de uma sociedade "porca", onde a concorrência vital seria odiosa, os costumes arcaicos e a moral obsoleta, em completa discordância com a natureza humana... para levar avante seus intuitos, reúnem-se eles em grupos, bandos ou clubes, promovendo esporadicamente aglomerações-monstros... quase todos embriagados ou drogados, tocam músicas dos seus autores prediletos, dançam e entregam-se a uma orgia desenfreada, com absoluto desprezo pela moral, pela decência e pelo respeito à dignidade humana, com o agravante de estarem, entre eles, muitas crianças. (Pacheco & Silva, 1974)

As discussões em torno da questão do movimento *hippie* e se ele pretendia ou não transformar o uso de drogas em sinal de rebeldia contra o sistema são intermináveis. Entretanto, é inegável que o *establishment* traçou estratégias perspicazes para obter lucro com a apropriação seletiva de alguns de seus costumes considerados rentáveis e 'inofensivos', a exemplo da moda. Esvaziados de seu conteúdo ideológico, eles perdem, no decorrer dos anos, o pressuposto valor cultural e caráter contestatório, passando a configurar-se apenas como mais um baluarte da sociedade de consumo.

No cerne da política de segurança nacional e diante do crescimento do mercado das drogas, foi regulamentada, em 1971, a lei nº 5726 – Lei de Entorpecentes –, que tinha suas diretrizes básicas traçadas pela União, em conjunto com os organismos internacionais de combate ao tráfico. Essa lei representava o posicionamento do regime perante o "novo inimigo", por intermédio da planificação da política antidrogas. O combate ao tráfico passou a ser de responsabilidade exclusiva da União, não podendo existir nenhuma outra iniciativa local desvinculada das linhas traçadas pelo poder central.

A partir da segunda metade da década de 70, o governo militar enfrentou o início de um processo de esgotamento progressivo, potencializado pela derrocada do chamado "milagre econômico". Inscrito num contexto de crise internacional do capitalismo, esse processo conduziu o País a um período de estagnação econômica e ao reaparecimento, no cenário político, dos movimentos sociais urbanos, inicialmente circunscritos ao âmbito da produção (de caráter sindical), das minorias étnicas e, notadamente, dos vinculados aos locais de moradia das classes populares (Almeida, 1992).

Esse mesmo processo marca o momento derradeiro do poder fardado, que, no entanto, não correspondeu à imediata emergência de um regime político democrático, mas tão-somente "à incapacidade da ditadura em reproduzir-se como tal" (Neto, 1993).

Na década de 80, o tão aguardado "processo de democratização", que inauguraria um período de justiça social, restringiu-se à reabertura de espaços sociais e políticos, como se o regime ditatorial representasse apenas uma forma específica da articulação entre o poder monopolista financeiro em torno das forças armadas e policiais. As instituições autoritárias, entretanto, ultrapassaram a natureza autoritária do Estado Militar (Sader, 1987).

Nesse contexto, emergiu o debate acerca da descentralização e reforma do Estado, fortemente influenciado por organismos internacionais (a exemplo do Banco Mundial e da Organização Mundial da Saúde – OMS), que creditam à expansão do gasto público o fraco desempenho econômico do País e a aceleração inflacionária, recomendando políticas recessivas de ajuste monetário e propostas de descentralização associadas à privatização (Castro, 1991).

No plano interno, as propostas de descentralização encontram ressonância nos movimentos populares, que expressavam sua necessidade pelo acesso aos meios de ação política mais diretos e imediatos, permitindo-lhes uma efetiva expressão. Opunham-se a algumas conseqüências da centralização e buscavam uma participação na arena do debate político e na determinação da qualidade de vida.

Toda essa movimentação refletiu-se no campo das políticas sociais e, mais especificamente, no reconhecimento da inadequação e ineficácia do padrão de atendimento imposto pela Funabem às crianças e aos jovens em 'situação irregular', operada pelo ciclo apreensão/triagem/rotulação/deportação/confinamento. Participam dessa iniciativa não apenas a opinião pública, mas também o próprio corpo técnico e decisório daquele órgão.

O reconhecimento da Pnbem como instrumento estatal de controle da sociedade aponta para uma tentativa de adequação da Funabem às novas demandas. A instituição passou a preocupar-se com o atendimento aos jovens em suas próprias comunidades. Para tanto, foi elaborado o Plano de Integração Menor-Comunidade (Plimec), que pretendia atuar com os jovens por intermédio de Núcleos Preventivos.

Entretanto, a padronização e a verticalização do Plimec, bem como o adensamento do viés coercitivo-repressivo da Funabem e congêneres (à medida que passam a atender, majoritariamente, os jovens em conflito com a lei), suscitaram avaliações que levariam, na década seguinte, não apenas ao fracasso desse Plano, mas também a mudanças nas concepções e práticas orientadas pela Pnbem.

A atenção da sociedade civil em torno das questões que envolvem o segmento infanto-juvenil intensificou-se a partir de meados da década de 80, em face da complexidade da então chamada 'questão do menor'. A atuação voltada para os jovens em conflito com a lei foi sendo gradualmente resgatada para a esfera das políticas sociais sem, no entanto, enfrentar-se diretamente o caráter coercitivo da PNBEM, os obstáculos impostos pelos órgãos policiais e judiciários e os problemas estruturais da sociedade.

Nessa mesma década, registrou-se, no âmbito econômico, um modesto crescimento da renda nacional, que ocorreu paralelamente à sua desigual distribuição. Intensificaram-se os desníveis entre as camadas sociais mais extremas, num processo que elevou o número de despossuídos e concentrou nas mãos dos mais ricos um grande volume de capital.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1993) comprovam o acirramento das desigualdades em relação à distribuição de renda na referida década: os 50% mais pobres da população, que detinham, em 1981, 13,4% da renda, tiveram, em 1989, sua participação reduzida para 10,4%. Ocorre assim, como afirma Souza (1994), a "socialização da miséria para mais da metade da população brasileira".

Os efeitos dessa desigualdade atingiram em cheio os jovens das camada sociais pauperizadas. Em 1983, no auge da crise econômica brasileira, nada menos que 63,4% do total das crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos viviam em famílias pobres, com renda familiar *per capita* até meio salário mínimo (IBGE, 1985).

Tal fato contribuiu para a inserção precoce e crescente dos jovens no mercado formal e informal de trabalho. Segundo Ribeiro et al. (1995), quanto mais pobres as crianças e adolescentes, maior o volume de suas atividades, prejudicando sobremaneira o seu processo de escolarização. As taxas de inserção na Rede de Ensino caíram abruptamente de 83,1%, na faixa etária de 10 a 14 anos, para 55,2%. Concomitantemente, foi nesta idade que verificou-se um importante aumento na participação desses jovens no mercado de trabalho, com índices que se elevam de 18,2% para 50,5%.

A situação do Rio de Janeiro tornou-se ainda mais crítica que a da média nacional. A proporção de pobres e indigentes na área metropolitana no período 1981-1990 foi a que mais cresceu dentre todas as metrópoles brasileiras. Ao término da década, nada menos que 3,2 milhões de pessoas (33% da população) viviam em situação de pobreza ou de miséria (IPPUR/UFRJ, 1995).

Segundo Oliveira (1993), o empobrecimento crescente do Rio de Janeiro pode ser explicado pelos efeitos combinados da crise recessiva e da perda progressiva de seu papel econômico. Os setores industriais entraram em decadência, causando uma dependência cada vez maior do setor terciário, no qual prevalecem o comércio e os serviços de baixa produtividade e alto grau de informalidade.

Não por acaso, esse contexto socioeconômico foi acompanhado de um incremento no número de infrações cometidas por jovens no município, já então capital do estado do Rio de Janeiro. No ano de 1986, as estatísticas da 2ª Vara da Infância e Juventude registraram uma taxa de 63,19 infrações por 100 mil habitantes, o que representa quase o dobro da média histórica, que girava em torno de 33 infrações. Em relação às infrações cometidas, a "área patrimônio" (furto e roubo) permaneceu como a de maior incidência entre os jovens, com 43,8 casos por 100 mil habitantes, enquanto a "área de entorpecentes" apresenta 7,17/100 mil habitantes.

Nessa época, a legislação vigente já era o Código de Menores. Criado em 1979, ele passou a considerar em "situação irregular" os jovens abandonados e em conflito com a lei, representando, segundo Pereira (1996), um instrumento de controle social da infância e juventude vítimas de omissões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos.

É nesse contexto que os grandes veículos de comunicação de massa, em um esquema de manipulação político-ideológica da criminalidade das classes pauperizadas, voltam a influenciar a opinião da sociedade, colocando em primeiro plano o problema do perigo do afrouxamento da segurança pública. Torna-se cada vez mais 'automática' a idéia de que o incremento da segurança está ligado somente ao aumento da destinação de recursos para os órgãos policiais.

O 'inimigo público', outrora 'externo', representado pela ameaça comunista, passa a ser 'interno', prefigurado pela violência urbana e personificado na figura do indivíduo pobre e não-branco.

A associação ideológica entre pobreza e criminalidade, que já existia de longa data, é reforçada à medida que suas vítimas deixam de ser somente os moradores das "áreas perigosas" e passam a afrontar os corpos e a segurança da rotina da classe média e da elite (Misse, 1997). A percepção corrente era de que o acirramento das desigualdades sociais desencadeara um surto de violência por parte das classes menos favorecidas.

Criam-se, então, instrumentos de disseminação da violência como forma de regulação entre classes sociais: os pobres seriam algozes e os ricos, vítimas.

Para os jovens pobres restam os cada vez mais escassos investimentos na área social, um verdadeiro prêmio de consolação.

É importante frisar, no entanto, que o aumento da criminalidade não pode ser vinculado diretamente ao aumento da pobreza. Uma análise mais atenta dos fatos revela que, ao contrário do que era alardeado, a camada da população que mais sofria com o aumento da criminalidade era justamente a menos favorecida, sobretudo crianças e jovens. Segundo Yunes & Rajs (1994), entre 1979 e 1986 as taxas de mortalidade por causas violentas, dentre as quais destacam-se os homicídios, cresceram 46% na faixa de adolescentes entre os 15 e os 19 anos.

De acordo com estudo do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves), no Brasil foram assassinados, em 1985, 3.180 jovens até 19 anos:

> a vítima preferencial desse quadro de violência é o jovem não-branco, pobre, sexo masculino, idade média 15-18 anos, residente nas periferias ou favelas urbanas, assassinado, geralmente por projétil de arma de fogo e denominado 'marginal' nos registros policiais. (Claves, 1991)

Atendo-se ao Rio de Janeiro, foram registrados 994 mortes por homicídios em 1984, 1.122 em 1985 e 1.182 em 1986 para os menores de 18 anos. Entretanto, nesses mesmos anos, os índices de homicídios registrados na 2ª Vara da Infância e Juventude são dos mais baixos: 0,64 por 100 mil habitantes em 1984, 0,71 em 1985 e 0,56 em 1986.

Esses jovens estigmatizados como 'marginais', em razão unicamente de sua condição econômica e social, têm um caminho praticamente definido dentro da sociedade, caindo numa rotina de desamparo, humilhações e necessidade de sobrevivência que muitas vezes os empurra para o caminho do ato infracional. O Estado, em vez de garantir condições mínimas de desenvolvimento, oferece-lhes o tratamento de marginais adultos, que "de delegacia em delegacia terminam nas mãos dos policiais, justiceiros e psicopatas, prontos a fazer justiça por conta e risco" (Claves, 1991).

O processo de transição da ditadura para uma situação política mais democrática conta com a ampla mobilização de setores organizados, que privilegiam personagens e acontecimentos muito específicos – parlamentares, partidos, Campanha das Diretas Já –, além da organização da sociedade civil em torno dos movimentos sociais. Esse processo tem como desencadeamento principal a formulação e promulgação da Constituição Federal de 1988.

Conforme explicitado por Castro (1991), a nova Carta definia não apenas a consagração de direitos sociais como também indicava para a descentralização, tão discutida no plano interno e externo, conferindo aos municípios plena autonomia e dotando-os de uma obrigação específica: a de fazer política social, garantindo a participação da sociedade local.

Importante resgatar que, no contexto sociopolítico da redemocratização, tem início o amadurecimento das condições que tornam possível o esforço de diversos segmentos da sociedade de influir no processo Constituinte, visando assegurar os direitos de crianças e jovens, desembocando em campanhas de âmbito nacional.

As entidades da sociedade civil elaboraram, em 1987, a Emenda popular 'Criança – Prioridade Nacional', que seria apresentada à Assembléia Nacional Constituinte (Santos, 1992). Tomando-se por base essa articulação, foi criado, no primeiro semestre de 1988, o Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – o Fórum DCA, com objetivo de garantir a inclusão da Emenda na Constituição.

Além da mobilização interna, as pressões internacionais convergiram para a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição Federal. A influência desses organismos externos fez-se presente não apenas pelo apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aos movimentos vinculados à questão da infância e juventude, mas também na participação do Brasil como Estado Parte na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e do Adolescente. Apesar de aprovada pela Assembléia das Nações Unidas em 1989, seus preceitos já eram reconhecidos no País desde a elaboração da Carta Constitucional, confluindo para a fundamentação dos preceitos legais que resultaram no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Veronese, 1997).

Com a promulgação do ECA, em 1990, a "doutrina de situação irregular" presente no Código de Menores cede lugar à "doutrina de proteção integral", que objetiva garantir os direitos básicos a crianças e adolescentes, independentemente de sua raça ou classe social. Sobre essa nova base, o ECA foi elaborado segundo os princípios da descentralização e participação, reordenando as formas de atuação junto do segmento infanto-juvenil.

Estruturado sobre esses princípios, o Estatuto estabelece a municipalização das ações, e, com a criação de Conselhos de Direitos e Tutelares, assegura a participação da sociedade civil organizada na formulação, aplicação e fiscalização

das políticas voltadas para esse segmento populacional. As antigas FUNABEM/PNBEM são substituídas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), ao qual cabe a "função de traçar normas gerais e coordenar a política no âmbito nacional, de maneira interativa com os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos" (Silva, 1997).

No entanto, os exaltados princípios de cidadania presentes no ECA encontram resistência e limitações diante da estrutura social brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e pela vinculação entre pobreza/criminalidade, defendida por instituições consagradas por sua tradição e poder.

O Estatuto da Criança e do Adolescente representa uma nítida e vigorosa conquista da sociedade civil organizada sobre os setores arcaico-repressores das elites brasileiras que, apesar de habitarem e locupletarem-se do poder público, viram-se obrigados, ante a (re)instauração democrática e o sentimento libertário existente no fim da década de 80, a recuar estrategicamente de suas posições.

Nesse entrave político não está em discussão a mera substituição de tratados legislativos (que, no processo histórico-político do País, repete-se a cada novo mandato presidencial), mas a superação de uma visão repressora, alicerçada na Lei de Segurança Nacional (Volpi, 1997), que encara crianças e adolescentes como "menores portadores de carência" (Meirelles, 1998), por uma concepção mais democrática, na qual são encarados como cidadãos dotados de direitos e deveres, ressaltando-se suas condições específicas de crescimento e desenvolvimento. Valendo-se dessa diretriz, Estado, sociedade e família, em suas diferentes áreas de atuação e responsabilidades, têm o dever de priorizar a efetivação desses direitos mediante a política de atenção e proteção integral ao segmento infanto-juvenil.

No que se refere especificamente aos jovens infratores, a nova legislação garante o direito à ampla defesa por profissional habilitado e estabelece limites aos poderes do Judiciário, com a participação de órgãos governamentais (Ministério Público) e não governamentais no processo judicial. Dessa forma, a apreensão de crianças e adolescentes só pode ocorrer quando há flagrante de infração penal ou ordem judicial expressa e fundamentada (ECA, art. 106), visando pôr fim às arbitrariedades – no âmbito policial e judiciário – presentes na vigência dos antigos Código Mello Matos e Código de Menores.

Para os autores de ato infracional, o ECA institui as "medidas socioeducativas" (art. 112), que, além de priorizarem o caráter pedagógico no

seu atendimento, permitem também a participação da sociedade civil organizada na sua operacionalização.

No estado do Rio de Janeiro, foi criado, em 1991, no âmbito da sociedade civil organizada, o Conselho Estadual das Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro (CEDCA). Na esfera governamental, responsável pelo controle das ações na área do atendimento ao jovem infrator, foi criado, em 1993, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), vinculado à Secretaria da Justiça e Interior e responsável pela execução da política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei (Silva, 1997).

Apesar da priorização dos aspectos educativos na caracterização das medidas socioeducativas e da garantia da participação da sociedade civil organizada na sua operacionalização, o atendimento direcionado aos jovens autores de ato infracional permaneceu enviesado por práticas orientadas pelo binômio coerção e repressão tanto no âmbito do judiciário (no momento do sentenciamento) quanto na atuação direta do sistema socioeducativo.

A despeito dos avanços conquistados e plasmados em um instrumento jurídico, a doutrina da situação irregular – fruto de quase um século de legislações e propostas de políticas de caráter extremamente centralizadoras e autoritárias, por intermédio das quais foram operadas práticas eminentemente repressivas – ainda encontra ressonância no discurso ideológico das classes dominantes.

Tal aspecto não deve ser considerado mais um fracasso nessa área, como determinados setores da sociedade afirmam. Há que se levar em conta, acima de tudo, que a implantação de uma cultura democrática, sob os preceitos da descentralização do Estado e da participação da sociedade civil, está visceralmente inscrita em um processo histórico, iniciado na primeira metade da década de 80 e que ainda se encontra longe de terminar. Afinal, são 90 anos de orientações legais para a repressão, arbitrariedade, criminalização e confinamento, contra apenas dez de comprometimento, participação social e do reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito.

Considerando a participação de crianças e adolescentes em atividades infracionais, alguns críticos apontam sua desaprovação ao ECA. Estabelecendo argumentação desprovida de uma visão mais apurada da dimensão sociocultural e econômica do País, alegam que o Estatuto protege os direitos de 'bandidos' e relega os das 'pessoas honestas', clamam pela redução da imputabilidade penal e deliram com a pura e simples transposição dos preceitos deontológicos do

direito anglo-americano, que permite levar ao banco dos réus todo aquele que, ao cometer um ato ilícito, reúna condições psicobiológicas de compreender seus efeitos, independentemente da idade.

Se é verdade que as pessoas e entidades das quais partem tais agressões conjugam um certo saudosismo dos tempos de exceção e repressão, com uma grande preocupação pela manutenção de seu *status* e condição política, também é fato concreto que essa visão propositadamente deturpada espalha-se rapidamente pela sociedade, gerando e aprofundando um ambiente de confusão e mal-estar. O editorial do *Jornal do Brasil* de 5/8/1997 deixa bem claro o tipo de pressão existente:

> ...em seis anos de vigência o Estatuto beneficiou apenas criminosos, garantindo-lhes impunidade. Não resiste a análise atenta. É uma lei que nada tem a ver com 5 milhões de crianças entre 7 e 14 anos (sic) fora das salas de aula(...) o primeiro artigo do Estatuto é quase uma ironia(...) o Estatuto até agora não protegeu o abandonado, não assegurou a entrada em nova vida para aquele que se acostumou a ter uma arma nas mãos, nem protegeu os cidadãos comuns, que ficaram expostos a mais um perigo. Depois do Estatuto ficou mais difícil deter e punir menores infratores(...) trata-se de legislação barroca...

O retrato psicopatológico do adolescente infrator, do criminoso nato, presente nas primeiras décadas do século XX, cede lugar a uma nova conceitualização social desse criminoso que "não tem jeito", nascido na pobreza, destituído de moralidade e reincidente no crime mediante uma carreira de violência, crimes e prisões (Zaluar, 1994).

O País ingressa na década de 90 com um contingente de 14,8 milhões de famílias em condições de pobreza (com rendimentos *per capita* inferior a meio salário mínimo); 45 milhões de crianças e adolescentes em condições subumanas; 25 milhões vivendo em situação de alto risco; 15 milhões sofrendo de desnutrição crônica e 10 milhões obrigados a ingressar no trabalho precoce. De acordo com Oliveira (1993), essa situação é especialmente grave, pois não se restringe somente à insuficiência de renda, sendo ainda mais acentuada pela ausência de infra-estrutura social, cuja oferta é essencial para garantir condições mínimas de vida em ambientes de alta densidade demográfica.

Esse quadro evidencia-se na região metropolitana do Rio de janeiro, onde houve uma deterioração do mercado de trabalho, além do crescimento do desemprego. Tal cenário é ainda mais grave nas comunidades de baixa renda.

Dados do IBGE (1985) demonstram que a taxa de desemprego nessas comunidades é significativamente mais alta que no total da região metropolitana, ficando em torno de 16%.

Segundo pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro, a inserção no mercado de trabalho dessa camada da população está associada em boa parte à baixa escolaridade. O índice de residentes sem instrução nessas comunidades é bastante elevado, chegando a 17,3% da população com 10 anos ou mais na comunidade com maior taxa de desemprego.

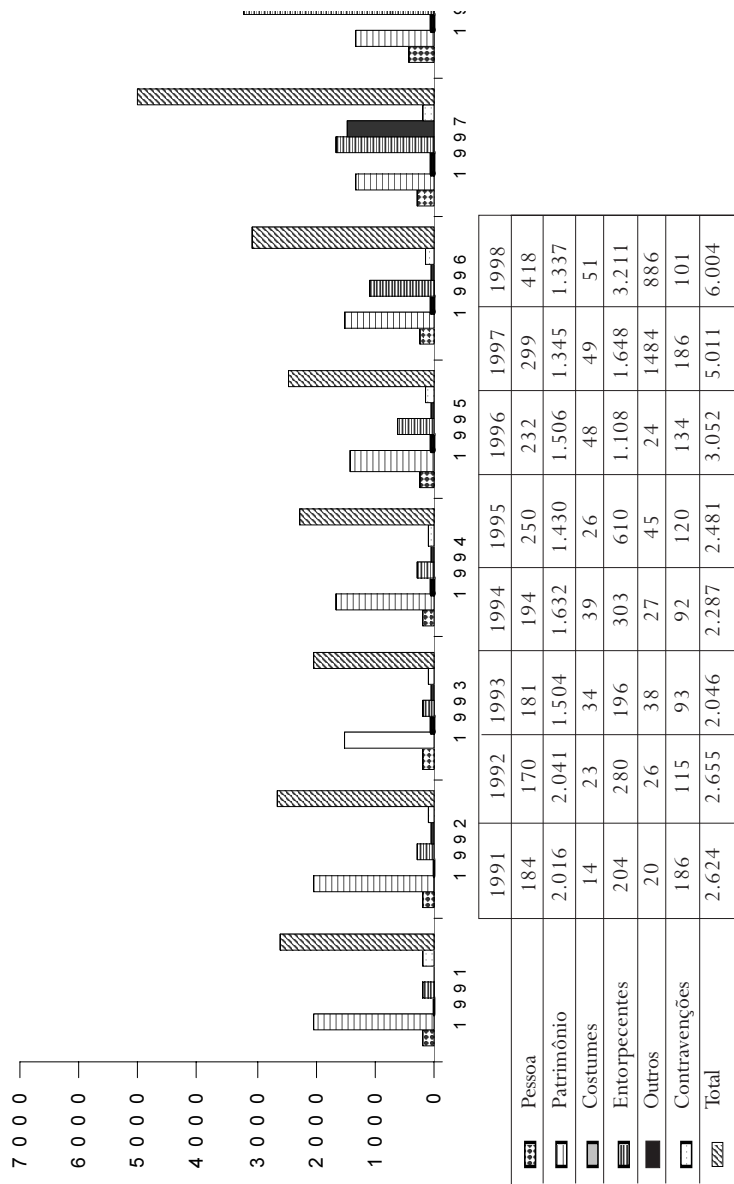
As altas taxas de desemprego assinaladas durante a década de 90, apesar de atingirem toda a população, são mais acentuadas entre os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. A taxa média de desemprego na faixa etária de 15 a 24 anos, que era de 8,0% em 1991, sobe para 11,6% em 1998, a mais alta da década.

Em relação às drogas, começam a aparecer as campanhas de 'lei e ordem' que as apontam como inimiga interna. Os representantes políticos reforçam a cada dia o seu discurso, pretendendo a demonstrar que a droga representa uma ameaça à ordem estabelecida. O discurso hegemônico leva a crer que a favela é o *locus* da droga e o 'marginal', que habita seus casebres e vielas, o seu disseminador na sociedade. Tal visão dá respaldo a uma série de arbitrariedades impostas à população de baixa renda, como a invasão de suas comunidades e moradias pela polícia e pelo exército.

O combate ao tráfico de drogas por parte das autoridades competentes é, então, concentrado nos pontos de venda em comunidades carentes, dissimulando a lucrativa penetração do capital oriundo do tráfico no mercado financeiro internacional e a crescente demanda por drogas nos diferentes segmentos sociais. Assim, enquanto os jovens de classes subalternas que vendem drogas são estigmatizados como problemáticos, anti-sociais e violentos, aos quais deve aplicar-se rigorosamente a lei, os de classe média alta, consumidores de drogas, são vistos como jovens em busca de diversão que, quando exageram, devem receber tratamento médico e psiquiátrico.

A inserção de jovens na estrutura do tráfico no município do Rio de Janeiro, que começava a evidenciar-se nas estatísticas do Juizado de Menores a partir da década de 60 do século XX, alcança marcas alarmantes no fim da década de 90, como se percebe no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Distribuição das infrações cometidas por adolescentes no município do Rio de Janeiro, por áreas de infração, 1991-1998

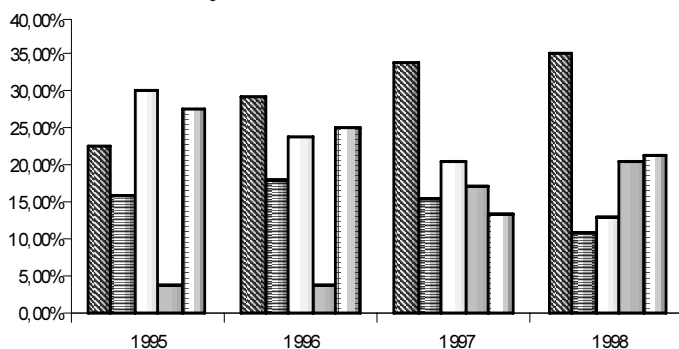
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Pessoa	184	170	181	194	250	232	299	418
Patrimônio	2.016	2.041	1.504	1.632	1.430	1.506	1.345	1.337
Costumes	14	23	34	39	26	48	49	51
Entorpecentes	204	280	196	303	610	1.108	1.648	3.211
Outros	20	26	38	27	45	24	1484	886
Contravenções	186	115	93	92	120	134	186	101
Total	2.624	2.655	2.046	2.287	2.481	3.052	5.011	6.004

Fonte: Relatório Anual de Atividades da 2ª Vara da Infância e da Adolescência, 1999, RJ.

A "área patrimônio", que desde a década de 20 possuía a maior incidência entre os jovens infratores, cede o posto, a partir de 1997, para a "área de entorpecentes", que contabiliza 1.648 (32,88%) casos. Os atos infracionais registrados em 1997 foram cometidos, em 81,74% dos casos, por jovens entre 15 e 17 anos, 50,18% dos que o praticaram eram reincidentes e 39,76% analfabetos. O nível de instrução dos demais não ultrapassa, na maioria dos casos, a 5ª série do 1º grau.

Em 1998, a "área entorpecentes" registra seu ápice nas estatísticas, chegando a 3.211 casos, ou seja, 53,48% dos atos infracionais contabilizados pela 2ª Vara da Infância e Juventude.

Os jovens registrados em 1998 tinham, em 75,3% dos casos, entre 15 e 17 anos, 50,52% não estavam freqüentando o sistema educacional, e a reincidência atingiu 50,30% dos casos.

Apesar de esse aumento na "área de entorpecentes" atingir o cume das estatísticas apenas em 1997, a subárea "tráfico de drogas" alcança, segundo a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), a primeira colocação entre os atos infracionais já em 1996:

Gráfico 4 – Distribuição dos atos infracionais de maior incidência cometidos no município do Rio de Janeiro, 1995-1998

	1995	1996	1997	1998
Tráfico de Drogas	22,69%	29,20%	33,96%	35,14%
Furto	15,78%	18,10%	15,37%	10,61%
Roubo	30,07%	23,85%	20,58%	12,72%
Uso de Drogas	3,70%	3,64%	16,90	20,42%
Outros	27,76%	25,21%	13,19%	21,11%

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, 1999, RJ.

Verifica-se que, em 1995, o tráfico de drogas supera a infração 'furto' e, em 1996, ultrapassa a infração 'roubo', contabilizando 29,2% dos atos infracionais registrados. A tendência crescente do tráfico de drogas é confirmada em 1998, quando atinge 35,14% dos casos.

Apesar de não poder ser apontada como a causa desses altos índices, a situação de pobreza, desigualdade e exclusão que se agrava na década de 80, favorece sobremaneira seu desenvolvimento, como aponta Minayo (1991) referindo-se aos adolescentes desprivilegiados do sistema econômico:

> São estes 'menores' que possuem uma limitada possibilidade de usufruir dos bens sociais, culturais e econômicos e que vivem na pele a face repressiva do Estado, desde seu nascimento. São estas crianças, oriundas das famílias abandonadas, que lutam em meio a sociedade onde os direitos humanos e civis ainda são apenas um sonho, enquanto recebem propostas vantajosas, de lucro fácil, especialmente dos grupos do narcotráfico.

Desse quadro de deterioração social surgem novas formas de organização do trabalho e de inclusão no mercado, que ganham expressão nas grandes metrópoles. O caso mais estarrecedor é a inserção de crianças e jovens na estrutura organizacional do tráfico de drogas. Ao analisar o processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro, Misse (1999) produz uma elucidativa distinção entre mercados informais e ilícitos, enquadrando em sua argumentação o tráfico de drogas como o mercado ilícito mais importante atualmente:

> O que distinguiria um mercado <formal> de um mercado <informal> seria, em geral, a sua maior ou menor participação num conjunto de regulamentações estatais. No entanto, a lógica econômica do mercado produz relações complexas (e muitas vezes contraditórias) com essas regulamentações legais. Entre essas regulamentações está a das mercadorias cuja oferta (e, em alguns casos, consumo) é criminalizada, isto é, passível de ser enquadrada legalmente como delito ou crime. O mercado criminalizado é assim duplamente informal: ele é necessariamente um mercado informal de trabalho, porque a criminalização das mercadorias que ele produz ou vende o alivia da possibilidade de qualquer regulamentação formal das relações de trabalho e das obrigações tributárias, além de ser um mercado de circulação de mercadorias ilícitas, cuja atividade é, em si mesmo, criminalizada.
>
> A designação criminal de um certo tipo de mercadoria depende do seu significado contextual para a ordem pública, para a reação moral da sociedade e por suas possíveis (ou imaginárias) afinidades com outras mercadorias e práticas criminalizadas (...) A droga é apenas uma das mercadorias criminalizadas, que por sua alta taxa de lucro nos últimos anos, tem atraído maior número de agentes para sua oferta.

Constituindo-se uma lucrativa atividade econômica, de escala eminentemente internacional, o tráfico utiliza-se do Brasil como rota de transporte

pela qual as drogas são conduzidas para os EUA e Europa. De acordo com Procópio (1999), tal fato deve-se

> ao grande número de excluídos na sociedade, à pobreza e ao alto nível de desemprego e subemprego que cercam ilhas sociais com altíssimo poder de consumo; à vizinhança com os principais centros produtores de cocaína; existência de infra-estrutura de transportes e de comunicações; corrupção generalizada; sistema judiciário que funciona mal e sistema financeiro que absorve dinheiro sem mecanismos de controle eficazes.

Conforme descreve Souza (1994), "é uma atividade multiescalar por excelência, manifestando-se sob a forma tanto de uma rede internacional do crime organizado quanto de uma favela controlada por uma determinada quadrilha ou organização". Nesse trânsito, uma das 'paradas' principais é o município do Rio de Janeiro, para onde aflui enorme volume de drogas, sendo uma parcela utilizada para abastecer o mercado interno, enquanto a maior parte segue pelos "corredores de exportação". No mapa a seguir, demonstram-se as rotas do tráfico no Brasil:

Mapa 1 – As rotas da droga (do Brasil para o mundo)

Fonte: *Jornal do Brasil*, 18/06/91. In: Arbex Júnior, 1993.

Nesse périplo, as atividades desenvolvidas pelos traficantes distinguem-se de cidade para cidade, pois em cada uma cumpre-se uma etapa determinada do ciclo exportador, para a qual se leva em conta o potencial do mercado consumidor interno e suas características socioeconômicas. Por isso não é possível fazer uma análise generalizadora, postulando que o tráfico atue de uma mesma forma no Rio de Janeiro, Corumbá ou São Paulo.

No município do Rio de Janeiro, o tráfico de drogas representa hoje um verdadeiro 'mercado de trabalho' ilícito que movimenta imensa quantidade de dinheiro, levando jovens sem perspectiva de ascensão social e melhoria das condições de vida a arriscar-se para defender o ponto de venda da droga, anunciar a chegada da polícia ou vender a mercadoria. Em troca, vislumbram a possibilidade de ter acesso aos bens de consumo tão exaltados pela mídia, além da manutenção da sobrevivência, mesmo estando expostos ao alto risco do confronto armado (com a polícia ou com outros traficantes) e a possibilidade, bastante plausível, de uma morte prematura.

O maior símbolo de toda essa cadeia é justamente o elemento responsável por causar os mais sérios danos e agravos à população e a eles próprios: as armas. De diversos calibres, procedências e potencial destrutivo, esses verdadeiros símbolos de poder proliferam nos meandros da droga, sendo adquiridos por qualquer um que o queira e revelando a facilidade com que são produzidas, vendidas e introduzidas no País.

Os valores tradicionais vinculados à família, à religião e ao trabalho, instrumentos de controle social da classe hegemônica no decorrer do século XX, começam a perder o poder diante das novas leis de mercado, do fetiche da mercadoria, do aumento das desigualdades sociais e do desejo de consumir desses jovens, o que se junta à falta de perspectivas, conforme indica Cruz Neto (1995):

> Frente às tentações do consumo, aos estímulos dos grupos infratores e à realidade sem perspectivas do mercado de trabalho, muitos têm caído na delinqüência, recebendo em troca uma vida de consumo imediatista, muita violência, exacerbação da agressividade, consumo e tráfico de drogas e uma baixa expectativa de vida.

2

Perfil dos 'Perfis' de Jovens Envolvidos com o Tráfico de Drogas

Abordadas as raízes históricas do envolvimento de jovens com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, este capítulo procura aprofundar o processo reflexivo por intermédio da elaboração de um perfil voltado diretamente para os jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção.

A opção por elaborar esse perfil parecia, desde seu momento germinal, um dos rumos naturais de nosso estudo. Afinal, após um ano trabalhando diretamente com eles, havíamos tido a oportunidade de conviver mais de perto, (re)conhecendo a trajetória de suas vidas e realizando uma longa série de entrevistas que fervilhavam em densa e complexa coletânea de depoimentos, dados e informações essenciais para uma melhor compreensão de suas concepções de mundo, atitudes e aspirações.

Corroborando – e até mesmo incentivando – tal iniciativa, o objetivo que metodológica e cientificamente permearia essa caracterização foi investido de um caráter tão nobre quanto pretensiosamente propositivo: fornecer subsídios para que os responsáveis pela elaboração, implantação e implementação das políticas públicas, em especial as voltadas para o segmento infanto-juvenil, pudessem adequá-las ao real interesse e às verdadeiras demandas de seus destinatários.

À medida que consolidávamos a proposta, aprimorando sua argumentação e delineando a forma pela qual ela viria a materializar-se, os problemas públicos enfrentados pela população carioca continuavam a agravar-se, interferindo de forma cada vez mais negativa em sua já depauperada qualidade de vida. Do ponto de vista da segurança pública, que em hipótese alguma deve ser decantada dos problemas socioestruturais, o incremento da atividade delinqüencial cometida por jovens, sobretudo seu envolvimento com o tráfico de drogas, cristalizou-se como uma das principais preocupações da sociedade e, por conseguinte, um dos assuntos mais 'pautados' pela mídia que, pelo menos em sua vertente escrita, passou a demonstrar veemência até então inaudita.

Tradicionalmente ancoradas nos 'cadernos policiais', as reportagens sobre o tema transbordaram de seu espaço habitual, sendo içadas aos suplementos de 'cotidiano', 'cidade' e 'comportamento', aportando espalhafatosamente em 'editoriais' e nas letras garrafais das manchetes dominicais. A constância, formato e argumentação com que são apresentadas refletem, em demasiada proporção, uma atitude instantânea e reativa, que, se tem o mérito de refletir a justa preocupação dos cidadãos, muitas vezes tende a extrapolá-la, aproximando-a de um sufocante estado de mal-estar e temor, o qual, em repetidas situações, funciona como pseudojustificativa para a propositura de medidas coercitivas e repressivas.

Considerável parcela dessas matérias, inclusive as que laconicamente registram os índices de mortos e feridos, torna-se notória pelo denodo com que procura apresentar – descritiva, intuitiva ou indutivamente – determinadas características dos jovens que as protagonizam. Publicadas diária e seqüencialmente, acabam, mesmo que indiretamente, produzindo um certo tipo de perfil: idade; cor; sexo; local de moradia; quanto ganham no tráfico; qual função ocupam; quais as armas que utilizam; o que já fizeram no tráfico; se já mataram alguém... Os aspectos mais complexos, intrincados e delicados de suas curtas e conturbadas vidas, os quais muitos deles não conseguem entender perfeitamente e até mesmo não sabem por que o fazem, são devassados e superficialmente expostos aos leitores.

Compromissados com o reduzido espaço e a necessidade de vender exemplares, proprietários, editores e repórteres concordam e acham plausível expressar aquelas que julgam ser as principais características dos jovens em uma página com alguns gráficos, ou mesmo conformá-las em um *box*, quase sempre amparados por estatísticas oficiais, contra-argumento utilizado para 'validar' as informações veiculadas e defender-se das críticas que se referem ao fato de que os responsáveis por ela raramente são estudiosos do tema.

Inspiradas por situações concretas – mas nem por isso melhor compreendidas – do cotidiano carioca, as características realçadas são facilmente identificáveis nas ruas da metrópole, especialmente quando ilustradas por fotos, tradicional semiótica jornalística que pretende conferir à imagem estática o 'dom' da confirmação universal da informação. Para o cidadão-leitor, que, já bastante apreensivo, convive diariamente com pessoas que se vestem daquele modo, agem de acordo com os trejeitos e comportamentos ressaltados e possuem o mesmo biotipo e etnia, a associação muitas vezes é mecânica e inevitável, constituindo-se um raciocínio cíclico que pode induzi-lo a compor um 'tipo ideal' de infrator: sexo masculino, adolescente, negro/mulato, pobre, favelado, displicentemente vestido, não quer trabalhar nem estudar, família 'desestruturada', viciado, disposto a roubar e matar para comprar droga.

Tal procedimento, apesar de reprovável, não chega a ser exatamente surpreendente. A vinculação estereotípica entre o ato infracional e o cidadão que, por algum motivo, age ou encontra-se à margem dos padrões sociopolíticos hegemônicos, foi histórica e secularmente construída, tendo sido capitaneada pelas relações escravocratas – das quais certos resquícios ainda acometem a sociedade – e acirradas pelo capitalismo periférico brasileiro, cujos desmandos foram decisivos para introduzi-la no senso comum.

A (o)pressão dos costumes torna-se tão abrangente que, mesmo para os que desejam superá-la, constitui tarefa de difícil monta escapar ao estereótipo. Nesse sentido, é sintomático perceber que aqueles que afirmam não ter preconceito sentem-se compelidos a ratificar sua posição toda vez que dialogam e interagem publicamente sobre assuntos a ele recorrentes, pontificando que não desposa tal ponto de vista. Negando-o de forma tão radical, procuram caminhar para sua eliminação, mas muitas vezes não percebem que a pura reprovação a um determinado comportamento, apesar de valorosa, funciona também como forma de confirmação de quanto ele está arraigado naquela sociedade.

Justamente por isso faz-se imprescindível ressaltar que a postura crítica adotada e expressa neste livro por mais acirrada que seja, não se arvora, em momento algum, a intenção de 'satanizar' o jornalismo praticado no Rio de Janeiro, atribuindo-lhe maniqueísta culpa pelas mazelas que noticia.

A proposta de análise que se pretende adotar não circula pela contraposição de uma 'prática ruim' – a do jornalismo – a outra 'supostamente boa' – a das ciências sociais. É preciso desmistificar ilusórias fronteiras e argumentos que postulem permanente secessão. As críticas possuem o intento principal de realçar

a avassaladora complexidade do processo de produção e disseminação de informações, atividade considerada por todos aqueles que se dedicam a estudar e discutir os rumos das sociedades contemporâneas como de vital importância para o aprimoramento e desenvolvimento de um sistema democrático mais inclusivo e universalizante.

Essa prevalência alça os veículos de *mass media* a posições primordiais e privilegiadas, o que, se por um lado, torna-os cada vez mais próximos e consumidos pela população, por outro, enlaça-os mais intimamente a interesses sociopolítico-econômicos, que, quando expressos, podem não ser fortes o suficiente para formar opiniões, mas são claramente capazes de influenciá-las. Qual de nós nunca se flagrou, mesmo que envergonhadamente, preocupado com a proximidade de alguém com aquelas características, sentiu-se estranhamente incomodado com a algazarra que fazem nos ônibus ou mesmo assustou-se com suas jocosas correrias na praia?

Apesar de convencidos da imprescindibilidade de construir o tal perfil, passamos a questionar seriamente seu significado e suas possíveis repercussões quando, solapando esperanças e expectativas, sobreveio um episódio que pode ser tachado de um verdadeiro 'tiro pela culatra'. No terço final do processo de avaliação do Sistema Aplicado de Proteção, os resultados preliminares já indicavam aspectos bastantes positivos, o que levou a equipe de avaliação a ceder às investidas do *Jornal do Brasil*, aceitando participar de uma matéria que divulgasse o Programa e mostrasse, acima de tudo, que aqueles jovens poderiam vir a ocupar um lugar digno na sociedade. Tentamos, como se diz no jargão jornalístico, 'emplacar' um título com a seguinte idéia: "Estado do Rio de Janeiro tem Programa para Retirar Adolescentes do Tráfico de Drogas". O editor fez publicar:

> "RETRATOS DOS SOLDADOS DAS DROGAS"
>
> GRUPO DE MENORES ATENDIDOS NO SAP FORNECE UM PERFIL DETALHADO DA VIDA NA CRIMINALIDADE
>
> Era madrugada. Embaixo do travesseiro, colado às mãos, nervosas, um revólver calibre 38 dava a garantia de mais uma noite. Qualquer ruído do lado de fora da casa fazia o coração disparar. De repente alguém tenta entrar pela janela. O medo faz W, 18 anos, disparar contra o invasor... por sorte não matou o próprio irmão: "Trabalhei nisso desde os 12 anos. No começo é o máximo, tem de tudo. Você é o máximo na favela. Todo mundo te respeita... se alguém se mete a besta, fala alguma gracinha, ninguém tem pena, apaga mesmo." (*Jornal do Brasil*, 21/11/99 p.14)

Havíamos presenciado a ocasião em que o jovem conversara com o jornalista: um momento fortuito, que durou no máximo vinte minutos, durante uma reunião de trabalho da qual participaram técnicos, avaliadores, familiares e jovens. No jornal dominical, aquele contato parece ter assumido nova dinâmica. A foto, publicada no centro da primeira página, era modelar, apresentando jovens negros e mulatos postados em uma janela larga, olhando para a Baía de Guanabara, como se expressassem um sentimento de desalento. Na transcrição para a matéria, a fala ganhou um ar *hitchcokeano* com o qual o jornalista pretendia 'criar um clima' que envolvesse o leitor. O fato em si não bastava, a vida real precisava ser maquiada, receber um toque novelesco para, sob os holofotes da mídia, tornar-se atrativa e despertar sentimentos. Quais?

Mas, realmente intrigante, é que não houve a menor preocupação em tentar compreender como havia sido construído o discurso adotado por *W*, se ele refletia o seu estado de espírito momentâneo ou alguma indignação, se ele queria impressionar, demonstrar poder, arrependimento... ou mesmo se era verdade.

Entabular uma rápida conversa com um jovem que vivencia grave situação de risco pessoal e social, anotar sua fala e publicá-la sem que se procure investigar a trajetória de sua vida (ou mesmo conhecer os fatos que o levaram a estar presente naquele momento vexatório), é pressupor que se pode aplicar a todas as pessoas e situações a mesma lógica que preside entrevistas com políticos e personalidades que, por saberem que uma simples declaração pode transformar-se em 'furo de reportagem', rendendo-lhe importantes dividendos, muitas vezes fazem afirmações espetaculares para aproveitarem-se de sua repercussão.

Faz-se imprescindível questionar: Em que as 94 palavras publicadas contribuíram para que o leitor pudesse compreender melhor a vida de *W*? Quais as contribuições que a leitura do texto pode trazer para esta vida e a de outros jovens que enfrentam problemas semelhantes? Sem ousar intervir e desqualificar a metodologia do trabalho jornalístico (mesmo porque essas críticas podem ser dirigidas também a antropólogos, sociólogos, psicólogos...), torna-se forçoso inferir a necessidade de introduzir na discussão pressupostos que salvaguardem não apenas os direitos do cidadão entrevistado, mas também daqueles que possam vir a ser atingidos e estigmatizados pelo referencial esboçado na entrevista.

Para isso é preciso, pelo menos, que haja uma reflexão crítica e sistemática sobre "de que maneira tanto o investigador quanto os sujeitos de sua pesquisa intervêm no processo de conhecimento, 'construindo' a realidade" (Zaluar, 1980). Essa preocupação deve estar sempre presente em trabalhos que,

independentemente de vinculação jornalística, etnográfica ou sociológica, tenham como objeto e objetivo o estudo do ser humano e de suas relações sociais. É certo que suas respostas nunca redundarão em um jogo de soma zero, nem em assertivas e negativas, mas sim em variadas e intrincadas possibilidades de abordagem, cuja confrontação se faz absolutamente necessária.

O depoimento de uma assistente social que trabalhou no Sistema Aplicado de Proteção contribui para uma visão mais aprofundada do problema:

> *"O melhor atendimento que eu faço é quando eu pego eles lá fora, que eles estão na turma conversando, eles estão no assunto, ou procurando entrar. Pelo menos procuro entender um pouquinho deles. Ali eu já consigo arrumar uma brecha para poder trazer eles para o atendimento, dar continuidade àquele assunto. Daquele assunto eu chego a outro assunto... porque são meninos que você tem que estabelecer também aquela relação de confiança, se não eles não dizem nada para você. E se não estiver estabelecido uma relação de confiança, como é que você vai trabalhar com ele, vai entender aquele menino? Mas até ele chegar perto de você e dizer assim: "olha, vou falar uma coisa para a senhora, não é 'caô' não. Eu espero que a senhora não fale nada para a minha mãe."... sabe! Então eles chegam aqui e choram, mas no dia seguinte: "Tia, homem do movimento não chora. Menino que é do movimento, do tráfico, não chora não! Não sei nem porque eu estou chorando diante da senhora." Como é diferente trabalhar com esses meninos! Há resistência... eles pensam que você não sabe nada e ele sabe tudo. Eles se fecham."*

Poucos dias após a referida matéria, o jornal 'brindava' o leitor com uma reportagem intitulada "Andando nas Nuvens", na qual exaltava a meteórica e ascendente trajetória de uma jovem branca, cabelos lisos e bem tratados ao estilo *coco-chanel*, fotografada junto a caríssimos objetos de decoração e descrita da seguinte maneira: "C. é uma garota de fino trato. Anda sempre vestida com as melhores marcas do Brasil e do exterior, é fluente em cinco idiomas e dona, aos 21 anos, de duas lojas de calçados tão finos como ela e a clientela que desfila suas criações. Sucesso".

Dois perfis tão díspares não apenas pela dissemelhança da vida de seus protagonistas, mas também pela maneira com que foram elaborados. Apesar disso, é verossímil admitir que em ambas as situações o jornal cumpriu sua "missão": transmitir informações. Abriu-se espaço para que o leitor soubesse, mesmo que obliquamente, da existência de um projeto piloto trabalhando a reinserção social de jovens que se haviam envolvido com o tráfico de drogas. A questão principal é que para fazer isso a linha editorial optou, propositadamente, por um texto que demarca, seja de forma direta ou subliminar, determinados pontos-chave para lastrear as matérias. No caso deles, todos eram negativos,

procedimento inversamente proporcional ao da jovem, cujo texto era *glamouroso* do princípio ao fim.

Certamente não poderíamos repetir esse expediente, pois estaríamos cometendo uma brutal injustiça com os jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção, que, durante um ano, lutaram, com todos os meios e maneiras de que dispunham, para provar que não merecem ser alvos de juízos de valor que denigrem seu caráter e cada vez mais espraiam-se pela sociedade. Ademais, a repercussão que porventura causasse um trabalho assim delineado, por menor que fosse, traria consigo uma carga negativa, reforçando estigmas e em nada contribuindo para a superação dos problemas públicos.

Ante essa encruzilhada, as escolhas que surgiam impunham-nos a trilhar caminhos diferentes que, por ainda não estarem suficientemente mapeados e plenamente abertos a novas bifurcações, poderiam, ironicamente, estar pavimentados por imobilizante novidade ou mesmo por um inconsciente – mas preconcebido – pedantismo.

Nas curvas desse percurso, enquanto procurávamos desviar, ou ser abalado o menos possível pelos obstáculos, tivemos certa dificuldade em perceber que, na elaboração desse perfil, o prazer intelectual, que tanto nos move, deveria submeter-se à preocupação com o presente, passado e futuro daqueles a quem pretendíamos retratar. Não bastava criar um belo capítulo com frases de efeito, dados tabulados e gráficos em terceira dimensão. Era preciso ir além e ampliar os limites da reflexão. Não concordar com o estabelecido. Irritar os que discordam por motivos escusos e defendem a pura e simples repressão. Provocar os que se indignam com as situações apresentadas a discuti-las e aprimorá-las.

Imbuídos desses intuitos, pretendemos deixar claras as discordâncias com a forma com que tais 'perfis' são elaborados, buscando na vida dos jovens, em suas falas e experiências, as respostas para as agressões. Ao contrário, propomos permitir que 'ouvindo sua voz' a sociedade entenda dimensões ainda desconhecidas do dia-a-dia de alguns de seus jovens integrantes, suas expectativas, prazeres, desventuras e decepções, pois somente dessa maneira é que se superam os julgamentos maniqueístas e passa-se à ação concreta.

Nesse empreendimento optamos por manter o 'perfil', tentando demonstrar que, para que ele seja alçado de suas definições etimológicas ('descrição de uma pessoa em traços mais ou menos rápidos') para uma categoria

de análise social, deve, obrigatoriamente, ser preenchido pela preocupação mais extrema com aqueles que tornar-se-ão seu público-alvo.

Resolutos, envidamos esforços para enfrentar as dificuldades e elaborar um perfil que atendesse aos preceitos éticos da beneficência, não maleficência, justiça e autonomia (Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde), assumindo para com os jovens os seguintes compromissos:

- retratar suas experiências de vida não para que elas pareçam exóticas ou tornem-se manchetes, mas para fornecer subsídios sociais para uma melhor compreensão de sua inserção no tráfico de drogas;
- demonstrar a influência da violência estrutural em sua trajetória de vida;
- contribuir para a construção de um quadro analítico que possa vir a orientar as políticas públicas voltadas para a infância e a juventude;
- procurar entender suas relações familiares, não para provar a 'desestruturação' desses laços, mas para tentar compreender como elas influenciaram em seu envolvimento com o tráfico de drogas e em que medida podem apoiar sua efetiva saída;
- conhecer suas experiências no tráfico de drogas para poder analisar melhor a estrutura dele, as motivações que os atraíram e que, em boa parte dos casos, os impedia de sair;
- levantar seus principais hábitos e costumes não para afirmar que eles são aculturados, mas para demonstrar que, se a sociedade não os motiva a participar de suas manifestações tradicionais, eles apropriam-se delas da maneira que podem, produzindo, de acordo com a estrutura social que conhecem, suas próprias identidades;
- resguardar a integridade física e moral não apenas dos que contribuíram para a elaboração do perfil, mas de todos aqueles que porventura venham a ser comparados com eles;
- evitar a empáfia e reconhecer os momentos em que não há dados suficientes para uma análise mais detida, ou que o arcabouço conceitual utilizado não consegue explicitar plenamente as relações sociais que estão em cena;
- incentivar a sociedade a superar intransigências e recriminações, reequacionando suas justas preocupações e empenhando-se para criar os canais necessários para que eles possam nela reinserir-se como protagonistas que são do processo histórico.

Um Perfil de Vários Ângulos, Faces e Contornos: jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção

O leitor mais entusiasmado e ávido para ter acesso às características dos jovens pode ser seduzido a imaginar que transpostas as etapas pretensamente mais árduas da pesquisa – entrevistas, coleta e levantamento de dados –, a riqueza e o volume de informações concorreriam para tornar a elaboração do perfil um processo relativamente tranqüilo. Pensando assim, estará incorrendo em um engano plenamente aceitável, pois, de certa forma, também deixamo-nos embalar por uma toada semelhante.

Não que imaginássemos ser fácil entender, comparar e analisar uma imensa quantidade de depoimentos e deles extrair 'o perfil'. Nunca aderimos a tal proselitismo. Entretanto, achávamos que pelo menos a organização e a exposição dos dados seriam um processo mais linear, com menos sobressaltos e no qual as passagens iriam encaixando-se e amoldando-se à conformação do texto. Lógico que não foi!

Ora, se a idéia original era elaborar um perfil da vida daqueles jovens, os relatos obtidos seriam obrigatoriamente um microconjunto da realidade em que eles vivem e não um retrato instantâneo tirado no momento da entrevista! Isto significa que, assim como a vida de qualquer ser humano desencadeia-se de forma múltipla e cumulativa, na qual os fatos e situações a todo momento tangenciam-se, sobrepõem-se, interagem e repelem-se, as falas dos jovens, por mais específicas que fossem, também guardariam tais características, imbricando os diversos e diferentes aspectos abordados.

Diante dessas contingências, optamos por estruturar didaticamente a apresentação e discussão das informações, recurso que se faz absolutamente necessário para evitar sua sobreposição, o que tornaria a leitura um fardo, suscitando aquela desagradável pergunta que às vezes fazemos: "mas de que é mesmo que eles estão falando agora?"

Para atingir essa meta, os dados foram trabalhados por intermédio de módulos que podem ser lidos isoladamente, ou sob a perspectiva do conjunto, e agrupam características específicas que variam de acordo com o grau de intervenção dos jovens sobre elas. Procedendo dessa forma, objetivou-se a viabilização de um trânsito mais harmônico e menos árduo por um roteiro que, ao ser escalonado, procura suscitar a análise das situações percorridas, enfatizando suas dimensões qualitativas sem que isso signifique deixar de lado os aspectos mensuráveis dessa realidade.

Assim, sob a rubrica Dados Pessoais, as primeiras características apresentadas dizem respeito a aspectos biológicos da vida dos jovens: idade, sexo e etnia. Não que elas possuam um grau de importância mais elevado que outras, ou porque sejam portadoras de uma pretensa neutralidade científica, mas porque sua determinação biogenética em nada dependeu da ação dos jovens, afirmando-se como um conjunto de códigos e informações apriorísticas que em muito tem influenciado suas vidas.

O movimento seguinte introduz o leitor ao tema das Condições de Moradia, que são analisadas por um viés ampliado, que abrange e relaciona informações sobre as residências em que os jovens vivem e o contexto social em que elas estão inseridas. Apesar de ser uma dimensão da realidade que enseja possibilidades de intervenção, tais 'condições' são sentidas por eles como exteriores a sua existência e ação. Acreditam que em pouco ou nada poderiam contribuir para mudá-las, e, em seus depoimentos, nota-se: a ausência de referências a movimentos organizacionais e reivindicatórios que possam catalisar suas reclamações em prol da melhoria da situação; e que o tráfico de drogas, em nenhum momento, é visto como uma instância capaz de suprir essa necessidade.

O terceiro módulo é dedicado à Educação e Trabalho. A despeito de já refletir posições específicas e o exercício de funções particularizadas, ilustra como o acesso à escola e a permanência nela, assim como as oportunidades de trabalho, são brutalmente reduzidos para uma determinada parcela da população, demonstrando que o esforço dos jovens, para prosseguir em seu estudo ou conseguir uma atividade laboral digna, foi-lhes de pouca valia, uma vez que a consecução desses objetivos está, em larga medida, influenciada por um contexto sociopolítico do qual eles sequer sabem como participar.

Logo após, descortina-se um rol de relações extremamente complexas, delicadas, melindrosas e por isso mesmo de difícil análise, agrupadas sob o título de Convivência Familiar. Esse pode ser considerado como o primeiro momento em que os jovens passam a reconhecer-se como protagonistas de uma realidade, que, mesmo assim, é ainda bastante influenciada pelas tradicionais mediações maternas e paternas, cuja abrangência e amplitude variam desde o mais puro amor até os conflitos ostensivos e violentos.

O módulo Lazer e Cultura conclui o capítulo, abrindo espaço para situações em que os jovens finalmente começam a expressar visões nas quais pressentem sua autonomia e em que suas ações são realmente capazes de criar oportunidades para que consigam o que desejam, sem recorrerem a outras instâncias ou pessoas.

Dados Pessoais

Por se tratar de uma proposta elaborada e implementada pelo Poder Executivo Estadual e ter como público-alvo jovens cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida e semiliberdade, o Sistema Aplicado de Proteção reproduz a demarcação etária adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que os circunscreve à faixa entre os 12 e 18 anos, ressalvando que, em determinadas situações, o atendimento a eles prestado pode ser prorrogado até os 21 anos de idade.

Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição por sexo e faixas etárias de 88 integrantes do Sistema Aplicado de Proteção (representando 93,61% dos 94 jovens que o freqüentaram) e que, daqui para a frente, constituir-se-ão no universo deste 'perfil'. Tomando-se por base seus dados, pode-se perceber que a faixa compreendida entre os 16 e os 18 anos é a mais concorrida, contando com cerca de 84% do total, sendo a idade mais recorrente a de 18 anos, na qual se incluem 38,63% dos jovens.

Tabela 1 – Distribuição por idade e sexo dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

	SEXO		
IDADE	FEMININO	MASCULINO	Total
14 anos	–	3	3
15 anos	1	1	2
16 anos	3	16	19
17 anos	2	19	21
18 anos	1	33	34
19 anos	2	7	9
Total	9	79	88

Fonte: Equipe de Pesquisa ENSP/FIOCRUZ – Sistema Aplicado de Proteção. Rio de Janeiro, 1999.

Adotando-se uma perspectiva de gênero, constata-se a acentuada predominância masculina, totalizando cerca de 90% dos jovens. Essa distribuição brutalmente desigual parece corroborar levantamentos oficiais (2ª Vara da Infância e Juventude – Comarca da Capital, 1997 e 1998; DPCA, 1999) que mostram que, embora tenha aumentado sensivelmente nos últimos cinco anos, a participação de jovens do sexo feminino no tráfico de drogas faz-se ainda de forma menos freqüente, geralmente mediada pela influência de namorados e companheiros, cabendo a

elas o desempenho de tarefas que dinamizem as atividades principais, levadas a cabo, essencialmente, pelos representantes do sexo masculino.

O depoimento de uma das nove jovens participantes do Sistema Aplicado de Proteção ilustra a situação:

> *"Pô, eu não entrei. Eu me relacionei com um cara, que tinha acabado de chegar no morro onde eu moro... Ele tinha trinta anos... Como eu era usuária de droga, eu sempre ia na boca e sempre ficava conversando com ele. Depois de uma semana, duas semanas, três semanas, aí a gente foi e saiu... eu fiquei um ano com ele, a gente morava junto... Ele pegou uma gerência muito alta, muito forte, ficou como gerente geral. Se o patrão morrer ele que ia ser o dono do morro. Aí nós ficamos junto. Ficamos junto e fomos até o final. Como ele era gerente, ele que guardava as coisas... e quem tomava conta era eu, né? Ele ficava a noite toda na rua, na pista, e eu ficava dentro de casa... naquela insegurança de um dia os homem pegar ele e eu ir junto também. Eu sempre tinha medo de rodar, de levar tiro, e de ser presa. Aconteceu, eu levei tiro e fui presa."*

Inquirindo os jovens do sexo masculino, percebemos, numa primeira aproximação, a forte influência que as origens paternalistas e acentuadamente machistas da sociedade brasileira ainda hoje exercem sobre eles. Merece destaque o fato de reproduzirem um discurso que procura organizar as relações sociais, adotando uma argumentação que justifica a reduzida participação feminina no tráfico em virtude de sua frágil constituição biofenotípica e a um comportamento natural menos agressivo. Em conseqüência, elas não seriam capazes de envolver-se em atos 'mais violentos', que exigiriam características intrínsecas à 'condição masculina', tais como coragem, força física e tenacidade que eles sincretizam e qualificam na chamada 'disposição':

> *"Tráfico é coisa pra homem! Tem que ter disposição!"; "Quando os homem pegar, dá um pau, aí tem que agüentar o pau... os caras não vão querer ter uma mulher seguindo a boca, né? E se os homens pegam ela, dá um pau nela, e ela entrega tudo?"*

Reificando de acordo com seus interesses e especificidades a mais rústica divisão sexual do trabalho, esse discurso é paradoxalmente assumido e veiculado por jovens que, em sua absoluta maioria, conheceram suas mães, tias, irmãs e vizinhas como as 'chefes do domicílio', trabalhando fora para prover o sustento da família e em casa para cuidar de seu bem-estar, o que em nada se assemelha à ideológica visão do sexo frágil, passivo e de postura vitimista.

Problematizando esta temática, Duque Arrazola (1997) afirma que:

> o gênero é uma construção social, histórica, sobre os sexos. Pode-se inferir que o feminino e o masculino são construídos, interpretados e internalizados, portanto

personalizados, dependendo das características específicas da sociedade em que homens e mulheres vivem...

Transpondo-se sua definição para a realidade do tráfico de drogas, surge uma questão no mínimo inquietante: será que, ao subverter determinadas tradições e códigos jurídico-morais, mantendo, porém, a velha postura "androcêntrica de razão cartesiana" (Safiotti, 1997), o tráfico investiu no preconceito como uma maneira de barrar a participação do sexo feminino em sua estrutura direta? Pior: será que esta postura pode, de alguma forma, por mais canhestra que seja, ser considerada 'positiva' para as jovens, uma vez que restringe suas possibilidades de integrar essa atividade?

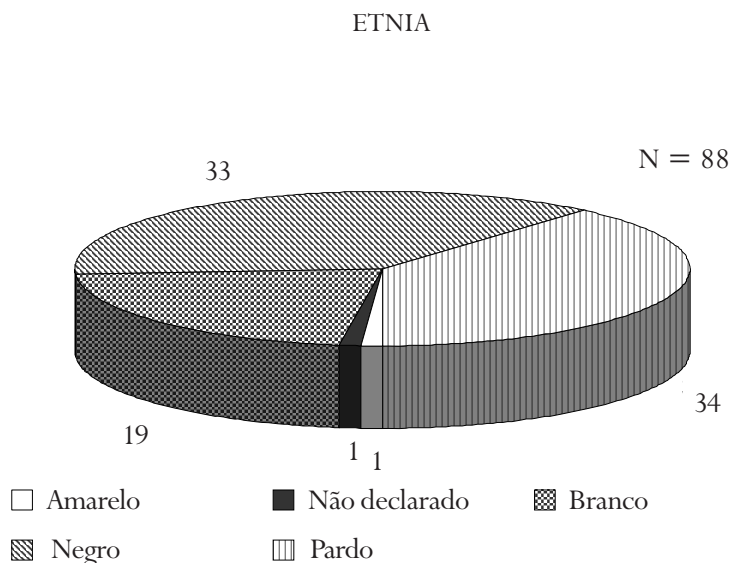
Retome-se a discussão do ponto de vista dos jovens, uma vez que eles incorporam, em suas atitudes e discursos, posturas machistas. Em nosso ver, elas devem ser interpretadas à luz de uma análise mais ampla da estrutura social na qual eles estão inseridos, em que pontifica seu envolvimento com o tráfico de drogas, que obviamente exacerba essas posições. Em si, elas não parecem ser muito diferentes das emitidas por outros grupos jovens que não possuem ligação com o tráfico, mas que, de alguma forma, arraigaram em seu senso comum uma clivagem sexual da sociedade.

O eixo diferencial está assentado justamente nas condições de extremo risco ao qual estão submetidos os segmentos diretamente influenciados pelas relações de poder estabelecidas pelo tráfico. Subjacente àquele discurso apartador, os jovens do Sistema Aplicado de Proteção expressaram também uma sincera preocupação com o bem-estar feminino (mães, namoradas, parentes e colegas), porque sabem que se elas não correm o mesmo risco imediato que eles, não deixam de ser alvo constante do ataque de seus inimigos, da 'banda podre' da polícia, dos tiroteios e 'balas perdidas', além de todo o sofrimento que é ver um ente querido na criminalidade. As posturas machistas que revelam acabam sendo contrabalançadas pelo reconhecimento da árdua e perigosa realidade enfrentada pelo sexo oposto.

Entretanto, podemos indagar: se o tráfico de drogas mantiver a tendência de constante ampliação de seus índices de crescimento econômico e de procura por novos nichos de mercado, conseguirá promover um reordenamento das relações locais de poder, criando novas funções que venham a ser atraentes para as jovens?

Tão polêmicas quanto as relações de gênero, são as étnicas. O fato de a grande maioria dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção ser de origem negra (Gráfico 5) e oriunda das classes mais pauperizadas, guarda intrínseca

relação com todo o processo de exclusão sociopolítica-econômica que a eles foi imposto pela elite dominante no decorrer da formação do Estado brasileiro.

Gráfico 5 – Distribuição por etnia dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação. DCS/Ensp/Fiocruz. Rio de Janeiro, 1999.

No entanto, apesar de referendarem as estatísticas oficiais sobre delinqüência juvenil, nas quais predominam não brancos, esses dados são quase sempre interpretados de maneira mecanicista, criando uma bizarra e ideológica associação entre etnia, pobreza e criminalidade. Procurando desmistificar essas relações, deve-se levar em conta que:

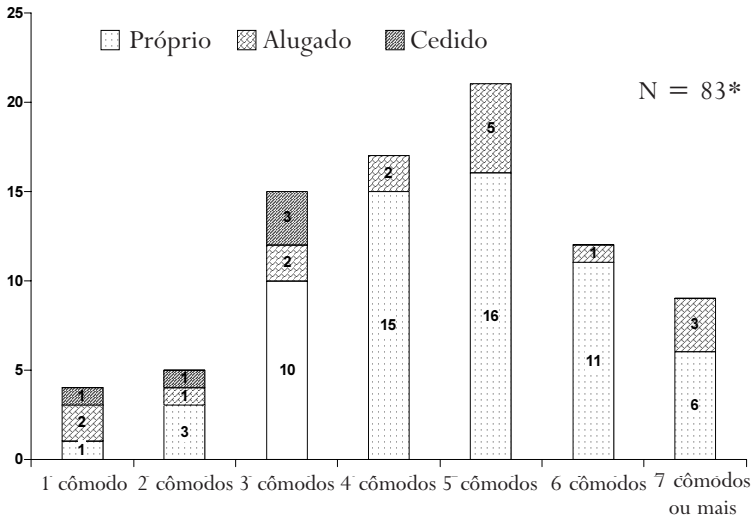
- a quantidade de jovens pobres, negros e/ou mestiços que não cometem atos infracionais é avassaladoramente superior a dos que cometeram;
- se os jovens pobres, negros e/ou mestiços constituem parcela significativa dentre os infratores, eles também são os mais vitimados pela criminalidade, formando o contingente populacional mais importante na construção do perfil da morbi-mortalidade do estado e do País (Minayo & Souza, 1998);

- a subnotificação de atos infracionais cometidos por jovens das classes média e alta (que são compostas, em sua maioria, por indivíduos de cor branca), e, conseqüentemente, o reduzido número destes jovens sendo atendidos nos Criams, estão relacionados com os 'mecanismos de resolução' aos quais eles têm acesso e que incluem desde a contratação de bons advogados, até práticas escusas como a corrupção de policiais e o tráfico de influência;
- conforme aponta Sucena (1999), as mesmas pessoas e instituições que veiculam posições maniqueístas e preconceituosas contra os mais pobres, procedem de formas totalmente diversas com relação aos jovens infratores oriundos das classes média e alta, considerando-os como pessoas em busca de diversão, que, "quando exageram", devem receber todo apoio social, jurídico e médico necessários.

Concluindo este primeiro módulo, fica patente o quanto a vida dos jovens está peremptoriamente marcada por situações biogenéticas que em nada dependeram de sua vontade e que, em vez de serem consideradas pela sociedade como um patrimônio (sobretudo a diversidade étnica), ainda são, em pleno limiar do século XXI, criticadas e perseguidas. Inflige-se a eles um fardo que deve ser carregado e expiado ao longo de sua vida, obrigando-os, assim, como ao mitológico Atlas, a carregar em suas costas todo o 'peso' real e simbólico do mundo. O tráfico de drogas contribui para isso e 'agradece'.

Condições de Moradia

Neste tópico procura-se não apenas levantar as condições de habitabilidade do espaço físico onde os jovens moram, mas também conhecer suas opiniões sobre esse local e acerca da comunidade em que vivem. Inicialmente constata-se um dado bastante peculiar: todos residem em zonas urbanas, dos quais 67 (76,14%) em 'casa', 8 (9,09%) em 'apartamento', 7 (7,96%) em 'barraco', 3 (3,41%) em 'outro', 1 (1,14%) em 'loja', 2 (2,23%) em 'abrigo do Projeto' e em 3 casos (3,41%) houve o 'preenchimento incorreto do instrumento'. No Gráfico 6 verifica-se que a maioria desses domicílios é 'próprio' (62% – 74,72%), sendo composta por 3 a 6 cômodos.

Gráfico 6 – Situação domiciliar / número de cômodos dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.

* Houve preenchimento incorreto em cinco instrumentos.

Num País em que o 'sonho da casa própria' é privilégio de poucos e pesadelo de muitos, salta logo aos olhos o fato de a grande maioria dos jovens afirmar residir em domicílios que pertencem a seus pais ou familiares. A reação quase instintiva que irrompe no leitor, principalmente aquele que vivencia(ou) e experimenta(ou) agruras para adquirir sua moradia, é de concluir que pelo menos neste aspecto os jovens possuem condições materiais de vida amplamente favoráveis. Ledo engano.

Se é correto afirmar que a maioria desses jovens não é oriunda dos estratos mais materialmente miseráveis da população, também o é que sua condições de vida em muito distanciam-se do razoavelmente aceitável. O leitor que fez aquela inferência deve procurar examinar a questão de maneira mais detida, começando por perscrutar sua própria definição de 'casa própria', provavelmente influenciada pelos padrões advindos da classe média e que, certamente, desvanecer-se-ia ao conhecer os locais em que os jovens residem e perceber a total dissemelhança.

Além disso, faz-se imprescindível ressaltar que, para eles, 'ser proprietário' significa, antes de tudo, a posse física da 'casa', situação que em grande parte dos casos não está vinculada à posse jurídica e aos trâmites legais como certidão negativa de débitos, promessa de compra e venda, hipoteca, habite-se, título de propriedade e escritura registrada em cartório.

No mesmo tom, é importante compreender que essas moradias referem-se, em geral, a habitações precárias, localizadas em bairros periféricos, morros e favelas com escassa rede de equipamentos urbanos que proporcionem suporte material e de serviços, problemática que se percebe nos relatos dos jovens:

> *"Não gosto da rua sem asfalto. Muita poeira e a iluminação é muito fraca"; "Não gosto da guerra que está tendo lá e ninguém pode ficar na rua tranqüilo"; "de madrugada tem um ônibus só"; "As ruas têm muito barro"; "Ruas pouco iluminadas"; "Não tem asfalto"; "É muito pouca movimentação. Lugar ruim, se tivesse mais gente... mas não tem ninguém"; "Não gosto da violência, é a única coisa que eu não gosto na favela é a violência mesmo"; "Miséria. Miséria é tudo. Falta d'água, fome..."*

Apesar disso, a grande maioria dos jovens demonstra gostar de suas casas, demarcando nitidamente em seu discurso o grau de importância que esse tipo de 'propriedade' exerce sobre suas vidas:

> *"Pra mim tá bom. Se eu não tivesse aquela casa eu ia depender de parentes e na casa dos outros a gente tem que fazer o que os outros quer"; "Acho ruim morar na casa da minha tia. Gostaria de morar com minha mãe para ter mais liberdade, ouvir som, ligar a TV. Mas não gosto do meu padrasto"; "Acho bom em vista que estava andando na casa dos outros"; "Eu acho que é bom porque é minha casa, é lá que eu moro e eu sou feliz porque não preciso morar na casa de ninguém."*

Muitos identificam suas casas como um local digno, de descanso e refúgio, explicitando a antinomia entre a "casa e a rua" (Da Matta, 1997), que extrapola as dimensões físicas do domicílio para açambarcar sentimentos e relacionamentos:

> *"Acho legal. Não tenho nenhum remorso em morar lá não"; "Pô! Eu gosto da minha casa. Lá ninguém me aporrinha"; "É ótimo porque é sossegado. Ninguém perturba. É limpa, nós fazemos a limpeza"; "Ambiente bom, calmo, tranqüilo..."; "Acho que a casa é um bom lugar para morar, mas a comunidade não. Está meio brabo de morar lá por causa do ritmo de guerra com os traficantes"; "Minha casa é um lugar de descanso e paz. Na rua não tem nada disso."*

Essa anteposição é ainda mais realçada quando eles a cotejam com seu cotidiano no tráfico de drogas:

> *"eu acordava de manhã e já ia para a boca... só ia para casa dormir... fiz alguns colegas que já morreram... mas amigos não... no tráfico não tem amigo... porque se você dá um mole ele vai querer te matar... não pode confiar nem na própria sombra"; "Ah! Pra mim não foi nada bom porque*

tinha que dormir lá... dormir em cima de laje. De vez em quando tinha que ficar acordado vinte e quatro horas por dia... Perdi a amizade do meu pai, da minha mãe...”

Tais ponderações não os impedem de evidenciar a consciência da precariedade de suas casas:

“Legal. A minha casa não é casa de riqueza, mas tem comida, roupa que meu pai e minha mãe me dá...”; “Boa. Não falta nada pra mim. Não é aqueeela casa, mas dá pra levar”; “Acho uma casa boa, porém poderia ter mais eletrodoméstico e um quarto só pra mim com computador, TV, vídeo, som.”; “Gosto da minha casa porque é o cantinho que eu tenho. Mas se eu tivesse outra casa melhor para morar eu ia”; “Eu gosto de morar nela, contudo é pequena demais”; “Me sinto bem nela. Só queria que fosse maior”; “Mais ou menos. Quem não queria uma casa melhor?”

Embora as opiniões extremadas tenham sido quantitativamente menos expressivas, não deixou de haver choque entre elas: enquanto alguns consideram suas casas *“maravilhosas”*, outros (menos numerosos) as criticam, tachando-as de *“péssimas”*, ao passo que as reclamações mais específicas foram *“Muito quente, faz um calor danado”* e *“Não considero casa. Gostaria de ter conforto”.*

Com uma única exceção – *“Deus vai me dar muito mais um dia”* –, nenhum jovem expressou esperança de melhorar de vida, ou planos de mudar-se para outros locais. Vários mostravam-se resignados com a situação – *“É lá que eu moro. O que posso fazer?”*–, enquanto os poucos inconformados não foram além das críticas já citadas. Essa ausência de perspectivas é ainda mais preocupante que a precariedade das condições presentes, situação que pode ser sintetizada em um depoimento sofrido e entremeado pelo choro: *“Eu acho que minha casa é legal, porque agora ela é de tijolo e tem laje. Ela foi construída com o dinheiro sujo do tráfico”.*

Como analisar esse relato? Como proceder diante de sua dramaticidade e da necessidade premente de soluções? Que sentimentos rondam um jovem cujo ‘teto de casa’ foi construído com um dinheiro que ele próprio denomina de ‘sujo’? Quantas vezes nós, cidadãos de classe média, já nos deparamos com situações similares, em que uma determinada demanda particular poderia ser resolvida mediante uma ação que não condizia com nossos padrões éticos? O que fizemos? Será que ela era tão vital quanto o teto de uma casa?

Muito mais do que receber comentários, esse depoimento precisa ser encarado como um grave alerta para a sociedade e, em especial, para o poder público: jovens como aquele que o proferiu nutrem cada vez menos expectativas de que a ação político-institucional possa melhorar suas condições de vida. Pelo contrário: diariamente acumulam experiências que aos poucos vão forjando o descrédito e a concepção de que a intervenção governamental só as pioram.

Em determinados aspectos, a questão domiciliar aqui trabalhada também reflete o impacto desse descrédito. Todos os jovens foram apreendidos e julgados, passando a cumprir medidas socioeducativas, transitando pelas instituições públicas do Sistema Socioeducativo: Instituto Padre Severino (IPS), Educandário Santos Dumont (ESD), Muniz Sodré, Escola Estadual João Luís Alves (EEJLA) e CRIAMS. Nesses locais, eles deveriam vivenciar um processo de 'ressocialização' no qual, de acordo com o artigo 124 do ECA, garantir-se-ia a eles "ser tratado com respeito e dignidade":

> *"A vida lá dentro (ESD) é de prisioneira"; "Todo mundo lá (IPS) é ruim. A porrada come... no Muniz é pior... me botaram numa cela que tinha lá"; "no Padre eles (os monitores) dava muito tapa na cara... agredia a gente moralmente com palavras... se a gente reclamasse era mais tapa na cara. Não podia fazer cara feia"; "No CRIAM não era a mesma coisa, mas pô, o CRIAM não ajudava em nada... os outros garotos só queria fumar maconha."*

É ponto pacífico, tanto entre os estudiosos quanto entre os profissionais da área, que a institucionalização não substitui o lar e muito menos as relações familiares, devendo sempre ser a última opção do juiz. Cônscios de tal situação, não tencionamos pura e simplesmente comparar a 'estadia' dos jovens no Sistema Socioeducativo com o período em que estão em suas casas. Entretanto, é inevitável indignar-se com os relatos e inferir que há uma real relação entre as humilhações que eles sofreram e o fato de relevarem as dificuldades e precariedades do local onde moram.

Não é nosso propósito reduzir o sentimento dos jovens em relação a suas casas à mera comparação entre as diferentes situações, antepondo Casa *versus* Tráfico *versus* Sistema Socioeducativo, sobretudo porque eles fazem nítidas menções a uma variedade de sensações, lembranças e experiências que interferem e influenciam suas posturas.

O que intentamos é aclarar certas situações, em especial as que envolvem o poder público (que na maioria das vezes são sufocadas) e mostrar o quanto elas são depreciativas. Se o contato entre ambos é traumático justamente num momento crítico da vida do jovem, quando deveriam imperar o bom senso, o apoio e a compreensão, o que ele pode esperar em outras situações não tão graves, mas nem por isso sem importância?

Não é de admirar que ao indagar-se-lhes sobre o que gostam nas comunidades em que vivem, apenas dois jovens tenham citado algum tipo de ação do poder público – *"gosto do hospital"* e *"gosto do treinamento de guerra que a marinha faz"* –, enquanto todos os outros apontaram suas relações com vizinhos e colegas:

"Os colegas que eu tenho para jogar futebol"; "Gosto da vizinhança. As coroas gostam de mim e eu tenho muitas amizades com todos"; "Meu bairro é bom, tem festa, capoeira"; "rapaziada, as garotas e a vizinhança"; "Só gosto das mulheres. Tem muita mulher bonita"; "Tem um baile funk no barracão da Estácio"; "A Escola de Samba Unidos de Vila Isabel"; "Os pagodes da comunidade"; "Eu gosto muito de um cara que mora lá. Ele é tipo um pai para mim"; "gosto da padaria, porque o Jorge e a Cina atende todo mundo bem e à noite, no sobrado de cima, eles deixa fazer um culto e sai todo mundo feliz"; "lá na minha rua só tem cristão e está dando para eu fazer algumas amizades."

O poder público, seja por sua desastrada atuação ou pela omissão, só sobressai quando eles revelam o que não gostam na comunidade:

"Valão"; "Das ruas com barro"; "da pouca iluminação"; "tem que ter um telefone lá"; "De polícia. Só!"; "Quando a polícia invade o morro ao lado e dá tiros"; "Os polícia costumam agredir os adolescentes"; "Os polícia invade a casa dos outros e quando as pessoas estão de cabelo pintado acham que são marginais e sobem dando tiro"; "Dos policiais, dos presídios, do batalhão e do descaso social"; "do posto policial que tem lá no alto do morro, pois quando tem uma pessoa arrumada e com dinheiro os polícia batem porque acham que é do tráfico. Os verdadeiros traficantes eles não conseguem apanhar, só matam os inocentes."

As críticas dirigidas à polícia são contundentes e deveriam motivar o governo estadual a rever o comportamento de seus comandados, numa ação política ampla e intensa, que requer uma reestruturação profunda na forma como os funcionários públicos pagos para garantir a segurança da população encaram e tratam os cidadãos, em particular os de baixa renda. Seria de suma importância reaproximá-los e demonstrar, por meio de iniciativas concretas e duradouras, que a repressão ao tráfico de drogas não deve ser sinônimo de opressão social e nem instrumento de manutenção hegemônica das classes privilegiadas.

Permanecendo na apuração daquilo que os jovens não gostam em suas comunidades, constata-se que, além dos já mencionados problemas com o poder público, eles identificam como um dos principais pontos negativos as 'fofocas':

"Têm muitas fofoqueiras"; "As fofocadas, as judaria que têm de vez em quando"; "dos vizinhos que tomam conta da minha vida. Vigiam até na hora em que eu estou tirando as minhas roupas. Não posso levar mulher para lá, porque um dia fiz a besteira de ter namorado a irmã do vizinho e ela já estava grávida e eles dizem que o filho é meu"; "Não gosto das fofocas daquelas mulheres velhas. E é o que mais têm"; "Ah! Eles ficam falando da vida dos outros. Falam da vida da minha mãe"; "Tem muita gente que toma conta da vida dos outros. Apesar que em todo lugar tem gente assim, mas lá é demais."

Relatos como esses fazem parte do cotidiano de qualquer condomínio de classe média, muitas vezes sendo repetidos até mesmo de forma literal. Deixando

de lado a inconveniência daqueles que gostam de investigar a vida dos outros, o que mais revolta nas 'fofocas' é o seu potencial de desrespeitar a privacidade e revelar fatos que deveriam ser ocultos ou de levantar ilações desairosas, que podem levantar sérios conflitos. No caso dos jovens, tal procedimento pode vir a delatar sua participação no tráfico, o que repercutiria muito mal em sua família, ou ainda, os intrigar com os próprios traficantes, o que poderia causar até mesmo sua morte.

Educação e Trabalho

A prática de reunir, em um mesmo tópico, Educação e Trabalho, é permeada pela iniciativa de estabelecerem-se relações entre o grau de escolaridade dos jovens e as atividades laborais que eles, porventura, tenham exercido antes de serem apreendidos e ingressarem no Sistema Socioeducativo.

Ao proceder dessa maneira, envereda-se também por uma discussão crítica, que procura analisar Educação e Trabalho como processos históricos e socialmente construídos, aprofundando o senso comum que os reduz a uma condição terminológica na qual a simples alusão seria suficiente para explicitá-los ou até mesmo explicá-los de forma cabal. Longe de estar ligado à produção de filigranas sociológicas ou de aproximar-se de um certo tipo de populismo, esse movimento é impulsionado por declarações e posturas que há anos são repetidas, indistintamente, por profissionais do mercado, partidos políticos, ONGs e pelo próprio poder público: "um dos principais motivos para o trabalhador brasileiro estar desempregado é por não ter acesso à educação".

Paradoxalmente, essa convergência de opiniões tem resultado em parcas e esparsas contribuições para a superação de um problema tão grave. Em verdade, o que ocorre é que a concordância estabelece-se apenas em uma dimensão superficial, incapaz de aglutinar esforços ou de apontar estratégias unificadoras, uma vez que subjacente à terminologia niveladora estruturam-se concepções de mundo absolutamente divergentes, que atribuem valores e signos diferentes e contraditórios tanto à Educação quanto ao Trabalho. O economista inglês Gary Becker (1997), vencedor do Prêmio Nobel de 1994 e cuja postura em muito influencia os técnicos brasileiros, produz um exemplo típico dessa situação:

> Na economia moderna o fator mais relevante é o capital humano. Há evidências de que os países que mais crescem são aqueles que o promovem de maneira eficaz. A educação é um dos componentes mais importante do capital humano... As escolas tentarão encontrar formas de educação feitas sob medida para responder às necessidades daqueles que

provêm de estruturas da sociedade com menor grau de instrução... O grande desafio é dar aos alunos habilidades básicas, em termos de saber escrever razoavelmente bem, ter certo conhecimento de matemática e computação... a maneira de educá-los tem de ser diferente da maneira como se educam os filhos de médicos e advogados.

A primeira parte de sua argumentação parece ser lógica e provavelmente não desperta maiores protestos, pois seu objetivo é puramente descrever o empírico, sem analisá-lo. Todavia, quando ele discorre sobre como o problema deve ser tratado, dissolve as aparências e levanta contra si uma grande quantidade de opositores: “Qual o interesse da classe burguesa em que a classe trabalhadora tenha um ensino e educação nivelados pela qualidade?”, indaga Frigotto (1989), tornando patente que o nivelamento ocorre apenas em um estágio etimológico, cabendo às concepções de mundo que constroem seu arcabouço, o papel de desestabilizar o pretenso equilíbrio. O paradoxo desfaz-se, levando consigo o consenso e minimizando as possibilidades de acordo.

O tráfego por contextos sociais tão amplamente complexos e sutis exige cuidado e expõe a necessidade de demarcar as concepções adotadas, ainda que este não seja o momento de aprofundá-las. Ética e legalmente, a Educação deve ser compreendida como direito fundamental do cidadão e, portanto, um dever do poder público, cuja não observância implica, de acordo com o ECA e a Constituição Federal, sanções políticas, administrativas e penais.

Constituindo-se realmente na principal fonte de ascensão profissional, a Educação não deve ser restringida a esse único papel. Transcendendo e extrapolando tais dimensões, ela incorpora como atributo magno o fomento de uma consciência crítica, universalizante e plural, por meio da qual os cidadãos poderão desmascarar os disfarces ideológicos, definir e analisar os problemas sociais que vivem e reivindicar seus anseios sem serem manipulados ou precisarem de intérpretes.

Voltemos nossa atenção para os 88 jovens, dentre os quais se constata que apenas 51 (57,95%) estudavam, sendo 43 na Rede Pública de Ensino (28 na Estadual e 15 na Municipal), 6 na Rede Particular e dois sem informação. No quadro a seguir, observa-se a Relação Idade-Série daqueles que estudavam, cotejando-a aos padrões preconizados pelo Ministério da Educação, preenchidos com a sigla ME.

Quadro 1 – Relação idade/série dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

SÉRIE QUE OS ADOLESCENTES CURSAVAM*													
IDADE	1ª EF	2ª EF	3ª EF	4ª EF	5ª EF	6ª EF	7ª EF	8ª EF	1ª EM	2ª EM	3ª EM	4ª EMP ou ES	ES
14 anos	-	-	-	-	1	-	-	ME	-	-	-	-	-
15 anos	-	-	-	-	1	-	-	1	ME	-	-	-	-
16 anos	-	3	1	-	2	3	-	-	-	ME	-	-	-
17 anos	-	-	1	2	3	1	2	-	-	-	ME	-	-
18 anos	1	-	3	5	5	2	2	-	-	-	-	ME	ME
19 anos	2	1	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	ME

Fonte: Ministério da Educação, 1998.

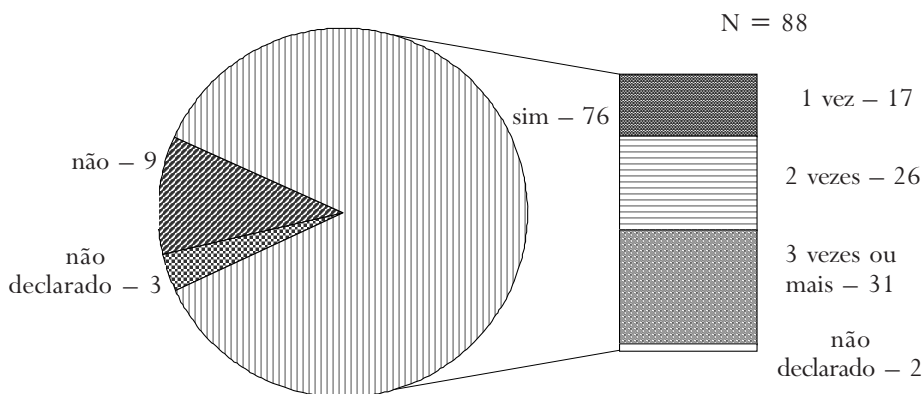
Siglas: EF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio; EMP: Ensino Médio Profissionalizante; ES: Ensino Superior.

* Dos 51 adolescentes que estudavam, 5 não informaram a série.

A conclusão é inexorável: nenhum jovem enquadra-se nos parâmetros estabelecidos pelo Ministério, e apenas um, aquele que, com 15 anos, cursava a 8ª série do EF, aproxima-se desse patamar. Os 45 restantes apresentam uma enorme defasagem na Relação Idade-Série, protagonizando um intervalo de estudos perdidos que varia de 3 a 12 anos!

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que a 5ª Série do Ensino Fundamental é a que concentra o maior número de alunos, 14 (30,43%), sendo também a única que conta com jovens de todas as idades. É interessante notar que, ao enfocarem-se os 31 que não estudavam, 11 (35,5%) haviam abandonado a escola justamente nessa série. Tais informações vão ao encontro dos estudos de Cruz Neto & Moreira (1998), que, ao diagnosticarem as condições de vida e atendimento a crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, demonstram que a 5ª série é um dos principais 'pontos estranguladores' da Rede Pública de Ensino, acumulando elevados índices de reprovação e de evasão escolar.

A Relação Idade-Série constitui-se, assim, um dos indicadores mais simples e sensíveis do campo da Educação, variando em razão direta da repetência e apontando importantes tendências de evasão escolar. Diante de um quadro tão acentuado de defasagem educacional, depreende-se que aqueles jovens foram seguidamente reprovados, tendo vivenciado uma seqüência de eventos negativos que são maniqueistamente rotulados de 'fracasso escolar': notas baixas, reclamações feitas pela escola aos pais, reprimendas de comportamento, castigos públicos, advertências escritas e períodos letivos de recuperação. Nos gráficos seguintes estão ilustrados os alarmantes índices de repetência dos 88 jovens, revelando que 86,36% deles já haviam sido reprovados, e que 35,23% tinham perdido 3 anos ou mais de estudo.

Gráfico 7 – Freqüência de reprovação dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/Ensp/Fiocruz. Rio de Janeiro, 1999.

A estupefação causada pelas múltiplas reprovações é um sentimento praticamente inevitável; no entanto, deve ser criteriosamente apartado de tendências classificatórias que sumariamente enquadrem os jovens como maus alunos, cuja repetência é uma decorrência quase natural. Embora essencial, essa distinção não é tão clara para o senso comum. Ao tomar conhecimento desses índices, muitos os compararão intuitivamente com seu próprio desempenho escolar e não raros serão aqueles que exclamarão "como são burros!" ou "eles não querem nada com o estudo!".

Ao preterir a compreensão dos motivos que levam o aluno a obter resultados ruins e a apresentar um comportamento não condizente por um conjunto de práticas culpabilizadoras, que impingem a ele estereótipos como indolente, irresponsável e inapto para o estudo, a 'cultura da repetência' configura-se em perfeita tradução desse distanciamento, encobrindo:

- a insuficiência do investimento público no setor de educação;
- as más condições físicas dos estabelecimentos de ensino, seu reduzido número ante a demanda, e sua má localização;

- a necessidade de melhorias na formação e capacitação dos professores;
- a baixa remuneração dos profissionais de educação;
- o descaso com os alunos portadores de deficiência de aprendizagem, visual ou auditiva;
- a rarefação de bibliotecas e laboratórios;
- a precária utilização de recursos pedagógicos e audiovisuais que possam apoiar o aluno com mau desempenho.

Sem pretender adular os jovens ou encontrar justificativas que invariavelmente relevem seus comportamentos mais problemáticos, há que se reclamar que procedendo dessa maneira, a 'escola', em particular na Rede Pública, afasta-se cada vez mais da realidade de seus alunos, reduzindo com isso seu papel de polo atrativo, suas potencialidades educacionais e a capacidade de exercer influências positivas.

Dos 37 jovens que haviam deixado de estudar, vários expuseram essa inadequação, revelando situações que podiam ter sido plenamente contornadas:

> *"Saí porque fui reprovado e acabei desistindo aos 11 anos. Retomei de novo a noite, mas estava ficando puxado porque trabalhava de dia, ficava no maior sol e à noite estava exausto"; "O colégio era longe e não estava mais a fim de estudar"; "Eu não queria ser transferido"; "Não gosto de estudar. É ruim!"; "Fui expulso aos 11 anos porque empurrei um garoto da escada e ele tinha cuspido em mim"; "Não gostava da professora"; "Saí porque repeti o ano"; "Não gosto de estudar. Já fui para escola umas duas vezes e não consigo aprender nada", "Eu não gosto de estudar. Quem gosta?"*

É na escola que o aluno passa a maior parte do dia. Lá ele relaciona-se com colegas, namoradas, desafetos, serventes, diretores e professores, reproduzindo, em maior ou menor escala, suas formas de expressão, demandas e problemas cotidianos. Se os profissionais e responsáveis pela rede de ensino entenderem que a escola é uma realidade à parte, decantada do que seria o 'resto da vida', eles estarão abdicando da oportunidade de transmitir conhecimento, carinho, compreensão e apoio, que, em muitos casos, são vitais para que determinadas atitudes não seja tomadas, conforme descreve um técnico do Sistema Aplicado de Proteção:

> *"Eu tomo umas atitudes aqui e o pessoal diz assim: 'você passou a mão'. Não! Eu não passei não! Eu estou compreendendo. Há uma grande diferença de você aceitar e de você compreender. Porque quando você compreende, está entendendo porque aquele garoto está agindo daquela maneira. Se você trabalha com esse menino, você procura compreender. Não aceitar aquilo que ele faz, mas compreender esse menino no dia a dia e lidar com ele como ser humano que precisa de você, que a auto-estima deles é baixíssima e você precisa despertar valores nele."*

Por que esse tratamento não pode ser praxe já na escola? Não que deva haver sobreposição de atribuições originalmente destinadas ao sistema socioeducativo ou a substituição do papel da família. O que se postula é que os responsáveis e profissionais da Rede Pública de Ensino (federal, estadual e municipal) assumam suas responsabilidades sociais, transformando a escola em um instrumento de intervenção, prevenção e conseqüente melhoria da qualidade de vida. Provavelmente os Executivos estadual e municipal não tenham nenhum instrumento social tão eficaz quanto esse e que, além de tudo, propiciará também a redução de gastos posteriores com internações, medidas repressivas e programas compensatórios.

Potencializando os problemas enfrentados na escola, sobrevêm não só a necessidade de o jovem ganhar dinheiro e contribuir com a renda familiar, como também as ligações com as drogas e o tráfico, que acabam por solapar as expectativas que ainda se mantinham:

> *"Queria trabalhar. Estava fazendo biscate aqui e ali"; "Eu queria arrumar um serviço"; "Tinha de trabalhar e ter o meu dinheiro para dar a minha avó"; "Minha mãe precisou de mim para eu tomar conta dos meus irmãos"; "Saí porque entrei para o tráfico"; "Saí por causa do envolvimento com drogas"; "foi por causa das drogas e eu fui para o tráfico e lá a gente não pode estudar."*

Comparando-se a quantidade de jovens que já havia exercido alguma atividade laboral com a dos que não estudava – 81 contra 37 – verifica-se que, a despeito dos reveses e das dificuldades sociais e pessoais, muitos jovens não debandaram simplesmente da escola, persistindo e procurando conjugar 'educação' com 'trabalho',

> *"porque sem o estudo a gente não consegue nada na vida"; "porque sou obrigado, senão não serei nada na vida"; "se eu não estudar não vou ter nada na vida quando crescer"; "quero ter um futuro. Arrumar um pé-de-meia e se tiver estudo pode facilitar"; "é um diploma a mais"; "para melhorar a mente e aprender mais alguma coisa"; "porque distrai a mente e eu me sinto melhor, faço amizades e namoro de vez em quando"; "para poder escrever minhas coisas"; "vai fazer falta"; "para ir em frente. Minha mãe ajuda pouco. Tenho que tentar"; "tem que ter um objetivo na vida"; "para aperfeiçoar meus estudos e me comportar junto às outras pessoas"; "se eu não for alguém pelo menos eu vou ser inteligente."*

A transcrição das mais de 100 atividades já exercidas por aqueles 81 jovens demonstra com clareza que, ao inserir-se precocemente no mercado de trabalho – 25 (30,86%) o fizeram entre os 7 e 12 anos, o que é expressamente proibido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pelo ECA –, eles são destratados como mão-de-obra abundante, desqualificada, barata e descartável, cabendo-lhes,

quando conseguem vaga, funções subalternas, malremuneradas e praticamente desprovidas de possibilidades de ascensão.

Em razão da multiplicidade e da variabilidade das atividades, optou-se por condensá-las em cinco grandes grupos, visando a conferir-lhes melhor visibilidade, delinear os segmentos de mercado que absorvem os jovens e permitir sua posterior decomposição e análise de acordo com o enfoque a ser dado. Observe-se, ainda, que os números entre parênteses indicam quantos exerciam determinada atividade.

- Grupo 1: Atividades Braçais que Envolvem Grande Esforço Físico – ajudante de obra (8); ajudante de pedreiro (5).
- Grupo 2: Atividades Braçais que Envolvem Esforço Físico – ajudante de oficina (6); ajudante de mecânica (4); ajudante de pintura de carro (2); borracheiro (2); lanterneiro (1); lava a jato (1); limpeza em loja de móveis (1).
- Grupo 3: Atividades no Setor de Comércio – balconista de bar/lanchonete/pastelaria/padaria (7); *office boy* (5); marrequinho da Sendas (3); empacotador de supermercado (2); ajudante de sacolão (2); ajudante de gráfica (2); entregador de farmácia (2); entregador de quentinhas/marmitas (2); ajudante de cozinha (2); reciclagem (1); auxiliar de depósito de bebidas (1); salgadeiro em casa de quentinhas (1); casa de relógios antigos (1); ajudante estamparia (1); ajudante de serviços gerais de supermercado (1); auxiliar de caixa da Sendas (1); trabalhador em abatedouro (1); ajudante de marceneiro (1); matava galinha em aviário (1); entregador de depósito de bebidas (1); servente (1); trabalhador em *flipper* (1).
- Grupo 4: Atividades Domésticas – doméstica (3); limpador de casa de cachorro (1); cortador de grama em casa de madame (1); jardineiro (1); limpador de jardim (1); babá (1).
- Grupo 5: Atividades Realizadas na Rua – camelô (2); biscate (2); engraxate (2); divulgador de curso (1); chaveiro (1); distribuidor de papelzinho em Madureira (1); entregador de folhetos (1); vendedor de cuscuz na praia (1); vendedor de doces no sinal (1); vendedor de cachorro-quente (1); vendedor de camarão na praia (1); ajudante de feirante (1); guardador de carro/flanelinha (1).

A reduzida formação escolar e as parcas possibilidades de ascensão que essas atividades proporcionam incentivaram 37 jovens a freqüentar cursos profissionalizantes, os quais pudessem fornecer-lhes capacitação e qualificação mais adequada e, conseqüentemente, melhores chances para o sucesso no mercado de trabalho. Afinal, esse é o procedimento indicado como ideal e necessário pela maioria dos técnicos que analisa a situação dos trabalhadores do País, tornando-se pauta de reivindicação de determinados sindicatos.

Cedo eles perceberam que disposição e vontade não lhes bastariam, uma vez que a maioria dos cursos de maior prestígio no mercado, como os do Sistema S, exigem como pré-requisito o ensino fundamental completo, alijando-os de antemão. Em contrapartida, os cursos ministrados pelas ONGs que atendem ao segmento infanto-juvenil e aceitam aqueles que possuem um reduzido histórico escolar, dificilmente são reconhecidos pelos empregadores. Complicando ainda mais a situação, vêm à tona os preconceitos contra aqueles que tenham passado pelo sistema socioeducativo: *"Meus principais problemas são a perseguição da autoridade e o descaso da sociedade. Quem passou por uma delegacia e foi autuado não consegue ter uma oportunidade, demonstrar que aquilo foi uma fraqueza e que agora não faz nada e que quer trabalhar"*.

Dentre os 37 jovens que haviam freqüentado cursos profissionalizantes, 22 declararam realizar alguma atividade laboral quando foram apreendidos. No Quadro 2 transparece que os conteúdos incorporados por meio desses cursos estavam sendo utilizados profissionalmente em apenas um caso – Mecânica x Oficina –, e mesmo assim por um jovem que já havia freqüentado Informática e Inglês.

Talvez não seja tão surpreendente, mas é bastante preocupante que 4 (18,2%) jovens tenham declarado que trabalham no tráfico: *"Meu pai morreu e o que minha mãe recebia não dava. Resolvi sair de casa e trabalhar no tráfico"; "É um trabalho como outro qualquer. Tem horário, função e salário"*. Considerando-se os 46 jovens que realizavam atividades laborais quando foram apreendidos, o número eleva-se para 10, equivalendo a 21,75% desse total!

Quadro 2 – Cursos profissionalizantes realizados pelos adolescentes atendidos e atividades laborais que exerciam – Sistema Aplicado de Proteção

CURSOS PROFISSIONALIZANTES	ATIVIDADES LABORAIS
Auxiliar de carpintaria teatral	Ajudante de obra
Confeiteiro	Ajudante de pedreiro
Eletricista de automóveis	Biscate vigiando placas
Encadernação	Flanelinha
Informática	Tráfico de drogas
Informática	Camelô
Informática	Entregador de marmita
Informática	Oficina mecânica
Informática	Clube do estudante
Informática e Prática de escritório	Vigia em parque de diversão
Informática, Inglês e Mecânica	Oficina de carro
Informática, Mecânica, Lanternagem e Pintura de automóveis	Camelô
Marcenaria	Tráfico de drogas
Mecânica de automóveis	Tráfico de drogas
Mecânica de automóveis	Tráfico de drogas
Office boy	*Flipper*
Refrigeração	Ajudante de obra
Reparador de eletrodoméstico	Lava a jato
Secretariado	Camelô
Serralheiro	*Office boy*
Vídeo e Teatro	Ajudante de obra

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/Ensp/Fiocruz. Rio de Janeiro, 1999.

Em meio ao espanto, não se pode esquecer que compreender o 'trabalho' como qualquer atividade que envolva a troca remunerada de esforços não é privilégio dos jovens, sendo voz corrente entre economistas, técnicos e governantes, que rejeitam críticas e contraposições, adjetivando seus autores como 'dinossauros', 'populistas' e 'demagogos'. É lógico que não chegam ao extremo de incluir em seus cálculos e planilhas de custo as atividades ilícitas, mas não se pejam em exaltar a criação de 'novos postos de trabalho' para

vendedores de picolé na praia, de catadores de lixo cooperativados, microempresários de carrocinha de cachorro-quente, donas de casa quituteiras...

Os problemas da população são utilizados como arcabouço daquelas construções teóricas, enquanto o infindável espírito inventivo e de sobrevivência do cidadão comum é transformado em instrumento manipulador. Uma de suas principais repercussões é a drástica redução de horizontes imposta aos segmentos mais desfavorecidos da população. Ao discorrer sobre "qual a profissão que gostariam de ter" os jovens demonstram consciência das limitações que lhes serão impostas, elegendo 'mecânico' (20 indicações), 'jogador de futebol' (5) e '*office boy*' (4) como as três atividades mais ambicionadas. Dentre as 38 citadas apenas 6 exigiam nível superior: 'advogado' (3); 'médico' (1); 'enfermeiro' (1); 'psicólogo' (1); 'engenheiro' (1) e 'contador' (1).

Dos 36 jovens que realizavam atividades laborais antes de serem apreendidos, contingente que já exclui os 10 que declararam trabalhar no tráfico de drogas:

- somente 1 tinha carteira assinada;
- 18 (50%) enfrentavam uma jornada laboral que variava de 9 a 14 horas/dia;
- 4 (11,11%) recebiam menos de um salário-mínimo, 20 (55,55%) tinham uma remuneração que variava de 1 a 2 salários mínimos e o restante ganhava por tarefa desempenhada;
- gastavam o dinheiro com despesas familiares ou com a compra de roupas para si próprio.

Pouco estudo, múltiplas reprovações, defasagem educacional, cursos profissionalizantes que não surtiram efeito, histórico de trabalho infantil, baixa remuneração, exclusão dos direitos trabalhistas, a seqüência de negativas afetando a auto-estima e o desleixo do poder público. Aspectos como estes retratam a situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social que os jovens enfrentam, reduzindo substancialmente suas expectativas de vida e abrindo caminho para que a inserção no tráfico de drogas apareça como instância mediadora de seus sonhos e potenciais.

Convivência Familiar

Apesar de procurar enfatizar as 'relações mãe-filho-pai', a categoria 'convivência familiar' aqui referenciada tende a extrapolá-las, estendendo sua abrangência a todos aqueles com os quais os jovens conviviam em seus domicílios. Nesse esforço, é importante ressalvar que a análise dos depoimentos adquirirá

um viés prioritariamente descritivo, restringindo, propositadamente, as possibilidades de inferências e avaliações.

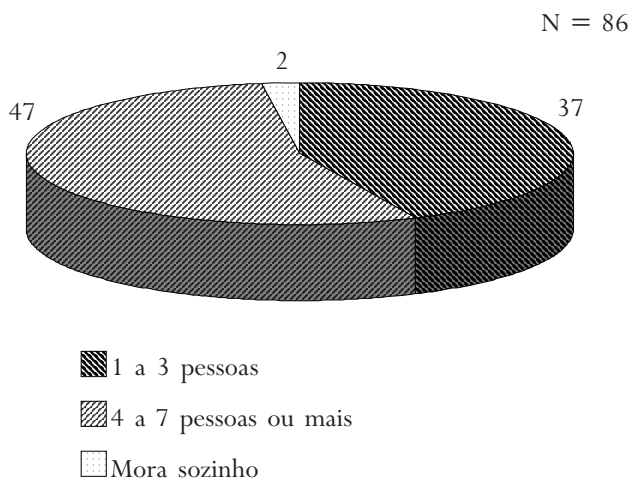
A justificativa de tal procedimento fundamenta-se, ética e metodologicamente, no fato de os familiares sobre os quais se discutirá não terem sido oficialmente entrevistados, tornando no mínimo precipitada qualquer alusão que postule formulações, suposições ou questionamentos de maior complexidade. Nos tópicos até aqui discutidos, essas restrições não se fizeram necessárias, uma vez que as relações analisadas não envolviam diretamente a vida de outros cidadãos. Resistindo às tentações, consideramos que mesmo as respostas mais contundentes e reveladoras não nos autorizam a desferir raciocínios ambiciosos sem correr o grave risco de legitimar os estigmas e estereótipos que tanto temos criticado.

Imbuídos de tais premissas, passaremos ao largo de categorias como a de 'desestruturação familiar', que, apesar de ser bastante recorrente entre o senso comum, está eivada de vieses positivistas dos quais não desposamos. Poderíamos, talvez, incorporá-la de forma crítica, o que exigiria o estudo detalhado e aprofundado dos conceitos de 'família' e 'estrutura familiar', para só depois tentar trabalhar uma possível compreensão do que seria tal 'desestruturação', tarefa que demandaria um novo esforço.

Todo esse cuidado não significa que nos recusaremos a apontar e discutir as situações colocadas, nem que estejamos negando que a exacerbação dos problemas familiares concorrem fortemente para o aprofundamento da vulnerabilidade pessoal e social dos jovens, situação da qual os traficantes aproveitam-se fartamente. Pelo contrário: justamente por considerar o fortalecimento de tais relações como um fator imprescindível para que eles saiam do tráfico (e para que outros não entrem) é que colocamos que mais interessante do que tipificá-las com base na fala de apenas uma das partes envolvidas é procurar entender suas motivações e viabilizar formas de atenuá-las e resolvê-las.

Analisando-se os dados fornecidos pelos jovens, percebe-se que eles residem com um número consideravelmente alto de pessoas – conforme ilustra o Gráfico 8 –, dos quais apenas 21 (23,86%) vivenciam o clássico tripé familiar 'mãe-pai-irmãos'. As composições familiares mais freqüentes envolvem a presença de 'mãe-irmão' (13% – 14,77%), 'mãe-padrasto-irmão' (12% – 13.63%) e 'mãe-avó-tio' (8% – 9,1%), evidenciando elevado índice de separações, com a responsabilidade de cuidar dos filhos destinada ao componente feminino. Por sua vez, a presença

dos pais sem as mães é bastante discreta, ocorrendo em apenas 8 (9,1%) casos, que 4 situações envolvem madrastas, 3, os irmãos e 1, o filho do próprio jovem.

Gráfico 8 – Número de pessoas com quem residem os adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/Ensp/Fiocruz. Rio de Janeiro, 1999.

Esses familiares compõem um contingente de pelo menos 348 pessoas, das quais a maioria possui grau de parentesco sanguíneo com os jovens – mães, irmãos (apenas 4 jovens não têm irmãos), pais, tios, avôs, primos, sobrinhos e filho –, o que não invalida a presença maciça de cunhados, padrastos, madrastas e seus filhos. Se os números absolutos atingem tal magnitude, o conjunto de relações travadas entre essas pessoas é depositário de uma riqueza e complexidade incalculáveis. Ao discorrer sobre elas, os jovens emitem uma variada gama de opiniões e pontos de vista, construindo um quadro bastante peculiar e complexo, permeado por acusações, declarações de afeto, oscilações, falas reticentes e mudanças de rumo.

Em um primeiro momento, quando lhes foi inquirido "o que você acha das pessoas com quem mora?", as respostas foram preponderantemente positivas. Apenas 5 afirmaram *"não gosto deles"* e outros 3 declararam *"não acho nada"*. Os 76 restantes desfiaram um rol de qualificativos abundantes e genericamente abonadores: *"ótimos", "bons", "legais", "responsa", "compreensivos"; "tranqüilos"; "carinhosos"; "gente muito boa"; "pessoas queridas"; "alegres"; "interessantes"; "amigos" e "exemplares".*

A satisfação homogênea e sem contestação começa a ser desmembrada a partir do momento em que as perguntas procuram esmiuçar tais relacionamentos. Motivados pelas indagações, considerável parcela dos jovens reorganiza e aprofunda suas falas, revelando pontos problemáticos e conflituosos:

> *"Eu me chateio, pois eles ficam no meu pé"; "Eles são chatos. Ficam gritando o tempo todo"; "o relacionamento com meu pai é problemático"; "faz um tempão que a gente não se vê. Por isso a convivência é boa"; "meu relacionamento? Nem sei dizer. Falamos pouco e quando falamos é sobre escola, curso, o que eu ando fazendo. Minha mãe é demais! Reclama de tudo, inventa, imagina coisas e fala"; "não converso muito, não. Minha mãe fala no meu ouvido, fala que meus irmãos trabalham e eu não trabalho"; "Eu e minha mãe, a gente se dá bem e não se dá bem ao mesmo tempo. Porque ela é que cuida do meu filho. Eu sou a mãe, mas quando precisa ela tá com ele. Mas eu não consigo conversar com ela. A gente fala uma palavra boa, e o resto é tudo discussão. Ela me cobra, me culpa. Eu gosto dela. Não vou falar que eu amo, não, mas eu gosto dela.".*

Perguntados sobre o que "mais gostam de fazer junto com estes familiares", 21 (23,86%) jovens foram incisivos em afirmar:

> *"não faço nada"; "pô, não tem nada a ver"; "com a família nada"; "quando eu era criança, eu ia ao parque com minha família, mas agora não fazemos mais nada juntos"; "Não faz sentido eu responder, porque não faço nenhuma atividade com eles"; "Não faço nenhuma. Gosto de fazer as coisas sozinho."*

Dentre os outros 67, constata-se que as atividades citadas são praticamente as mesmas, quase sempre girando em torno de situações rotineiras como *"almoçar"*, *"fazer compras"* e *"assistir TV"*. Em uma escala bastante inferior figuram as atividades de lazer como *"praia"*; *"jogar dominó"*; *"sair para lanchar"* e *"soltar pipa"*. Além disso, 2 destacaram que gostam de *"trabalhar"* e 2, de *"ir para a Igreja"*. De maneira emocionada, um jovem afirmou que *"gosto quando todos estão juntos em paz e sem brigas"*.

Indagados sobre "o que gostariam de fazer junto com os familiares e não podem", a precária condição socioeconômica impôs-se como fator limitador em praticamente todos os relatos:

> *"ver televisão é o que a gente mais gosta de fazer. A TV lá de casa queimou, era daquelas antigas. Eu não faço porque não tenho condições para consertar"; "comprar uma casa para todos ficarem juntos"; "Gostaria de viajar. Não faço porque não tenho dinheiro"; "Viajar para um lugar tranqüilo fora de lá onde moro, mas não tenho verba"; "Mudar do Rio de Janeiro. Basta eles ganharem na TeleSena"; "Fazer um churrasco para todos"; "Passar o final de semana numa fazenda com piscina, churrasco, futebol e só lazer. Não tenho condições para isso"; "Ir ao parque,*

circo, restaurante... não tenho dinheiro"; "Ir ao shopping comprar roupa com minha família pagando para mim"; "Sair para ir ao cinema, shopping, parque. Só uma vez nós fomos ao shopping"; "Eu gostaria de ir para um shopping comer pizza e tomar um chope com todo mundo. Conversar e preparar o que vai ser o dia de amanhã de todos da família: quem estuda, estudar e quem não trabalha, trabalhar."

Aqueles que não se referiram aos problemas financeiros expressaram seu sofrimento pelo distanciamento dos familiares:

"Eu queria que a gente fosse mais unido"; "Dialogar, porque não existe intimidade e confiança entre nós"; "O que eu mais gostaria é unir meus pais. Eu queria mesmo é que eles voltassem a morar juntos"; "Eu queria ser uma pessoa normal com a família. Minha mãe trabalha de segunda a sexta e final de semana toma cerveja"; "Passear com meu filho. Minha ex-companheira não deixa."

Atendo-se ao relacionamento mãe-filho-pai, as críticas e os problemas acirram-se quando são dirigidas aos pais, em especial à sua ausência e ao abandono da família:

"O relacionamento com meu pai é mais ou menos, porque não convivo com ele"; "Eu odeio meu pai"; "Eu não gosto do meu pai. Ele fez várias comigo, com minha mãe e meus irmãos. Se eu pudesse... eu sei lá o que faria com ele"; "Meu pai mora longe. Eu não vou lá não"; "Relacionamento com meu pai é mais ou menos, porque eu quase nunca vejo, mesmo ele morando no mesmo morro"; "Nunca tive contato com ele pessoalmente, só por telefone quando minha mãe era viva"; "Com meu pai eu não quero conversa. Ele não procura a gente"; "Não falo com meu pai. Ele não me procura e eu não procuro ele"; "Com meu pai eu nem falo. Estou morando com minha irmã porque ele voltou para casa"; "Meu pai não mora comigo. A gente quase não se vê"; "Só vi meu pai uma vez"; "Não vejo meu pai desde um ano de idade"; "Não tenho contato com meu pai, ele sumiu há sete anos"; "Não sei nada sobre meu pai. Só tenho uma foto dele e se ele estiver vivo deve ter mais ou menos 80 anos"; "Meu pai mora em Fortaleza e nem o conheço"; "Não conheço meu pai. Tá cada um pro seu lado se ele já não estiver no inferno."

As falas revelam a revolta e o descontentamento dos jovens para com os pais, realçando o afastamento, o aparente desinteresse e o seu desaparecimento. Baseando-se nelas, é possível engendrar uma série de questionamentos acerca das ações e atitudes masculinas perante a responsabilidade paterna, contemplando-se desde a não-preocupação com métodos contraceptivos até às motivações para a fuga e o abandono da companheira e dos filhos. No entanto, por mais tocantes e bombásticos que sejam, esses registros não permitem a proliferação de afirmações generalizantes, nem podem ser encarados como pontos terminais das relações pai-filho. Sempre haverá possibilidades de uma reaproximação e nelas deve-se depositar as atenções e os esforços:

"Eu não gosto muito de falar com o meu pai, não. Sabe por causa de quê? O meu pai bebe cerveja, aí fica doidão. Fica querendo me encher a paciência, fala todo nervoso comigo, não respondo e ele fica querendo me bater. Ele é muito chato... Eu não fugi do CRIAM por causa do meu pai. Se não fosse por causa do meu pai, eu ia fugir mesmo. Ninguém ia ficar me batendo, não! Mas eu pensei no meu pai: nêgo ia ficar perturbando meu pai? Aí não fugi."

Conseqüência direta do distanciamento paterno, a forte presença feminina é capitaneada pelas mães, apontadas por 42 (47,72%) jovens como o componente familiar mais ligado a eles:

"Minha mãe gosta muito de mim. Deve ser porque eu sou filho dela e porque eu dou mais trabalho"; "Minha mãe me entende mais"; "Minha mãe é compreensiva"; "Minha mãe me escuta e tem paciência comigo"; "Minha mãe me dá conselhos muito bons"; "minha mãe é a única que me dá atenção"; "Minha mãe me ama. Ela gosta muito de mim. Ela fala todas aquelas coisas, mas não é para o meu mal não. É só para o meu bem"; "Gosto de conversar com minha mãe. Mesmo sendo dez minutinhos, tá bom. Ela não gosta de conversar comigo porque a gente começa logo a brigar. Ela diz para eu largar a porra da maconha, senão vai dar tudo errado na minha vida"; "Minha mãe tem um jeito que só ela sabe chegar e conversar. É o jeito de mãe"; "Todo o tempo que eu usei drogas, ela não desistiu de mim."

As mães e os irmãos são os familiares com que os jovens mais gostam de conversar; nesta lista, apenas 5 incluíram o pai, reforçando a idéia de relação de afastamento e pouco convívio. Os assuntos por eles discutidos, apesar de diversificados, direcionam-se para questões afetivo-sexuais (mulheres, namoro...), a preocupação com o futuro (estudo e trabalho) e as formas de lazer (futebol, bailes...), conforme observa-se no quadro a seguir.

Quadro 3 – Assuntos preferidos pelos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

ASSUNTOS	TOTAL
Relacionamento Afetivo/Sexual	22
Estudo/Trabalho	15
Família/Residência	12
Sobre si mesmo/Futuro	11
Futebol	7
Bailes/shows/Pagode	5
Passeio/Moda	5
Bens de consumo: roupa de marca, carro ...	4
Armamento/Violência/Tráfico	3
Drogas/Bebidas	3
Religião	3
Não Declarado	3
Saúde	1

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes.
Equipe de Avaliação DCS/Ensp/Fiocruz. Rio de Janeiro, 1999.

Preocupa bastante notar que não há nenhuma referência direta à esfera político-partidária, aos problemas sociais ou mesmo a qualquer tema ligado à coletividade. Todos os itens citados dizem respeito à vida particular em seus diferentes âmbitos (consumo, diversão e sexualidade), incluindo, no máximo, certa preocupação com as questões familiares. Um conjunto de respostas assim delineado revela, em primeira instância, a influência de uma concepção de mundo que, tendo a mídia como principal instrumento de veiculação, dissemina o apelo ao consumo, à competição, à exaltação do vitorioso e à aceitação tácita de seus padrões de beleza e comportamento egocêntrico. Mais grave ainda é perceber que essa situação gera uma apatia sociopolítica que só piora as já combalidas condições de vida desses jovens e de suas famílias, tornando-os cada vez menos preparados para lutar por seus direitos.

O resgate do relacionamento familiar, sem pseudomoralismos e com a busca da compreensão, é um dos fatores mais importantes para que um jovem saia ou não ingresse no tráfico de drogas. Na absoluta maioria dos casos, há uma anteposição ética entre ambos, que deve ser ampla e diariamente reforçada. Nesse contexto, o

fato de eles terem se envolvido com o tráfico em vez de desqualificar e recriminar a atuação de seus familiares, da mãe em especial, deve funcionar como indicativo de problemas e motivador de uma revisão de valores e práticas:

> *"Meu relacionamento com minha mãe sempre foi bom, o que atrapalhava mesmo era o tráfico de drogas. Era muito sofrimento, minha mãe vivia me pedindo pra mim sair. Aí eu chegava em casa era aquela choradeira. Aí eu parei de ir para casa. Aí depois fui preso, ela foi lá me visitar. E me apoiou todo tempo também. Que essa hora que a gente precisa mais de uma mãe, né? Ela foi e me apoiou. Agora que eu saí ela tá achando bom, né? Ela tá feliz, fala pra eu não voltar mais que aquilo não é vida. Fala que o caminho não é aquele, o caminho é Jesus."*

Concluindo esta temática, eles consideram que para se afastarem definitivamente do tráfico, seus familiares precisam:

> *"Ajudar para que eu possa fazer as coisa que eu preciso"; "Continuar me compreendendo agora e depois"; "Apoiar bastante e conversar bastante, aberto, uma idéia legal, certa"; "Me dando força e conselho"; "Aconselhando a não me meter mais nesses troços que eu estava. Depois devo me virar e arrumar um trabalho"; "Não deixando eu faltar os cursos. Estando sempre ali em cima de mim para eu fazer as coisas"; "Me dar força, conselho, para eu conseguir parar de usar drogas e mudar meu comportamento e ter responsabilidade"; "Eles podiam freqüentar o grupo Naranon, que é de ajuda aos familiares de adictos. Depois eles precisam continuar me aceitando"; "Acreditar mais em mim como acreditavam antigamente"; "Apoiar não na questão de dar conselhos, e sim de me recuperar e ajudar a vencer na vida. Porque hoje em dia não tem como subir na vida sem o apoio da família."*

Lazer e Cultura

Ao introduzir no 'perfil' um tópico que se detém sobre aspectos menos conflituosos e mais prazerosos da vida dos jovens, desejávamos criar um *continuum* de descontração para eles – quando do momento da entrevista – e para o leitor mais preocupado, que a esta altura deve estar envolto e imerso nos múltiplos problemas dos quais tomou conhecimento, tentando entendê-los e resolvê-los. É bem verdade que, para eles, talvez não desponte o clima de relaxamento que os jovens experimentaram e transmitiram, pois, se os assuntos aventados são mais amenos, não deixam de revelar situações de vulnerabilidade social e pessoal.

As formas de divertimento mais freqüentemente realizadas foram *"jogar futebol"; "ir a baile* funk*"; "freqüentar pagodes"; "soltar pipa"; "ir à praia", "namorar"* e *"ficar"*, atividades que não por acaso são pouco dispendiosas. Por sua vez , *"ir ao shopping", "barzinho", "boite"* e *"academia"*, diversões que exigem o desembolso de recursos financeiros e são rotineiras para moradores da Zona Sul, Barra e de bairros tradicionais da Zona Norte como Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e Méier,

ocupam discreto lugar na preferência deles, revelando o crescente afastamento entre jovens das classes média e alta e os das classes pauperizadas.

Ainda sobre este assunto é importante notar que *"ir à praia"*, atividade identificada pelo senso comum como inerente a todo carioca, é citada apenas por 12 jovens (13,63%), o que está diretamente relacionado aos possíveis constrangimentos impostos à população de baixa renda em sua ida a esse espaço público de lazer. Estigmatizados como arruaceiros e 'farofeiros', sofrem com o número reduzido de meios de transporte, as constantes e abusivas revistas policias e com as ameaças constantes dos moradores da zona litorânea em nome de uma pretensa 'ordem'. Não se trata de alarmismo, mas da constatação que as dissemelhanças entre jovens de classes diferentes possuem aspectos delicados e conflituosos que podem encaminhar-se para a confrontação. Como exemplo, relembre-se que nos meses que precederam a inauguração da Linha Amarela – rodovia que liga os bairros da Zona Norte e subúrbios à Barra da Tijuca, conduzindo também às praias do Recreio – foram constantes as manifestações de jovens moradores da Barra (reproduzindo em grande parte o discurso de seu pais) contra a vinda dos '*yellows*', que seriam 'farofeiros', feios, mal-educados e até mesmo delinqüentes, deixando claro que, se fosse preciso, os expulsariam à força.

No Quadro 4 estão concatenados alguns hábitos culturais dos jovens, abarcando as formas de lazer e comportamentos religioso e político que por eles foram citadas. Atendo-se às três primeiras colunas, torna-se possível elaborar uma relação escalar que permite inferir que, quanto mais custosa a atividade, menos ela é procurada. Pode-se constatar que:

- a preferência cinematográfica recai sobre filmes com temas violentos, brigas e tiroteios. Antes de qualquer conclusão apressada, é preciso lembrar que grande parte das películas exibidas no Rio de Janeiro são sobre esse tema;
- baixa ligação com igrejas, ficando nítida a disputa entre as denominações pentecostais e neopentecostais, que, juntas, somam 13 citações, e a Católica, com 12;
- apenas 4 não assistem à televisão, e a maioria prefere filmes e novelas. Surpreendentemente são baixos os índices de audiência do futebol e dos esportes em geral;
- a prática de esportes, realizada pelo aprendizado de algum tipo de luta, foi relatada por 35 jovens (39,77%), dos quais alguns praticaram mais de um tipo de luta;
- o afastamento das questões político-partidárias e político-institucionais;
- apesar de 43 deles estarem inclusos na faixa etária em que o voto é obrigatório e 40 na que ele é facultativo, somente 5 afirmam ter participado em eleições.

Quadro 4 – Hábitos dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

CINEMA	RELIGIÃO	TV	LUTA	PARTIDO POLÍTICO
Vou: 57	Tenho: 41	Assisto: 83	Fiz: 35	Gosto: 13
Não vou: 24	Não tenho: 45	Não assisto: 4	Não fiz: 53	Não gosto: 74
Nunca fui: 5	Não declarado: 2	Não declarado: 1	***Qual?***	Não declarado: 1
Não declarado: 2	***Qual?***	***A que assiste?***	Capoeira: 18	***Qual?***
A que assiste?	Católica: 12	Filmes: 31	Jiu-Jítsu: 7	Garotinho: 4
Ação: 24	Acredito em Deus: 7	Novelas: 25	Karatê: 5	PDT: 3
Comédia: 9	Cristão: 5	Desenhos: 15	Boxe Tailandês: 3	Brizola: 2
Romance: 9	Assembléia de Deus: 3	Reportagem: 7	Judô: 2	Enéas: 2
Terror: 8	Universal: 3	Jornal: 7	Tae Kwon Do: 2	PT: 1
"Qualquer filme": 4	Evangélica: 3	Futebol: 6	Luta Livre: 1	PV: 1
Artes marciais: 3	Candomblé: 2	Esporte: 4	Boxe: 1	***Voto***
Guerra: 2	Batista: 1	Sessão da Tarde: 3	Kung Fu: 1	Já votei: 5
Ficção: 2	Umbandista: 1	Fantástico: 2	Full Contact: 1	Não votei: 83
Violência: 2	Deus é Amor: 1	Outros: 1		
"Titanic": 2	Protestante: 1			
"Orfeu": 2	Vou à igreja de vez em quando: 1			
"Dos *bad boy*": 1	Fui batizado no sábado (17/07/99): 1			
"Qualquer um que tenha briga": 1				
"Van Dame": 1				
"Silvester Stalonne": 1				
"Filmes de sexta-feira no canal 7": 1				
"A Noiva de Chuck": 1				
"Batman": 1				
Policial: 1				
Suspense: 1				
Aventura: 1				
Drama: 1				
"Uma Linda Mulher": 1				
"O Rei Leão": 1				
"Última Chance": 1				
Desenho: 1				

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/Ensp/Fiocruz. Rio de Janeiro, 1999.

Conhecidas as características mais marcantes desses jovens, passa-se, no próximo capítulo, à descrição e à análise de como era o seu dia-a-dia enquanto faziam parte do tráfico de drogas.

3

A Vida no Tráfico:

cotidianos de uma sociedade que não se reconhece

Ir para a 'pista', 'passar a droga', 'lombrar', trocar tiro com 'os alemão', 'dar derrame', 'xisnovar', 'entrar para o bonde'[3]... fragmentos de um cotidiano carioca que enquanto estiveram territorialmente restritos aos morros e favelas do município, por mais próximos que fossem do 'asfalto', puderam ser encarados por determinados segmentos da sociedade e do poder público como eventos remotos, focais e, se não totalmente desprezados, pelo menos relegados a preocupações subalternas, em geral 'casos de polícia'.

A expansão globalizante do mercado ilícito das drogas e o incremento do poderio bélico do tráfico deslindaram essa proposta secessora e tornaram-se diretamente responsáveis pelo rompimento de uma fronteira sociopolítico-econômica e pela reunificação da cidade que, para aqueles, precisava ser partida, mesmo que o 'outro lado' ficasse a poucos minutos e metros de distância. De forma trágica, a conjunção entre lucro e morte tem demonstrado para uma sociedade que sente dificuldades em se reconhecer, que o dia-a-dia dos jovens

---

[3] Ao final deste livro é apresentado um glossário que propicia ao leitor melhor compreensão dos termos utilizados pelos jovens.

envolvidos com o tráfico de drogas não pode ser compreendido como um movimento apartado, um universo virtual.

É este dia-a-dia que chamamos de 'vida no tráfico'. Conforme visto no 'perfil', delimitá-la não é tarefa tranqüila, visto que a plenitude de sua diversidade multicultural, além de inatingível, multiplica-se e difunde-se a cada momento, o que, apesar de tudo, em nada inviabiliza a proposta de retratá-la e compreendê-la.

O primeiro passo é evidenciar que, embora ela promova a conciliação e a participação dos diversos segmentos que são essenciais para o sucesso do mercado das drogas – consumidores, atacadistas, reinvestidores do lucro obtido... –, só lhes é específica nos momentos em que os tangencia. Cada um deles tem cotidianos característicos, que, em determinadas situações, interagem diretamente com o dos jovens envolvidos com o varejo de drogas, o que não significa que possam ser analisados pelo mesmo prisma. Agir assim é pressupor que o jovem que passa a noite vendendo cocaína com medo da chegada da polícia tem uma vida semelhante à daquele que a compra e vai cheirá-la em uma festa no Leblon, da qual também participam empresários especializados em 'lavar' e 'esquentar' dinheiro ilícito.

A 'vida no tráfico' à qual nos referimos é, portanto, o cotidiano dos jovens que participam do varejo das drogas, daqueles que, diante do acúmulo de vulnerabilidades, aceitaram que a inserção na estrutura do tráfico poderia ser uma possibilidade de existência coletiva, pertencimento social e até mesmo de sobrevivência pessoal. Adotar uma resposta única e lapidar sobre as motivações que os levaram a desenvolver e a praticar essa opção constituir-se-ia uma atitude demasiadamente superficial e injusta, sobretudo diante da origem notadamente pluricausal do problema. Há que se investigar conformidades e assimetrias com os padrões de relacionamento socialmente aceitos, semelhanças e peculiaridades, superfícies e contextos aprofundados.

Sob esse aspecto, poderíamos indagar: em que medida a participação no tráfico de drogas apresentaria características semelhantes e díspares à atitude do jovem de classe média que, juntamente com seus amigos de colégio, resolve formar uma banda de rock, bradar palavras de ordem acerca da liberação da maconha, consumir drogas servidas em bandejas em festas privativas, ficar famoso, ser desejado pelas mulheres e tratado como 'maluco beleza' pela sociedade?

Se há uma clara isomorfia no campo das necessidades – cuja principal parece ser participar ativamente da sociedade como um ator destacado –, a cisão encontra-se na semântica das possibilidades e oportunidades, que gravitam

e concentram-se em torno dos que possuem um capital (financeiro e humano) previamente acumulado, concretizando-se nos meios encontrados para atingir os resultados. As condições de luta pela sobrevivência, competição, ascensão social e *status* são brutalmente desiguais. Somente nesse contexto a 'vida no tráfico' pode apresentar-se como possibilidade ilícita, porém concreta, o que significa que o processo de sua análise deve ser deflagrado menos pela investigação de suas próprias peculiaridades do que pelo conjunto de relações e eventos ocorridos na sociedade carioca e que influenciaram seu surgimento e acirramento.

Se no primeiro capítulo centramos nossa preocupação no âmbito das políticas públicas, analisemos a situação, momentaneamente, pelo prisma do mercado. Enquanto seus segmentos 'legais' multiplicam o fechar de portas para os integrantes das classes mais pauperizadas da sociedade – que, por não atenderem ao perfil do 'trabalhador moderno', passam a ser tachados de 'desqualificados' – o tráfico de drogas amplia seus negócios, abre novas 'vagas' e apresenta como estratégia expansionista o fato de não exigir de sua mão-de-obra pré-requisitos como os que podem ser visualizados no artigo 'O profissional que faz a diferença', publicado na revista *Agitação* (1999) do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), como resultado de um de seus *workshops*:

"Qualidades que as Empresas Procuram nos Profissionais:

Boa apresentação;
Perspicaz/Analítico;
Criativo/Flexível;
Dinâmico/Energético;
Responsável/Dedicado;
Equilíbrio emocional;
Capacidade de atuar em equipe;
Ambicioso e Ousado;
Perseverante;
Otimista/Automotivado;
Conhecimento de informática;
Qualidade de vida/Saudável;
Bom nível cultural;
Expressão oral e escrita;
Domínio de outros idiomas."

Ao compararmos o absurdo grau de exigências, muitas questionáveis ética e legalmente (Que é ter 'boa aparência' e ser 'saudável'? Que critérios balizam a 'criatividade' e a 'ambição'? Que significa ser 'flexível'?), ao perfil traçado no capítulo anterior, verificamos como são reduzidas as chances de aqueles jovens ingressarem em atividades laborativas socialmente valorizadas, o que contribui para cada vez mais afastá-los de uma existência dentro dos padrões de conforto e bem-estar amplamente difundidos pela mídia.

Se é verdade que a rotina do trabalhador humilde, que é mal remunerado, desgasta-se muito e não tem recursos nem tempo para divertir-se é desdenhada por eles – especialmente porque já a conhecem por experiência própria, ou pelo exemplo dos pais –, também o é que até mesmo essa possibilidade está-lhes sendo negada.

Excluídos tanto do acesso pleno a seus direitos de cidadão quanto do processo de produção e distribuição de bens e mercadorias, um número cada vez maior de jovens cariocas aceita participar do 'varejo das drogas', a fim de tentar superar suas vulnerabilidades e incluir-se na sociedade. Apesar de ser uma escolha que, para muitos, vem revestida de constrangimentos, essa atitude revela uma tentativa de aproximar-se o máximo possível de um padrão de 'legalidade', pois leva em consideração que, apesar de ser criminalizada, em seu fundamento básico, ela constituir-se-ia em uma atividade comercial, cujo consumidor não é obrigado ou coagido pelas armas a comprar drogas. O dinheiro oriundo da 'vida no tráfico' não é tomado ou roubado de outrem, é obtido com a venda da força de trabalho que possibilita o comércio das drogas.

Sob esse aspecto (e não o de seus desdobramentos), vender drogas não está no mesmo diapasão do roubo, do furto e do crime do colarinho branco: se não houvesse demanda, não haveria oferta. A questão complexifica-se ainda mais quando se constata que dentre os consumidores figuram cidadãos bem-sucedidos, personalidades incensadas pela mídia, políticos de diferentes matizes... um contingente de adultos e jovens muito mais numeroso do que o formado pelos que vendem.

A peculiaridade primaz da 'vida no tráfico' é, pois, revelar o nível de exclusão de uma determinada sociedade. Antes mesmo do medo, esse desvendar produz estranhamento. Para determinados segmentos é como se o *glamour* da cidade maravilhosa fosse ameaçado por uma atividade que 'de repente' tornou-se tão próxima. Não se reconhecem como atores sociais que participaram, de uma forma ou de outra, da construção desse cenário. Para eles, não só os traficantes

não podem fazer parte desta sociedade – a 'sua' sociedade –, nem devem conviver com os 'cidadãos de bem'. Seus protestos estendem-se àqueles cuja condição de vulnerabilidade é mais visível, encarando-os como potenciais criminosos que precisariam ser punidos, presos cada vez mais jovens para não se tornarem adultos ainda mais problemáticos. Chauí, em 1979, já denunciava esta postura: "Ser pobre é ser culpado".

Ao estranhamento e ao medo une-se a preocupação com sua vinculação (direta ou indireta, ativa ou negligente) à gênese e ao aprofundamento dos problemas públicos. É preciso desviar as atenções, (des)focalizando-as sob o manto da justiça, do interesse da sociedade, da paz e da ordem. Torna-se claro um dos pressupostos estruturais que forjam as concepções jurídico-repressivas hoje tão em voga e que representam a exclusão dos excluídos, a superação dialética da contradição social por intermédio de uma proposta autoritária, persecutória e preconceituosa.

Os jovens envolvidos com o tráfico de drogas fazem parte da sociedade e sua participação não os transforma em 'soldados' e 'inimigos', nem os afasta dos problemas com que a população convive. Pelo contrário: acrescenta vários outros! Uma análise mais detida em seu 'perfil' ilustra como os problemas que enfrentam não foram superados por sua inserção no tráfico de drogas, nem deixaram de existir e de fustigá-los diariamente.

Neste capítulo e no próximo pretendemos, por meio dos depoimentos dos jovens, acentuar e demonstrar como se desenvolve a 'vida no tráfico'. É interessante observar que, de forma distinta a de outros estudos, os entrevistados residiam e participavam do varejo das drogas nas mais variadas áreas do Rio de Janeiro. Ao contrário do que se poderia supor, a diversidade de informações não atomizou ou desconfigurou as relações travadas em seus cotidianos, fornecendo dados suficientes para constatar padrões de ação homogêneos e vinculados, além de situações persistentes e regulares. Em nosso ver, tal constatação reforça e amplia a análise de Misse (1999), segundo a qual as redes de domínio local e sociabilidade vinculadas a atividades ilícitas já estavam forjadas nessas localidades antes da potencialização do tráfico de drogas, registrando-se mais uma continuidade do que propriamente uma ruptura do domínio local pelo 'movimento'. Também não é de hoje a relação de organizações criminosas com setores 'legais' da sociedade, por intermédio de troca de favores, subornos e violência descabida, criando um verdadeiro mercado paralelo que realimenta cada vez mais a atividade ilícita.

Por que os jovens entram para o tráfico de drogas?

"Alguns é falta de trabalho. Outros já é porque quer comprar roupa de marca. Tem uns que fala que se envolve que é para ajudar a família, mas na verdade nem ajuda a família. O cara às vezes fica com medo de falar e gasta dinheiro na pouca vergonha. Às vezes os que é viciado gasta em pó ou maconha. Outros ganha, gasta em mulher, hotel. O tráfico... vamos supor: desde pequeno nós só anda junto. Aí você se envolve. Aí eu ando contigo e tu tá passando. Aí tu: 'pô, me dá uma ajuda aí. Só passagem'. Aí tu vai e ajuda, começa a se envolver. Vai passando, passando. Depois outro que também anda contigo também acaba se envolvendo, aí vai assim. Se você tiver trabalhando tu não vai se envolver. Agora se tiver à toa..."

O poder de síntese desse depoimento é impressionante, conseguindo amalgamar considerável parcela das motivações que os outros 87 jovens identificaram como as responsáveis pela inserção no tráfico de drogas e que podem ser assim agrupadas:

Condição socioeconômica:

"Têm muitas pessoas que entram por pobreza. Quer comer do bom e do melhor, quer fazer do bom e do melhor"; "Têm umas coisas também da sociedade que fica maltratando também. Aí nisso vai criando revolta"; "Esses dias mesmo, eu tava dentro do ônibus. Eu vi um menor pedindo dinheiro pra comer, pedindo, chorando pra dentro do ônibus pedindo um dinheiro para comer. Ninguém queria dar um dinheiro pro menor comer a comida. Aí por isso que às vezes as pessoas se revolta, né? Aí rouba, trafica."; "Tá muito difícil para trabalhar. Ainda mais os jovens que moram em comunidade. Anda, anda, anda para procurar um serviço e nunca tem. Aí chega numa boca de fumo, toda semana é cem reais. Ganha cinqüenta reais em cada carga. Num dia, se a boca de fumo vender dez cargas é quinhentos reais que o vapor tira. Quem vai querer outra vida? Porque aonde é que um trabalho vai poder lhe dar dinheiro? Ganha cento e trinta por mês, para poder comprar uma roupa? Pô, um trabalho não dá nem para comprar uma roupa, ir no baile funk, ir pra um hotel. Cê vai fazer isso vai morrer de fome."

Status e poder de sedução:

"Por causa da aventura. Você tem tudo o que quer. Porque conquista tudo o que você quer. Porque acha que o colega é fortão, é durão, e também quer ser. A gente vê os filmes quer fazer também"; "Por causa da fama e do sucesso"; "Talvez até por aventura. Ficar trocando tiro, mexer com arma. Empolgação na hora, essa coisa aí."; "Pô! É dinheiro mole. É fama que você tem, entendeu?"; "É mulher também. Porque pô, tem o cara que tem um problema de pegar mulher. O cara anda mal-arrumado, não tem condição de arrumar mulher. A mulher nem dá bola. Aí o cara vai, começa a melhorar de vida. Começa a andar arrumado de uma hora para outra. Começa a ter dinheiro fácil. Aí as mulher começa a dar mole. Fica mole"; "Depois que entra para o tráfico o cara é bem mais respeitado na comunidade. Temido também. As mulher perde a linha na gente, que a gente tem muito dinheiro, né? Elas

perde a linha mesmo. Que elas sabe que um trabalhador não vai dar a ela o que a gente vai dar. Então hoje em dia a maioria dessas meninas de quinze anos tudo quer namorar bandido. Elas são iludida por bandido. Elas acha que o bandido tem dinheiro, banca elas. E elas também gosta de falar no colégio ou pra outras amigas que namora fulano que é bandido, sicrano que é bandido"; "Pensa que é onda: Ah! Vou entrar pro tráfico que aí vou ganhar muito dinheiro e mulher. Aí entra pensando que é mil maravilhas. Quando chega lá é atirado como bucha. Fica de bucha para os outros. Quando vê já tá devendo para a boca."

Influência dos que já estão no tráfico:

"o pessoal fala: pô, cara, vombora pro tráfico. O cara vai dar dinheiro, tu vai arrumar muita mulher... é essas conversinha que eles manda, essas lorotinha. Aí o bobinho cai, entra e vai indo, caindo ali. Depois que vê, já tá todo afundado"; "Você já é cria do morro. Aí, de repentemente, o dono do morro me viu desse tamaninho, pequinininho. Aí você já vai conversando, já questiona com os caras: Pô, e aí? Queria conversar com fulano de tal pra mim vê se eu panho uma boquinha pra mim aí. Tô na finalidade de me botar aí pra arrumar um dinheiro, né? Aí eles te leva diretamente ou te dá o telefone se o cara tiver preso. Aí tu desenrola seu papo."

Drogas:

"Algumas pessoas não tem a condição pra se drogar. Assim entra no tráfico"; "A pessoa geralmente não entra para o tráfico direto. Começa se viciando primeiro. Depois começa a ver uma pessoa passando de arma bonita. Aí começa a se misturar no meio, começa a pegar aquelas amizade ruim. Aí, dali se torna um bandido"; "O cara tá necessitando muito da droga, aí ele pensa logo em entrar pro tráfico. Porque no tráfico você mesmo tem sua droga, você vende a droga, você cheira se quiser, fuma se quiser."; "A droga é um vício que a pessoa usa hoje, começa a gostar, vai usando, vai usando, vai usando... quando vê, a pessoa tá ali viciada, sufocada. Qualquer dinheiro que a pessoa arruma troca na cocaína. Aí a pessoa pode tá com cem real agora que pega um papelote de cinco. Já vai tudo, vai tudo mesmo. Quando a pessoa vê já tá durinha. A onda cai e a pessoa fica como? Careta."

Reconstruindo, sem maquiagens, experiências que vivenciaram no conturbado cotidiano do tráfico de drogas, os depoimentos evidenciam que as motivações imiscuem-se e interagem, evitando apontar 'a causa' ou 'o motivo'. O que eles relatam é a multiplicidade concomitante de várias situações de vulnerabilidade pessoal e social, cujo acirramento é fartamente explorado pelos traficantes.

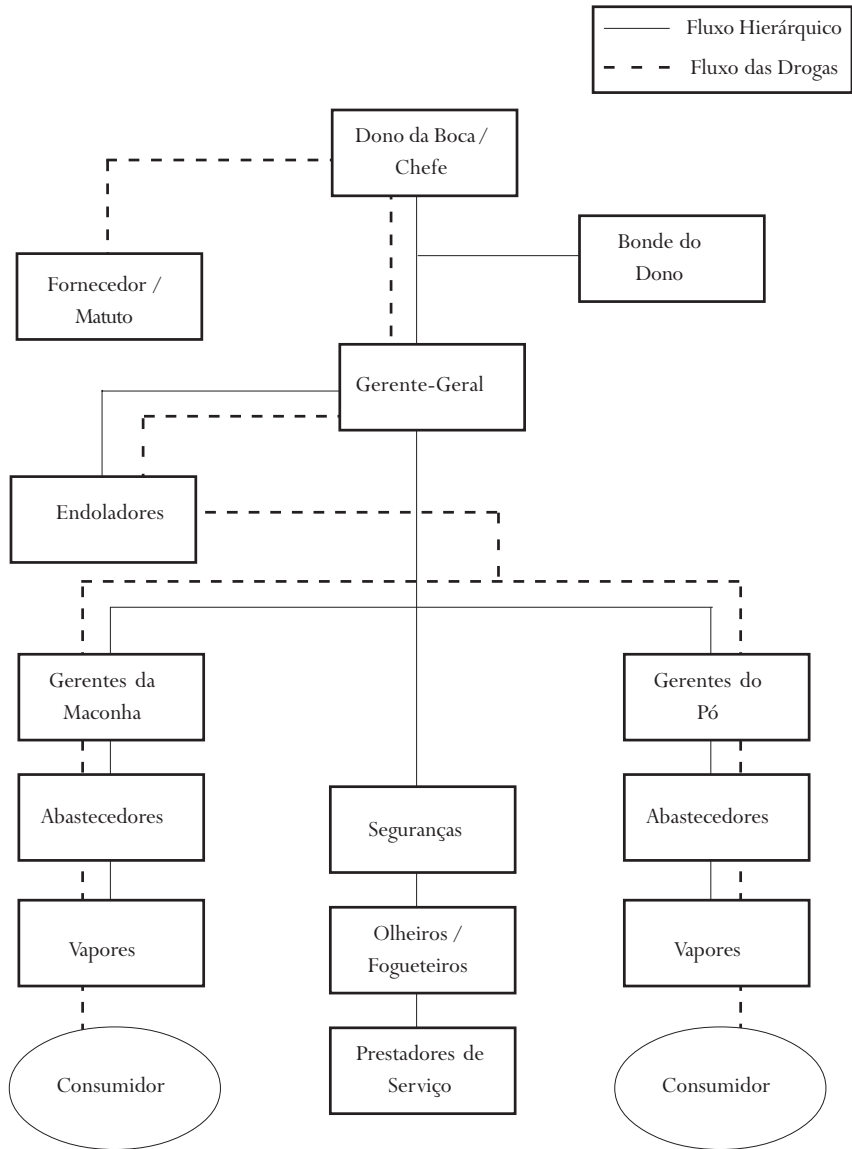
Ao falarem de sua própria inserção no tráfico de drogas, os jovens reforçam e esmiuçam esse raciocínio:

"tinha muitos problemas dentro de casa e procurei resolver fora de casa, entrando no tráfico"; "Isso aí foi um problema sério dentro de casa. Pode colocar: espancamento. Entrei no tráfico para conseguir uma pistola pra matar meu irmão porque ele tem raiva de mim, porque quando estava na barriga da minha mãe, meu pai, que vivia drogado, batia na minha mãe e meu irmão brigava com ele e ele batia nele também. Ele ficava com raiva e batia em mim"; "Porque eu estava duro. Precisava de dinheiro, tinha saído de casa"; "Por causa das condições. Minha mãe recebia o dinheiro da pensão do meu pai e só queria saber de beber e nunca sobrava nada para mim. Minha irmã foi criada por um casal rico no Leblon e eu fui criado num colégio interno no Méier. Comia uma sopa horrível. Depois eu fui ficando pior de dinheiro, aí eu entrei para o tráfico"; "Porque estava querendo comprar roupa"; "Porque eu estava dependendo de comprar roupa e ajudar a minha mãe"; "Não tinha dinheiro e quando eu saí do emprego comecei a usar muito. Até que resolvi entrar no tráfico para ter um dinheiro mais fácil"; "entrei por causa do dinheiro. Porque usava droga. Começou tudo junto"; "Porque eu via os caras arrumadinhos com dinheiro e eu carregando bolsa dos outros"; "porque gostava de armas e porque queria ganhar dinheiro e também fui influenciado pelos meus colegas que já estavam no tráfico"; "Eu tava à toa, ia para o baile e o garoto do baile me chamou. Aí ele me pediu para eu ir lá na casa dele e eu comecei a ajudar a ele"; "Porque eu tinha que sustentar a casa. Como era tempo de calor eu não conseguia vender doce e precisava de dinheiro para comprar as coisas em casa; resolvi entrar para o tráfico."

O que os jovens fazem no tráfico de drogas?

"No caso, se você fosse entrar através de mim eu ia ter que te botar no posto de foguete. Aí, passando um tempo, você vai começando a demonstrar na prática, aí vem a polícia, você solta fogos direto, fogos, fogos, fogos, fogos. Aí de repente a gente já passa você pra noite, aí dá um oitão na sua mão. Se demonstrar na prática já ganha uma arma, aí de uma pistola você vai ganhando uma arma mais possante. Entendeu? Até você ganhar uma posição na boca, de um vapor, pra arrumar uns lucro numa carga. Pra chegar a gerente, daí, o patrão que vê o que você pode ser.

No fluxograma seguinte é apresentada a distribuição hierárquica e o fluxo das drogas em uma boca-de-fumo do Rio de Janeiro, demonstrando a estruturação enunciada pelo depoimento anterior. Essa sistematização, oriunda do relato dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção, pode apresentar algumas variações de acordo com o 'movimento' de vendas e a localização de outras bocas, diferenças que incindiriam sobre a nomenclatura de certos cargos e o número de indivíduos que os exercem. Outra característica particular e que se pretende evidenciar é que tal fluxo não pode ser confundido com o das drogas, sob pena de misturarem-se posições e valores hierárquicos, dificultando a compreensão desse esquema.

Estrutura Organizacional e Fluxo das Drogas em uma Boca-de-Fumo

Fonte: Pesquisa de Campo DCS/Ensp/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2000.

De acordo com o relato dos jovens, essa estrutura apresenta funcionamento típico de um plano de carreira, no qual as possibilidades de ascensão e remuneração são definidas com base no desempenho e na produtividade demonstrada no dia-a-dia do tráfico de drogas. Levando-se em consideração a distribuição das tarefas, atribuições e características típicas de cada função, é possível compreender que a hierarquia do varejo das drogas é constituída pelos setores apresentados nos quadros das páginas seguintes.

Quadro 5 – Posições de segurança e serviços gerais*

	Função	Pré-requisitos	Riscos	Ganhos
Prestadores de Serviço	• Não possuem vínculo fixo com o tráfico. Fazem os chamados 'mandados' ou 'bicos', que vão desde a compra de refeições para os integrantes da boca até a entrega de drogas em outras localidades. *"Primeiro eu entrei fazendo mandado. Os cara me dava dez real, vinte e eu ia comprar comida pros cara, entendeu?"*	• Ser da comunidade e, no caso de transporte de drogas, não levantar suspeitas de policiais. Por isso, muitas vezes esses serviços são executados por mulheres, até mesmo gestantes. *"Tem meninas que transporta um* pó *de um morro pro outro."*	• Ser descoberto e preso; • Estar próximo ao 'movimento' em situações de risco, como confrontos armados com policiais e grupos rivais; • Sofrer torturas ou mesmo ser executado em caso de perda da carga.	Variam de acordo com o serviço.
Olheiro/Fogueteiro	• Avisar, por meio de rádio transmissores ou fogos de artifício, a chegada da polícia ou de grupos rivais. *"Fica só escoltando. Fica assim por cima da laje, olhando pra ver se vem polícia. Tem uns que têm radinho, outros já têm fogos, aí solta quando os polícia tão entrando"; "Se a polícia vier de noite eu falo:* lombrou, *aí já começam a atirar neles e saí* ralando.*"*	• Preferência por crianças e adolescentes, por possuírem mais agilidade e destreza. *"Para ser fogueteiro só basta saber correr bem, conhecer bastante o lugar e ter bastante agilidade para não* rodar*"; "A onda agora é só menor..."; "Difícil uma pessoa de mais de vinte anos ser olheiro."*	• Em razão do contato quase que direto com policias e grupos rivais, são bastante vulneráveis à prisão, torturas, para que entreguem os companheiros e o local onde a droga está escondida. *"São roubados e são os primeiros a morrer, porque se a polícia vim esses são os primeiros a morrer"; "Tem que soltar pra depois correr. Se deixar os caras entrar e não soltar os fogos* vai no pau*"; "Se falhar, se der mole é* pino, *hein, eles vão com fé em você."*	Entre R$ 100 e R$ 200 por semana.
Seguranças/ Soldados	• Fazem a segurança armada do ponto de venda. *"O segurança fica fazendo a proteção da boca"; "O soldado é o bom de mete-bala", "O segurança só fica na pista, fazendo a proteção se algum alemão tentar invadir a favela."*	• Ter coragem e destreza para trocar tiros com a polícia e contar com a confiança do chefe e dos gerentes. *"Não é qualquer um que pode ser soldado. Depende da confiança, a gente não pode botar qualquer um, a gente bota um no posto, eles cisma de entregar a* peça *e sair levando com a* peça*. Aí não pode ser qualquer um."*.	• Pode ser punido em caso de perda da arma. • Grande chance de ser morto ou ferido em confrontos armados. *"Se sumir com a arma já era... tem que dar conta da arma"; "O segurança tem que ficar trocando tiro com a polícia pro vapor poder fugir."*	Entre R$ 150 e R$ 300 por semana.
Bonde do Dono	• Grupo fortemente armado que faz a segurança particular do dono. *"Quando tem uma invasão na favela, ele (o dono) vem com o* bonde *dele pesado, que acaba com a favela."*	• Ter a confiança no dono e já ter demonstrado coragem e destreza no uso de armas.	• Grande chance de ser morto ou ferido nos constantes confrontos armados em que se envolvem.	Não relatados.

Fonte: Pesquisa de Campo DCS/Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000.

* Formam a infra-estrutura básica para o bom funcionamento do ponto de venda. Seus ganhos são pré-fixados, não participando diretamente dos lucros. Vão desde a segurança à prestação de pequenos serviços.

Quadro 6 – Funções de processamento e venda*

	Função	Pré-requisitos	Riscos	Ganhos
Vapor	• Encarregado de vender a droga. *"O vapor vende as cargas, é o serviço dele, tá todo dia ali na pista pra vender"; "Tem uns que fica gritando: Maconha!, Pó! ou ele fica parado com a droga e o viciado mesmo chega até ele"; "É o que passa a carga, vende as maconha e as cocaína."*	• Demonstrar competência e confiança na execução da tarefa de olheiro/fogueteiro ou ser conhecido de algum integrante do movimento. *"Pra passar pra vapor demora muito, você tem que mostrar bastante na prática."*	• Possibilidade de prisão por policias disfarçados de consumidores. Qualquer 'derrame' pode ser pago com a própria vida. *"Ser vapor é melhor que olheiro porque é mais tranqüilo, mas tem vários riscos também. De repente sobe um viciado e você não sabe se é polícia, já aconteceu isso no morro uma vez."*	Ganha entre R$ 50 e R$ 100 por carga vendida.
Endolador	• Prepara a droga para o consumo, embalando-as em recipientes próprios e misturando-as a outras substâncias para obtenção de maior rendimento. *"Vem as mercadorias em tablete... é pó, é maconha, tanto faz. Aí chega lá dentro a gente trabalha ela, é em casa, em qualquer lugar bem mais sigiloso"; "A endolação não é todo dia, às vezes é duas vezes por semana, depende do movimento de droga no morro."*	• Como o contato com a droga é direto, essa função requer pessoas que sejam inteiramente confiáveis, para que não haja nenhum tipo de desfalque ou queda na qualidade do produto. Muitas vezes, os próprios gerentes participam desse processo. *"Geralmente é só cria da comunidade que trabalha na endolação ou o próprio gerente. Nisso aí não é qualquer um que pode entrar não".*	Não relatados.	Entre R$ 100 e R$ 350 por endolação.
Abastecedores	• É o encarregado de abastecer os vapores com a droga já embalada para a venda. *"É o que abastece a boca de droga"; "O vapor presta contas com o abastecedor e o abastecedor tem que prestar contas com o gerente."*	• Geralmente é o subgerente que escolhe seus abastecedores.	• O desaparecimento de alguma parcela da droga pode lhe custar a vida.	Em média, R$ 30 por cada carga transportada.
Gerentes da Maconha e do Pó	• Administram a endolação e a venda da mercadoria pela qual são responsáveis. Normalmente há gerentes para cada tipo e preço de droga. Prestam contas com o gerente-geral. *"Pra cada droga tem uma gerência"; "Geralmente tem os gerentes do pó de cinco, do pó de dez, tem o gerente da maconha de cinco, da maconha de um..." "Ele entoca a droga e passa para o vapor"; "É um empregado do gerente, de uma hora para outra ele aparece."*	• ter exercido com sucesso a função de vapor, ou já ter algum vínculo de amizade e confiança com o chefe-da-boca. *"...depois de vapor você pode até pegar uma gerência de alguma carga assim, para a maconha de um preço, um pó de outro preço."*	• Qualquer desvio (de dinheiro ou de drogas) pode ser punido com perda do cargo, castigos físicos ou mesmo com a morte. *"O cara, dando mole, volta a ser vapor, entendeu?"; "Tem que prestar tudo certo, às vezes a pessoa faz dívida dando mole, até a hora que eles falarem: pega."*	Entre R$ 400 e R$ 1.000 por semana.

Fonte: Pesquisa de Campo DCS/Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000.

* Cargos diretamente relacionados à embalagem e venda das drogas. Seus ganhos são equivalentes à produtividade e ao movimento de vendas da 'boca'.

Quadro 7 – Chefia*

	Função	Pré-requisitos	Riscos	Ganhos
Gerente-Geral	• É o 'braço direito' do chefe. Administra todo o processo de venda. Alguns moram na própria comunidade, outros aparecem apenas para recolher o lucro das vendas. *"É o que manda em tudo abaixo do patrão"; "Manda em todos os gerentes e recolhe o dinheiro todinho da boca"; "Se o dono sai da favela, quem passa a mandar é o gerente-geral."*	• Ter a confiança total do chefe do movimento.	• Está mais exposto a embates com a polícia e a facções rivais que o dono, devido a sua constância na 'boca'. *"O braço do dono fica de* bucha *pro dono. Tem uns que dá a vida e tudo pelo dono."*	Entre R$ 2.000 e R$ 3.000 por semana.
"Dono"	• Indivíduo que comanda toda a estrutura da "boca". Dificilmente mora na comunidade. *"Sempre tem um cabeça, né? Que manda em todo mundo. Mas ele não fica lá não, esse aí só traz arma, fornece tudo e depois vai embora"; "Quem manda é o dono. Se o dono falar assim, oh, vai morrer, vai morrer mesmo".*	• Não relatados.	• Fica conhecido publicamente, sofre maior assédio de policiais corruptos em busca de propinas e é alvo de outros indivíduos interessados em tomar os pontos de venda sob seu controle.	Não relatados.

Fonte: Pesquisa de Campo DCS/Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000.

* São os cargos mais altos da hierarquia em uma 'boca'. Administram os ganhos, negociam a compra de armas e drogas e são a última instância para resolução de problemas internos.

Dentro dessa estrutura, os jovens entrevistados exerceram várias funções, com maior incidência justamente das menos remuneradas e mais perigosas (olheiros/fogueteiros; seguranças e vapores). O número de relatos de amigos da mesma faixa etária mortos no exercício de suas atividades foi espantoso, o que demonstra que a ascensão no 'plano de carreira', vislumbrada no ingresso à atividade, possui graves restrições.

O primeiro contato com o tráfico de drogas normalmente ocorre por meio de pequenos serviços, nos quais os jovens – e até mesmo crianças – ganham uns 'trocados'. A proximidade e até mesmo a amizade com pessoas que já 'formam' na 'boca' facilitam esse contato:

> *"Primeiro, eu entrei fazendo mandado. Os cara me dava dez real, vinte. Aí eu fui gostando daquilo, fazendo um aviãozinho, ia comprar comida pros cara, entendeu? Aí, quando eu vi, uma hora o cara me chamou..."*
> *"Eu tenho um colega que, uma vez, falou assim: 'cê não tem nem condições de comprar uma roupa nova assim'. Aí tu vê o colega andando arrumado, mas ele já tá envolvido. Aí, já fala pra você: vamo também, como é? Com dinheiro, com roupa, vombora, vamo entrar nessa vida. Aí, cê pensa assim: ah! Vou entrar mesmo, me dá dinheiro. Aí vai e entra, aí se envolve. Aí ele vai, te leva lá na boca e te mostra pro cara e bota tu pra entrar no movimento."*

A sonhada ascensão começaria, efetivamente, pela atividade de 'olheiro' ou 'fogueteiro'. É o primeiro passo para, segundo as palavras de um dos jovens, 'se formar bandido': *"Daí vai se formando bandido, passa a traficar, depois vai traficando, traficando até pegar um cargo mais alto, aí vira um gerente na vida".*

No entanto, para *"virar um gerente na vida"*, o jovem tem que *"demonstrar na prática"* (dedicar-se e submeter-se inteiramente às atividades, quase sempre de alto risco, do 'movimento') e *"ter conhecimento"*, ou seja, ser preferencialmente 'cria da comunidade' e bem relacionado com os integrantes da 'boca':

> *"Quem trabalha na boca é tudo da comunidade. Difícil vim de fora, porque quando vem geralmente morre rápido, tem sempre um que não gosta de tu. Acha que tu é cheio de marra, metido, vai sempre arrumar vacilação para falar que tu fez alguma coisa que tu não fez."*

As atividades de olheiro ou fogueteiro, apesar de terem a mesma função prática (dar o alerta sobre a presença de 'inimigos'), apresentam pequenas variações que merecem ser destacadas. A primeira está implícita nos próprios nomes: o 'fogueteiro' utiliza fogos de artifício e o 'olheiro' avisa oralmente a chegada 'dos alemão', por intermédio de rádios, celulares, *walk-talks* ou mesmo pelo grito de 'lombrou':

"Fica só escoltando. Fica assim por cima da laje, olhando pra ver se vem polícia. Tem uns que tem radinho, outros já tem fogos. Aí solta quando os polícia tão entrando ... Se a polícia vier de noite, eu falo: lombrou!!, aí já começam a atirar neles e eu saio ralando."

O posicionamento deles varia de acordo com a geografia do local e com a organização do 'movimento'. Em algumas 'bocas', geralmente as mais lucrativas, existe mesmo a presença concomitante das duas variações desse cargo, em virtude das estratégias utilizadas e da tecnologia disponível (radiotransmissores, telefones celulares, *walk-talks*).

"Porque o olheiro fica de walk-talk*. O olheiro fica mais alto. Lá do alto tu tá vendo a pista toda. Tu viu uma D-20, tu já avisa: 'Oh, fulano, alô setor dez, oh, vem uma D-20!'. Aí o cara de baixo, que é o fogueteiro, solta os fogos que é pros amigos ficar em baixo sabendo."*

Na 'boca', pode-se notar a existência de setores específicos, o que de certa forma resguarda um pouco mais a segurança dos seus integrantes, na medida em que o fogueteiro pode soar o alerta e fugir antes mesmo da chegada da polícia à sua posição. Entretanto, essa prática não é regra nos pontos de venda do Rio de Janeiro. Na maioria dos casos, os olheiros/fogueteiros servem de verdadeiras 'iscas' – ou, como dizem os jovens, 'buchas' – para a polícia, pois são obrigados a detonar fogos de artifício (geralmente de 12 tiros) a poucos metros de policiais armados, tendo que correr em seguida para não serem mortos ou detidos.

Essa função é desempenhada quase que exclusivamente por crianças e jovens oriundos da própria localidade (*"A onda agora é só menor. Difícil uma pessoa de mais de vinte anos ser olheiro"*), considerados mais ágeis: *"Para ser fogueteiro só basta saber correr bem, conhecer bastante o lugar e ter bastante agilidade para não rodar"*. É perceptível, também, a existência de uma carga horária predefinida, dividida em turnos de seis ou doze horas.

Todos os relatos indicam que esses jovens 'iniciantes' não portam armas, contando apenas com a astúcia e o conhecimento do local para 'ralar'. No entanto, há depoimentos que evidenciam a existência, em determinadas 'bocas', de diferenças na atuação entre o período diurno e noturno de trabalho, envolvendo, em alguns casos, o uso de armas por indivíduos já então considerados como 'seguranças':

"De dia, geralmente são os novinhos que à noite gosta de ir pra baile funk*, funkeiro. Entendeu? De dia não precisa ter arma na boca, só pro vapor mermo, os fogueteiros não precisa andar armado. Não precisa, a polícia já não vem com aquele interesse de matar, que nem vem à noite, que de dia é só fogos mesmo. E à noite não. Ao invés de ser foguete, já é a peça já. Já é a arma. É fuzil, pistola, metralhadora. Já é um bonde mais pesado."*

O posto de 'olheiro/fogueteiro' está intrinsecamente vinculado ao fato de seus ocupantes não portarem arma. Eles são considerados como os integrantes mais descartáveis do 'movimento', não contando ainda com a confiança dos 'cabeças', tendo que demonstrar lealdade e destreza para fazer jus ao porte de uma 'peça'. A arma representa um verdadeiro 'distintivo', símbolo de ascensão que revela a ocupação de um lugar mais destacado na estrutura do tráfico, sendo cada vez mais potente de acordo com o cargo ocupado.

O fato de portarem armas já os tornam *'seguranças'*, sendo alocados em posições estratégicas da 'boca', onde devem estar prontos para trocar tiros com a polícia ou facções rivais: *"O segurança fica fazendo a proteção da boca"; "O segurança só fica na pista, fazendo a proteção se algum alemão tentar invadir a favela"; "O segurança tem que ficar trocando tiro com a polícia pro vapor poder fugir".*

Em suas falas, os jovens demonstram que não é *'mole'* alcançar esse estágio – *"não é qualquer um que pode ser soldado".* A execução dessa tarefa seria direcionada aos mais valentes e habilidosos na utilização de armas – *"O segurança é o bom de meter bala"* –, além de ser um cargo que exige muita responsabilidade na utilização e guarda destas: *"a gente não pode botar qualquer um... a gente bota um no posto e eles cisma de sair levando a 'peça'. Aí não pode ser qualquer um"; "Se sumir com a arma já era... tem que dar conta da arma".* O relato seguinte exemplifica bem a idéia de valentia e lealdade plena com que é representada tal atividade:

> *"Eu era segurança da boca, ficava com uma metralhadora na mão protegendo o patrão e os vapor. Se viesse a polícia eu tinha que soltar o peso para proteger e eles fugirem. Eu tinha que ficar até o fim, se eu morresse o problema era meu, cada um com seu cada um. Deu mole é só enterrar."*

A carga horária do segurança é a mesma dos 'olheiros'/'fogueteiros'. Em algumas 'bocas' a presença deles é percebida apenas à noite, quando a possibilidade de invasão é maior. Nesses casos, a segurança armada diurna é realizada pelos próprios integrantes do 'movimento': *"Os seguranças são os próprios. Todos andam armados, menos o olheiro e fogueteiro. De vapor a dono, com certeza".*

Os mais eficientes e corajosos podem ser incorporados ao *'Bonde do Dono'*, grupo fortemente armado encarregado de fazer a proteção particular do Chefe, assim como para a execução de tarefas 'especiais' como escolta de carregamentos de drogas e armas, e reforço à defesa da 'boca' em tentativas de invasão. As melhores e mais potentes armas são destinadas aos que dele fazem parte e que, em suas missões, saem sempre juntos e em comboio.

Alcançando o cargo de 'vapor', o jovem poderá, mediante a venda de drogas realizada em esquinas, vielas ou casas da localidade, 'tirar um lucro' diretamente de cada 'carga'. A função de vapor é apontada como mais 'tranqüila' que as de olheiro/fogueteiro e segurança, já que em caso de invasão policial, há todo um aparato montado para que possam 'entocar' as drogas e fugir. Note-se que toda a estrutura de segurança é planejada não para preservar a vida dos vapores, mas para proteger a mercadoria a ser comercializada.

A despeito de proporcionar maiores ganhos e ser citada como uma função menos arriscada, são apontadas desvantagens, quase sempre relacionadas ao alto grau de envolvimento e responsabilidade, que servem de justificativa para explicar a opção de alguns jovens pela continuidade no cargo de segurança:

> *"O segurança não precisa ficar o plantão todo na pista, não precisa ficar a noite toda. Pode ir dormir, pode ir tirar a onda dele, não precisa ficar massacrado como o vapor fica. Não precisa ficar ali só naquele lugar vendendo, pode dar um vagar no morro, pode namorar... pode fazer o que ele quiser".*

Como não tem uma carga horária definida, o vapor pode ser requisitado pelo 'patrão' a qualquer hora do dia ou da noite, o que o faz viver quase que exclusivamente em razão do 'movimento': *"Vende de dia, vende de tarde, vende de noite, qualquer hora que o patrão ou o gerente-geral quiser".* Um jovem chegou a exemplificar essa disponibilidade do vapor cantarolando a estrofe de um *rap* que circula entre os integrantes do 'movimento', que em determinado momento diz: *"O vapor vai traficar seja noite, seja dia, se faltar alguma é fria".*

A maior parte dos jovens entrevistados ocupava essa função, quando apreendidos. Alguns, após o exercício desse cargo, chegaram até mesmo a 'pegar um preço', ou seja, exercer o papel de 'subgerentes' ou 'gerentes do pó' e 'da maconha', que administram o processo de distribuição e venda da maconha e cocaína, divididas em preços diferentes, que variam de acordo com a quantidade e a qualidade da mercadoria:

> *"Para cada droga tem uma gerência. Cada pó tem um gerente. Tem pó de dois, de três, de quatro, de cinco, de dez, de quinze, de vinte e cinco e de cinqüenta."*
> *"Tem maconha e cocaína de vários preços. Tem cocaína de dez, de cinco, de dois, de três, de quinze reais, de vinte e cinco, de cinqüenta. Maconha tem de dez, de cinco, de dois, de três e de um real."*

O processo de preparação da droga para a venda, englobando tanto sua mistura com outras substâncias para multiplicar a quantidade e a lucratividade, quanto a embalagem da mercadoria a ser comercializada, é executada pelos

‘endoladores’. A endolação não tem periodicidade definida, sendo realizada quando um novo carregamento de droga chega à ‘boca’. Para desempenhar tal cargo são requisitados, em geral, indivíduos que tenham a confiança dos gerentes, e em diversos casos eles próprios participam do processo.

Endolada a droga, os gerentes a subdividem em diversas ‘cargas’: quantidades determinadas de maconha ou cocaína, já prontas e armazenadas para a venda em forma de ‘papelotes’ ou ‘sacolés’. A distribuição da droga entre os ‘vapores’ é executada pelo ‘abastecedor’. Os ‘gerentes’ passam uma carga de cada vez ao ‘abastecedor’, armazenando o restante em local de acesso restrito. Em alguns casos são auxiliados na administração dos negócios por suas namoradas, companheiras e esposas. O ‘abastecedor’ fica encarregado de supervisionar as vendas dos ‘vapores’ e, ao final de cada ‘carga’ vendida, prestar contas com o gerente e retornar à ‘boca’ com mais mercadorias para comercializar.

Os ‘gerentes da maconha e do pó’, por sua vez, são escolhidos, divididos e supervisionados pelo ‘gerente-geral’, responsável pela arrecadação final de todas as vendas e pela prestação de contas com o ‘dono’. Esse é o posto mais cobiçado pelos jovens entrevistados, vislumbrado como de alta lucratividade, pouca exposição ao confronto armado e pela imagem de poder proporcionada.

> *“Bom é ser gerente-geral, que manda em tudo, fica poucas horas, só vai pra receber. Ele vai entregar o produto e sai, se quiser ficar fica e se não quiser vai embora. Ruim é ser fogueteiro e vapor porque tem que ficar ali o tempo todo e se a polícia invade ele tem que dizer que é dele, porque se entregar o movimento perde a vida. Ele e até a família. Bota até a família em risco.”*

Apesar de a função de ‘gerente-geral’ ser representada como mais segura e lucrativa, para alcançar tal patamar hierárquico o pretendente tem que se submeter a várias situações de extremo risco, nas quais as chances de ser detido ou morto são notadamente maiores que as de desempenhar tal papel.

Chegar a ‘Dono’, entretanto, parece um sonho quase impossível: *“Chegar a Dono tu não chega não. Pode até ter um preço assim da maconha, o dono te dar um preço pra tu botar na tua área...”.* Para os jovens, chegar a Dono pressupõe níveis de alianças e conhecimentos que extrapolam suas relações cotidianas no interior da estrutura do tráfico, relacionadas a cargos subalternos, o que demonstra uma verdadeira transposição dos modelos convencionais de relação trabalhador/empregador.

Por sua vez, o Dono é aquele que, com mão-de-ferro, controla todo o ‘movimento’ nos morros e favelas. Quando seu prestígio e poder são muito

grandes, pode exercê-los mesmo preso. Em sua atividade, mistura traços de extrema violência e crueldade – punindo com o desterro e até mesmo com a morte qualquer um (inclusive moradores) que desobedeça a suas ordens – com manifestações de carinho para com os comandados que seguem à risca suas diretrizes. Sua figura, apesar de temida, tem o respeito da maioria dos jovens.

> *"O patrão trata na maior humildade. Trata todo mundo bem, só não pode errar. Trata eles melhor do que os patrões de uma firma aí, dessas aí... que acha que o trabalhador é trabalhador e patrão é patrão: muitos não dão nem confiança. Já na boca-de-fumo, não. Trata todo mundo na maior humildade mesmo. Mas se errar... só não pode errar, fala só pra não errar: seja sempre o certo."*

O que os jovens fazem com o dinheiro que ganham na 'vida no tráfico'?

Ao longo deste trabalho, convertemos boa parte dos esforços na tarefa de elucidar e criteriosamente apresentar uma série de eventos e situações que concorreram intensamente para que o tráfico de drogas assumisse tamanha proporção no Rio de Janeiro. A fala dos jovens, infelizmente, empresta viço a essas análises, narrando sem subterfúgios a forma e os momentos em que a sociedade, seguida e continuamente, negou-lhes chances, fechou-lhes portas, obstou-lhes os caminhos e encurtou-lhes horizontes. É muito cômodo criticar seu envolvimento e esbravejar rígidas punições sem indagar qual, como e por que uma sociedade exclui, negligencia, vilipendia e acua seus integrantes de tal forma que eles passam a encarar uma atividade criminosa como possibilidade de melhoria de suas condições de vida!

Adotando uma proposta um tanto quantificadora, é possível dimensionar que 46 (52,27%) jovens citaram a 'necessidade de ganhar dinheiro' como a motivação mais premente de sua entrada no tráfico, associando-a sempre à finalidade que desejavam obter ou consumir. Ao concretizarem essa opção, o tráfico passa a representar para eles o único meio capaz de satisfazer certas necessidades e desejos, ou de resolver seus problemas mais freqüentes.

Além disso, há que se levar em conta um dado bastante peculiar: o dinheiro que eles procuram no tráfico não tem como objetivo a acumulação – tão comum nos crimes de colarinho branco –, mas sim o consumo. Nas entrevistas, pudemos, sem muito esforço, conhecer o orgulho e a satisfação com que mostram as roupas da moda que 'compram' para ficarem mais bonitos, dos presentes que 'compraram' para as mulheres de que gostam ou das 'compras' que levam para casa:

"Eu comprava roupa e ajudava em casa sem que minha mãe soubesse a origem do dinheiro"; "Comprava uma porção de coisas para mim, roupas, chinelo"; "Comia na rua, ia no flipper*, no* shopping*"; "Comprava roupa de marca"; "Gastava com roupa, bebida e mulheres"; "Gostava de bijuteria, comprava relógio, roupa, tênis"; "Gastava com drogas, roupas e brinquedo para o filho"; "Ia pro baile, comprava roupa, bebida, comida e fruta pra casa", "Comia no McDonald's e Bob's"; "Gastava tudo com a minha filha"; "Comprava roupa e tênis"; "Mandava dinheiro pra família"; "Ia pro baile, pagode, festas e churrascos, andava de táxi..."; "Comprava hambúrguer, biscoito, danone, drogas e roupas"; "Com o dinheiro, eu ajudava em casa e saía final de semana"; "Gastava com mulher e hotel"; "Gastava o dinheiro com mulheres, roupas, amigos, ia pra baile, restaurantes e cabeleireiro"; "Comprava roupa, gastava também com mulheres, na obra da casa e comprava muita comida."*

Comprar aquilo que querem! Ir a uma loja de roupas em um *shopping center*, escolher as peças que mais lhe agradam, experimentá-las e adquiri-las são tão importantes e gratificantes para eles que por si só justificariam o risco que corriam no tráfico.

Haverá algum jovem que não se compraza diante de tal situação? Afinal, o consumo e todos os seus acessórios – fama, poder e *status* – são valorizados por ser uma característica distintiva de uma sociedade que diariamente bombardeia-nos com sua lógica mercantil: vista a roupa *A* para ficar mais bonito e ter sucesso profissional; beba refrigerante *B* para conquistar a garota que você deseja; use a vitamina *C* para ter uma vida saudável; dirija o carro *D* para ter uma vida com mais adrenalina!

A linguagem, direta e nada subliminar, abusa do uso de verbos que, apesar de distintos, encontram seu equivalente em outro: consumir. Mais que isso: a mercadoria a ser consumida (comprada, contratada ou alugada) é sempre de melhor qualidade que o serviço análogo prestado pelo poder público: escola, hospital, planos de saúde, moradia, serviços de luz, água...

Consumindo essas mercadorias, os jovens 'lavam' parte do dinheiro do tráfico de drogas e o injetam na economia formal, assegurando lucros para os empresários, a manutenção de postos de trabalho e a arrecadação pública de impostos. Tal aporte financeiro assume volumoso vulto: dos 55 que informaram sua renda semanal, 22 (40% destes e 25% do total) declararam que seu 'salário' – que era pago ao fim de cada dia – superava os R$ 500,00/semana; 15 (27,27% e 17,04%), que girava em torno de R$ 100,00 e R$ 200,00/semana; 4 (7,27% e 4,54%), entre R$ 300,00 e R$400,00/semana e 1, com R$ 100,00/semana. Os outros 13 relacionaram a sua remuneração às 'cargas' de drogas que vendiam, sem, no entanto, precisarem quantas eram, impossibilitando o cálculo do valor

semanal. No quadro a seguir ilustra-se as funções por eles exercidas para receberem tal remuneração.

Quadro 8 – Funções desempenhadas pelos atendidos na estrutura do tráfico de drogas – Sistema Aplicado de Proteção

FUNÇÃO	TOTAL
Vapor	45 (51,13%)
Gerência	19 (21,57 %)
Segurança	9 (10,22%)
Olheiro	2 (2,27%)
Endolador	2 (2,27%)
Abastecedor	2 (2,27%)

Fonte: Sistema Aplicado de Proteção aos Adolescentes Oriundos de Medidas Sócio-Educativas por envolvimento pelo Tráfico de Drogas, 1999.
OBS: Nove jovens não informaram o cargo que ocupavam.

Calculando-se de forma aproximada e sempre optando por valores menores em caso de remuneração variável, os 55 jovens anteriormente citados recebiam, semanalmente, a impressionante quantia de R$ 61.740,00, valor que à época equivalia a 453 salários mínimos! Ponderando-se, por um lado, que nenhum deles fez qualquer tipo de menção a guardar o dinheiro, economizá-lo ou acumulá-lo, afirmando gastar tudo o que ganham – hábito que Zaluar (1994) denominou ‘consumo orgiástico’ – e, por outro, que o pagamento pode ser revertido em drogas, é plenamente plausível considerar que pelo menos 50% daquele montante era utilizado para consumir no mercado oficial. Chega-se, então, a um valor de R$ 30.870,00 mensais, 227 salários mínimos, em compras.

Nesse momento, a sociedade valoriza-os. Trata-os com toda a pompa que os comerciais televisivos gastam para incorporar nobreza ao ato de comprar desvairadamente. Encara-os como consumidores, não mais de drogas, mas de suas ‘fetichizadas’ mercadorias oficiais e legais. O ar refrigerado do *shopping center* dissipa, por instantes, as barreiras: agora não importa investigar a origem do dinheiro, não interessa se eles moram em favelas. Não há problemas, desde que tenham dinheiro e disponham-se a gastá-lo no mercado.

Por mais que sejam trágicas, essas relações ocorrem a mancheias. Seu aprofundamento e estudo iluminam situações nebulosas, conduzem à

desvinculação da pobreza com a criminalidade e desnudam a forma como a sociedade de mercado pode invalidar, desprezar e desvalorizar o ser humano, mas nunca o seu dinheiro.

O tráfico de drogas e o dinheiro dele advindo despontam para esses jovens como meio de satisfazer necessidades socialmente construídas. Mesmo aqueles que não mencionaram motivações financeiras para se inserir no tráfico foram unânimes em afirmar que utilizam sua renda, prioritariamente (senão unicamente), no consumo de mercadorias legais.

Conforme elucida Marx (1987), as relações travadas na estrutura de uma sociedade capitalista impelem os indivíduos a saciar suas necessidades no âmbito do mercado, travestindo-os de consumidores. Ao mesmo tempo em que as necessidades são socialmente determinadas, essa mesma estrutura, por intermédio do processo de acumulação de capital, concentra as oportunidades e os meios de saciedade nas mãos de uma parcela de consumidores, negando a outra, ainda maior, tais possibilidades. No entanto, o movimento vital do mercado é de expansão e, por isso, não pode dar-se ao luxo de muito escolher quem irá participar de suas transações. A única barreira que erige é a exigência do passaporte dinheiro.

Na compreensão dialética dessa contradição, forjam-se as chaves que superam estereótipos, fecham-se portas que pretensamente interligam pobreza e criminalidade e abrem-se outras que descerram caminhos que conduzem à constatação que mais pujante e essencial que a necessidade do consumidor por dinheiro é a necessidade do mercado por capital.

Focalizemos o Rio de Janeiro.

Em 1998, a 2ª Vara da Infância e Juventude – Comarca da Capital, atribuiu Medidas Sócio-Educativas a 1.662 jovens que haviam cometido ato infracional análogo ao artigo 12 (tráfico de drogas da Lei de Entorpecentes). Mantendo-se as proporções de ganhos e gastos outrora dimensionadas, é possível estimar que tal contingente aplique mensalmente, no mercado legalizado, a estarrecedora quantia de R$ 932 mil.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer alguns pontos:

- só estamos levando em conta dados oficiais que contabilizam apenas os jovens que foram apreendidos pela polícia e passaram pelo juizado. Com isso deixamos de fora os adultos (maiores de 18 anos), desconsiderando estimativas policiais como a publicada na edição de 10/09/1995 do *Jornal*

do Brasil, que calcula que, no Rio de Janeiro, o tráfico contaria com mais de 100 mil pessoas;

- as cifras com que trabalhamos são referentes ao montante financeiro que acaba nas mãos daqueles jovens, que, conforme demonstrado, ocupam, em sua maioria, os cargos mais baixos da hierarquia do tráfico. Neste momento não ousamos especular quanto rende essa atividade para os que estão no topo, nem para aqueles que não fazem parte do setor de vendas, mas da distribuição internacional, na qual os lucros são incomparavelmente maiores;
- só estamos referindo-nos à 'lavagem' direta de dinheiro mediante o simples ato de compra de mercadorias, que, comparada às grandes negociatas, aos paraísos fiscais e à ciranda financeira, assume proporções ridiculamente ínfimas.

Retomando o raciocínio: que mercado seria capaz de desprezar um volume de dinheiro que, em um ano, ronda os R$ 11 milhões? Imerso na crise socioeconômica que há décadas fustiga o País, reduzido drasticamente pela fuga e o fechamento de inúmeras micro, pequenas e médias empresas, e brutalmente descapitalizado pela diminuição do poder aquisitivo da população, o mercado carioca certamente não o seria.

Eis o drama: a sociedade de mercado repudia aqueles que cometem o ato infracional ao mesmo tempo que sobrevive, deseja, anseia e estimula a multiplicação do dinheiro que eles obtêm. A situação desnorteia e as tentativas de resolução, tão complexas quanto dolorosas e prementes, devem ser objeto de estudo e debates, não apenas de intelectuais ou governantes, mas de todos os cidadãos.

Ao serem indagados sobre o que seria necessário para que um jovem não se envolvesse com o tráfico, as respostas parecem coroar a discussão sobre as possibilidades de vida que são restringidas:

> *"Terminando com o tráfico. Eu só vejo esta solução. Fazem uma porção de coisas e o tráfico continua. Não acho mais nada"; "Não tenho a mínima idéia. Eu não tenho pai; às vezes eu queria as coisas, eu não tinha. Minha avó, que me tratava superbem faleceu; tem gente que tem tudo e entra no tráfico, rouba carro. Então, não sei"; "Acho que a família ter uma renda familiar e ter um diálogo. Apesar de ter um monte de* playboy *no* Criam *que já rodou com o tráfico"; "Ele não morar perto da favela ou morro, ter pai e mãe"; "Não se misturar com as pessoas do tráfico"; "Ele precisa estar trabalhando e estudando"; "Trabalhar, ocupação"; "Ter o trabalho que gosta, uma escola"; "Praticar esporte, estudar, se divertir de outra maneira sem usar drogas: ir ao* shopping, *discoteca"; "O apoio e o conselho dos pais. Temos que escutar os conselhos. Não se misturar, procurar uma boa companhia e não se deixar levar por ninguém"; "Apoio, ajuda, condições*

financeiras, que a maioria dos jovens tem que ter roupa de marca. Falta de dinheiro"; "Estar estudando ou trabalhando, só isso"; "Ter um trabalho e ter todas as roupas que ela quer"; "Não se juntar muito. Ficar sempre com dinheiro no bolso. A mãe tem sempre que se virar para dar dinheiro pro filho, senão 'eles pode' entrar pro tráfico"; "Preencher todo o espaço vazio de manhã, à tarde e à noite"; "Ocupar mais o seu tempo, na comunidade. Na favela, o adolescente fica vendo as armas e o dinheiro do tráfico"; "É necessário ele não usar drogas, não se envolver com as pessoas que conheçam traficantes e a família dar apoio necessário ao adolescente em termos de dinheiro, afeto, de conseguir um trabalho para ele. A família tem que dar exemplo"; "Dar trabalho para ele ganhar dinheiro e ocupar a mente dele. Botar ele para sair, andar, caminhar e correr atrás dos seus objetivos."

Como a Polícia e o Sistema Socioeducativo Inserem-se na 'Vida no Tráfico'?

A relação com os policiais é um dos pontos mais preocupantes de todos, sendo marcada não apenas por tiroteios, mas por uma inexplicável violência física por parte daqueles que são remunerados (mal, o que não justifica em nada as agressões) com dinheiro público para manter a ordem e não para decidir sobre a vida de ninguém. Dos 88 jovens, 55 (62,5%) declararam ter sofrido violência em suas apreensões, contra 26 (29,55%) que não passaram por essa situação, enquanto 7 não informaram.

A lista das agressões é tão gritante e hedionda que faz corar qualquer torturador da Operação Condor:

"Eram mais de seis policiais e eu estava sozinho"; "Paulada, chute, pisam na cabeça, tijolada, porrada na costela..."; "Madeirada, chute na barriga, na canela, paulada nas costas, chegava a ficar inchado"; "Espancamento nos órgãos genitais e estômago"; "Soco, chute, saco na cara, choque" "Paulada, arame na minha cabeça"; "Fuzil na cara, tapa na cara. Cuspe na cara, choque"; "Me deram chute, porradas e pegaram na pistola para me matar lá, sorte que a minha arma era de brinquedo."; "Socos, chutes, bico, colocaram saco na minha cabeça, me deram choque, me empurraram de barranceira arrastando, me viraram de cabeça para baixo e enfiaram a cabeça num balde"; "Me levaram para a Praia da Luz, em São Gonçalo, me colocaram de joelhos dentro do mato e apontaram o fuzil para me matar. Botaram um pneu e jogaram gasolina para eu ficar com medo"; "Paulada, soco na cabeça, no ouvido, rosto, dentes, choque, tentaram me enforcar com um saco plástico"; "Porrada, chute, queimadura com cigarro, esculacho..."; "Espancamento, coronhada, chute, 'perna de três'"; "Na primeira vez deram um tiro perto do meu ouvido, chutes e tapa na cara"; "Soco na cabeça, pisão, apertar o pescoço na porta, bico"; "Apanhei de cabo de pistola. Tapa na cara, chute na canela, torceu a camisa"; "Soco na cabeça, submarino (algemam os braços para trás e colocam a cabeça em um latão cheio d'água), na delegacia"; "Cuspiram dentro da minha boca"; "Passaram o canivete no corpo, bateram, enforcaram, enfiaram os dois dedos no olho. Bater com o punho fechado na nuca e no pé do ouvido, martelada na cabeça"; "Colocaram um saco

na minha cabeça (submarino), algemaram, colocaram minha cabeça dentro de um latão com água e tentaram me jogar da laje"; "Eu já apanhei tanto de policia que eu nem sinto mais dor. Eles batem de arma, bico, chute, soco, pedaço de pau, tijolada nos peitos."

Graves também são as denúncias de extorsão:

"Essa vez foi a primeira vez que eu fui preso. Outras vezes eles me pegaram, mas a gente dava dinheiro, eles soltava a gente. Mil reais... Quando eles pede dinheiro, eles fala assim: 'Não vai ter papo não?' No caso, o papo é dinheiro. Aí era mil reais pra mim, que era um vapor. Agora, se eles pegasse uma pessoa com um cargo maior era cinco mil, três mil, dependendo... Pra arrumar esse dinheiro a gente entrava em contato e eles pagavam porque, vamos dizer, a gente já era mais chegado assim como tráfico. Quando não pagava, eles levava pra dura, ou senão matava. Isso que eles faziam. Batiam muito pra poder cagüetar, mas a gente não cagüetava nada, aí então leva a gente preso. Dessa última vez, eles me bateram muito, aí depois que eles vieram pra cima: 'agora que vocês me esculacharam não tenho dinheiro não, me leva logo! Me matar vocês não vão porque tem um monte de pessoas olhando, um monte de morador me olhando'. Era de dia e eles não ia poder me matar. Aí foram e me levaram preso."

O que comentar?

Além do contato com a polícia, o poder público fez-se presença constante na vida desses jovens, através das instituições responsáveis pelo cumprimento das medidas socioeducativas. As lembranças de tal período são tão ou mais repudiadas do que a própria passagem pelo tráfico.

Quadro 9 – Passagem dos adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo – Sistema Aplicado de Proteção

Padre Severino

- *"Ih, lá é vera, todo mundo lá é ruim, não dá muito pra mim explicar, só indo mermo lá pra ver. A porrada come";*
- *"Os caras lá dava porrada nos menor porque não podia botar a mão pra frente, não podia fazer nada, aí nós ficava assim, com a mão pra trás. De vez em quando eu esquecia, botava a mão pra frente, aí tomava dos caras, vinha dar tapa na minha cara, eu falava: 'Tá tranqüilo'. Não falava nada não, ficava, botava a mão pra trás";*
- *"Foi ruim, nunca tinha passado uma experiência assim. É Horrível. Os munitor tratava malzão. Dá tapa na cara. Eu nunca levei, por que eu nunca dei motivo, mas cansei de vê lá, dando tapa na cara dos outros, esculachando. Tipo assim... tá todo mundo sentado, sem querer o moleque tá falando com o outro ali do lado, pôrra pô! Já vem e dá tapa na cara. Ou então tem que andar com a mão pra trás, sendo que, se você tirar a mão só pra ajeitar a camisa, toma tapa na cara";*

Quadro 9 – Passagem dos adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo – Sistema Aplicado de Proteção (continuação)

- *"Lá dentro nêgo bate, tem que andar certinho. Não pode nem falar muito. Senão os munitor dá um pau. De noite não pode nem falar alto. Senão eles baixa o pau. Tem horas que os moleque fica brigando lá à toa, brigando, ele tira o alojamento todinho assim e bate em todo mundo. Mesmo quem não tava eles bate também".*

Muniz Sodré (atual Santo Expedito)

- *"É pior do que o Padre. Bate mais ainda, tem tipo aquele remo de barco. Eles bate, bota palmatória pra bater na mão. Não pode fazer muita zoada, e não pode brigar. Zoou, o pau come. Lá tem que andar em fileira certinha. Não pode sair da fila. Não pode falar com os outros garotos das outras galerias. Senão o pau come";*
- *"Era mais rigoroso ainda do que o Padre. Porque lá era um inferno, lá era um inferno só. Lá era um inferno mesmo. Lá era mesmo mil vezes pior que no Padre Severino. Era espancado pelos agentes, pelos menor, por todo mundo";*
- *"E quando que eu cheguei lá, o cara falou: 'neguinho, cê rodou no quê?' Falei: 'rodei no tráfico de drogas'. Aí ele: 'É, rodou no tráfico de droga, né? Tá bom, você vai conversar com seu sacode, vem cá pro quartinho comigo'. Chegou lá no quartinho, o quarto todo apagado, ele foi trancou a porta, pegou o maior pedação de pau. Eu falei: 'o que é isso seu safado'? 'Oh, todo mundo que passa por aqui tem que ganhar umas porradinha de seu sacode, aqui é Muniz, aqui é Bangu, Muniz Sodré, veio pra cá porque não tava fazendo..., não tava à toa, então oh, neguinho, pára muito com essa conversa fiada, antes que eu quebre esse pau aqui na sua cara".*

CRIAM

- *"No CRIAM eu fiquei em Liberdade Assistida. É só assinar e ir embora pra casa. Chegava uma hora e saía de lá só cinco hora. Eu ficava lá conversando com a técnica. Eles tentava arrumar lá, o negócio lá, é esses curso, mas não conseguia nada. O CRIAM não ajuda em nada, não. Pra mim, eu acho que o CRIAM ali não ajuda em nada";*
- *"No CRIAM eu fiquei seis meses. Meu dia era todo dia a mesma coisa. Acordava cedo, ia pra escola de manhã, aí voltava de tarde, assim uns meio-dia, voltava... Aí ficava no CRIAM, andando, pra lá e pra cá, eu não tinha nada pra fazer. E fazia vassoura, não fazia curso não, fazia vassoura lá. Fazia um montão de vassoura lá pra vender no CRIAM, mas eu não ganhava dinheiro nenhum não";*
- *"...Se é que nem o Padre ali? Pô, muito mole... a maior regalia, a maior bagunça... nêgo entrava com maconha, faziam o que quisessem lá dentro";*
- *"Ficava largado, não fazia nada o dia inteiro";*
- *"Nada me ajudou porque lá eu também só pensava em voltar para o tráfico, só pensava em roubar, em matar, pensava as mesmas coisas que eu pensava quando eu tava no tráfico, eu pensava no CRIAM".*

Conforme constatamos nos depoimentos, a passagem pelo Sistema Socioeducativo, sobretudo nas instituições responsáveis pela triagem e privação de liberdade, em pouco ou nada contribuiu para a ressocialização dos jovens. Lembremos que, de acordo com o ECA, tais instituições deveriam apenas limitar o direito de ir e vir desses indivíduos. No entanto, direitos básicos como ser tratado com respeito e dignidade; ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; habitar alojamento em condições de higiene e salubridade; receber escolarização e profissionalização e realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, são-lhes claramente negados, sem contar a truculência dos monitores, o que proporciona uma revolta ainda maior perante o poder público, o que nos leva a contestar a contribuição de tal atendimento no processo de (re)socialização dos jovens.

Outro fato constatado é que, mesmo alocados nas instituições, os jovens continuam tendo contato com os signos e os símbolos do tráfico de drogas. São inúmeros os relatos que dão conta da divisão de dormitórios de acordo com a facção criminosa a qual pertencem, o confronto entre elas e o consumo de drogas. As 'leis do tráfico' também são válidas nas instituições, o que demonstra que, na maioria dos casos, o afastamento do 'movimento' é apenas momentâneo e geográfico:

> *"No Criam era assim: dois alojamento. O alojamento do Comando e o do Terceiro, que era pra não arrumar briga (...) Aí cê tinha dois dormitórios. Botavam a facção que é Comando em um e Terceiro no outro, que era pra não dar briga de novo. Se juntasse tinha briga. Claro, é guerra de tráfico!"*

A experiência vivida nas instituições de atendimento, além de pouco eficiente, contribuiu para que os jovens tivessem receio de ingressar em um novo projeto, o que representou uma barreira a mais a ser transposta pelo profissionais envolvidos no Sistema Aplicado de Proteção:

> *"Pô, no começo eu não queria vim não, porque eu ainda tava revoltado"; "Nem queria vim, pensando que era a mesma coisa que o Criam"; "Eu pensei que era pra ficar preso, né?! Aí eu falei assim: 'pô não vou ficar nem uma semana lá, vou embora'."*

O próximo capítulo é destinado à análise de um componente específico da 'vida no tráfico', sem o qual sua compreensão estaria incompleta: as implicações na saúde advindas dessa participação. Preservando a coerência com a linha de estudo e investigação até aqui adotada, serão mantidos os mesmos procedimentos teórico-práticos, encarando-se mais uma vez os depoimentos como condutores da narrativa e, conseqüentemente, de sua análise. O leitor logo perceberá que procuramos distanciar-nos de uma concepção mais hermética, que concatena 'saúde' apenas com a ausência de doenças, para aproximar-nos de seu conceito

mais amplo e socialmente determinado, a fim de demonstrar que os agravos impostos àqueles jovens extrapolam a esfera pessoal, acumulando-se e avolumando-se em um movimento complexo que abarca desde seus familiares até à própria sociedade.

4

'Coração de Bandido é na Sola do Pé':

implicações na saúde dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas

Extraída de contundente depoimento de um dos jovens entrevistados, a sentença que intitula este capítulo foi proferida com o intuito de ilustrar as tensões e os riscos com os quais ele havia convivido durante o período em que esteve inserido na estrutura do tráfico de drogas. Ao produzir uma metáfora tão tragicamente bela e esclarecedora, ele consegue elaborar e transmitir uma síntese de suas sensações, vivências e experiências, revelando, mesmo que subliminarmente, indícios do impacto e das implicações destas sobre sua saúde.

A despeito da clareza e justeza de tais ilações, várias vezes engendradas por ele e pelos outros jovens, esse tema específico não proliferou de forma espontânea em suas falas, tendo aflorado, na maioria dos casos, em momentos nos quais os entrevistadores procuravam abordá-lo. De fato, dentre os vários aspectos e dimensões que caracterizam a vida dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção, aqueles que dizem respeito à repercussão em sua saúde das atividades exercidas no âmbito do tráfico de drogas são, provavelmente, os que despertam menos debates e polêmicas. Infelizmente, essa aparência consensual decorre, em considerável proporção, de uma atitude negligente que

apresenta um duplo e interativo viés, partindo ora dos próprios jovens, ora de determinados segmentos da sociedade.

No que concerne especificamente aos jovens, essa negligência constitui-se, em um primeiro momento, em decorrência óbvia do simples desconhecimento e ignorância acerca das possíveis implicações que a participação no tráfico de drogas possa exercer sobre sua saúde. Não sendo estática, essa relação tende a complexificar-se à medida que tais impactos passam a ser sentidos e constatados, mas mesmo assim não se conformam em motivos suficientes para afastá-los das atividades ilícitas ou mesmo motivar preocupações e cuidados mais diretos.

Diante de tais situações, eles parecem introjetar os riscos, assumindo uma postura que os naturaliza, transformando-os em rotina ou associando-os à vida dinâmica, movimentada e 'glamourosa' que desejariam levar:

> *"Eu morria de medo, mas tinha que aceitar. Tinha que ser valente, encarar as coisas assim de frente, de perto. Não é aquelas coisas assim de longe, que a gente só tá vendo. Tem que acontecer com você também. É mais emoção, assim você aprende na vida."*

Guardadas as devidas proporções, essas posturas em muito se assemelham e encontram par nas diariamente adotadas por extensas parcelas de cariocas. Afinal, 'aceitar' e 'encarar de frente' a atividade que exercem, relegando os riscos à saúde, não é um triste privilégio dos que estão envolvidos com o tráfico de drogas. Um imenso contingente de laboriosos cidadãos assim procede, uma vez que, para eles, essa é a única forma de sobreviver. Dispensando os tradicionais exemplos do sisal e dos carvoeiros, que por suas características rurais, às vezes parecem tão longínquas, podem-se incluir nessa lista atividades tipicamente urbanas, como a do faxineiro do condomínio, que descarrega lixo sem luvas e botas e lava corredores imensos e fechados com produtos químicos altamente tóxicos em troca de um 'adicional de insalubridade' de 20% do salário mínimo e o do funcionário da padaria, que assa e desossa o saboroso 'frango quentinho' e expõe-se diariamente a variações térmicas que vão de -10 ºC a 100 ºC.

Atendo-se ao pólo da aventura, emoção e, no dizer dos próprios entrevistados, *"da adrenalina"*, a procura deles, ao que parece, não difere em muito da empreendida por outros jovens que, independente da origem de classe, ambicionam encontrar diversão e prazer nos 'esportes radicais' ou em atividades também criminalizáveis como 'pegas de carro', confronto entre lutadores de jiu-jítsu, brigas de torcidas de times de futebol e depredação de danceterias e bares da moda.

Se desejássemos expandir-nos nesses prolegômenos, poderíamos adentrar – sem adotar posições moralistas – por uma controversa temática, na qual a negligência com a saúde provavelmente atinge um número maior de pessoas que, mesmo reconhecendo a gravidade da situação, relutam em abandonar seus posicionamentos e atitudes: fumantes inveterados; maus hábitos alimentares; bebida em demasia; vida sedentária; automedicação; a procura de auxílio médico somente em momentos de crise; e a negativa de seguir as prescrições médicas e tomar remédios de acordo com a posologia.

Levando-se em consideração o conjunto desses exemplos, é possível compreender que o desinteresse dos jovens entrevistados para com sua saúde encontra respaldo em um comportamento socialmente elaborado, que abrange, em maior ou menor grau, significativa parcela da população, denotando um ritmo de vida estressante, que reduz tempo, espaço e oportunidades para que os cidadãos dediquem-se a investir em existência mais saudável.

Apesar disso, existe um tipo específico de atitude negligente que parte univocamente de certos setores da sociedade, confundindo-se com a raiva e o rancor com que (des)tratam os que cometem ações delinqüenciais. Partidários da repressão absoluta, os que adotam tal proceder parecem querer desumanizar os cidadãos contra os quais voltam sua ira, negando-lhes, inclusive, o direito de ter problemas com a saúde. Demonstrando total desprezo à condição humana e seus direitos, ignoram situações tão graves como a superlotação e os maus-tratos infligidos a presos e jovens infratores com medida de privação de liberdade, ajuntando argumentações que funcionam conforme a lógica da inquisição: se eles fizeram outros sofrerem, têm de pagar com o próprio sofrimento. Expiar sem poder reclamar. Das várias formas de negligência aqui destacadas, essa provavelmente é a que mais danos causou à saúde dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção.

Nesse denso e problemático contexto, as implicações negativas da participação no tráfico de drogas na vida daqueles jovens tendem a tornar-se cada vez mais nítidas, volumosas e diversificadas à medida que se supera uma concepção de saúde lastreada na mera ausência de doenças e aproxima-se da construção e efetivação do chamado 'conceito ampliado', afirmado em 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde:

> Em sentido mais abrangente, a saúde é o resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer,

liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

Adotando-se tais parâmetros, agrega-se uma nova dimensão analítica ao 'perfil' anteriormente elaborado, uma vez que sua capacidade de revelar os problemas e dificuldades que permeiam e transpassam a vida daqueles jovens constitui-se também um indicador de suas condições de saúde, apontando, já naquele momento, que, antes mesmo de eles se inserirem no tráfico de drogas, a violência estrutural debilitava-as consideravelmente.

Paradoxalmente ao desdém e à ineficácia das políticas públicas, o Brasil é, segundo Duchiade (1995), um dos poucos países a ter incorporado em seu arcabouço legal propostas tão abrangentes e progressistas como as que permeiam o 'conceito ampliado' – enfaticamente defendidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada no ano de 1978 em Alma-Ata, antiga URSS –, plasmando-as tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na Lei Orgânica de Saúde de 1990:

> A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Constituição Federal, Art. 196)

> A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a saúde, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica de um País. (Lei Orgânica da Saúde)

Assumindo a vanguarda desse processo, os estudiosos e pesquisadores ligados à saúde pública consolidaram um campo de atuação e intervenção ao debruçarem-se sobre o crescimento dos índices de morbi-mortalidade por causas externas, que, no decorrer da década de 80 do século XX, patrocinaram um quadro de transição epidemiológica no qual a violência, sobretudo o homicídio, passou a representar, a partir de 1989, a segunda causa de óbitos do País, abaixo apenas das doenças cardiovasculares.

No âmbito institucional, coube ao Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), um papel determinante para o desenvolvimento dessa perspectiva. Ao promover uma proposta de atuação interdisciplinar envolvendo pesquisadores dos departamentos de ciências sociais e de epidemiologia da Escola Nacional de

Saúde Pública (Ensp), os pesquisadores foram capazes de desenvolver e produzir uma série de pesquisas e estudos que demonstraram e afirmaram a violência como objeto de investigação da saúde pública:

> embora no campo a violência das relações de poder, de propriedade e de sobrevivência esteja ceifando muitas vidas de crianças e jovens, é nas cidades, particularmente nas grandes metrópoles, que a morbi-mortalidade por causas externas se constitui no problema nº 1 de Saúde Pública para adolescência. (Minayo, 1990)

Nesse contexto, a saúde pública pôde acompanhar e identificar a intensificação do poder do tráfico de drogas, trabalhando-o basicamente como um componente dessa violência, compreendendo-o em algumas situações como um de seus determinantes –"em termos da conjuntura social da década de 80 podem ser relacionados ao aumento das taxas de homicídio nas grandes regiões metropolitanas... a consolidação da organização do crime... (que) evoluiu organizando-se em torno do narcotráfico" (Souza, 1994) – e em outras como uma de suas manifestações: "embora a ação do narcotráfico não possa ser compreendida de forma reduzida como delinqüência de 'marginais e bandidos' dos morros e periferias, as suas maiores vítimas e os sujeitos alvo de seu recrutamento são os que hoje engrossam as estatísticas de homicídios" (Souza & Minayo, 1995).

Partindo desse marco histórico-conceitual, procuramos analisar de forma mais aprofundada as implicações na saúde dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção advindas de sua inserção na estrutura do tráfico de drogas, contribuindo para retirá-las daquele estado de negligência anteriormente aludido. Procedendo dessa forma, pretende-se também evidenciar que a abrangência e extensão dos agravos extrapolam os limites pessoais e individuais, caracterizando o tráfico de drogas – sobretudo no que diz respeito à inserção de jovens em sua estrutura – como objeto de estudos da saúde pública.

O processo de construção dessa proposta encontra seu ponto primeiro na *Declaração Política* dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em junho de 1998, subscreveram:

> Drogas destroem vidas e comunidades, minam o desenvolvimento humano sustentável e geram crime... afetam todos os setores da sociedade em todos os países. Em particular o abuso de drogas afeta a liberdade e o desenvolvimento da juventude, o mais alto valor do mundo. Drogas são uma grave ameaça para a saúde e bem-estar de toda a humanidade, para a independência dos Estados, a democracia, a estabilidade das nações, a estrutura de todas as Sociedades e para a dignidade e esperança de milhões de pessoas e suas famílias.

A congruência dessa iniciativa com as posições expressas no conceito ampliado de saúde é considerável. Em ambos os casos fica patente o reconhecimento da necessidade de extrapolarem-se esferas de compreensão e intervenção limitadas e centralistas, expandindo-se paradigmas e promovendo o intercâmbio de diferentes propostas, atitudes e concepções. Em derradeira instância, resgatam o sentido de complexidade do processo histórico e da própria existência humana, concordando que eles não se cristalizam em um 'jogo de soma zero' e que o aprofundamento de sua compreensão vincula-se à capacidade de interação e debate dos múltiplos e diversos setores específicos que o investigam.

No tocante ao enfrentamento do tráfico de drogas, a admissão da magnitude do problema poderia, por sua premência e importância, transformar-se em fator aglutinador, propiciando uma prática democraticamente enriquecedora, capaz de viabilizar a organização de amplos e plurais espaços de debates. Esses fóruns teriam como objetivo a elaboração de estratégias de intervenção cooperativas e abrangentes, situadas em torno de propostas que conjugassem a prevenção, o combate, o tratamento e a reabilitação, ao respeito pelo ser humano.

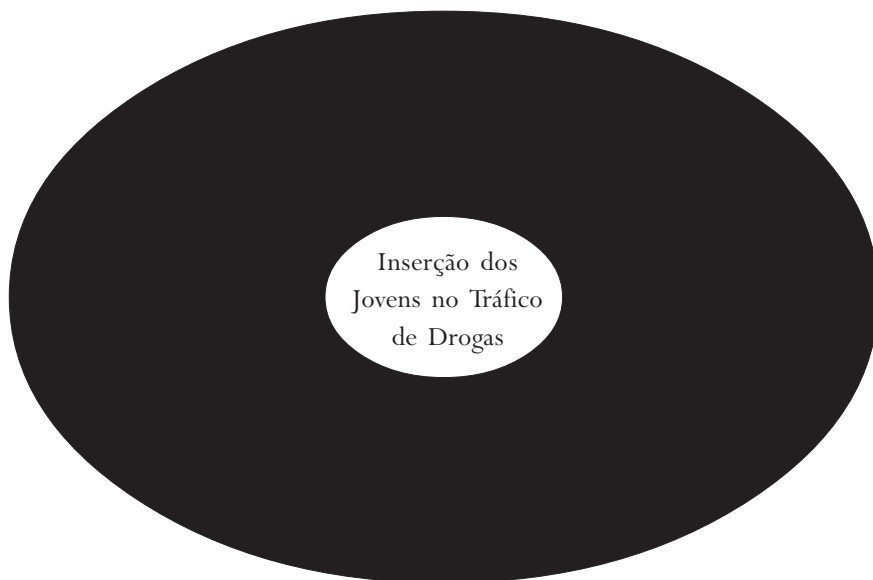
Faz-se necessário investir em uma postura propositiva que, sem subestimar ou negar importância ao papel da repressão ao tráfico de drogas, dilua seu protagonismo e promova a efetivação do diálogo entre os diversos segmentos e setores da sociedade que se preocupam em estudar, compreender e intervir sobre os problemas que essa atividade ilícita acarreta na vida dos cidadãos.

Agindo dessa forma, torna-se viável a promoção de políticas públicas que não se contentem apenas em interceder em situações extremadas, nas quais as possibilidades de resolução já foram muito desgastadas e, mesmo que sejam efetivadas, guardam sempre a possibilidade de que seus efeitos colaterais agravem ainda mais os problemas.

A prioridade dos esforços – e até mesmo dos recursos – deve ser destinada a intervenções que tenham como objetivo principal a prevenção e, no caso específico da saúde, a sua promoção, evitando-se com isso o avolumar de vulnerabilidades que restringem as possibilidades de escolha e defesa de grandes parcelas da população. Deve-se procurar investigar as questões ligadas

> à tessitura estrutural e social da cidade... não se pode mais falar do indivíduo, ou mesmo tratar o indivíduo sem considerar os inúmeros aspectos dos quais depende vivendo na sociedade. Uma compreensão de cidade e urbanidade onde todos os processos estão inter-relacionados aliada à 'nova' compreensão de saúde, que traça os parâmetros da cidade saudável. (Xavier, 2000)

Neste trabalho, o cerne de tal proposta reside no elevado potencial de capilarização, aliciamento e associação do tráfico de drogas: dificilmente haverá na sociedade contemporânea uma atividade que reúna maior capacidade de irradiar suas manifestações por tão variados setores. Esse espraiar confere-lhe uma propriedade análoga de promover diferentes implicações na saúde de seus integrantes, dentre as quais as mais visíveis são as que se refletem nos elevados riscos de mortalidade daqueles que, inseridos em sua estrutura, participam diretamente do comércio varejista das drogas. Contudo, uma análise mais detida, baseada no depoimento dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção, revela que os problemas são muito mais abrangentes, numerosos e importantes, relacionando-se e abarcando as seguintes situações, demonstradas na figura seguinte:

Figura 1 – Inserção de adolescentes no tráfico de drogas: problemas causados à saúde e à sociedade

Fonte: Pesquisa de Campo DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2000.

Visando explicitar as especificidades e inter-relações que compõem e movimentam esse preocupante conjunto de implicações na saúde, apresenta-se, a seguir, uma análise de cada um de seus momentos. Há que se ressaltar que a opção por uma 'topicização' das implicações atende, primordialmente, a uma

necessidade didático-pedagógica, já que na vida dos que foram atingidos, não se impuseram de forma estanque e linear, mas imiscuiram-se, sobrepondo-se e, sobretudo, interagindo.

Implicações Ocasionadas pelo Consumo de Drogas

Conforme já discutido no capítulo atinente ao 'perfil', a inserção na estrutura do tráfico e o consumo de drogas estão direta e intrinsecamente vinculados, constituindo-se procedimentos e atitudes que constantemente interagem e retroalimentam-se, gerando uma espiral de dependências – orgânicas, pessoais e sociais – que aprofunda cada vez mais o envolvimento desses jovens com aquela atividade ilícita.

Ao enveredar-se por esse campo de análise, faz-se estritamente necessário promover uma distinção entre a tradicional categoria 'usuário de drogas' e a de 'consumidor de drogas' que aqui é trabalhada, evitando-se com isso possíveis incompreensões e mal-entendidos.

A categoria 'usuário' diz respeito, basicamente, às relações que envolvem a ingestão da droga – seja aspirada, fumada e/ou injetada – e os objetivos que envolvem esse ato. Assim, sua pertinência explicativa desponta nitidamente quando se abordam situações ritualísticas como a dos shahori yanomami e até mesmo as festividades e os eventos promovidos pelos adeptos da contracultura e do movimento *hippie*. No entanto, ela não consegue dar conta das relações de mercado que atualmente permeiam a questão das drogas.

Nesse sentido, a categoria 'consumidor' se configura como a mais adequada, justamente porque consegue situar-se tanto no âmbito do ato ingestor, englobando também as relações finalísticas de quem o executa, quanto na complexidade do mercado ilícito e criminalizado no qual o tráfico de drogas hoje constitui-se.

Relembre-se que, para muitos daqueles jovens, as drogas representaram uma das principais motivações para sua inserção no tráfico, opção que passou a ser encarada também como eficaz estratégia para a elas ter acesso. Investidos em seus cargos e funções na hierarquia varejista, eles travam um contato direto com o objeto de seus desejos, recebendo a opção de serem remunerados não apenas financeiramente, mas também com seu equivalente em drogas.

Em situações como a descrita, as drogas agregam a seu valor de uso um valor de troca, transformando-se em um tipo especial de mercadoria, que possui como característica peculiar o fato de acondicionar às dependências físicas e psíquicas características de seu valor de uso, uma dependência social, política e econômica, advinda de seu valor de troca. Essa 'dupla dependência' assume papel central na vida daqueles jovens, obstaculizando sua saída do tráfico e causando graves implicações em sua saúde.

A dependência física caracteriza-se por ser um estado em que, se ocorrer uma privação da droga, o organismo desenvolverá uma reação característica, conhecida como 'síndrome de abstinência', que independe da vontade do indivíduo e pode ser revertida total e rapidamente pela administração da droga, potencializando a vontade de consumi-la. Já por dependência psíquica, compreende-se a situação em que o indivíduo sente um impulso irrefreável que exige o uso da droga para produzir prazer ou evitar o mal-estar, indicando a existência de alterações de personalidade. Se bem que ambas possam ser classificadas como fenômenos distintos, em geral a primeira faz-se acompanhar da última, representando um obstáculo ao tratamento desta (Tancredi, 1982).

As elevadas proporções de consumo de drogas entre os jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção – 52,3% deles afirmaram fazê-lo diariamente e em proporções que variam de duas a seis vezes – indicam o nível de dependência que eles haviam desenvolvido e o quanto a droga penetrou em suas vidas, tornando-se uma prioridade:

> *"Eu me viciei e não consegui parar"; "Eu não consegui parar ainda. Estou sem força de vontade. Mas quando eu quiser eu paro."; "Eu usava todo dia e fui acostumando. Aí eu tinha que continuar usando."; "Eu gostei desde a primeira vez que usei. Eu me amarrei. Fiquei louquete. Não consigo me controlar, não me ponho no lugar"; "Comecei a usar por curtição, por farra. Aí, depois, o uso foi aumentando. Aí eu usava todo dia, toda hora. Me sentia bem com a onda que sentia. Aí tive de continuar usando sempre."*

Levando em consideração esse consumo constante, Masur & Carlini (1989) esclarecem e explicitam as diferentes formas de prejuízos que a ingestão de cocaína e maconha podem trazer à saúde dos indivíduos, dimensionando-as conforme o quadro a seguir.

Quadro 10 – Implicações do uso de cocaína e maconha

	COCAÍNA	MACONHA
Risco* de Doenças	• Emagrecimento profundo, a ponto de produzir debilitação geral do organismo; • Insônia; • Lesão grave da mucosa nasal; • Maior suscetibilidade a convulsões.	• Prejuízo da memória, principalmente para eventos recentes; • Alterações hormonais reversíveis: queda nos níveis de testosterona e diminuição na taxa de espermatozóides; • Existem dados na literatura internacional – tanto experimentais quanto clínicos – que sugerem ser bastante provável o potencial cancerígeno.
Síndrome de Abstinência	A parada abrupta do uso continuado, além do intenso desejo de usá-la – a popular 'fissura' –, pode provocar: • muito sono; • cansaço; • aumento do apetite; • depressão.	• ansiedade; • irritabilidade; • diminuição do apetite e insônia.
Overdose	• O risco é grande. Alterações profundas no sistema nervoso central, podendo levar à morte por convulsões, crises de hipertensão, hemorragia cerebral e ataque cardíaco.	• Perigo muito baixo ou nenhum, porque o risco de altas concentrações de maconha atingirem funções vitais é mínimo; • O que pode acontecer é que, em doses altas, podem persistir por muito tempo distorções perceptuais.
Incapacitação Social**	• Negligência com os cuidados básicos consigo próprio, em relação ao trabalho e às relações afetivas; • A busca de condições para conseguir a droga – obter dinheiro e encontrar o revendedor – passa a ser a preocupação dominante; • Estado constante de irritabilidade e sentimentos persecutórios: paranóia, enorme e indescritível medo sem razão aparente, podendo levar a manifestações de violência.	• Ainda que existam pessoas que a utilizam com tal freqüência e apego que se torna difícil a coexistência de atividades produtivas ou mesmo relacionamentos afetivos, esse tipo de situação é muito menos freqüente.

Fonte: Masur & Carlini (1989).

* "Risco engloba tanto a probabilidade da ocorrência como o número e a gravidade dos problemas".

** "Dificuldades no relacionamento interpessoal, que afetam áreas tão diferentes como relações familiares, profissionais e escolares. A incapacitação social ocorre como decorrência de alterações psicológicas causadas pela droga, bem como da própria dependência a que a droga leva".

Os problemas não param por aí. Parece ser impossível que aqueles que apresentam tais níveis de dependência deixem de consumir drogas enquanto estiverem inseridos no tráfico, especialmente se ocuparem a função de vapor. A proximidade e o volume de drogas que passa por suas mãos, o contato direto, diário e a todo momento com outros consumidores e a própria rotina perigosa dessa atividade tornam-se obstáculos praticamente intransponíveis para que algum tipo de tratamento surta efeito. Para eles, deixar de ser um consumidor está intimamente vinculado ao abandono do tráfico de drogas, atitude estreitamente ligada à obtenção de apoio e de reais condições para uma redefinição de sua própria existência.

Em momentos como esses, nos quais a possível ruptura com o tráfico pode tornar-se uma realidade, evidencia-se uma nova forma de dependência, não mais ligada ao efeito das drogas, mas sim às relações econômicas que se desenrolam no interior desse mercado ilícito. Com a exacerbação do consumo, muitos jovens passam a retirar da 'carga' destinada à venda uma quantidade de drogas superior à que equivaleria sua remuneração. Como a contabilidade do tráfico é diária, a defasagem logo é constatada, originando uma dívida que deve obrigatoriamente ser paga. A repetição do desfalque faz que o indivíduo seja mal visto por seus superiores hierárquicos, que podem determinar espancamentos e torturas como forma de evitar o avolumar do 'derrame', ou ainda, decidir que este deve ser pago com a própria vida de quem o causou. Quem deve, não pode sair do tráfico:

> *"Ser bom no tráfico é vender, não dar mole. Deve prestar conta. Tudo certinho! Pra permanecer no tráfico é só tu ir mostrando na prática: vender bem, prestar tudo certo para os caras ir pegando confiança em tu. Pra sair é só falar que não quer mais, que quer trabalhar, que arrumou emprego. A não ser se você tiver devendo, aí vai ter que ficar até pagar. A pessoa faz dívida dando mole, cheirando. Aí fica devendo, vai acumulando, acumulando, acumulando. Ou então perdendo alguma coisa, é um revólver, uma pistola. Aí tu vai ficando... dívida, dívida, dívida! Até uma hora que eles falarem: Paga!... Tem uns que nem procura, já mata logo. Quando a pessoa não se dá com eles, ainda dá mole, aí o cara mata logo. Em morro, ainda tortura antes de matar. Agora, quando é no asfalto, eles não tortura não, mata logo."*

Endividar-se no tráfico de drogas é muito mais comum do que se possa imaginar. A rotina de confrontos com inimigos e policiais torna corriqueira a perda das armas e o abandono das drogas, e o risco de vida não funciona como álibi, já que as perdas serão cobradas:

"A pessoa entra pensando que é mil maravilhas, quando chega lá é atirado como bucha, fica de bucha para os outros. Não ganha dinheiro e quando vê já tá devendo à boca. Acontece muito isso. O novinho que entra não sabe qual é o ritmo. Aí eles vai e bota esse de bucha. No primeiro dia que entra dá a arma na mão dele, pra ele sentir que já tá no bonde. Mas não é isso ainda. Vai pensar que é do bonde e vai ser passado para trás. Sempre é assim."

As dependências interagem. Não conseguindo sair do tráfico, o jovem consumidor mantém, ou mesmo exacerba, seu vínculo com as drogas, sofrendo com os efeitos e implicações que cada vez mais debilitam sua saúde. Interessante notar que quando indagados sobre o que acham das pessoas que consomem drogas, os jovens logo demonstram consciência dos males que são causados à saúde, destacando a necessidade de parar:

"Deveriam receber um tratamento"; "Eles precisam de se tratar. Ir à Igreja, só."; "Uma pessoa que não reconhece a realidade"; "Viciados, doentes"; "Pessoas burras porque mais tarde vão ficar se lamentando pelo tempo perdido, como eu tô agora. Porque eu vi que não tem nenhum futuro usar drogas, a gente só tem prejuízo com ela"; "Prejudica a saúde, faz mal e pode até deixar as pessoas malucas com drogas demais. As pessoas ficam estranhas, sempre assustadas e com medo, enfim, a droga não dá paz à pessoa"; "Quem sou eu para falar de quem cheira ou fuma. Pô, eu acho que precisa de ajuda. Dependente"; "Precisam ser ouvidas. A droga não muda as pessoas. Existem pessoas boas e pessoas ruins que usam. Só que as pessoas boas são vistas como ruins porque usam drogas."

Curiosamente, alguns parecem fazer distinção entre seu próprio consumo e o daqueles que vão para as 'bocas' comprar cocaína e maconha, revelando certa intolerância e desprezo:

"Estão destruindo a si próprio e a família"; "Quem usa? Pessoa perturbada. Ficam lesadas. Não desenvolvem como têm que desenvolver"; "As pessoas que usam drogas não se dão valor"; "Uma porcaria, porque tem pessoas viciadas que vendem as coisas dentro de casa para comprar essas coisas"; "Estão se autodestruindo"; "Que são mané, que estão só se matando"; "Eu acho maluquice porque está se estragando"; "São todos malucos porque faz mal à saúde e fica com problema quando se fica mais velho. Se gasta muito dinheiro quando se fuma muito"; "Eu acho que elas tá procurando a morte. Depois que se viciam e entram para o tráfico o caminho é o mesmo caminho da morte, vai e não tem volta."

Nesse universo de dependências, a cocaína destaca-se não apenas pelas implicações diretas na saúde dos consumidores. Quando injetada na circulação sanguínea através de seringas – o famoso 'pico na veia' –, pode causar inúmeros processos infecciosos, endocardite, septicemia, abscessos pulmonares, cerebrais e subcutâneos, embolia por corpo estranho e inúmeras lesões neurológicas e musculoesqueléticas em razão das impurezas que o preparado injetado pode

conter (Carlini, 1995). No entanto, o mais grave é o fato de que ela torna-se um poderoso veículo de transmissão de doenças infecto-contagiosas, notadamente do vírus HIV.

A perversa interface drogas/AIDS vem, ao longo dos anos, tornando-se um dos mais graves problemas da saúde pública, seja em escalas nacionais, seja em âmbito global. A associação de dois dos principais fatores de morbi-mortalidade do fim do século XX contribui sobremaneira para a intensificação de estigmas e preconceitos, prejudicando e até mesmo imobilizando inúmeras tentativas de esclarecer a população e apoiar os diretamente envolvidos por ela. Woodak & Des Jarlais (1994) estimam que haja no mundo cerca de cinco milhões de Usuários de Drogas Injetáveis (UDIs), distribuídos por mais de 100 países, dos quais 60 já relataram casos de infecção por HIV entre UDIs.

Em determinadas regiões, esses números são ainda mais preocupantes. Woodak, Fisher & Crofts (1994) afirmam que a "disseminação rápida da infecção pelo HIV entre UDIs de países em desenvolvimento, nos últimos anos, constitui uma das mais escandalosas e equivocadamente negligentes crises da história do uso de drogas ilícitas em todo o mundo". Segundo eles, os fatores responsáveis pela ampla difusão da epidemia entre os UDIs são as elevadas freqüências de compartilhamento, a relevância das atividades de prostituição, a indústria do turismo sexual de cunho acentuadamente machista, a ignorância acerca dos riscos das práticas de injeção e a mobilidade populacional.

No Brasil, os Projetos de Redução de Danos e Treinamentos/Capacitação de Multiplicadores compõem as principais estratégias adotadas pela Coordenação Nacional das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS) para diminuir a expansão e a disseminação do HIV entre a população em geral e mais especificamente entre os UDIs, tendo como objetivos: prevenir o uso indevido de drogas e as infecções pelo HIV e outros agentes de transmissão sexual, intervindo de forma mais enfática sobre os segmentos que apresentam maior freqüência de comportamento de risco; reduzir ou estabilizar a transmissão do HIV e outros agentes de transmissão sexual e sanguínea entre os UDIs.

Apesar de entre os jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção não haver nenhum caso relatado de AIDS, é preciso dispensar maior atenção ao seu comportamento perante ela, propiciando a implementação de um processo contínuo de prevenção.

Dentre os 88 jovens entrevistados, apenas 1 afirmou não ter iniciado a vida sexual, informação que poderia ser considerada 'normal' em qualquer grupo de jovens que se encontra na faixa etária estudada. No entanto, a precocidade de sua iniciação merece destaque, na medida em que 10 (11,36%) o fizeram entre 8 e 11 anos, 51 (57.95%) entre 12 e 14 anos, 20 (22,73%) entre 15 e 17 anos e 5 (5,68%) disseram "não se lembrar a idade com que transou pela 1ª vez".

Perguntou-se, então, sobre seus relacionamentos afetivos e sexuais, obtendo-se as seguintes respostas: 34 (38,64%) mantêm relacionamento afetivo estável, sendo 30 (34,09%) com namoradas(os) e 4 (4,54%) com a(o) esposa(o). Os demais indicaram certa instabilidade e diversificação nos relacionamentos que vivem, dos quais 19 (21,59%) afirmaram *"ficar com alguém"*; 14 (15,91%) *"ficar com várias pessoas"*; 3 (3,41%) declararam ter *"namorada e ficar com alguém ao mesmo tempo"*, 2 (2,27%) afirmaram ter *"namorada e ficar com várias pessoas"*, 1 (1,14%) respondeu: *"namorada, fica com alguém e fica com várias pessoas"*, 2 (2,27%) não têm qualquer tipo de relacionamento: *"Estou sozinha"* e *"não gosto de namorar"*, e 11 (12,50%) responderam que mantinham outros tipos de relacionamento. Mesmo com uma vida sexual ativa, apenas 33 (37,50%) jovens afirmam sempre preocuparem-se em evitar filhos, 22 (25,00%) *"às vezes"* se preocupam, 29 (32,95%) *"nunca"* se preocupam, e 1 (1,14%) não respondeu à questão.

No que concerne à prevenção, 70 (79,54%) jovens declararam procurar evitar a Aids. Destes, 58 (65,91%) destacaram o uso da 'camisinha'. Os demais – 16 (18,18%) –, habitualmente não se previnem, alegando que:

> *"Quero ter filhos"; "Com a minha mulher não"; "Estou um tempão sem namorada nenhuma"; "Não dá tempo"; "Porque na hora do rala e rola eu não uso camisinha"; "Por desconhecimento"; "Porque eu ainda não penso nisso direito"; "Nunca cheguei à situação de ter que evitar, apesar de ser perigoso. Na verdade mesmo, eu sei lá, acho que é por relaxamento"; "Não estou esquentando"; "Eu só transo com garota conhecida e limpa."*

Morbi-Mortalidade

A mortalidade dos jovens integrantes do tráfico de drogas representa a implicação à saúde mais reconhecida pelo conjunto da população carioca. As razões dessa visibilidade estão intimamente ligadas ao impacto social causado pelo óbito de tantos jovens e na repercussão que a mídia geralmente garante-lhes, especialmente porque em sua quase totalidade são provocados por homicídios ocorridos durante a disputa pelo 'controle do movimento', ou pela ação da

polícia. Esta última ainda contribui para um superdimensionamento da situação, uma vez que todos aqueles que morrem em suas intervenções são tipificados como 'traficantes', mesmo que tenham sido alvo de balas perdidas ou não tenham nenhuma ligação comprovada com o tráfico de drogas.

A análise dessa mortalidade não pode obedecer a uma lógica estanque, devendo inserir-se em quadro situacional mais amplo, que seja capaz de revelar as características do processo de transição epidemiológica ocorrido no Brasil durante a década de 80 do século XX e cristalizado na de 90, quando as 'causas externas' passaram da quarta causa de mortes para o segundo lugar geral e o primeiro na faixa etária de 10 a 19 anos.

O Rio de Janeiro surge, nesse panorama, como a capital do País que

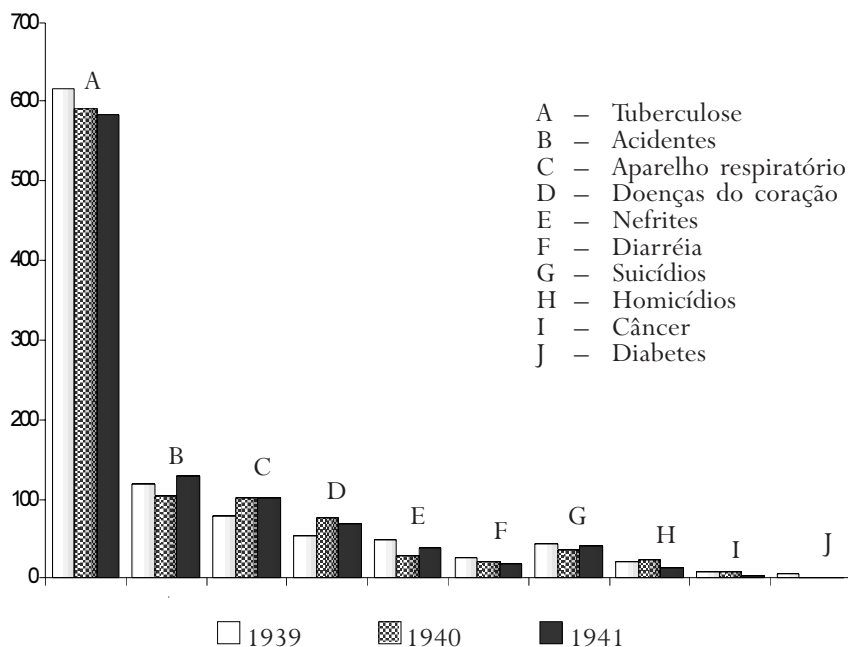
> apresenta as mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas, responsáveis pela maioria das mortes na ampla faixa de 5 a 49 anos de vida, sendo que durante o período 1980-1994 foram assassinados 6.856 jovens na faixa etária de 10 a 19 anos, o que compõe uma média de 37 óbitos por mês e mais de um por dia. (Souza, Assis & Passos da Silva, 1997)

De acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (1998), tal índice elevou-se ainda mais em 1995 e 1996, quando 1.668 jovens (570 e 1.098 respectivamente) morreram em conseqüência de homicídios. Ainda segundo essa fonte, em 1995 os homicídios passam a configurar-se como a principal causa de óbitos para os cariocas que estavam na faixa etária entre 10 e 19 anos. Durante a década de 90 do recém-findo século, a série histórica dos atos infracionais cometidos por jovens no município do Rio de Janeiro (capítulo 1) também apresenta transição muito marcante: os atos agrupados na categoria 'entorpecentes' começam o período como o segundo mais importante, representando, em 1991, 10,12% dos atos contra o 'patrimônio' (2.016 contra 204), que eram os mais cometidos. A partir de 1994 essa tendência começa a inverter-se (1.480 contra 610), a distância entre ambos diminui seguidamente, até que em 1997 os 'entorpecentes' atingem o primeiro lugar (1.648 contra 1.345), tendência que seria consideravelmente ampliada em 1998 (3.211 contra 1.337).

Ao compararem-se tais dados com outras séries históricas, pode-se constatar que há uma relação entre o crescimento dos atos infracionais vinculados ao tráfico de drogas e o aumento da mortalidade por causas externas, em especial homicídios. Tome-se como exemplo o triênio 1939, 1940, 1941, quando o Rio de Janeiro ainda era capital federal. De acordo com os dados do Juizado de

Menores (capítulo 1), apesar de o número de 'delitos' (como então eram denominados os atos infracionais) apresentar expressivo crescimento – da ordem de 41, ou seja, 71% –, não houve nenhum caso de envolvimento de jovens com o tráfico de drogas. Os delitos mais cometidos eram os de 'sangue' (237), seguidos pelos de 'furto' (186), 'sexuais' (133) e 'roubo' (92).

No Gráfico 9 encontra-se ilustrada a distribuição absoluta da mortalidade de jovens na faixa etária de 10 a 19 anos no então Distrito Federal para o triênio 1939, 1940 e 1941. Nele, constata-se que a principal causa de morte é, de longe, a tuberculose, que no período matou 1.788 jovens, o que representa 59,2% do total de óbitos registrados. Comparando-a com os homicídios, verifica-se que sua ocorrência é cerca de 85 vezes maior do que a destes, estabelecendo-se como a penúltima causa, superando apenas a diabetes.

Gráfico 9 – Causa de mortalidade na faixa etária de 10 a 19 anos. Distrito Federal, 1939/1940/1941

Fonte: Scorzelli Júnior (1954).

Tais resultados evidenciam que realmente existem vínculos entre a ascensão do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e o crescimento dos homicídios entre os jovens. No entanto, é preciso esclarecer que, se esta influência faz-se notar tão explicitamente nos índices de mortalidade, os de morbidade apresentarão um movimento tão ou mais importante e dramático.

Participando ativamente no dia-a-dia da ilegalidade e da criminalidade, enfrentando a proximidade da repressão oficial, as constantes lutas pelo poder e a iminente ameaça do ataque de uma facção rival, os jovens são levados a empreender uma radical alteração em seu ritmo de vida, revelado nos depoimentos agrupados no próximo quadro.

Quadro 11 – "Como era sua vida antes de entrar para o tráfico de drogas?" "Como ficou sua vida depois que entrou para o tráfico de Drogas?" – Sistema Aplicado de Proteção

ANTES	DEPOIS
Uma maravilha, mas eu não sabia.	*Uma porcaria.*
Era 'na moral', não era pichado, podia andar na rua tranqüilo.	*Ficou sinistro, não parava em lugar nenhum, quando tá nessa vida, não pode ficar no mesmo lugar não, senão o X-9 dá pra polícia.*
Normal, ia pro baile, depois fiquei um tempo sem ir, aí comecei a andar com uns colegas, aí entrei para o tráfico.	*Só vivia correndo da polícia.*
Era bom. Não corria risco, não tinha inimigos. Saía para os bailes funks. *Ia para a praia, várias festas e discotecas, trabalhava, namorava. Eu só saía. Era careta, mas nada me fazia mal.*	*Ganhei muito dinheiro, não ia para casa, só de vez em quando. Saía para roubar também, sempre que aparecia um negócio bom para a gente. Meus amigos me chamaram para assaltar carro-forte e morreram.*
Era boa, trabalhava e não pensava em entrar nisso e estudava.	*Ruim demais, desgraçei minha vida, pichado de polícia me vê e me bater, e querer dinheiro eu não ter.*
Ficava em casa, ia para a escola, e na noite ia para a rua brincar.	*Ficou muito diferente porque não pude mais brincar.*
Era normal, comum, tinha tudo o que tenho agora que saí. Só que agora, de vez em quando, tenho medo de encontrar alguém ou alguma polícia que não sabe que eu saí. Eles podem querer se vingar.	*No começo foi bom porque tinha dinheiro só para mim. Não dependia de ninguém e depois foi enjoando, porque a polícia me conhecia, me prendia e eu tinha que dar dinheiro para me soltar.*
Tranqüila.	*Ficou boa até o dia que fui presa.*
Tranqüilo, porque não devia nada a ninguém, dormia tranqüilo e andava na rua tranqüilo.	*Ficou ruim porque temia os policiais e saía correndo, andava sempre envolvido no tráfico e só isso.*

Quadro 11 – "Como era sua vida antes de entrar para o tráfico de drogas?" "Como ficou sua vida depois que entrou para o tráfico de Drogas?" – Sistema Aplicado de Proteção (continuação)

Tranqüila.	*Muito mais difícil, as pessoas discriminam.*
Lembro que meu avô me colocava na escola, minha vida era normal, até os oito anos.	*Ficou uma droga, não dormia direito, ficava com medo todas as noites*
Minha vida era normal, eu saía com minha namorada, só estava sem emprego e com confusão familiar.	*Ficou tensa, não conseguia mais dormir, pois sonhava que estava sendo preso, o que aconteceu logo.*
Muito boa, eu morava num sítio lá em Rio do Ouro. Gostava de brincar de carrinho de rolimã com minha irmã. Ia pegar lenha para minha mãe cozinhar. Pegava água. Eu saía com ela, e ela me beijava. Ela me perguntava se eu tinha vergonha de beijar ela, e eu disse que não, pois ela era minha mãe.	*Eu só andava escaldado. Mesmo quando estou dentro de casa acho que vão me matar. Sonho com os vagabundos me espancando e eu todo estourado, eles arrancando o meu pênis, os dedos, picada de agulha até eu morrer.*

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/Ensp/Fiocruz, 1999.

As mudanças em suas vidas são drásticas e as implicações na saúde ainda mais intensas. As atividades que passam a desempenhar são geradoras de um intenso estresse, nervosismo, perigo e medo constantes. A tranqüilidade que diziam ter antes de entrar para o tráfico de drogas – representada pelas atividades 'normais' de um jovem, como ir à escola, brincar na rua e conversar com amigos – é destituída pela imperiosa necessidade de estar pronto para trocar tiros com os invasores e com a polícia, e pela constante tensão. O sentimento de perseguição exacerba-se e a desconfiança é generalizada. Ninguém mais é encarado como amigo ou aliado inconteste, pois, além das ameaças externas, há as internas, representadas pelas traições em busca de um cargo mais importante e melhor remunerado. Muitos vêem os companheiros morrerem a seu lado, ao passo que outros são incumbidos pelos superiores de punirem, com tortura ou morte, alguém que deu um 'derrame' ou alguma pessoa da comunidade que esteja sob suspeita.

Recorrer às drogas para anestesiar as preocupações e/ou cumprir as tarefas torna-se um recurso comum, agravando a dependência anteriormente ressaltada e potencializando as implicações na saúde:

"Eu já vi vários amigos meu morrer do meu lado mesmo. Deus me deu muito livramento. Os homens chegavam atirando: bam, bam, bam, bam... muito tiro, muitos homens do meu lado morrendo! Bá,

bá, bá, bá... ter que sair correndo, aquele medo de morrer também! Aí, no meio, eu pulava cada muro, que eu às vezes nem sei como. E eu pulava... um monte de caco mesmo. Eu vinha tão drogadão que eu vinha voando assim, oh, plramlamlamlam... pulava muro, cortava a mão, não sentia nada. Quando eu parava num lugar, olhava minha mão toda ensangüentada, rasgada! Era um mundo de medo. E não parava o efeito da droga, não. Eu usava outra drogas de novo e ficava no mesmo ritmo."

Os relatos que testemunham o estado de nervosismo, estresse e tensão são vários, e permitem antever o que eles sentiam:

"No tráfico não tem amigo, não. Perigo que se você dá um mole ele vai ter que te matar; então você não pode ficar amigo. Não pode confiar nem na tua própria sombra. Eu não tinha mais amigo assim. Os outros colegas que não era envolvido não queria mais ser meu amigo, com medo da polícia me pegar e levar eles também preso"; "Na boca-de-fumo nós não tem amigo, não. Na boca-de-fumo o cara que falar que é teu amigo você tem que desconfiar dele, porque ele tá de maldade, tá querendo matar. Aí, se ele tiver alguma coisa ele te vê, oferece, mas aí o cara tá doidinho para te matar, mané. O cara fica assim, no pensamento: qualquer hora eu vou te matar!. Já tentaram fazer isso, já tentaram fazer covardia comigo. Entendeu? Porque eu tenho a maldade... o cara começou a me dar muita coisa... eu já maldei... falei: 'pera aí que eu vou pagar um banho ali'. Eu já não voltei mais, né, mano?! Aí, quando eu fui, os alemão invadiu. Esse cara matou três pessoas da boca."

O impacto na auto-estima dos jovens é outro aspecto muito importante. A maioria deles afirma, com certo orgulho, que portava armas, que atirava nos inimigos e que por isso era respeitado na comunidade. Em um primeiro momento essa posição, que eles imaginam ser de superioridade, torna-os auto-suficientes e mais confiantes. Com o passar do tempo e o avolumar das dificuldades e problemas, a compreensão da realidade começa a ficar mais cáustica e eles tendem a perceber que o que as pessoas sentem por ele não é admiração ou entusiasmo, mas uma mistura de interesse, incompreensão, medo e rancor:

"Ninguém conversava comigo"; "As pessoas nem me consideravam com nada, só como mosca. Me viam com arma na mão e diziam: 'esse cara é poderoso, não metam a cara com ele'"; "As pessoas só me tratavam bem por interesse, e quando eu não tinha nada para dar eles me tratavam de qualquer maneira"; "Todo mundo tinha medo de mim. Eles achavam que não podiam fazer nada contra mim"; "Depois que eu entrei para o tráfico, os outros não podiam falar comigo porque os pais não deixavam."

Sem amigos no tráfico, perdendo o contato com os antigos colegas e recebendo o medo e o desprezo da comunidade, os jovens têm sua auto-estima completamente abalada, o que os leva a tomar posições limiares e atitudes extremas, a gostar menos da vida e a descrer das possibilidades de futuro. Finalizando este tópico, transcreve-se um depoimento tocante, capaz de desnudar e sintetizar o quanto a vida no tráfico é produtora de morbidades e como esta age sobre a saúde dos jovens:

"A gente não pode confiar nem no travesseiro que deita. Naquela hora que você falou, que o cara falou que tá mais aliviado em dormir... Pô, aquilo ali eu dei até um sorriso. Que eu não dormia. Passava noites e noites acordada porque eu não dormia. Depois que entra, sua vida muda, a gente não é mais a mesma pessoa, a gente não pode mais fazer as mesmas coisas de quando a gente era livre. Por exemplo, a gente quer sair, mas você já tá pichado demais, cê já não pode sair, tem que pedir a uma outra pessoa pra ir pra você comprar alguma coisa. Pra você passear, você vai naquela neurose, se você vai, pode dar de cara com os homem, os homem te reconhecer, você ir preso. Ou de outra pessoa vim com recalque de querer matar, vai querer fazer covardia. Depois que entrar cê tem que pensar muitas coisas e não pode se arrepender, pra sair. Quando alguém quer sair tem que dar um motivo muito bom, porque uma pessoa não vai sair da boca assim, de bobeira. Por que alguma coisa aconteceu, ou por que já não tem mais vontade. Se entrou, tem que ficar até o final. É entre a vida e a morte ou então na cadeia."

Expostos a um rotina diária estressante, arriscando-se a cada momento; dormindo muito pouco; alimentando-se mal; consumindo drogas em larga escala e negligenciando as implicações que esse ritmo de vida causa a sua saúde, os jovens são potenciais candidatos a contrair problemas psicológicos, cardíacos e neurológicos. É verdade que dificilmente eles poderão prevenir-se e que, provavelmente, só tomarão conhecimento deles se forem apreendidos e passarem por algum exame médico, ou quando algum sintoma revelar-se de forma mais aguda e crítica. No entanto, o mais grave é que uma grande parcela deles pode morrer antes mesmo que tais sinais se manifestem.

Morbidade na Família dos Jovens

Essa forma específica de morbidade configura-se em uma das conseqüências mais nefandas da participação dos jovens no tráfico de drogas, repercussão que pode ser classificada em 'direta' – na qual os familiares são atingidos por represália ao jovem – ou 'indireta' –, quando as implicações derivam dos problemas causados aos jovens.

Dentre elas a indireta é a mais comum, uma vez que representa a convergência das decepções, frustrações, medos, desespero e apreensão que os familiares, em especial as mães, sentem quando tomam conhecimento das situações nas quais os jovens tomam parte. De acordo com os depoimentos, a maioria deles só ficou ciente da participação dos jovens no tráfico de drogas quando estes foram apreendidos, o que contribuiu sobremaneira para a potencialização dos problemas:

"Quando a policia me pegou dentro de um barracão, a própria policia deu a noticia, a reação da minha mãe foi de ficar nervosa, o meu pai falou pra caramba"; "Meu pai só soube depois que fui preso. Foi chorando para o DPCA"; "Primeira coisa que minha mãe fez foi me levar para a Remar (Itaboraí), mas eu fugi. Começou a perceber que tava chegando em casa tarde. Chegar com dinheiro. Ela falava se pegasse o dinheiro, ou roupa, ou negócio novo, dizia que ia queimar tudo. Aí gastava tudo na rua"; "Foi um choque quando eu cheguei na minha casa sendo levado pela policia depois de ser preso. Eles falaram para o meu pais que eu tinha caído da laje, mas eu tava todo roxo de apanhar deles"; "Minha mãe soube quando fui preso. Ela soube por um colega de perto, que viu eu sendo preso. Ficou assustada e ficou chorando e meu pai ficou apavorado chorando direto"; "Minha mãe chorou muito e foi no movimento me procurar. Se escondi, e fiquei com pena dela, aí vim pedir para ela ir embora. Depois que ela descobriu, eu fiquei no tráfico quase oito meses. Só saí porque um movimento de outro morro foi lá e invadiu o Morro do Estado, aí eu tive que sair, senão eu acho que tava até hoje senão morresse antes"; "Quando fui preso, pois ela me acompanhou junto com a policia. Sua reação foi de desespero"; "Eles não acreditou no que eu falei. Começaram a chorar dizendo que era mentira, mas eu falei que tudo era verdade e eles sofreram muito até o ano passado. Meu pai também me dava conselho e ficou paralisado, olhando sem querer acreditar. Ele nunca podia imaginar"; "Eles só souberam depois que eu rodei. Eles me davam muitos conselhos e me falavam e perguntavam todo dia se eu estava na boca. Aí eu dizia que não. Aí todo mundo se desesperou. Meu pai nem dormia direito. Minha tia ficou doente e até se internou."

As manifestações diretas são mais difíceis de acontecer. Dentre os jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção não houve nenhum registro de sua manifestação. Apesar disso, eles não deixaram de ressaltar a preocupação com as possibilidades e riscos de problemas como esses ocorrerem, uma vez que a todo momento mencionavam que o fato de participarem do tráfico de drogas *"colocava em risco toda sua família"*, afirmando já terem presenciados casos em que por causa dos 'erros' cometidos por outros jovens envolvidos com o tráfico, suas famílias haviam *"sido expulsas do morro para não morrer"*. Note-se que a nada salutar prerrogativa de 'poderem' ir embora para não serem mortos, geralmente é destinada apenas àqueles que são *"cria do morro"*, ou seja, os que são conhecidos pelo 'chefe' desde criança.

As mórbidas implicações nas famílias constituem-se, assim, mais um fator debilitador das condições de vida e saúde dos jovens envolvidos pelo tráfico de drogas, principalmente porque intervêm diretamente sobre os atores sociais que guardam as maiores ligações afetivas e protetivas com eles e, na maioria dos casos, são aqueles que podem efetivamente apoiá-los em suas tentativas de sair do tráfico: *"A família ajudando é bom. Se a família não tiver nem aí, a pessoa fica mais desiludida. Não tá nem aí, quer matar ou morrer, tanto faz"*.

Diante da perplexidade causada pela forma trágica com que tomam conhecimento da inserção do jovem no tráfico de drogas, muitos desses familiares adotam, até mesmo inconscientemente, uma reação inicial violentamente desabonadora que pode acabar provocando um afastamento natural, criando um *gap* que o leva a mergulhar ainda mais em suas atividades ilícitas. Mais tarde, o movimento se inverte e, geralmente, a própria família toma a iniciativa de reconstruir laços de solidariedade e de se reaproximar.

O resgate dessas relações deve ser sempre um dos objetivos primordiais das políticas públicas que pretendam atuar sobre tais situações. Constate-se que o próprio tráfico de drogas percebeu isso bem antes do que o poder público, visto que as ameaças constantes que pairam sobre a integridade dos familiares representam, sobretudo, uma estratégia de manutenção de poder que tem como objetivo precípuo manter o jovem afastado das pessoas que podem realmente incentivá-lo a sair.

Morbi-Mortalidade nas Comunidades

O aumento do número de eventos trágicos ligados ao tráfico de drogas potencializou o rancor de determinadas parcelas da população, levando muitos a afirmarem que o fato de o 'movimento' encastelar-se nos morros e favelas estaria vinculado ao apoio que eles receberiam da comunidade local.

Para eles, o tráfico de drogas seria, na realidade, um bloco compacto, homogêneo e monolítico, que se espraiaria pela sociedade, tomando para si o controle absoluto das comunidades pobres. Ao proceder dessa forma, não se preocupam muito em distinguir pessoas honestas de criminosos, mimetizando-os e agrupando-os como 'focos do perigo', de forma a favorecer seu enfoque repressivo.

Ao demonstrar como as pessoas que são obrigadas a conviver diariamente com o tráfico de drogas enfrentam sérias ameaças a sua integridade, o presente tópico procura, mais uma vez, desfazer o preconceito de que os traficantes seriam 'bandidos sociais' e que, por isso, as comunidades os apóiam: *"Comunidade não ajuda em nada! Comunidade só fica falando pra caramba, só fala negócio que não presta. Vitrolando com alguém: não quero você andando com esse menino, que ele já foi preso"*.

Os traficantes procuram manter essas pessoas sob o seu controle. As festas por eles patrocinadas, a distribuição de remédio, comida e até eletrodomésticos

são estratégias para criar uma relação que se aparentemente pode ser considerada amigável, perde seu disfarce quando se percebe que o vínculo envolve a obediência cega e aqueles que não os seguem são exemplarmente punidos.

As regras de convívio são estabelecidas sem consultas prévias e as comunidades têm que cumpri-las:

> *"O chefe trata tranqüilo, fortalece os moradores... remédio, gás... ele não quer nada em troca. Só quer... vamos dizer, o apoio dos moradores, né? Que nunca cagüete também, que morador que cagüetar morre. Família que é mandada embora é porque cagüeta. Isso é pra não matar"; "O toque de recolher é pra preservar a vida dos próprios moradores. De repente sobe um carro lá e tá comendo bala, e eles estão no meio do fogo cruzado. É pra preservar a vida deles mermo. Se eles quiser contrariar é com eles mesmo"; "Quando manda alguém pra fora é que foi alguma pessoa da família que teve um erro. Ou eles fecha com a polícia ou é X9. Aí os cara botam pra ralar pra não matar"; "ladrão que rouba na favela, na comunidade, vai e ganha um tiro na mão. O tráfico não gosta que roube na comunidade porque suja pra eles. É polícia e os moradores ficam com raiva"; "Um morador não pode tirar a vida do outro lá na comunidade, senão quem segura o 121 é o patrão. Aí o que matou perde a vida também"; "Tem que ter uma certa autoridade na comunidade. Eu mesmo já fiz isso. Briga de moradores mesmo. Eu já falei: oh, rapaz, pára com essa briga aí! Aí dei uns tiros pro alto. Eles pararam. Calminho. Aí ficou tudo tranqüilo de novo. Por causa de uma briguinha a polícia pode vir, pode lombrar o morro. Aí os viciados não pode mais andar tranqüilo. Aí vai impedir a venda."*

Como se já não bastasse o risco de morrer durante os confrontos entre facções rivais ou pela troca franca de tiros com a polícia, os moradores são obrigados a aceitar as regras impostas pelo tráfico, as quais têm como único objetivo proteger suas atividades, não importando se para isso tenham que matar alguém. O 'erro' do morador é sempre imperdoável porque intervem direta ou indiretamente no fluxo do mercado, atrapalhando os lucros. É por isso que muitos jovens referem-se à lei do tráfico como o *"tudo pelo certo"*.

É justamente aí que surge a principal implicação de morbidade: na maioria dos casos, o 'erro' é conseqüência direta de uma atitude corriqueira que qualquer cidadão poderia tomar, uma vez que condiz não apenas com o livre arbítrio e a liberdade de pensamento, mas porque segue as leis oficias do País. Aqueles que delatam – o 'erro' maior – estão simplesmente agindo de forma a garantir sua integridade e a da comunidade e deveriam ser apoiados pelo poder público. Como não o são, ficam à mercê das represálias do tráfico de drogas.

Conviver diariamente com esse lapso de autoridades; a dúvida de qual norma a ser seguida; o medo de que uma atitude, por mais banal que seja, possa

ser considerada um ‘erro’ e desperte a ira do tráfico; os tiroteios constantes; o varejo das drogas ‘a céu aberto’ e próximo às residências; a ação ostensiva do tráfico ao utilizar-se de suas casas como esconderijo e ao aliciar direta ou indiretamente os jovens constitui-se rotina tão ou mais estressante do que aquela a que os próprios traficantes estão submetidos, sobretudo porque para os moradores não resta nenhum alternativa, a não ser esperar e tentar sobreviver com o máximo de alegria possível. Pior: para os partidários da repressão, até mesmo essa (falta de) opção é encarada como uma forma de apoio ao tráfico.

Morbi-Mortalidade na Sociedade

A expressão, na sociedade, da morbi-mortalidade advinda da inserção dos jovens no tráfico de drogas assume também um caráter específico, envolvendo tanto o conjunto das implicações aqui trabalhadas quanto os agravos impostos ao restante da população. Pinçadas do contexto na qual estão situadas e subitamente expostas na mídia, suas repercussões têm sido as piores possíveis, consistindo no principal manancial de argumentos dos partidários da ação repressiva.

A despeito dos protestos, parece ser lógico que todos os problemas aventados neste tópico estejam intrinsecamente ligados às relações sociais, políticas e econômicas travadas no País. Situações como as que foram descritas não encontram ambiente propício para proliferar de uma hora para outra. Elas decorrem e manifestam-se em um contexto histórico-processual marcado pela negação de direitos, exclusão social e ineficácia de políticas públicas, transformando-se em considerável medida, no preço a pagar por décadas de um projeto de poder que atende aos interesses do mercado e a ele condicionam os problemas da sociedade civil.

As rotinas estressantes vivenciadas pelos jovens participantes do tráfico de drogas, suas famílias e comunidades extrapolam as fronteiras locais e econômicas, transbordando para *“o asfalto”* e passando a ser compartilhada por toda a sociedade, inclusive para os que insistiam em negar sua existência.

Amedrontados, os cidadãos procuram mudar sua própria rotina, passando mesmo a achar que o problema nela reside: as janelas com vista para os morros são fechadas e blindadas; os condomínios recebem grades, sistemas de segurança sofisticados e contratam seguranças armados; as pessoas passam a freqüentar locais onde sentem-se seguras, basicamente *shopping centers*; os pais distribuem

celulares e *pagers* aos filhos para poder monitorá-los e reduzir o medo causado por sua ausência. Para isso são incentivados pela própria polícia, cujos representantes constantemente aparecem na mídia para aconselhar às pessoas que não saiam de casa sozinhas, não andem de carro por lugares perigosos e evitem usar adereços valiosos. A vida na cidade ganha contornos de tensão social, levando muitos a desejar mudar para um 'lugar calmo', onde possam ficar longe dos problemas. Como não podem, experimentam uma frustração que amplia ainda mais o ritmo estressante do cotidiano.

Com a escassez de resultados, os rancores potencializam-se. As balas perdidas – que o general torturador, partidário da repressão e ex-secretário de segurança do estado um dia classificou debochadamente de 'balas achadas pelos que são atingidos' – são as principais porta-vozes dessa trágica experiência.

O problema não se situa apenas na rotina estressante, expandindo-se para a esfera do 'outro', daqueles que seriam os seus causadores diretos. Os consumidores começam a ser perseguidos, mas como boa parte pertence à mesma classe social e freqüentam os mesmos lugares dos que agora sentem-se atingidos, as pressões são diluídas na recriminação velada, porém não ostensiva, no suborno aos policiais que os prendem e no recurso derradeiro de apelar para o poder de influência do pai. As atenções voltam-se, então, para os que vendem as drogas aos consumidores. Contra eles preconceitos são erguidos, ao lado dos muros e das grades, e palavras de ordens são desferidas em nome da segurança pública.

Nessa circunstância é possível dar-nos conta de que a morbi-mortalidade advinda da participação dos jovens no tráfico de drogas repercute de forma trágica na sociedade, ocasionado mortes, ferimentos e medo, voltando-se justamente contra eles, que passaram a ser tipificados como os únicos responsáveis pelo desencadear dos problemas. Sob o efeito desse 'retorno', um determinado modelo de atuação policial é intensificado, patrocinando espetaculares invasões em morros e favelas, com direito a agentes escondendo sua identidade com toucas ninjas e a já tradicional perfilação de balas e munições formando o número ou nome da delegacia que participou da atuação. Os resultados são sempre os mesmos: mortos, feridos e reclamações dos moradores quanto à ação da polícia, que atira em qualquer um.

Os elos da engrenagem são continuamente postos em movimentos: com a intensificação da repressão policial, as regras do tráfico recrudescem e a comunidade precisa conviver com toques de recolher, revistas na ida para o trabalho

e na volta para casa, que passa a ser utilizada como esconderijo de pessoas, armas e drogas. Os jovens, 'bombardeados' pela adrenalina, precisam ficar atentos para não morrerem, não serem presos, não perderem drogas ou armas. Com a proximidade do perigo, consomem cada vez mais drogas, endividando-se cada vez mais, exacerbando suas dependências.

Os ciclos de morbi-mortalidade encadeiam-se. O movimento torna-se tão constante que são naturalizados e encarados como realidade determinística. Suas implicações no campo da saúde pública são extremamente ampliadas e complexificadas, pois já não se restringem mais apenas àqueles 88 jovens que foram atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção. O raio de ação das atividades que eles exerciam no tráfico de drogas expandiu-se de tal forma que atingiu a um número muito maior de pessoas, extrapolando os limites do indivíduo e abarcando suas famílias, comunidades e a parcela da população que, por algum motivo, encontrava-se em sua área de ação.

Nesse trajeto, o estado de saúde da coletividade foi sendo atingido e abalado de várias maneiras e intensidades, indicando que a inserção dos jovens no tráfico de drogas é efetivamente problema e objeto de estudo da saúde pública, cuja investigação e intervenção estabelecem-se como passos decisivos para a (re)construção de um Rio de Janeiro menos perigoso, mais democrático e saudável.

Na atualidade, o binômio saúde e segurança pública tem marcado a agenda política e social do País. A compreensão e a desconstrução do tráfico de drogas, num processo que busca identificar e enfrentar os problemas gerados por suas diferentes dinâmicas, requerem, da sociedade como um todo, um ampliado compromisso com a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Faz-se necessário ter clareza que a complexidade desse fenômeno demanda uma proposta articulada que contemple a atuação de distintos atores sociais (governamentais e não-governamentais), conformando-a num agir que priorize os direitos e deveres do ser humano, invista na promoção da saúde como um componente importante e complementar das políticas de segurança pública.

5

Nem Soldados Nem Inocentes

Trabalhando, estudando, conhecendo, conversando, convivendo e aprendendo com os jovens inseridos no Sistema Aplicado de Proteção, tivemos a oportunidade de compreender melhor determinados aspectos de suas vidas, em especial os que direta ou indiretamente dizem respeito ao envolvimento deles com o tráfico de drogas. Longe de pretender 'a verdade', dedicamo-nos a apresentá-los e a compartilhá-los com a sociedade, procurando contribuir para a efetivação de um debate democrático e livre dos preconceitos e estereótipos que tradicionalmente permeiam essa questão.

Durante o período em que os acompanhamos foi muito comum ouvir e ler que grande parte da população carioca enfrenta problemas individuais e sociais tão graves quanto os que eles vivenciam e, mesmo assim, não 'parte para a marginalidade'. Intrigante e ambíguo raciocínio, repetido tanto pelos diretamente envolvidos no Projeto quanto por estudiosos do tema. Proferido por alguns, assumia o salutar papel de desvincular pobreza de criminalidade, pretendendo demonstrar que se a maioria das pessoas que habita locais que estão sob o raio de ação do 'varejo das drogas' evita entrar em choque com os traficantes, também desenvolve mecanismos de convívio, autoproteção e sobrevivência, resistindo a

participar de suas atividades. Discorrido por outros, foi absolutamente destituído desse caráter, assumindo o porte de uma sentença em julgado, que funciona como a prova cabal de que os que enveredam por 'aquela vida' devem ser afastados do convívio social.

A despeito das diferentes motivações, ambos os lados convergiam no que concerne à avaliação do Projeto: "Quantos jovens abandonaram o tráfico de drogas?".

É impossível (e até mesmo leviano) que qualquer pessoa vinculada ao Projeto afirme que 'tantos saíram do tráfico e outros tantos permaneceram'. A complexidade da curta e sofrida vida desses jovens exige muito mais seriedade tanto dos profissionais quanto das autoridades públicas envolvidas. A preocupação com os resultados do Projeto, sempre presente, não pode ser traduzida em uma pressão quantitativa e financeira, que pasteuriza a vida em critérios e parâmetros fixos, burocráticos e impessoais, os quais pouco levam em conta sua situação socioeconômica e os problemas públicos e pessoais que eles e suas famílias continuaram a enfrentar após o término do Sistema Aplicado de Proteção.

Aceitar a possibilidade de avaliar o Projeto mediante uma quantificação entre 'saiu' e 'permaneceu' equivaleria a ignorar a complexidade do processo socio-histórico e da própria vida daqueles jovens. Procurando incorporar essa diversidade e polissemia à análise da delinqüência juvenil e baseada em modelo teórico explicativo sobre sua gênese apresentado por Schoemaker (1996), Assis (1999) coloca que a participação de jovens em atividades criminalizadas conta com três níveis de conceitualização, que se relacionam dinamicamente e de forma diferenciada em cada indivíduo, não podendo ser abordados de maneira estanque como causa única:

- estrutural: condições sociais;
- sociopsicológico: refere-se ao controle social da família, escola e demais instituições responsáveis pelo jovem, à auto-estima e a influência de grupos de jovens sob o comportamento infrator;
- individual: aspectos biológicos e psicológicos.

Nesse sentido, devemos perceber que, apesar da visibilidade das condições socioestruturais em que os jovens aqui estudados estão inseridos, elas não podem ser entendidas como causa única da delinqüência, conforme aponta Minayo (1999):

> É preciso compreender a escolha e, depois, saber que nenhuma escolha humana pode ser explicada apenas por determinismos sociais, embora todas sejam realizadas frente a condições dadas. (...) Todas as condições dadas são necessariamente reinterpretadas

e reconstruídas pelo sujeito dentro de seu espaço de liberdade e capacidade de projetar, atributos de todos os seres humanos.

Tal afirmação, além de ajudar a compreensão dos fatores que levam à inserção no tráfico de drogas, contribui para refutarmos a idéia de que essa opção é um 'caminho sem volta', pois todo indivíduo é capaz de fazer escolhas com base em concepções subjetivas de suas condições de vida, conforme declara um dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção:

> *"Pra sair do tráfico tem que ter um querer, por que aqui (no Sistema Aplicado) ele ajuda, mas a pessoa tem que ter um querer, né? Querer é a principal coisa. A pessoa não pode trabalhar pra você, você que tem que se esforçar e trabalhar, não é verdade? Então eu tive esse querer, entendeu, e tive mais um ajuda pra cima, pra me poder ajudar, pra pegar firme mesmo."*

A reflexão sobre as opções e escolhas não esconde nem exclui a influência da estrutura social em suas decisões individuais. Quando os adolescentes justificam a escolha pelo tráfico de drogas em relação a outras formas não criminalizadas de ganho, suas falas estão sempre permeadas por raciocínios e ponderações que abrangem invariavelmente condições estruturais, ou seja, as formas de organização da sociedade em torno de um sistema econômico baseado na competição entre os indivíduos e os segmentos sociais, dos quais os mais diretamente ligados ao mercado apropriam-se do Estado a fim de garantir seus objetivos, restringindo, com isso, o acesso da grande maioria da população aos direitos básicos que lhe proporcionariam uma vida digna:

> *"Se eu tivesse um meio de vida melhor eu não entrava pro tráfico. Porque na favela a gente não tem nada. Não tem estudo, não tem nada. Pra tu arrumar um dinheiro, ou é trabalhar ou traficar. Tu vai trabalhar, tu vai ganhar um salário mínimo por mês. Tu vai traficar vai ganhar mais de 3; 4 salários por dia!! Aí o menor pensa o quê? Vou trabalhar podendo ganhar aqui o triplo que vou ganhar em um mês? Tu ganha R$130,00? Pô, cada carga que tu vende tu ganha R$50,00!! É arriscado, é sinistro. Mas quem tá lá no dia a dia leva aquilo de letra."*

Diante da realidade social que vivencia, as possibilidades de escolha construídas por esse jovem subdividem-se basicamente em duas vertentes: ser um trabalhador pouco qualificado, com baixíssima remuneração, ou entrar para a vida no tráfico, que, apesar de arriscada e 'sinistra', irá garantir-lhe ganhos bem mais elevados e, conseqüentemente, a satisfação de um número maior de necessidades, em especial as ligadas à aquisição de bens de consumo. Essas opções, além de relacionarem-se ao campo da subjetividade humana, estão nitidamente vinculadas à luta por meios de sobrevivência em uma sociedade cada

vez mais competitiva e injusta, na qual paira o espectro do desemprego, do trabalho temporário e informal. É nesse sentido que aponta Limoeiro-Cardoso (2000):

> As novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho têm permitido aumento substancial da produtividade. O resultado imediato tem sido a acelerada e crescente dispensa de mão de obra.(...) Operando dessa maneira, o sistema cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social – e exclusão que é estrutural. Neste caso, a redução do trabalho necessário não libera tempo para a vida. Libera para a exclusão e a miséria um contingente enorme e cada vez maior de trabalhadores. Ou seja, sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não reverte para a 'sociedade', reverte exclusivamente para o capital. À massa de excluídos pelo 'progresso' e pela 'racionalização' da produção resta travar dia a dia a mais árdua luta para garantir minimamente a própria sobrevivência. As designações formais criadas para reconhecer as atividades 'marginais' ou 'subterrâneas' a que esses trabalhadores excluídos passam a se dedicar, constituem em geral um meio de – no campo das idéias, das representações e das ideologias – tratá-las sob algum vínculo no qual eles apareçam integrados à sociedade. De fato, porém, são atividades de excluídos sociais para, enquanto excluídos, conseguirem se manter vivos.

Na inter-relação 'escolhas individuais' e 'condições estruturais', é preciso identificar que, ao inserirem-se no tráfico de drogas, os jovens que participaram do Sistema Aplicado de Proteção estavam buscando caminhos que lhes permitissem a atenuação e a solução dos problemas que enfrentavam. Para atingir tal objetivo, escolheram um meio – o tráfico de drogas – que, além de ilegal, é marginalizado, característica, então, transmitida para os que dele participam. Nesse contexto, não se pode esquecer que a criminalização de uma determinada atividade é uma práxis histórica e ideologicamente exercitada pela sociedade.

Em nosso estudo, constatamos que, apesar da importância das dimensões individuais e psicológicas, a predominância recai sobre o estrutural. Se é possível afirmar que para aqueles jovens a opção pelo envolvimento com o tráfico de drogas constituiu-se uma atitude imiscuída de fuga e procura, afastamento dos problemas e aproximação da satisfação dos anseios, seus depoimentos revelam que além dessas dificuldades não terem sido superadas, a participação no tráfico acrescentou várias outras em suas vidas.

O mais grave é que quando um deles procurava sair e reconstruir seu convívio social, os problemas continuavam lá, presentes e aguardando a ocasião de se manifestar: falta de oportunidade de trabalho, baixa escolaridade, moradia insalubre, preconceitos, estigmas. Reencontram-se como velhos conhecidos que são. É pesaroso constatar, mas a 'vida no tráfico' é um componente do cotidiano

carioca, não um apêndice que pode ser retirado de uma hora para outra, ou uma questão menor, que, enquanto atingia apenas a favelados e pobres, podia ser vista como exótica e secundária.

Exatamente por isso o processo de avaliação do Sistema Aplicado de Proteção procurou enfatizar ações e estratégias que atacassem de forma direta ou compensatória esses problemas estruturais – apontando aquelas que apresentavam melhor desempenho e impacto – deixando claro, porém, que não será por intermédio de um Projeto isolado que eles serão resolvidos ou superados, mas sim de um conjunto articulado, coeso e permanente de políticas públicas.

A dimensão estrutural explicita-se à medida que se constata que:

- o tráfico de drogas constitui-se, hoje, um mercado ilícito, criminalizado, setorizado, altamente rentoso e de alcance internacional;
- em cada país, estado ou município, as atividades desenvolvidas pelos traficantes variam de acordo com as características locais. No Rio de Janeiro, inicialmente um corredor de passagem da droga para a Europa e os EUA, consolidou-se um mercado interno cujo volume cresce constantemente;
- para funcionar adequadamente, esse mercado interno carece de um espaço sociogeográfico que permita controlar o acesso dos consumidores e da polícia, e que reúna condições específicas de pobreza e miserabilidade;
- além disso, é necessário que haja mão-de-obra jovem, barata e abundante, vivendo em condições de extrema dificuldade, exclusão e vulnerabilidade social, de tal forma que o elevadíssimo risco de vida que caracteriza o 'varejo das drogas' seja relegado e só pressentido quando se torna real;
- os morros e as favelas do Rio de Janeiro cumprem perfeitamente esses pré-requisitos, revelando o quanto a falta de políticas públicas sociais contribuiu para o estabelecimento e a potencialização do 'varejo das drogas' nesses locais;
- nesse contexto, a inserção de jovens no tráfico surge como uma opção de vida cujo caráter ilícito da mercadoria criminaliza a atividade de compra e venda;
- sem poder amparar-se na regulamentação estatal para defender seu nicho de mercado, os traficantes recorrem ao uso da violência

tanto contra os agentes repressores oficiais quanto com seus concorrentes diretos. Para isso precisam comprar armas cada vez mais potentes, atividade que, por sua vez, também tornou-se um mercado internacional e altamente lucrativo;

- ainda com relação à defesa do mercado, os traficantes utilizam-se largamente do expediente de subornar policiais e autoridades envolvidas com a repressão a suas atividades;
- como qualquer segmento de mercado, o 'varejo das drogas' só pode manter-se caso haja consumidores suficientes para garantir as margens de lucro. No entanto, ao contrário dos segmentos legais, o das drogas não se utiliza de estratégias de *marketing* voltadas para a 'busca ativa' de consumidores;
- o dinheiro que os jovens recebem por sua participação no tráfico de drogas é, em grande parte, investido na compra de mercadorias legais (roupas, alimentos, eletrodomésticos e demais bens de consumo). Interessante notar que a transferência de capital do mercado ilícito para o lícito (que é uma forma de lavagem de dinheiro) absolve os jovens, uma vez que nesse momento eles deixam de ser vistos como criminosos, passando a receber o tratamento dispensado a qualquer 'consumidor normal';
- a maior parte do dinheiro arrecadado no 'varejo das drogas' não fica com seus participantes diretos (do 'olheiro' ao 'dono'), sendo transferido para outros setores que, por sua vez, irão reinvestir uma parte na reprodução e expansão do mercado das drogas e outra em atividades legais ligadas ao mercado financeiro, imobiliário, comercial e empresarial.

Assim, faz-se necessário indagar: Que sociedade é esta que permite que o tráfico de drogas se torne uma opção e uma possibilidade de vida ou sobrevivência? A negação dessa questão tem como conseqüência mais premente o surgimento e o fortalecimento de posições maniqueístas, as quais procuram encarar os jovens que participam do tráfico não apenas como um segmento a par da sociedade, mas também como seus inimigos.

'Soldados do tráfico!' A expressão soa forte e atemorizadora, mas é cada vez mais usada. Tipificá-los assim é pressupor e admitir a lógica da guerra, que opera mediante a anteposição dos 'Aliados' aos 'Inimigos', contra quem devem ser arregimentados todos os recursos disponíveis, tendo como objetivo sua derrota

definitiva. O único meio de se atingir esse intento é destruí-los e, conforme afirmava o estrategista prussiano, general Von Clausewitz, uma guerra só é vencida quando se marcha sobre a capital do inimigo e exterminam-se seus exércitos.

Transponham-se as estratégias militares para a realidade do Rio de Janeiro. Para quem defende essa concepção de mundo, onde ficariam as 'capitais' dos traficantes? Nos morros e favelas, locais que já são os alvos preferenciais da ação policial. No entanto, se essa lógica tornar-se hegemônica, não será muito difícil classificá-las como 'zonas de guerra', ou seja, lugares onde acontecem os combates e em que a população civil, apesar de precisar ser protegida, passa a figurar no cálculo e preparação das tropas como 'perdas esperadas'. Perceba-se como esse raciocínio bélico converge para a legitimação das ações repressivas que se multiplicaram durante a década de 90 do século passado.

Nesse debate só seria possível falar em guerra caso se levasse em consideração a sociedade como um todo e, sobretudo, a mudança e o acirramento do estilo de competitividade na qual o capitalismo contemporâneo baseia-se, pois, conforme afirma Santos (2000):

> Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar.

O argumento de que são os próprios jovens que se autodenominam 'soldados' não se adapta como referendo à sentença proclamada de que o Rio de Janeiro vive uma 'guerra civil', contribuindo menos para a superação dos problemas do que para o agravamento da exclusão social, estigmas e preconceitos. Além disso, deixa transparecer uma tendência casuística: se é factível atribuir valor e crédito para esse aspecto determinado, por que não proceder da mesma maneira quando eles reivindicam a melhoria de sua qualidade de vida, rogam por um sistema socioeducativo que os trate com dignidade ou simplesmente pedem oportunidades de trabalho para sair do tráfico?

É lógico que a quantidade e a variedade de armas nas mãos dos traficantes, as disputas entre facções rivais e a ostensiva troca de tiros com a polícia configuram uma situação de conflito bélico, guardando incômoda semelhança com a guerra, especialmente pelo número de mortos e feridos, muitos deles sem ter nenhuma relação com a situação. No entanto, assumir a lógica da guerra

equivaleria a declará-la oficialmente, o que isentaria e legalizaria as invasões da polícia em favelas; afetaria severamente a economia do município, dependente do setor de comércio, serviços e turismo; colocaria em renitente conflagração interna os diversos segmentos sociais que, atingidos de formas e meios diferentes pela intervenção armada, protagonizariam a potencialização de seus rancores e, conseqüentemente, deixariam os cidadãos ainda mais indefesos.

Esses jovens não devem ser considerados pela sociedade como seus inimigos. É certo que eles também não são 'inocentes', pois sabem que, além de estarem participando de uma atividade ilícita e criminalizada, podem, com suas armas e atitudes hostis, causar a dor e a morte de outros cidadãos. Sabem e fazem, tendo sua parcela de responsabilidade e, por isso, por ela devem responder, recebendo as sanções estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que não justifica que sobre eles deposite-se todos os rancores sociais e que sejam tratados como os únicos culpados pelo crescimento da violência.

Assim, antes de pensar em somente 'punir', interessa à sociedade:

- reagir ao apelo fácil da repressão;
- entender porque, apesar do elevadíssimo risco, um número cada vez maior de jovens está se envolvendo com o tráfico de drogas;
- compreender as causas, motivações e relações sociais, históricas, econômicas e políticas que levaram os traficantes a atingir, no município do Rio de Janeiro, tamanho poder;
- desvendar a relação entre a queda da qualidade de vida da população e essa ascensão;
- desmistificar a concepção de mundo que mimetiza violência em delinqüência, incorporando ao tema as discussões sobre a violência estrutural e sua relação com o tráfico de drogas;
- desenvolver políticas de atenção integral a crianças e jovens, prevenindo sua inserção no tráfico de drogas;
- favorecer a reinserção dos já envolvidos.

Debatendo, refletindo e aprofundando tais questões, a sociedade estará diante de uma possibilidade concreta de ação política apta a atacar frontalmente o tráfico de drogas e o crime organizado, não apenas onde ele é facilmente visto pelo estardalhaço que faz, mas principalmente nos recantos sacralizados pela propriedade privada, onde é pensado, monitorado e, sobretudo, lucrativo. Paralelamente, poderá identificar e punir cada um de acordo com sua importância

e participação, sem que para isso seja necessário combater uma manifestação de violência com outra ainda mais perigosa.

Trata-se, portanto, de uma ríspida realidade, que retirando seu contorno fantasioso, revela indivíduos desamparados pelo poder público instituído. Ante o expressivo número de pessoas cabe, de forma urgente, uma ação integrada entre as diversas instâncias de poder, os partidos políticos e a sociedade civil, visando resgatar esses jovens para um convívio social menos excludente, mais humanizado e com possibilidades reais de acesso a um viver com dignidade e cidadania.

Torna-se necessário optar e enveredar por uma via de resolução que em vez de acirrar as desigualdades e fomentar uma rancorosa clivagem social, proponha-se a uma profunda reflexão sobre o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas, procurando apontar não apenas a responsabilidade penal dos infratores, mas revolvendo também as causas e motivações socioestruturais que engendraram e ambientam tal situação. Em sua essência, essa busca confunde-se com o próprio aprimoramento do processo democrático brasileiro, que se hoje é pleno no eixo institucionalização/participação, chega a ser metafórico no que diz respeito à garantia e efetivação dos direitos do cidadão.

Na esfera do 'atendimento direto' torna-se necessário contrapor-se à visão meramente jurídico-repressiva do problema. Se a repressão é necessária em determinadas situações, não pode estar desvinculada do atendimento direto aos envolvidos, preconizando a especificidade dos atos praticados, numa constante busca pela reinserção social.

Assim, cabe esclarecer: quem deve atender? A sociedade civil organizada, que, no caso do Sistema Aplicado de Proteção, tão bem respondeu ao chamado de cooperação e parceria, e o Estado, que não pode eximir-se.

União, estados e municípios, em suas diferentes esferas administrativas e de poder, precisam priorizar a responsabilidade e o compromisso social, perseguindo sempre a melhoria real e efetiva da qualidade de vida da população, que não pode mais permanecer vinculada unicamente aos indicadores econômicos. Além disso, essas instâncias contam com os recursos humanos e financeiros necessários para efetivar uma profunda reforma na política de prevenção e no sistema socioeducativo, notadamente nas unidades de internação. Não fazer significa tornar-se refém de uma situação que se agrava diariamente, potencializando rancores, fomentando conflitos e mortes, impedindo a recuperação e reintegração dos jovens e patrocinando sua volta ao tráfico de drogas.

Finalizando, é preciso destacar os aspectos que oferecem reais condições de socialização a esses jovens: priorização de jovens envolvidos com o tráfico; formação de uma Rede Integrada de Atendimento; atuação voltada para a inclusão social; ênfase da rede familiar; trabalho envolvendo as necessidade pessoais e familiares; estímulo à valorização da auto-estima; valorização da participação dos jovens como protagonistas das ações, contribuindo para a reconstrução de um modelo pautado na repressão, reclusão e institucionalização.

Referências Bibliográficas

Abreu, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Iplanrio/J. Zahar, 1987.

Almeida, A. *Movimentos Sociais e História Popular: Santo André nos anos 70 e 80.* São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1992.

Arbex Júnior, J. *Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas.* São Paulo: Moderna, 1993.

Assis, S. G. *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.

Azevedo, A. *O Cortiço.* Rio de Janeiro: Click, 1997.

Barreto, L. *Triste Fim de Policarpo Quaresma.* Rio de Janeiro: Ediouro, 1983.

Baudelaire, C. *O Poema do Haxixe.* Rio de Janeiro: Integral, 1996.

Baptista, M. et al. *Global Studies of Ilegal Drug Market in Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Unicri/Undcp/Claves/Nepad, 2000.

Becker, G. A educação iguala as oportunidades. *Brasil em Exame*, set. 1997.

Benchimol, J. L. *Pereira Passos um Haussmam Brasileiro.* Rio de Janeiro: SMCTT, 1990.

Benchimol, J. L. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva (100 anos de Saúde Pública)*, 5(2):265-292, 2000.

BODSTEIN, R. C. A. Práticas sanitárias e classes populares no Rio de Janeiro. *Revista do Rio de Janeiro*, 1(4):33-43, 1986.

BYCK, R. (Org.) *Freud e a Cocaína – notas de Anna Freud*. São Paulo: Espaço e Tempo, 1989.

BURKE, P. Violência social e civilização. *Braudel Papers*, 12:1-8, 1995.

CARLINI, E. A. *Medicamentos, Drogas e Saúde*. São Paulo: Hucitec, 1995.

CASTRO, M. G. H. Descentralização e política social no Brasil: as perspectivas dos anos 90. *Espaços & Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, 32, 1991.

CAVALIERI, P. F. et al. *Delinqüência Juvenil na Guanabara. Introdução à Teoria e Pesquisa Sociológica da Delinqüência Juvenil na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Raval, 1973.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE (CLAVES). *Levantamento sobre Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. (Mimeo.)

CHAGNON, N. A. *Yanomamö. The Fierce People*. USA: General Editors, 1968.

CHESNAIS, J. C. *Histoire da la Violence*. Paris: Robert Laffont Éditor, 1981.

COSTA, A. C. G. *De Menor a Cidadão*. Ministério da Ação Social, Brasília, 1995.

CRUZ NETO, O. *Corpos e Sonhos Destruídos: relações entre violência, pobreza e exclusão social*, 1995. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

CRUZ NETO, O. & MOREIRA, M. R. *Estudo sobre as Condições de Vida e Atendimento a Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro – análise comparativa: Angra dos Reis, Paraty, Barra Mansa, Resende e Rio Claro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

CRUZ NETO, O. & MOREIRA M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4(1):33-53, 1999.

DA MATTA, R. *A Casa e a Rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (DPCA). *Estatísticas*. Rio de Janeiro, 1999. (Mimeo.)

DUCHIADE, M. P. População brasileira: um retrato em movimento. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *Os Muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p.14-56.

DUQUE ARRAZOLA, L. S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F. R. (Org.) *Quem Mandou Nascer Mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DURKHEIM, E. Obras completas. *Durkheim*. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores)

EQUIPE DE AVALIAÇÃO SAP. *Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico De Drogas no Rio de Janeiro. Relatório Parcial de Avaliação*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: DCS/Ensp/Fiocruz, 1999.

EQUIPE DE AVALIAÇÃO SAP. *Entrevistas com os Técnicos*. Rio de Janeiro, 1999 (Mimeo.)

EQUIPE DE AVALIAÇÃO SAP. *Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico De Drogas no Rio de Janeiro. Sumário Avaliativo*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: DCS/Ensp/Fiocruz, 2000.

ESCOHOTADO, A. *O Livro das Drogas. Usos e Abusos, Desafios e Preconceitos*. São Paulo: Dynamis Editorial, 1997a.

ESCOHOTADO, A. A proibição: princípios e conseqüências. In: MELO RIBEIRO, M. & SEIBEL, S. D. (Orgs.) *Drogas: hegemonia do cinismo.* São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997b.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRIGOTTO, G. *A Produtividade da Escola Improdutiva. Um (re)Exame das Relações entre Educação e Estrutura Econômico-Social Capitalista*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FUNDAÇÃO NACIONAL PARA O BEM-ESTAR DO MENOR (FUNABEM). *Diagnóstico Integrado para uma nova Política de Bem-Estar do Menor – Relatório Final*. Rio de Janeiro: Funabem/MPAS, 1987.

GUSMÃO, S. *Relatório do Juizado de Menores do Distrito Federal – 1939*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

GUSMÃO, S. *Relatório do Juizado de Menores do Distrito Federal – 1941*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos*. São Paulo: Cortez, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). *Dados da Realidade Brasileira: indicadores sociais*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes/Ibase, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores Sociais da Década de 80*. Rio de Janeiro, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *O Traço da Desigualdade Social no Brasil*. Rio de Janeiro, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IPPUR/UFRJ). *Como Anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro, 1995.

JORNAL DO BRASIL. *Peças de Ficção*, 05/08/1997. Rio de Janeiro, 1997.

JORNAL DO BRASIL. *Andando nas Nuvens*. 28/11/1999. Rio de Janeiro, 1999.

JORNAL DO BRASIL. *Retratos dos Soldados das Drogas*. 21/11/1999. Rio de Janeiro, 1999.

JORNAL O DIA. *Garotinho diz que Polícia Não é Confiável*. 28/04/00. Rio de Janeiro, 2000.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, P. (Org.) *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.* Petrópolis: Vozes/Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política.* São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. *O Capital.* v.1. São Paulo: Diffel, 1987.

MASUR, J. & CARLINI, E. A. *Drogas – subsídios para uma discussão.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

MEIRELLES, Z. V. *Vida e Trabalho de Adolescentes no Narcotráfico numa Favela do Rio de Janeiro*, 1998. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

MELLO FILHO, J. C. Da severidade da reação penal do Estado à proteção integral de crianças e adolescentes. In: *Adolescência, Ato Infracional & Cidadania.* São Paulo-Brasília: Abong/Fórum DCA, 1999.

MILITELLO, V. A descriminalização do uso de drogas: a experiência italiana. In: MELO RIBEIRO, M. & SEIBEL, S. D. (Orgs.) *Drogas: hegemonia do cinismo.* São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.

MINAYO M. C. S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 6(3):278-292, 1990.

MINAYO M. C. S. Criando Caim. In: ASSIS, S. G. *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.

MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciência e Saúde*, IV(3):513-531, 1998.

MINAYO, M. C. S. et al. *Avaliação do Projeto Uerj/Degase.* Rio de Janeiro: Claves/Fiocruz, 1999. (Mimeo)

MISSE, M. Cidadania e criminalização no Brasil: o problema da contabilidade oficial do crime. In: *O Crime Violento no Rio: um exame preliminar das fontes.* Rio de Janeiro: Nuppec/DCS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ, 1997. (Série Iniciação Científica, 8)

MISSE, M. *Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*, 1999. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MOREIRA, M. R. *São João de Meriti: a cidadania violentada*, 1996. Monografia, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MOREIRA, M. R. *Nem Soldados nem Inocentes: jovens e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro*, 2000. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (MIS). Depoimento do cantor Donga. *A Música de Donga* (áudio). Rio de Janeiro, 1974.

Neto, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

Oliveira, J. S. (Org.) *Desigualdade Social no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

Oliveira, L. A. P. & Mendes, M. M. S. Mortalidade infantil no Brasil – uma avaliação de tendências recentes. In: Minayo, M. C. S. (Org.) *Os Muitos Brasis: saúde e população na década de 80.* Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

Pacheco e Silva, A. C. *Hippies, Drogas, Sexo e Poluição*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

Pereira T. S. *Direito da Criança e do Adolescente: uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

Perlman, J. E. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Pinheiro, M. E. *Serviço Social: infância e juventude desvalidas*. São Paulo: Cortez, 1985.

Pinheiro, P. S. et al. *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Procópio, A. *O Brasil no Mundo das Drogas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Ribeiro, R. et al. Família, crianças e trabalho. In: *Indicadores Sociais: uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

Rizzini, I. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula/Anais Livraria e Editora, 1997.

Rocha, L. C. *As Drogas*. São Paulo: Ática, 1987.

Roio, J. L. D. Mundialização e criminalidade. In: Melo Ribeiro, M. & Seibel, S. D. (Orgs.) *Drogas: hegemonia do cinismo.* São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.

Sader, E. Democracia é coisa de gente grande? In: Sader, E.; Bierrenbach, M. I. & Figueiredo, C. P. *Fogo no Pavilhão – uma proposta de liberdade para o menor*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Safiotti, H. I. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: Safiotti, H. I. & Muñoz-Vargas, M. (Orgs.) *Mulher Brasileira é Assim.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

Santos, B. R. A implantação do estatuto da criança e do adolescente. In: Pereira Júnior, A.; Bezerra, J. L. & Heringer, R. (Orgs.) *Os Impasses da Cidadania: infância e adolescência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

Santos, M. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Sartre, J. P. Entrevista. *Le Nouvel Observateur*. Paris, 28 de janeiro de 1970.

Schoemaker, D. J. *Theories of Delinquency. Examination of Explanations of Delinquent Behavior*. New York: Oxford University Press, 1996.

Scorzelli Júnior, A. *Mortalidade no Distrito Federal (1924-1953)*, 1954. Tese de concurso à docência-livre de higiene, Rio Janeiro: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade do Distrito Federal.

Segunda Vara da Infância e da Juventude. Comarca da Capital. *Relatório Anual de Atividades 1997.* Rio de Janeiro, 1998. (Mimeo.)

Silva, E. A. S. *Tóxicos no Direito Penal Brasileiro.* São Paulo: Ed. Jurídica José Bushatsky, 1973.

Silva, N. C. R. Do Código de Menores ao ECA: um perfil de atenção sócio-institucional ao adolescente autor de ato infracional. *Em Pauta*, 11, 1997.

Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). *Estatísticas de Mortalidade 1975-1997.* (CD-ROM). Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 1998.

Soares, L. E. (Coord.). *Criminalidade Urbana e Violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional.* Rio de Janeiro: Iser, 1993.

Somoza, A. *Coca, Cocaína e Narcotráfico.* São Paulo: Ícone, 1990.

Souza, E. R. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública da década de 80. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (supl. 1):45-60, 1994.

Souza, E. R. & Minayo, M. C. S. O impacto da violência social na saúde pública do Brasil: década de 80. In: Minayo, M. C. S. (Org.) *Os Muitos Brasis: saúde e população na década de 80.* Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

Souza, E. R.; Assis, S. G. & Passos da Silva, C. M. F. Violência no município do Rio de Janeiro: áreas de risco e tendências da mortalidade entre adolescentes de 10 a 19 anos. *Panamericana Salud Publica*, 1(5), 1997.

Sucena, L. F. M. *Juventude, Exclusão e Tráfico de Drogas: o adolescente em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro*, 1999. Monografia, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Tancredi, L. F. Drogas e drogadicção. In: Sanchez, A. M. T. *Drogas e Drogados: o indivíduo, a família, a sociedade.* São Paulo: EPU, 1982.

Tiba, I. *Anjos Caídos. Como Prevenir e Eliminar as Drogas na Vida do Adolescente*. São Paulo: Gente, 1999.

Valadares, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: ___. *Corporativismo e Desigualdade.* Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo Ed., 1991.

Velho, G. *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

Veronese, J. R. P. A convenção internacional dos direitos da criança: tópicos para uma reflexão. *Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente*, 2, 1997. (Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça da Infância e Juventude – ABMP).

VIEIRA, E. *Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio à Geisel*. São Paulo: Cortez, 1987.

VOLPI, M. *O Adolescente e o Ato Infracional*. Cortez: São Paulo, 1997.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, 9(1):5-42, 1997.

WOODAK, A. & DES JARLAIS, D. Estratégias para a prevenção da infecção pelo HIV entre usuários de drogas e destes para os seus parceiros. In: MESQUITA, F. & BASTOS, F. I. (Orgs.) *Drogas e AIDS: estratégias para a redução de danos.* Rio de Janeiro: Hucitec, 1994.

WOODAK, A.; FISHER, R. & CROFTS, N. Uma crise emergente no âmbito da saúde pública – a infeccção pelo HIV/AIDS entre UDIs nos países em desenvolvimento. In: MESQUITA, F. & BASTOS, F. I. (Orgs.) *Drogas e AIDS: estratégias para a redução de danos*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1994.

XAVIER, C. Cidade saudável – uma filosofia e uma idéia. *Revista Tema*, 19, 2000.

YUNES, J. & RAJS, D. *Tendencia de La Mortalidad por Causas Violentas en la Población General y entre los Adolescentes y Jovens de la Región de las Americas*. Washington: Opas, 1994.

ZALUAR, A. (Coord.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1980.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G. & ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e Violência.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

Glossário

Alemão — Inimigo; facção rival. Ex.: *"...se algum alemão tentar invadir a favela, alguma facção rival tentar invadir, os seguranças trocam tiro com essa facção rival"*.

Arrego — Propina paga a policiais. Ex.: *"É extorquir pra poder deixar a rapaziada tranqüila, aí, tipo dava o arrego deles"*.

Bagulho — Cigarro de maconha. Ex.: *"...vai lá pra trás, aperta um bagulho, fuma, depois esconde e fica tranqüilão"*.

Boca-de-fumo — Ponto de venda da droga. Ex.: *"...chama de boca-de-fumo aonde vende a droga"*.

Bolado — Desconfiado, preocupado. Ex *"...eu ficava até bolado com quem cheirava na boca, ficava até com raiva de quem cheirava na boca"*.

Bonde — Grupo de indivíduos organizado para algum tipo de ação criminosa. Ex.: *"...é assim, uma turma de bandido. Isso que é o bonde"*.

Brotar Resistir às investidas policiais por meio do uso de armas de fogo. Ex.: *"Brotar é ficar, não correr não. Cada um no seu posto, trocando tiro"*.

Bucha Indivíduo que é enganado, ludibriado. Ex.: *"...aí, entra pensando que é mil maravilhas. Quando chega lá, é atirado como bucha, fica de bucha pros outros. Não ganha dinheiro nenhum, quando vê já tá devendo à boca"*.

Cana (1) Policial; (2) cárcere. Ex.: (1) *"...eu apanhei as seis troxinhas pra dar ao cara, aí o cana já vinha na minha frente, aí ele foi e me levou"*. (2) *"Pô, entro nessa vida aí, ou morro ou vou em cana de vez, fico trancado lá três, quatro anos"*.

Carga Carregamento de drogas. Ex.: *"Tem carga de cento e vinte pó, quarenta e cinco pó, sessenta e cinco. Várias"*.

Carreira de pó Filete de cocaína colocado em superfície sólida, facilitando a aspiração da droga. Ex.: *"Bota uma carreira assim, deste tamanho aqui assim, três listrinha, aí cada um bate um teco"*.

Chapa quente Local perigoso; arriscado. Ex.: *"O Padre Severino é sinistro. Ainda bem que não fiquei mais dias lá. Chapa quente ali dentro"*.

Cobrar Tomar satisfação; exigir que alguém repare um erro. Ex.: *"Era o seguinte: quem cagüetasse era cobrado depois. Eu mesmo cobrei de dois lá dentro... dois não, uns três"*.

Cria Indivíduo nascido e criado em determinada localidade. Ex.: *"Sabe, né, a bandidagem vê você crescer sendo cria do local..."*.

D-20 Carro de polícia. Ex.: "*Lá do alto tu tá vendo a pista toda, tu viu uma D-20, tu já avisa: Oh, fulano, alô setor dez, oh, vem uma D-20! Aí o cara já de baixo, que é o fogueteiro, solta os fogos que é pros amigos ficar em baixo sabendo"*.

Dar um teco — Ato de cheirar a cocaína. Ex.: *"Colocava a carreira e cada um dava um teco de cada vez"*.

Derrame — Ocorre quando alguém que faz parte do tráfico consome ou perde a droga a ser vendida. Ex.: *"Derrame é assim, por exemplo, cheira muito, perde carga pros homem assim..."*.

Desenrolar — Argumentar; negociar, dar explicações. Ex *"...ele desenrola com o delegado lá dentro. O dono telefona pro delegado e fala o seguinte: 'Tô a fim de botar um baile dentro da comunidade, né? E vamos dar dois mil'. O delegado: 'Já tá fechado'"*.

Dois papos — Discurso dúbio. Ex.: *"Dois papos é, vamos dizer, ela chegou aqui pra mim e falou: 'você vai ganhar um prêmio', eu chego e não ganho. Aí eu vou me irritar com ela, que ela tá de dois papo comigo, entendeu?"*.

Dono da boca — Chefe do tráfico em determinada localidade. Também chamado de 'patrão', 'cabeça' e 'o homem'. Ex.: *"Quem manda é o dono. Se o dono falar assim: 'vai morrer', vai morrer mesmo"*.

Endolar — Preparar a droga para o consumo; embalar. Ex.: *"Endolação é quando vem as mercadoria que eu tenho em tablete, é pó, maconha, tanto faz. Aí, chega lá dentro a gente trabalha ela, embala ela"*.

Enquadrar — Gravar a fisionomia. Ex.: "*Quem vem comprar na tua mão, às vezes te enquadra. É viciado. Aí, do nada, assim, ele vem e te enquadra, pum, perdeu, polícia. É X-9, que vai lá e cagoeta"*.

Entocado — Escondido. Ex.: *"Quando a polícia cerca o morro, tu tem que ficar na mata entocado um dia e chovendo; pô, aí, é foda!*

Entretar — Esconder armas e drogas. Ex.: *"Eu tenho uma carga e uma pistola, aí eu mesmo que entreto elas. Mas já tem outros que entreta pra todo mundo. Aí, esse aí é o mais pior. Se esse aí sumir com a arma, já era. Tem que dar conta da arma de todo mundo"*.

Formar na boca — Passar a exercer alguma função na estrutura organizacional do varejo das drogas. Ex.: *"Apresenta ao dono e tal: 'Esse aqui é meu parceiro, aí, e tá a fim de formar com a gente'"*.

Fortalecer — Apoiar; fornecer armas e dinheiro à "boca". Ex.: *"...quem fortalecia tudo pra esse dono que tá lá hoje, que conseguiu tomar a favela, foi meu tio, que tá preso ainda"*.

Lombrou — (1) Termo utilizado para anunciar a chegada da polícia nas redondezas do ponto-de-venda. (2) Também pode designar os efeitos da droga, sobretudo da maconha: torpor, tonteira. Ex.: (1) *"Lombrou é que os homem tá vindo no morro";* (2) Ex.: *"Ficava lombrado quando fumava maconha"*.

Mandado — Serviços aleatórios. Ex.: *"Fazia mandado, os cara me dava dez real, vinte. Fazia um aviãozinho, ia comprar comida pros cara, entendeu?"*.

Movimento — A estrutura do tráfico em determinado local/ comunidade. Ex.: *"Movimento e tráfico é a mesma coisa"*.

Morro tampado — Morro cercado pela polícia. Ex.: *"Às vezes o morro fica tampado, assim de polícia cercando o morro"*.

Pancado — Indivíduo drogado. Ex.: "*Ele fica pancado, olhando assim escaldado, o olho é mais arregalado, dente trincado"*.

Passar o cerol — Matar. Ex.: *"X-9 vai logo pro cerol"*.

Pau — Surra. Castigo para erros considerados leves. Ex.: *"Se o cara errar a primeira vez, ou até na segunda, pode ganhar um pau, mas na terceira não. Aí é logo cerol"*.

Peça — Arma. Ex.: *"À noite, ao invés de ser foguete, já é a peça já. Já é a arma. É fuzil, pistola, metralhadora"*.

Peidar — Fraquejar; ficar com medo. Ex.: *"A gente enfrenta as pessoas pra ver se a gente é forte, se a gente é fraca, se a gente peida ou não"*.

Perna de três — Instrumento roliço de madeira, utilizado em obras e adaptado para a prática de torturas. Ex.: *"Violência da polícia? Espancamento, coronhada, chute e perna de três"*.

Pichado — Marcado; com o nome sujo. Ex.: *"A gente quer sair, mais você já tá pichado demais, cê já não pode sair (da comunidade), tem que pedir a uma outra pessoa pra ir pra você comprar alguma coisa"*.

Pinote — Fugir. Ex.: *"Tem que ter um beco, um negócio pra tu sair fora, dar um pinote"*.

Pista — Local onde os 'vapores' vendem a droga. Ex.: *"Ele vende, é o serviço dele, já tá todo dia ali na pista pra vender"*.

Plantar — Vender droga. Ex.: *"Plantar é ficar no morro vendendo"*.

Ralar — Fugir. Ex.: *"Quando a polícia vem, ele avisa e todo mundo rala"*.

Regar — Subornar. Ex.: *"Quando tem baile na comunidade, aí dá dinheiro pros polícia ficar regado"*.

Rodar — Ser preso, baleado, morto. Ex.: "*Eu sempre tinha medo de rodar, de levar tiro e de ser presa"*.

Soltar o peso — Atirar. Ex.: *"Se viesse a polícia eu tinha que soltar o peso para proteger e eles fugirem"*.

Tomar volta — Ser enganado. Ex.: *"Eu falava pra eles: 'Oh, se me der volta eu vou ser obrigado a matar. Coisa que eu não gosto de fazer é matar nenhum de vocês"*.

Vapor — Elemento encarregado de vender a droga. Ex.: *"O vapor tem que tá lá todo dia. Que nem diz a música: O vapor vai traficar seja noite seja dia, se faltar alguma é fria.*

Vera — Para valer; o que não é de brincadeira. Ex.: *"Ih, lá é vera, todo mundo lá é ruim"*.

X-9 — Delator; cagüete. Ex.: *"X-9 é cagüete. Morre queimado"*.

Xisnovar — Delatar; cagüetar. Ex.: *"Não pode é xisnovar. Isso não pode mesmo..."*.

Formato: 16 x 23 cm
Tipologia: Hind
Lapidary333 BT
Papel: Pólen Bold 70g/m^2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m^2 (capa)
Fotolitos: Laser vegetal (miolo)
Quadratim Artes Gráficas Ltda. (capa)
Impressão e acabamento: Armazém das Letras Gráfica e Editora Ltda.
Rio de Janeiro, dezembro de 2001.

Não encontrando nossos títulos em livrarias,
contactar a EDITORA FIOCRUZ:
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3882-9006, 3882-9039 e 3882-9041
Telefax: (21) 3882-9006 e 3882-9007
http//www.fiocruz.br/editora
e-mail: editora@fiocruz.br